

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Natal-RN
2009

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marta Maria de Araújo

Natal-RN
2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

B237f Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro
A formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894 – 1933) / Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. Natal, RN, 2009.
241 f. : il.

Tese (Doutorado em Educação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Maria de Araújo.

1. Educação superior – Teologia e Filosofia. 2. Educação religiosa – Formação sacerdotal. 3. Igreja Católica – Seminários – Padres. 4. Seminário Nossa Senhora da Conceição – Paraíba. 5. Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus – Aracaju/Se. I. Título.

CDU 378:215:282(813.7:813.3)

BIBLIOTECÁRIA / DOCUMENTALISTA: NELMA CARVALHO CRB 5-1351

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Marta Maria de Araújo (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento (Titular)
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a. Dr.^a. Maria Inês Sucupira Stamatto (Titular)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a. Dr.^a. Marlúcia Menezes de Paiva (Titular)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza (Titular)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a. Dr.^a. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (Suplente)
Universidade Tiradentes

Prof.^a. Dr.^a. Eva Cristini Arruda Câmara Barros (Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A minha mãe

Agradecimentos

O trabalho científico exige atenção, persistência, dedicação, comprometimento e sobretudo forças para suportar e vencer os obstáculos que surgem no decorrer de uma pesquisa. No meu caso, o trabalho que ora concluo teve nas instituições e em alguns sujeitos o alicerce que fez de mim uma pesquisadora melhor. Por isso agradecer é o que me resta.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela oportunidade de tornar-me uma pesquisadora melhor.

Aos funcionários do PPGED, sempre atentos e dispostos a ajudar.

A Capes por investir, indistintamente, em pesquisa científica.

A Professora Marta Maria de Araújo, pelo exemplo de pesquisadora comprometida, de mulher forte e independente e pela criteriosa orientação.

Aos Professores Antônio Leitão Lisboa e Mário Lourenço de Medeiros, pelas sugestões quando do primeiro e segundo Seminário Doutoral, respectivamente.

Aos colegas da Base de Pesquisa Estudos Históricos Educacionais, em especial a Cristiana Lins de Medeiros, a Franselma Fernandes de Figueiredo e a Olívia de Medeiros Neta que, companheiras de jornada, fizeram da empreitada de construir esta tese, algo mais ameno.

A Arquidiocese da Paraíba, na Pessoa de Ricardo Grisi Veloso, e à Arquidiocese de Aracaju, por disporem de grande parte das fontes que alicerçam esse trabalho.

Ao Seminário Nossa Senhora da Conceição da Diocese da Paraíba, na pessoa de seu Diretor Dr. Barreto, e ao Seminário Sagrado Coração de Jesus, na pessoa do Padre Daniel, que abriram suas portas em nome da pesquisa acadêmica.

As amigas Eugênia, Isabel e Vera que transformaram meus momentos de crise em momentos de descontração e demonstrações de amizade.

A Casa Santa Zita, em especial às Irmãs Albina, Elisabete e Odilene, bem como a Dona Nely e Ivonete que me acolheram e fizeram da minha estada em Natal um presente.

A Sueli, Filipe e Dona Sandra que foram minha terceira família.

A minha família, em especial à minha mãe Josefina Dias Navarro, que entendeu minha impaciência e a Luiz Antonio Barreto, meu marido, a quem devo o exemplo de intelectual e o incentivo a seguir adiante, pois era esse o meu caminho.

Resumo

O Seminário Nossa Senhora da Conceição, instalado em 1894, por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro bispo da Paraíba, e o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, implantado em 1913, por Dom José Tomás Gomes da Silva, primeiro bispo da Diocese de Aracaju, foram criados em decorrência do processo de laicização proporcionado pela proclamação da república brasileira, em 1889. Com o desígnio de ampliar o número de sacerdotes e de alterar a imagem do padre desregrado e casado que identificava a Igreja Católica no Brasil colonial e imperial, tais bispos revelaram-se intelectuais atuantes no governo de suas dioceses e de suas casas de formação sacerdotal. Tomo como objeto de estudo, para este trabalho doutoral, a formação acadêmica e sacerdotal desenvolvida nesses seminários, no período de 1894 a 1933, sendo que 1894 é o ano de criação do Seminário de João Pessoa que compreendia o Curso Menor (Preparatório) e o Maior (composto pelos cursos de Filosofia e Teologia) e o limite da pesquisa – o ano de 1933, diz respeito ao encerramento do Curso Maior do Seminário de Sergipe, tendo este sido criado e funcionado com os cursos Menor e Maior, de 1913 a 1933. Descortinar os modelos escolares que dirigiram e orientaram a formação do sacerdote, nos referidos seminários, e o resultado de sua aplicação constituiu-se o objetivo dessa investigação. Para entender o modelo escolar dos seminários pesquisados, delimito a pesquisa na temática Igreja Católica e formação sacerdotal no Brasil. Em face do objeto e do objetivo almejados, recorri ao método histórico comparado e às noções de modelo escolar de Araújo e Barros (2004) e de intelectuais de Sirinelli (1996). Tais referenciais permitiram analisar a formação ministrada nos seminários e as ações e participações dos seminaristas, incluindo o seqüenciamento para além do tempo de escolarização. A tese aqui defendida é a de que o modelo escolar desenvolvido nos Seminários brasileiros, criados após a política de laicização do Estado brasileiro, trata-se de um modelo com uma matriz única (com formação em seminários e finalidades pré-dispostas pela Santa Sé), embora adaptado, em alguns pressupostos, à realidade local e que, por sua estrutura formativa (privilegiando não só o espiritual e o moral, mas também o intelectual), foi responsável por gerações de intelectuais (padres professores, padres educadores, padres jornalistas, padres escritores entre outros) que impulsionaram a educação escolar no Brasil, nas três primeiras décadas da República, quando, em tese, o Estado tornara-se laico, ou seja, a

Igreja não mais dispunha dos subsídios do Estado e este, dentre outros pontos, não mais contava com o auxílio da Igreja para o ensino público no país. A investigação revelou acatamentos, por parte dos bispos e seus seguidores, tanto dos preceitos emanados do Concílio de Trento, quanto dos ideais ultramontanos, na direção da formação sacerdotal em seminários. Ao criar e instalar os Seminários diocesanos, os bispos Dom Aduato e Dom José transcenderam suas funções, na medida em que desenvolveram neles um modelo escolar com uma lógica pensada a partir de uma matriz pedagógica, sustentada por uma série de exercícios religiosos, morais e éticos, atribuindo-lhes uma série de saberes ligados às humanidades, à filosofia e à teologia. Com tal estrutura formativa e seguindo princípios claros de racionalização (do modo de ensino, em que cada matéria tem seu professor e este dá aula para os alunos reunidos e com o mesmo grau de conhecimento, independentemente da idade) e eficiência (procurando ensinar todo o conteúdo pertinente a cada classe), os Seminários investigados desenvolveram uma educação integral, capacitando seus quadros de uma educação espiritual, moral e intelectual, para um desempenho qualitativo dos padres, nas diversas instâncias em que atuavam. Seus itinerários, suas ações e realizações eclesiais permitem aprofundar sua participação multifacetada, em que, ao ofício eclesial, estavam consorciadas implicações culturais, educacionais, assistenciais, enfim, intelectuais.

Palavras-chave: Igreja católica. Formação sacerdotal. Nordeste. Padre. Seminário.

Abstract

The Nossa Senhora da Conceição Seminary, installed in 1894, by Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, first Paraíba Bishop, and the Episcopal Seminary of the Sagrado Coração de Jesus, implanted in 1913, by Dom José Thomas Gomes da Silva, first Aracaju's Bishop diocese, were created as a result of lack of an official religious process proposed by the Brazilian Republic Proclamation, in 1889. With the appoint to enlarge the number of priests and change the image of the priest married and unrolled who used to identify the Catholic Church in the colonial and imperial Brazil. Such bishops developed into intellectuals in the government, dioceses and formation priest houses. I take as a study object, for this doctorate paper, the academic formation and priesthood developed in these seminaries, from 1894 to 1933, once 1894 the year of João Pessoa Creation Seminar that was implied the Minor Course (preparation) and the Major one (built by Philosophy and God related studies) and the research limit year of 1933, is concerned about the Major Sergipe Seminary ending, which was created and has worked offering the Minor and Major courses, from 1913 to 1933. Showing the teaching models that guided and leaded the priest formation, referred as Seminaries, and the application result is the objective of this investigation. To comprehend the teaching models seminaries studied, my research line is the Catholic Church theme and priest formation in Brazil. In front of the object and the objective desired, I chose the historical comparative method and the scholars' modals notions of Araujo de Barros (2004) and the Sirinelli intellectuals (1996). Such references allowed me to analyze the formation given in the seminary and seminarian participation and actions, included the sequence after the scholars' formation. The thesis defended is that the teaching model developed in the Brazilian Seminaries, created after a non official religious process in the Brazilian government, deal with a model of one unique center (Seminary formation and aim pre arranged by Santa Sé), although adapted, presuming the local reality and formation structure (privileged not only spiritual and moral speaking, but intellectual also), was it responsible for intellectuals generations (teachers priests, educationalist priest, journalists priests and so on) that boost the education in Brazil. During the Republic first three decades, when, in thesis, the Government was becoming free religion, i.e., the government did not subsidize the Church anymore, and the Government, among others aspects, did not received any Church care to help the public teaching in the country. The investigation reveled accede, by bishops and their

followers, such as by the Concílio de Trento pre concept, or by the others ideas, leading by the priests formation in Seminaries. By creating and stalling diocese Seminary, Bishop Dom Aduino and Dom José went further their functions, by the time they built inside themselves a teaching model thought from the main pedagogic logic, based on several religious exercises, moral and ethic, considered by themselves several knowledge connected to humanity, philosophy and God related studies). Following clearly rationalism principle (the way of teaching, which each subject has its own teacher and this class get together students with the same knowledge, regardless of age) and efficiency (trying to teach the whole content in each class), the Seminaries researched developed a whole education, allowed the structure of a spiritual education, moral and intellectual, for a quality developed by priests, including different levels that they used to performance. Their bottom line, actions and priest matter achievement allowed their broad fulfillment, in the way that priests matter were associated with cultural, educational, welfare assistance, at last, intellectuals.

Key words: Catholic Church. Priests formation. Northeast, Priest, Seminary.

Lista de figuras

Figura 01 – Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques	68
Figura 02 – Dom José Thomas Gomes da Silva	68
Figura 03 - Antiga Casa do Barão do Abiahy, primeiro prédio que sediou o Seminário de João Pessoa, em 1894.....	83
Figura 04 - Primeiro prédio que sediou o Seminário de Aracaju, em 1913	83
Figura 05 - Visão panorâmica do complexo adaptado por Dom Adauto	84
Figura 06 - Prédio construído em 1913 para sediar o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus	85
Figura 07 - Capa do processo de <i>Genere</i> (Seminário da Paraíba)	101
Figura 08 - Capa do processo de <i>Vita et moribus</i> (Seminário da Paraíba)	101
Figura 09 - Capa do processo de <i>Patrimoniis</i> (Seminário da Paraíba)	101
Figura 10 - Dom Adauto e uma turma de seminaristas, em 1905	107
Figura 11 - Sócios Fundadores da Academia Literária Santo Tomaz de Aquino do Seminário de Aracaju, em 1933	107
Figura 12 - Sítio aonde os seminaristas iam à procura de frutas	114
Figura 13 - Antiga rua Espírito Santo, onde foi construído, em 1913, o prédio definitivo do Seminário de Aracaju, localizado à esquerda	115
Figura 14 - Capa da Revista <i>Scientia et Virtus</i> , 1933	129

Lista de Quadros

Capítulo um

Quadro I – Reitores do Seminário Nossa Senhora da Conceição e do Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus	88
Quadro II – Vice-reitores do Seminário Nossa Senhora da Conceição e do Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus	90
Quadro III – Diretores Espirituais do Seminário Nossa Senhora da Conceição e do Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus	91
Quadro IV – Ecônomo do Seminário Nossa Senhora da Conceição	92

Capítulo cinco

Quadro I – Dados	138
Quadro II – Naturalidade	139
Quadro III – Atividade do responsável	143
Quadro IV – Idades em que se ordenaram	145

Sumário

Resumo	08
Abstract	10
Lista de figuras	12
Lista de quadros	13
Capítulo um – Ponto de partida para a investigação histórica da formação sacerdotal no Brasil	16
Capítulo dois – Em que fundamentos doutrinários assentou-se a formação sacerdotal dos tempos modernos?	41
Capítulo três – Dom Adauto Aurélio e Dom José Thomas na construção de seus edifícios institucionais católicos	66
Capítulo quatro – O procedimento formativo no Seminário Nossa Senhora da Conceição de João Pessoa e no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus de Aracaju	99
Capítulo cinco – Os padres de Dom Adauto e de Dom José	133
Considerações finais	162
Referências.....	165
Anexo I.....	178
Anexo II.....	226

Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama de vocação. (BLOCH, 2002).

Capítulo um

Ponto de partida para a investigação histórica da formação sacerdotal no Brasil

Ensina [...] o Santo Concílio que para a ordenação dos Bispos, dos sacerdotes e demais ordens, não se requer o consentimento nem da vocação, nem autoridade do povo, nem de nenhum poder secular, nem magistrado, de modo que sem ela, ficam nulas as ordens. Pelo contrário decreta que todos os destinados e instituídos apenas pelo povo ou poder secular, ou magistrado, ascendem a exercer estes ministérios e os que lhes sejam atribuídos por sua temeridade, não se devem tomar por ministros da Igreja, mas sim por vagabundos e ladrões que não entram pela porta. (O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO..., 1781).

Refletir acerca da formação sacerdotal, no Seminário Nossa Senhora da Conceição da Paraíba (da atual cidade de João Pessoa, Paraíba) e no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus (da cidade de Aracaju, Sergipe), é o intento dessa tese de doutorado. A estruturação da formação sacerdotal é longa, lenta, progressiva e, de quando em vez, renovada. A sua historicidade encontra-se imbricada na própria história da Igreja Católica, Apostólica e Romana. Para entendê-la, é necessário compreender as distintas etapas pelas quais passou essa Instituição. Ademais, a formação de padres está estritamente vinculada à continuação e à sedimentação do catolicismo como religião cristã.

Na minha Dissertação de Mestrado, intitulada: “Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)” (BARRETO, 2004), investiguei a implantação e a formação oferecida aos candidatos ao sacerdócio do referido Seminário, na cidade de Aracaju (SE). A leitura interpretativa das fontes bibliográficas e documentais levou-me a considerar quatro momentos chaves na definição e estruturação da formação sacerdotal no Brasil.

No primeiro momento, verifiquei que o Concílio de Trento (1545-1563) foi, por excelência, o fórum da primeira recomendação do preparo formal de padres, bem como da decisão de criação da Instituição Seminário, destinada à educação dos sacerdotes, condizente com a política religiosa católica, no contexto da Contra-Reforma.

O que o Concílio de Trento propunha era que cada Diocese fundasse um Seminário com vistas à formação de um clero ilustrado e santo, composto por uma verdadeira elite cultural religiosa, capaz de promover a instrução do povo pela catequese e pela escolarização. (O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO..., 1781).

No segundo momento, destaquei a ascensão, no período imperial brasileiro, de dois movimentos que disputaram entre si o início de uma reforma da Igreja Católica no país: o Regalista ou Liberal, liderado pelo Padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843) que colocava a necessidade de reformar o clero sem uma estrita subordinação à Santa Sé, e o Movimento Ultramontano ou Conservador, tendo à frente Dom Romualdo Antonio de Seixas (1787-1860), Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, defensor da estrita subordinação da Igreja Católica ao Papa e às orientações do Concílio de Trento.

No terceiro momento da dissertação, a partir da vitória do Movimento Ultramontano, discuti o resultado da separação entre os poderes da Igreja Católica e os poderes do Estado determinados pelo Decreto 119-A, de 1890, do governo do Presidente Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1889-1891). O Movimento Ultramontano, para sobreviver aos problemas oriundos da separação, entre eles, a sustentação da Igreja, iniciou uma política expansionista de “estadualização”, traduzida na instalação de Dioceses em todos os Estados e em muitos municípios brasileiros. Pode-se dizer que se tratava de uma forma de ampliar a sua circunscrição, para se manter enquanto instituição religiosa com maior número de fiéis.

Como resultado dessa política expansionista da Igreja Católica no Brasil, foram criadas no país, entre 1890 e 1930, 56 Dioceses¹, 18 Prelazias² e 3 Prefeituras

¹ São elas: as de Manaus (Amazonas), Paraíba do Norte (Paraíba), Curitiba (Paraná) e Niterói (Rio de Janeiro), em 1892; a de Vitória (Espírito Santo), em 1895; a de Maceió (Alagoas), em 1900; a de Pouso Alegre (Minas Gerais), em 1901; as de Campanha (Minas Gerais) e Uberaba (Minas Gerais), em 1907; as de Botucatu (São Paulo), São Carlos do Pinhal (São Paulo), Ribeirão Preto (São Paulo), Taubaté (São Paulo), Campinas (São Paulo) e Florianópolis (Santa Catarina), em 1908; a de Natal (Rio Grande do Norte), em 1909; as de Aracaju (Sergipe), Pesqueira (Pernambuco), Montes Claros (Minas Gerais), Pelotas (Rio Grande do Sul), Uruguaiana (Rio Grande do Sul), Santa Maria (Rio Grande do Sul), Corumbá (Mato Grosso do Sul) e São Luiz de Cárceres (Mato Grosso), em 1910; as de Arassuaí (Minas Gerais), Barra (Bahia), Caetité (Bahia) e Ilhéus (Bahia), em 1913; as de Cajazeiras (Paraíba) e Crato (Ceará), em 1914; as de Sobral (Ceará), Caratinga (Minas Gerais) e Porto Nacional (Tocantins), em 1915; as de Penedo (Alagoas) e Guaxupé (Minas Gerais), em 1916; as de Garanhuns (Pernambuco), Nazaré (Pernambuco) e Aterrado (Minas Gerais), em 1918; a de Belo Horizonte (Minas Gerais), em 1921; as de Campos e Barra do Pirai (Rio de Janeiro), em 1922; a de Petrolina (Pernambuco), em 1923; as de Sorocaba (São Paulo) e Santos (São Paulo), em 1924; as de Bragança Paulista (São Paulo), Juiz de Fora (Minas Gerais) e Valença (Bahia), em 1925; as de Cafelândia (São Paulo), Ponta Grossa (Paraná) e Jacarezinho (Paraná), em 1926; as de Jaboticabal (São Paulo), Rio Preto (São Paulo), Joinville (Santa Catarina) e Lajes (Santa Catarina), em 1927 e a de Assis (São Paulo), em 1928.

² São as de: Santarém (Pará), Rio Branco (Acre), Conceição do Araguaia (Pará), Registro do Araguaia (Mato Grosso), São Peregrino (Acre), Senhor Bom Jesus de Gurguéia (Piauí), São José de Grajaú

Apostólicas³, para as quais foram designados 100 Bispos, cabendo aos Estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, respectivamente, os percentuais mais elevados no reparte das circunscrições e dos prelados. Se até 1890 só existiam 13 Dioceses⁴ distribuídas em 10 províncias e nove capitais, em 1930, todos os Estados brasileiros possuíam suas respectivas Dioceses, bem como muitas cidades do interior.

Em um quarto momento, mostrei a criação da Diocese de Aracaju, em 1910, como resultado dessa política expansionista. Essa Diocese teve à frente o norte-rio-grandense da cidade de Martins, Dom José Tomás Gomes da Silva que, atendendo aos ideais de uma política romanizada e tridentina, fundou, em 1913, o Seminário Sagrado Coração de Jesus. Esse Seminário diocesano, com seu sistema de regras, suas aulas, sua academia literária, seu jornal e suas conferências, ofereceu à sociedade nordestina e brasileira uma elite intelectual, com ampla e sólida formação sacerdotal, acadêmica e, por vezes, erudita.

Uma parcela expressiva dessa elite esteve diretamente envolvida com outras funções além da sacerdotal, a exemplo do trabalho na imprensa, em movimentos assistenciais, na política partidária e na criação de centros culturais como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). Houve, ainda, aqueles sacerdotes que receberam uma segunda formação, acumulando o ofício de padre à carreira de advogado, de pedagogo, de político, de escritor-pesquisador e, principalmente, à de professor.

A investigação também revelou que os “Padres de Dom José”, como ficaram conhecidos, igualmente ao seu mestre, se empenharam na divulgação dos ideais da política romanizadora, na construção de um novo campo religioso, na renovação do clero, bem como na formação de uma elite intelectual, católica e leiga, que, por sua vez, investiu na dinamização da vida educacional e cultural de Sergipe, formando várias “gerações” de educadores e de intelectuais.

A minha aprovação, em 2006, no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), possibilitou a

(Maranhão), Bananal (Tocantins), São José do Tocantins (Tocantins), Porto Velho (Rondônia), Lábrea (Amazonas), Foz do Iguaçu (Paraná), Marajó (Pará), Guamá (Pará), Santana de Jataí (Rio de Janeiro), Diamantino (Mato Grosso), Guajará-Mirim (Rondônia) e Paracatu (Minas Gerais).

³ Rio Negro (Amazonas), Solimões (Amazonas) e Teffê (Amazonas).

⁴ A Sé Metropolitana em Salvador (Bahia) e os bispados de Belém (Pará), Mariana (Minas Gerais), Olinda (Pernambuco), São Luís (Maranhão), São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Cuiabá (Mato Grosso) em 1826, Goiânia (Goiás) em 1826, Porto Alegre (Rio Grande do Sul) em 1846, Fortaleza (Ceará) e Diamantina (Minas Gerais) em 1854.

ampliação do conhecimento acerca da formação sacerdotal diocesana, no Nordeste brasileiro. Para tanto, propus-me estabelecer uma comparação entre o referido Seminário Sagrado Coração de Jesus de Sergipe, criado em 1913, e o seu precursor, o Seminário Nossa Senhora da Conceição da Paraíba, fundado em 1894, por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, sendo o primeiro Seminário criado no nordeste pós-laicização. Este Bispo paraibano é considerado por historiadores como Miceli (1988), o pioneiro da renovação religiosa do Brasil, sendo, inclusive, mentor intelectual de Dom José Tomás Gomes da Silva, Bispo fundador do Seminário de Aracaju. Com esse intuito, o primeiro passo da investigação foi o de levantamento da literatura relativa à temática desta tese – Igreja Católica e formação sacerdotal no Brasil.

Ao iniciar a revisão dessa literatura, foi possível constatar uma produção acadêmica e científica mais aberta à história da Igreja Católica e menos direcionada à formação sacerdotal em seminários católicos. Em face dessa constatação, decidi por traçar uma linha historiográfica do pensamento e da prática educativa da Igreja Católica referente à formação sacerdotal. Para tanto, recorri às fontes “O sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento (1781), Azevedo (1963), Leite (1945), Hansen (2001), *Ratio Studiorum* (1952), Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), Matos (2002, 2003 e 2004), Hauck (1992), Pratta (2002), Alves (2001 e 2002), Nogueira (1985), Sangenis (2004) e Miceli (1988).

A investigação bibliográfica revelou que, no Brasil, a principal definição de Seminário, com base no Concílio de Trento (1545-1563), chegou muito mais tarde. A princípio, a história da formação de padres se confunde com a história da Companhia de Jesus, esta fundada em 1534, por Inácio de Loyola (1491-1556), militar espanhol, convertido ao catolicismo, cujo propósito era constituir religiosa e culturalmente um “exército de Cristo” para formar bons “soldados” da Igreja de Roma, capazes de, em várias partes do mundo, combater a heresia (os protestantes) e converter os pagãos em católicos.

Tais desígnios faziam parte da Companhia de Jesus quando aqui instalada, em 1549, pelos padres Jesuítas Manuel da Nóbrega (1517-1570), Leonardo Nunes (? - 1554), João de Azpilcueta Navarro (1522-1557), Antônio Pires e pelo Irmão Vicente Rodrigues. Esses missionários e seus sucessores, principalmente o padre José de Anchieta (1534-1597), encarregaram-se, nos dois primeiros séculos de colonização

brasileira, da formação religiosa e educacional tanto dos educadores e educandos quanto dos futuros sacerdotes jesuítas (quando encontravam vocacionados).

Segundo Azevedo (1963), no Brasil Colônia, os missionários jesuítas erigiram, pelo menos, 15 estabelecimentos de ensino, destacando-se uma Escola de teor elementar na Bahia (fundada pelo jesuíta Manoel da Nóbrega, 1549); a “Escola-Seminário”, de São Vicente (criada pelo jesuíta Leonardo Nunes, 1549); o Colégio de “Todos os Santos”, na Bahia (1556); o Colégio de São Sebastião, no Rio de Janeiro (1567); o Colégio de Olinda (1568); o Colégio de “Santo Inácio”, em São Paulo (1631); o Colégio de “São Miguel”, em Santos (1652); o Colégio de “São Tiago”, no Espírito Santo (1654); o Colégio “Nossa Senhora da Luz”, em São Luiz do Maranhão (1652); o Colégio “Santo Alexandre”, no Pará (1652); o Colégio “Nossa Senhora do Ó”, em Recife (1678) e a Escola de Belém, na Bahia (1687).

De conformidade com Leite (1952), historiador da Companhia de Jesus no Brasil, dentre os estabelecimentos criados pelos jesuítas para ensinar a ler, escrever e contar, existiam aqueles que ofereciam, também, uma educação escolar superior e uma preparação sacerdotal, ainda que mínima. A Escola da Bahia, por exemplo, oferecia os cursos de Primeiras Letras, Humanidades, Filosofia e Teologia “[...] com suas festas acadêmicas e graus universitários.” (LEITE, 1945, p. 69). Assim como a Escola da Bahia, os Colégios de Olinda e de São Vicente tinham modelos escolares similares.

Vale destacar que a educação escolar brasileira, nos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, estava, em sua grande parte, voltada à constituição de uma civilização moldada nos padrões católicos europeus e, no que se refere à formação sacerdotal, sua finalidade essencial era o “saber de salvação”. De acordo com o historiador Hansen (2001), o padre Jesuíta Manuel da Nóbrega, em sua primeira carta, datada de 1549, afirmava: “Essa terra é nossa empresa e [...] cá não são necessárias letras, mas virtudes e zelo de Nosso Senhor”. Para esse historiador,

Nóbrega propunha que o tipo do padre letrado não era imediatamente necessário para a conversão do gentio no Brasil. Considerando a depravação dos costumes do clero regular e dos colonos amancebados com índias, afirmava que somente os bons exemplos poderiam vingar, donde sua idéia de uma conversão operada antes pelo exemplo de vida virtuosa que por palavras. (HANSEN, 2001, p. 28).

Isso não remetia, necessariamente, para a ignorância da cultura letrada, mas a uma etapa que precedeu os ensinamentos contidos no “Plano de Estudos” *Ratio Studiorum atque Institutio Jesu*, implantado definitivamente a partir de 1599 e que tinha

como fundamento uma cultura humanística e, como orientação filosófica, a escolástica teocêntrica e as teorias de Aristóteles (384-322 a.C.) e Santo Tomás de Aquino (1227-1274 d.C.). Para aqueles que desejassem abraçar o sacerdócio, também, existia o curso de teologia, em que se ministravam as Ciências Sagradas, que se traduziam num coroamento de todos os estudos.

De acordo com Franca (1952, p. 82), o “alvo” da educação humanista do *Ratio Studiorum atque Institutio Jesu* era a eloquência latina. O Latim constituía o vínculo de unidade da civilização européia e de transmissão de uma cultura superior. No século XVII e parte do XVIII, o ensino das humanidades pretendia tornar o homem mais humano, na medida em que lhe proporcionava ser mais educado, mais afável, mais acessível, em suma, mais tratável. A idéia era formar o homem pelo desenvolvimento harmonioso de suas faculdades, sendo a linguagem o melhor instrumento. Sabendo expressar-se, o homem sentir-se-ia estimulado a pensar, a articular melhor as suas idéias. No caso do futuro sacerdote, estaria mais bem preparado para o trabalho missionário e catequético.

Ainda de acordo com Franca (1952, p. 82), o propósito do *Ratio...* era “[...] preparar o homem concreto para viver no cenário deste mundo.” E segundo o próprio *Ratio...*, os objetivos dos estudos da Companhia era “[...] ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso [...]” (O MÉTODO PEDAGÓGICO..., 1952, p. 119). Ou seja, seu objetivo era imprimir um modelo de formação humanista, filosófico e teológico que fizesse com que a Igreja pudesse se relacionar com as mudanças filosóficas que marcaram o século XVI, o XVII e os que os seguiam.

No século XVIII, há que se considerar também o texto das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” que, embora não tratasse especificamente de Seminário, mostrava, em seu corpo, a necessidade de formar um padre pelo ensino das humanidades, com intensificada atuação pastoral, obtida pela convicção da firme vocação sacerdotal, imposta pela prática das virtudes do estado clerical tais como a castidade, a piedade, o zelo do altar, a caridade para com o próximo, a cultura religiosa, o desapego ao ouro e aos bens terrenos. (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707).

Embora as orientações estivessem bem postas, o que aconteceu foi uma desobediência a tais regras, notadamente por parte de alguns membros do clero secular⁵. Há registros de padres amasiados, mercenários, corruptos, some-se a isso a falta de “disciplina” moral e comportamental, para o cumprimento dos sacramentos (MATOS, 2002). Com “certos” descumprimentos por parte de “alguns sacerdotes”, o clero, que deveria servir de exemplo virtuoso, ficou mal-afamado e, por isso, com uma imagem negativa, repercutindo, inclusive, no próprio seio da Instituição Igreja Católica.

Com relação às orientações do Concílio de Trento, estas somente evidenciaram-se com a mudança da nomenclatura de Colégio para Seminário, ainda que, no fundo, a essência educacional e catequética se mantivesse. Em princípio, há uma distinção fundamental entre as duas nomenclaturas em apreço – Colégio e Seminário –, uma vez que as raízes etimológicas apresentam traços semânticos distintos: Colégio vem do latim *Collegium-i*, na acepção de reunião de colegas de uma mesma categoria, em particular sacerdotes, ao passo que Seminário, também originário do latim *Seminarium*, no sentido primário de “viveiro de plantas”, mas derivado de *Semen-inis*, com o sentido de semente ou grão. Por extensão ou em sentido emblemático, a “reunião” de “sementes” passou a constituir escola de ensino e de formação sacerdotal, designação essa sacramentada pelo próprio Concílio de Trento.

Foi em 1687 que as orientações do Concílio tiveram seu ponto de partida no Brasil. Quando a “Escola de Belém”, da Bahia, foi transformada em “Seminário de Belém da Cachoeira”, sendo o primeiro de muitos outros criados pelas diferentes ordens religiosas que aqui se estabeleceram, a exemplo dos franciscanos, dos próprios jesuítas, dos lazaristas, dentre outros que criaram, ao longo do tempo, o Seminário São José e o Seminário São Pedro (hoje Colégio Pedro II), no Rio de Janeiro (1739), o Seminário Nossa Senhora da Conceição, na Bahia (1743 e 1756), o Seminário da Paraíba (1745), o Seminário do Pará (1749), o Seminário do Rio Parnaíba no Piauí (1749), o Seminário da Boa Morte ou Seminário de Mariana, em Minas Gerais (1750), o Seminário do Maranhão (1751) e o Seminário de Paranaguá (1754).

De maneira geral, a preparação sacerdotal, nesses Seminários, menos que a formação respaldada nas determinações do Concílio de Trento, estava centrada em um

⁵ Na Igreja Católica Apostólica Romana, o Clero é composto pelo Papa, Cardeais, Arcebispos, Bispos e Padres, sendo estes divididos em Clero Regular, que seguem as regras de uma ordem religiosa, a exemplo dos beneditinos, franciscanos etc. e o Clero Secular que, ligado a uma Diocese, tem o Bispo por cabeça e ações voltadas para o público.

modelo de frágil formação, no que se refere ao rigor e à disciplina – procedimentos exigidos na formação do presbítero, mesmo porque, em face do regime de Padroado, segundo o qual o Estado subsidiava a Igreja Católica e esta o legitimava, a formação dos padres ficou em um segundo plano. Isso devido ao fato de o Estado ter plenos poderes para ordenar e nomear, quem assim quisesse, para cargos na hierarquia eclesiástica, não havendo exigências maiores de ordem intelectual, moral e humanística.

De acordo com Matos (2002), a maioria dos Seminários existentes no Brasil, no período colonial, não cobrava frequência, conseqüentemente, funcionava como externato. Os exames eram “bastante indulgentes” e os conhecimentos não precisavam, necessariamente, ser adquiridos na instituição. Muitos candidatos ao sacerdócio assistiam a aulas particulares, em lugares inapropriados, sem a preparação necessária a um “levita do Senhor”. O que não quer dizer que inexistissem aqueles que se dedicavam a uma apropriada formação teológica, moral e intelectual ou mesmo que os Seminários não os favorecessem na empreitada.

O Alvará de D. José I, Rei de Portugal, datado de 28 de junho de 1759, que expulsou os Jesuítas dos domínios do reino português, pondo fim a todas as escolas, os colégios e os seminários pertencentes à Ordem, inclusive o primeiro Seminário da Paraíba, datado de 1745, também implantou o sistema de “Aulas Régias”, que por sua vez teve nos religiosos beneditinos, capuchinhos, carmelitas, franciscanos, sacerdotes seculares e aos padres pertencentes à Congregação do Oratório, apoio relevante.

Em decorrência das reformas instauradas pelo Primeiro Ministro de Dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que reformou as escolas menores e instituiu fundos escolares (1772), tem-se a permissão da abertura de seminários e instituições de formação sacerdotal, sob os fundamentos do espírito ilustrado, iluminista, “[...] no qual os conhecimentos de caráter empírico estivessem, no mínimo, em situação de igualdade com a filosofia e a teologia escolástica, tipicamente medievais.” (PRATTA, 2002, p. 87).

É exemplo, de acordo com Alves (2001), o Seminário franciscano do Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro que, embora criado em 1608, seu Estatuto, que fora aprovado pelo Alvará Régio de 11 de junho de 1776, contemplava, em seu Plano de Estudos, Filosofia Natural, Moral e Racional, com desdobramentos em conhecimentos de Ética, Direito Natural, Física Experimental, Geometria Elementar, História Natural,

Grego e Hebraico. Quanto à Teologia, estudava-se História Eclesiástica, Teologia Moral e Teologia Exegética.

Segundo Sangenis (2004, p. 101), do curso do “Convento – universidade de Santo Antonio, no Rio de Janeiro”, saíram vários expoentes franciscanos que levaram adiante os ensinamentos lá adquiridos. Assim, foram agraciados os Cursos de Filosofia, do “Convento de Vitória” (ES) e do “Convento de Taubaté” (SP), as Aulas Públicas Superiores de Latim, Filosofia e Matemática, do “Convento de Itu” (SP), do “Seminário de Sant’Ana” (SP), do “Seminário dos Carmelitas” (SP) e do “Seminário da Bahia”.

Um outro Seminário criado em conformidade com o primado das ciências modernas e que também foi agraciado com os ensinamentos ministrados por ex-alunos do Convento Santo Antonio foi o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça de Olinda (PE), ou “Seminário de Olinda”, criado em 1798 posto a funcionar em 1800 pelo Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1795-1802), e considerado de suma relevância para a compreensão da história dos Seminários do Brasil.

O Bispo Azeredo Coutinho, que nasceu em Campos, no Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1742, e faleceu em Lisboa, a 12 de setembro de 1821, licenciou-se em Letras e Filosofia, na Universidade de Coimbra, onde também bacharelou-se em Direito Canônico. Além do Ofício de Bispo, Dom Azeredo Coutinho exerceu as funções de Reitor do referido Seminário e Diretor Geral de Estudos, em Pernambuco, Olinda e arredores. Em 1802, entretanto, voltou a Portugal como Bispo de Bragança, Miranda e de Elvas. “Seu” Seminário, no entanto, representou,

[...] uma inflexão brusca e transitória para o espírito moderno marcando, no que concerne à formação sacerdotal, o ‘divisor de águas’ entre a pedagogia jesuítica e a nova corrente do pensamento pedagógico, sob a influência das idéias dos enciclopedistas franceses. (AZEVEDO, 1963, p. 326)

Esse Seminário, assim como os demais até então elencados, também funcionou como escola elementar e média, dedicando-se unicamente à formação de sacerdotes, apenas em 1836, quando a estrutura da “Escola” fora abalada pela Revolução Pernambucana. Acerca do seu modelo educacional, Azevedo (1963) o entende como dotado das concepções enciclopedistas, expressas em um ambiente liberal, cujo modelo consistia em métodos mais suaves e humanos; em respeito maior à personalidade do aluno; na transformação profunda das relações dos mestres com os discípulos e, mais ainda, na importância dada ao Plano de Estudo, ao ensino de Matemática e das Ciências Físicas e Naturais.

O Bispo Azeredo Coutinho, com sua visão de estadista, ministrava, no Seminário, o ensino das ciências úteis, ou seja, aquelas que fariam do seu discípulo um homem capaz de conhecer e reconhecer as riquezas de sua própria terra. O estudo do regional entrou no currículo justamente com essa finalidade. Com relação aos Estatutos do Seminário, foram inspirados nos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa e adaptados à realidade de um seminário instalado no norte do Brasil. Assim, o Plano de Estudos do Seminário de Olinda, ao ser criado, compreendia 11 anos distribuídos nos cursos de Gramática Latina (3 anos), Retórica (1 ano), Filosofia – Lógica, Metafísica, Ética, Física Experimental, História Natural e Química (2 anos), Geometria (1 ano), Teologia – Teologia Teorética ou Especulativa, Dogmática, Simbólica, Positiva e Polêmica, Teologia Prática, Moral, Disciplinar e Litúrgica (3 anos) e História da Igreja – Sagrada e Eclesiástica (1 ano).

Compreendendo a formação sacerdotal como hierarquicamente distinta, o modelo escolar adotado era inspirado nas ciências modernas (Física Experimental, Química, Geometria Elementar) e nas ciências escolásticas (Gramática, Retórica, História, Filosofia). Sobre o caráter científico, teológico e liberal da formação sacerdotal e não sacerdotal do Seminário de Olinda, afirma o Monsenhor Nogueira:

O caráter acentuadamente científico dos estatutos de filosofia experimental, e a redução da teologia especulativa ou dogmática, o amplo método histórico nas Ciências Teológicas, que substituiu a filosofia pela História da Igreja na pesquisa e na especulação geral da Teologia, assemelham o Seminário de Olinda na organização dos estudos, aos seminários europeus da mesma época, e explicam, juntamente com outros vários fatores, como as prolongadas vacâncias da Diocese, a efervescência absorvente e revolucionária da ideologia do liberalismo político, os poucos frutos colhidos da sementeira de Azevedo, na formação teológica dos padres de Olinda, naquela época. Eram bacharéis de batina. (NOGUEIRA, 1985, p. 225).

Sob tal perspectiva, Alves reforça a visão do Monsenhor Nogueira, quando considera o Seminário de Olinda “[...] uma manifestação típica do pensamento burguês luso-brasileiro, uma manifestação típica do iluminismo sob as condições concretas do Brasil Colônia.” (ALVES, 2002, p.117). Ao comparar o Plano de Estudos do Seminário de Olinda com o do Seminário do Convento de Santo Antônio, Alves encontra vários pontos em comum, em relação aos conhecimentos ministrados, ao combate à escolástica e às próprias regras comportamentais, embora considere distintos os graus de ensino, as

durações dos cursos, o exame de admissão e a distribuição das disciplinas por cursos e séries.

Através da análise comparativa, Alves (2002) percebeu que as duas propostas inspiravam-se nos ideais burgueses das reformas pombalinas da instituição, concluindo que “[...] o Seminário de Olinda não foi, quanto aos seus fins e organização, uma iniciativa isolada” (ALVES, 2002, p. 222). Entretanto, ao contrário do ideal tridentino, ficou sendo, assevera Pratta (2002), “[...] sua marca registrada a devoção ao Estado, idealizado como receptáculo dos interesses gerais da nação, e a independência diante do poder romano.” (PRATTA, 2002, p. 87).

Com a Independência política do Brasil, em 1822, algumas poucas mudanças foram notadas: economicamente, o Brasil estava dominado pelo imperialismo inglês; culturalmente, aproximou-se da França; politicamente, o que se principiava era a “liberdade e a igualdade”, entretanto, a escravidão continuou até 1888 e, religiosamente, pôde-se perceber uma certa manutenção do regime de padroado, através do regime de regalismo, segundo o qual a Igreja católica continuava ligada ao Estado, devendo-lhe, inclusive, obediência.

Especificamente no tocante ao clero, o que se assistia era a concordância dessa continuada aliança, ao menos por uma “parcela significativa” do clero. Na visão do próprio Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Romualdo Antonio de Seixas, “[...] a missão da Igreja é defender o Trono, enquanto este, por sua vez, deve apoiar e prestigiar o Altar.” (SEIXAS apud MATOS, 2002, p. 22). Tal aliança foi ratificada pela constituição de 1824 que declarou ser o catolicismo a religião oficial do país.

Na visão de Matos (2002, p. 32), “A Igreja na Carta Magna do Império é tratada como ‘[...] um departamento da administração civil’ e deve ser ‘útil’ para o Estado.” Tal entendimento transformava os sacerdotes em meros funcionários públicos, sujeitos à rotina de tarefas oficiais e metodicamente controladas. Já do ponto de vista da formação sacerdotal, o regalismo inibiu sobremaneira qualquer tentativa de mudança do modelo de formação sacerdotal. Presa aos ditames do Estado e com alguns dos seus membros políticos partilhando dos seus benefícios, a hierarquia da Igreja Católica pouco ou nada pôde fazer a favor do reerguimento do clero. Criar dioceses, reorganizar os seminários, instituir faculdades de Teologia – medidas necessárias ao aumento das vocações sacerdotais e do bem do clero e da Igreja no Brasil – não faziam, certamente, parte dos planos governamentais.

Sob o regime imperial, a seleção dos candidatos ao sacerdócio também continuava deficitária. Muitos dos jovens que alçavam a carreira, não estavam preparados intelectualmente nem se sentiam estimulados a sê-los, negligenciando a formação teológica e cultural pertinentes a um padre. Quanto à prática sacerdotal, a situação era ainda pior. Sem muitos recursos, vivendo, na maioria das vezes, em povoados distantes, com muitas dificuldades, desde as salariais até as de transporte e comunicação, muitos padres viam-se, por vezes, obrigados a abraçar outros ofícios contrários àqueles ditados pela Santa Sé. Assim, tínhamos padres sitiados, padres negociantes, padres taverneiros, dentre outras ocupações (MATOS, 2002; PRATTA, 2002).

Tal situação, precária de fato, desgastava mais e mais os princípios e a imagem do clero. Havia aqueles que concordavam com a situação, entretanto, havia também os que a repudiavam e ansiavam, cada vez mais, por uma reforma, no seio da Instituição. Foi com esse propósito que ascenderam os dois Movimentos já referenciados: o Regalista ou liberal, liderado pelo Padre Diogo Feijó, e o Ultramontano ou conservador, tendo à frente Dom Romualdo Antonio de Seixas.

Após a defesa da minha Dissertação de Mestrado, não levei muito tempo para entender que o Movimento Ultramontano, como o idealizador do processo de reforma implementado pela Igreja Católica, desde o Império, teve uma importância capital na formação sacerdotal no Brasil. Tendo à frente os Bispos Dom Romualdo Antonio de Seixas, o Arcebispo Primaz do Brasil; Dom Antônio Ferreira Viçoso, Arcebispo de Mariana; Dom Luiz Antonio dos Santos, Bispo de Fortaleza; Dom Pedro Maria de Lacerda, Bispo do Rio de Janeiro; Dom João Antonio dos Santos, Bispo de Diamantina; Dom Antonio Macedo Costa, Bispo do Pará, além de Dom Antonio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo, e seus liderados, o Movimento Ultramontano, ao cumprir as metas da reforma, proporcionou o desenvolvimento de novas atitudes na administração religiosa, no Brasil.

O que ficou registrado, sem sombra de dúvidas, foi a tentativa de romper com um passado pouco glorioso e uma busca, cada vez mais crescente, de instrumentos e medidas (re)formadoras. Evidentemente que a tais bispos coube a iniciativa de mudar a formação e o comportamento clerical considerados imprescindíveis à nova imagem sacerdotal que se queria compor.

Nesse sentido, o século XIX foi o século em que foram colocadas, em prática, medidas que viabilizaram tal intento. Sob a tutela do Concílio Plenário Latino Americano, realizado em Roma, em 1899, e do Congresso Católico Brasileiro que ocorreu na Bahia, em 1900, a hierarquia católica brasileira tornou obrigatório, como primeira medida, o uso das vestes talares (batina), o que demonstraria a condição de sacerdote perante a sociedade; a segunda medida foi a instituição das conferências eclesiais, para melhor informar e formar o corpo clerical. Tais conferências eram eventos restritos à hierarquia e a representantes oficiais da Igreja e versavam sobre “casos de consciência”, com a intenção de preparar o clero para o “[...] reto exercício do múnus pastoral com respeito ao sacramento da confissão.” (MATOS, 2002, p. 91). Afinal, o sacerdote deveria, além de se impor enquanto padre, conhecer a natureza e a gravidade dos pecados, bem como a maneira de conduzir os fiéis conforme as recomendações pastorais da Santa Sé.

A terceira medida adotada em prol da reforma do clero foi a determinação do “lugar” do padre. Ora, era através da sua presença constante no templo e no púlpito, e assumindo as funções de pregador, de confessor e de orientador dos fiéis, conclamando-os à prática das virtudes e deveres cristãos, que os padres estariam contribuindo para sua renovação, que primava, em meio a outras variáveis, pela supremacia do catolicismo em detrimento de outras confissões religiosas. Era dentro do templo, com seu exemplo; na missa, com sua palavra; no confessionário, com seus conselhos, que o padre serviria de mediador entre o homem e o transcendental.

A quarta medida traduziu-se no combate às manifestações religiosas populares que cresceram significativamente, nesse período. Consideradas “fanatismo”, “superstição” e decorrentes da “ignorância religiosa”, eram avaliadas como uma “deturpação da verdadeira religião”. Ao invés de tais crenças, os bispos reformadores instituíram novas devoções como a da “Imaculada Conceição” e do “Sagrado Coração de Jesus” que impulsionaram o “Apostolado da Oração” e o “Culto Mariano”, movimentos que contribuíram para uma renovação da imagem da Instituição (MATOS, 2002).

Essas medidas eminentemente religiosas impulsionaram os “bispos reformadores” e seus liderados a acompanharem, mais de perto, o que estava acontecendo em seu entorno. Para ratificá-las, estabeleceram, ainda, as chamadas “visitas pastorais”, inclusive recomendadas pelo Concílio de Trento que, entre outros

desígnios, serviam para conhecer de perto a realidade do povo e promover as transformações consideradas imperativas. Tais visitas deram origem às “Santas Missões” que, por sua vez, tinham como principal objetivo “[...] instruir o povo nas verdades da fé e elevar o nível moral, sobretudo no que diz respeito à vida matrimonial.” (MATOS, 2002, p. 95).

As medidas visavam ainda e, sobretudo, à constituição de um “[...] clero *douto e santo*, de conduta reta e grave, um digno representante da ordem ‘espiritual’ e inteiramente voltado para as coisas do alto [...]” (MATOS, 2002, p 90, grifo do autor). Mas, em meio a essas medidas, exclusivamente da Igreja, havia também “iniciativas” por parte do governo. Não satisfeito com as Ordens religiosas presentes no território brasileiro, como os beneditinos, carmelitas, franciscanos e as religiosas clarissas, ursulinas, concepcionistas e carmelitas descalças, o Imperador Pedro II, paradoxalmente, optou por convidar Ordens religiosas de origem francesa e italiana, a exemplo dos lazaristas e capuchinhos que tinham como preocupação central atividades mais benquistas pelo Imperador, consideradas “úteis à nação”, a exemplo da assistência social, da saúde, da civilização dos índios e, principalmente, da educação escolar e formação de padres. Essas ordens religiosas, entretanto, segundo Matos, para permanecerem no Brasil, tiveram que assumir o compromisso de não se envolverem em política, limitando-se às esferas espiritual, social e educacional.

Matos também levanta a hipótese de que aquelas ordens (beneditina, carmelita, franciscana) foram “hostilizadas” pelo governo devido ao fato de

[...] suas propriedades serem consideradas de ‘mão-morta’, ou seja, sem utilidade social ou proveito econômico para a Nação. Na realidade, despertaram a cobiça do governo, que, com o desaparecimento dos religiosos, queria apoderar-se deste seu patrimônio. (MATOS, 2002, p. 200).

O fato é que, em 1831, o Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó (1784-1843) publicou uma “Portaria” que visava à reforma e ao melhoramento das ordens religiosas. Tal Portaria não foi bem recebida pelos religiosos, que já suspeitavam da sua pretendida expulsão. E, para completar, em 1855, foi publicado, pelo Ministro da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo, um “Aviso” no qual o governo impedia a entrada de novos noviços nas antigas ordens religiosas. Pregava o Aviso: “Sua Majestade o Imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada de noviços nessa Ordem Religiosa até que seja resolvida a Concordata que à Santa Sé vai o Governo Imperial propor.” (AVISO apud MATOS, 2002, p. 199).

Foi nessa “conjuntura” de hostilidade a algumas “Ordens” que se estabeleceram, no Brasil, além dos lazaristas e dos capuchinhos, os dominicanos, os salesianos e os jesuítas (que retornaram para cumprir novamente função educacional). Por parte das congregações femininas, estabeleceram-se as religiosas “Filhas de Caridade” ou vicentinas dedicadas à área hospitalar, à educação da juventude feminina e ao acolhimento de crianças abandonadas; as irmãs de São José de Chambéry que atuaram na educação e nos orfanatos; as dorotéias também dedicadas à educação; as “irmãs do Puríssimo Coração de Maria”, ordem fundada no Rio de Janeiro pela austríaca Bárbara Mais, que viera para o Brasil, em 1848, além das “religiosas do Sagrado Coração de Jesus” originárias da primeira congregação feminina fundada em Igarassu/PE, no Brasil, no ano de 1742, tempos em que lá vivia o Padre Gabriel Malagrida (1689-1761), considerado por Nogueira (1985, p. 35) “[...] o maior apóstolo das vocações sacerdotais no Brasil”, sendo o incentivador de muitos dos seminários do Brasil colônia, a exemplo do já citado “Seminário São José”, fundado em 1739, pelo bispo Fortunato de Almeida, no Rio de Janeiro.

Na verdade, se, por um lado, a intenção última do governo era eliminar um tipo de padre ou religioso “[...] mais independente, fora do controle do Estado, que poderia vir a se constituir um perigo, em benefício de um sacerdote ligado e controlado pelo Estado, de preferência mais devotado à Coroa do que ao Papado [...]” (PRATTA, 2002, p. 86), por outro lado, o que os bispos reformadores queriam era uma Igreja mais romana, com um clero mais afastado das atividades seculares e dedicado à cura das almas. Com as missas nos templos e distanciados da realidade terrena, o padre poderia mais e melhor cuidar da vida espiritual dos seus fiéis, fosse pela pregação, fosse pelo exemplo.

Com esse intuito, os membros das “novas ordens” foram sendo colocados em locais estratégicos de atuação, a exemplo da direção e docência dos Seminários já existentes, como foi o caso dos lazaristas, no “Seminário de Mariana” e no “Seminário São José”, do Rio de Janeiro, bem como em outros Seminários recém-criados, como são os casos do Seminário São José, da Diocese de Manaus, criado em 1848, por Dom Afonso Torres; do Seminário Episcopal do Ceará ou “Seminário da Prainha”, criado em 1854, por Dom Luiz Antonio dos Santos; do Seminário São Feliciano, em Porto Alegre, criado em 1852, pelo primeiro Bispo Dom Feliciano Jose Rodrigues de Araújo Prates; do Seminário Imaculada Conceição ou “Seminário da Conceição”, em Cuiabá, criado

em 1858, pelo primeiro Bispo Dom José Antonio dos Reis; do “Seminário de Diamantina”, em Minas Gerais, criado em 1867, pelo primeiro Bispo Dom João Antonio dos Santos e do Seminário Santa Cruz da Província de Goiás, criado em 1872, por Decreto de Pedro II e inaugurado pelo terceiro Bispo da Diocese, Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo.

Por certo, tais iniciativas não foram suficientes para reformular as políticas eclesiais, nem mesmo a visão negativa que se fazia de alguns padres, entretanto, não se pode negar que foi, a partir dessa política de separação entre os poderes do Estado dos poderes da Igreja, que a representação que se tinha da Igreja Católica passou a ser mais bem considerada, mais acreditada.

Somente com a Proclamação da República e a oficialização do processo de laicização no Brasil, que a Igreja Católica deu sustentação à reforma de seus quadros. Como já dito, foi a partir do Decreto republicano 119-A, datado de 07 de julho de 1890, que a hierarquia católica seguiu os ideais romanizados (ultramontanos) e implementou o tão almejado processo de reforma. A efetiva legitimidade desse movimento religioso estava assentada nos moldes de uma religião próxima ao Papa que, por sua vez, pregava uma política geral do Vaticano que visava a estreitar os vínculos com as igrejas nacionais, reforçar a hierarquia (Papa-Bispo-Clero) e revivificar os sacramentos na prática do catolicismo.

O fato é que o cenário que serviu de palco para a reforma implementada pelo movimento romanizado, trouxe em seu bojo dois tipos de mudanças: uma política e outra religiosa. A política estava embebida na recente proclamação da República que dizia estar o Estado separado da Igreja e com total liberdade de crença. Reza a constituição de 1891, na Seção I, no seu Artigo 11, § 2: “É vedado aos Estados, como à União: [...] 2º) estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos” e na Seção II intitulada “Declaração de Direitos”, no Artigo 72, § 3, declara que “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.”

Esta abertura constitucional, que acabou legitimando as outras formas de crença, deu espaço a uma mudança também religiosa, na medida em que o protestantismo, o espiritismo, bem como a maçonaria e os positivistas e mesmo os monistas e evolucionistas (NASCIMENTO, 1999), ganharam peso no cenário religioso e

ideológico brasileiro. Atraindo adeptos, essas formas de crer e pensar, passaram a disputar, cada vez mais, espaços com a Igreja Católica. Com o protestantismo, o catolicismo disputava os fiéis e os espaços; com o espiritismo, competia com a crença da ressurreição *versus* reencarnação; já com a maçonaria, o que ficava evidente era a disputa pelo poder de mando entre os membros da hierarquia católica e da hierarquia política que faziam parte da “Seita Maçônica”. Seguindo esse mesmo princípio, o da disputa por espaços, encontrava-se o Positivismo, com sua tentativa de desqualificação da fé pela ciência, o monismo (materialismo) contra o qual a Igreja legitimava a crença na alma e no espírito e o evolucionismo, que fez com que a Igreja ratificasse a teoria do criacionismo.

Com a laicização do Estado brasileiro, estava findo também o regime regalista. De modo que, com a falta de “administrador” e subvenções proporcionadas pelo governo, somada à “péssima” imagem de alguns sacerdotes (construída pela relação de padres amasiados, corruptos, jogadores, desonestos etc), assaz preterida pela hierarquia católica desde a colônia e que ainda não havia sido exterminada, foram motivos suficientes para que o alto escalão da Igreja se visse de mãos e pés atados.

Foi nessa conjuntura – “conexão entre fenômenos diversos, mas simultâneos” (BURKE, 1997, p.129) – que a Igreja (re)iniciou uma série de estratégias que foram sendo implantadas com o objetivo de dar início ao processo de conquista de sua autonomia enquanto religião primeira.

Tais estratégias podem ser visualizadas por dois ângulos: externamente, como já foi posto, a principal iniciativa foi a implantação de Dioceses em todos os Estados e em muitos municípios brasileiros, fazendo o que Miceli (1988) chamou de processo expansionista de estadualização da Igreja Católica. A estratégia interna, por sua vez, seguia esse raciocínio: uma vez instaladas as Dioceses, o passo seguinte era constituir uma comissão composta por fiéis das elites econômica e política locais (presidentes de Estado, coronéis, militares, fazendeiros, profissionais liberais, altos funcionários públicos, dentre outros) para dar início à constituição de um patrimônio da Igreja. Essa comissão também tinha como objetivo angariar fundos para a construção dos seminários, que, na prática, não deixava de ser mais uma riqueza, neste caso, material e espiritual.

Com essa iniciativa, a Igreja se viu proprietária de um patrimônio constituído de casas, sítios, fazendas, obras de arte, além de pensões de benfeitores e verbas

governamentais, bens suficientes para encetar a reforma tão almejada. O ato seguinte era preparar, o quanto antes, a confraria que iria efetivar a reforma espiritual do clero. Para tanto, o alto escalão da Igreja resolveu, num primeiro momento, “exportar” seminaristas e “importar” padres seculares e religiosos e suas respectivas Ordens.

A “exportação” se deu com o intuito de melhor formar os futuros padres, visto que os Seminários aqui existentes não estavam ainda preparados para o que se queria formar – um clero preparado moral, espiritual e intelectualmente. Os locais eram o Seminário de São Suplício, na França, e o Seminário Gregoriano, em Roma. Já a “importação” foi com o intuito de trazer para o Brasil a experiência religiosa e cultural, reconhecida na Europa e necessária aos planos brasileiros para formar uma elite de predicadores em condições de realizar o trabalho pastoral, catequético e educacional em todo o país.

Também com esse intuito, velhas Ordens foram reestruturadas, a exemplo dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas que receberam ajuda das suas sedes, na Europa, além das novas ordens que foram atraídas pelo Brasil, a exemplo dos redentoristas. A título de ilustração, entre 1890 e 1930, chegaram ao Brasil 31 congregações masculinas e 71 femininas, sem contar com as que foram criadas no próprio país, sendo, por isto, estes números elevados de 31 para 32 e de 71 para 93. De acordo com Matos (2003), tal aumento deve ter também como explicação a política anticlerical de vários países europeus que expulsaram grandes contingentes de religiosos, mesmo porque, no Brasil, a vida religiosa consagrada oferecia, à época, um meio de ascensão social.

Essas ordens representaram um papel fundamental na construção do patrimônio pessoal e material da Igreja. Elas, que encerravam uma missão eminentemente religiosa, também tiveram outras atuações, a exemplo da assistência social, hospitalar e formadora, de modo que tiveram em suas paróquias, em seus hospitais, em seus colégios e até em seus jornais, o espaço e o suporte necessários para impulsionar a reforma iniciada pela hierarquia da Igreja.

Tais ordens e seus religiosos também foram de suma importância para a educação escolar do país, pois embora laico, o Estado ainda não podia

[...] arcar diretamente com os encargos financeiros e institucionais requeridos pela formação de quadros docentes e administrativos, e sem contar com o respaldo de políticas públicas adequadas na área educacional, [por isso] os governantes estaduais e alguns setores de

peso dos grupos dirigentes locais, preferiram dar mão forte aos empreendimentos confessionais. (MICELI, 1988, p. 23).

De modo que a Igreja pôde contar, como uma das diretrizes—mor de sua política expansionista, com a prestação de serviços educacionais. Foi assim que conseguiu criar e manter escolas masculinas, femininas, internatos e seminários, em quase todos os cantos do país. Através delas, a Igreja superava as dificuldades financeiras, ganhava espaço para sua catequese e legitimava sua doutrina. Parafraseando Kulesza, “[...] foi através do saber letrado que a Igreja Católica no Brasil redefiniu seu papel na sociedade republicana, recuperando e ampliando o poder que detinha desde os tempos coloniais.” (KULESZA, 2006, p. 3).

Com relação ao expressivo crescimento de outras confissões religiosas, em maior ou menor medida, desde a aprovação do Decreto 119-A, de 1890, e da Constituição de 1891, a Igreja Católica deu início a uma verdadeira “caça às bruxas”. Ao criar as Dioceses, também criou jornais, servindo estes para não só levar suas crenças e catequese aos seus fiéis, mas depreciar e excomungar as outras formas de fé e quem fizesse parte delas.

Artigos contra os protestantes, espíritas, maçons e cientificistas são comuns e corriqueiros nas páginas dos jornais católicos da época, da mesma forma que nos jornais protestantes existem críticas contra os católicos. Verdadeiros embates podem, hoje, ser colhidos, para que se compreenda como e quão intensa foi a disputa pelo poder religioso, no Brasil, nesses tempos.

O que se pôde perceber foi que, para cada ação protestante, houve uma reação católica. De modo que para cada missão protestante implantada, a Igreja Católica construía uma paróquia, ou diocese ou prelazia e, com elas, uma série de medidas implementadas. Assim, foram ganhando *status* os jornais e, materialidade, as práticas religiosas e educacionais, de tal modo que para os ensinamentos evangélicos, escolas diocesanas; para a venda de impressos (livros, livretos, opúsculos, folhetos etc), distribuição gratuita de catecismos e assim por diante.

Nascimento, ao investigar as origens da educação protestante em Sergipe, atesta:

[...] a Igreja Católica procurou se contrapor ao trabalho educacional desenvolvido pela Missão [Presbiteriana], organizando colégios, com estrutura e currículos também inovadores, nas cidades onde os missionários presbiterianos norte-americanos estavam presentes, como foi o caso do Colégio Inglês, ainda em 1897, em Laranjeiras, e do Colégio Maria Auxiliadora, em Estância. (NASCIMENTO, 2004, p. 238).

Assim como nos colégios, a Igreja católica investiu na formação de seus quadros quando, atendendo aos enunciados do Concílio de Trento, financiou a criação de seminários. Através deles, os bispos eleitos para as novas Dioceses continuaram o trabalho dos “reformadores” e deram início à mais alta missão da romanização: a apropriada formação sacerdotal. Constituídas de prédio, mobiliário, corpo dirigente, um rol de padres professores e um estatuto, as casas de formação sacerdotal, criadas e implantadas pós-laicização, ou seja, depois da proclamação do Brasil República, foram, ao menos nas três primeiras décadas, grandes pólos de estudos educacionais não só para os futuros sacerdotes, mas para muitos dos leigos que de lá saíram e tornaram-se grandes nomes da história política e intelectual do país. Assim sendo, tais iniciativas significaram mais do que um crescimento quantitativo e qualitativo, nos espaços destinados ao recrutamento e formação de sacerdotes, significou investimentos nos setores estratégicos da Igreja Católica.

Tal constatação levou-me a formular a seguinte problemática investigativa: seriam todos os seminários iguais? –, teriam o mesmo modelo e a mesma atuação em todos os Estados brasileiros?, em suma, em que se assemelhava e se diferenciava a formação sacerdotal desenvolvida em seminários brasileiros?

A tese que levanto é que o modelo escolar aplicado nos Seminários brasileiros criados após a política de laicização trata-se de um modelo com uma matriz única (com formação em seminários e objetivos pré-dispostos pela Santa Sé), embora adaptado, em alguns pressupostos, à realidade local e que, por sua estrutura formativa (privilegiando não só o espiritual e o moral, mas também o intelectual), foram responsáveis por gerações de “intelectuais” (professores, jornalistas, escritores, etc) que alavancaram a educação escolar no Brasil, nas três primeiras décadas da República, quando, em tese, o Estado era laico, ou seja, a Igreja não mais dispunha dos subsídios do Estado e este, dentre outras coisas, não mais contava com o auxílio da Igreja para o ensino público no país.

Como a história é a

‘Ciência dos homens’[...]. É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’. O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. (BLOCH, 2002, p. 55).

A história, portanto, é a ciência dos homens no tempo. E segundo o próprio Bloch (2002), o ofício do historiador é “compreender o presente pelo passado” e

correlativamente “compreender o passado pelo presente.” Assim, no sentido de refletir acerca da formação eminentemente sacerdotal ministrada no Brasil republicano e uma vez estabelecida à temática da tese – Igreja Católica e formação sacerdotal no Brasil – tomo como objeto de análise a formação acadêmica e sacerdotal desenvolvida no Seminário Nossa Senhora da Conceição, de João Pessoa, e no Seminário Sagrado Coração de Jesus, de Aracaju. Por serem, estes, exemplos de instituições que seguiram o novo caminho da Igreja Católica, no que concerne a um movimento formativo “renovado”, pós-proclamação da República.

Reconhece-se, deste modo, que o objetivo que orienta a investigação é o de descortinar os fundamentos, bem como os modelos escolares que dirigiram e orientaram a formação sacerdotal, nos referidos seminários, e o resultado de sua aplicação. Para tanto, os limites cronológicos propícios à investigação estão delimitados entre os anos de 1894 e 1933. A data de 1894 é a do ano de criação do Seminário de João Pessoa que compreendia o Curso Menor (Preparatório) e o Maior (composto pelos cursos de Filosofia e Teologia)⁶ e o limite da pesquisa – o ano de 1933, diz respeito ao encerramento do Curso Maior do Seminário de Sergipe, tendo este sido criado e funcionado com os cursos Menor e Maior de 1913 a 1933.

No que diz respeito à metodologia, o Seminário Nossa Senhora da Conceição, de João Pessoa, e o Seminário Sagrado Coração de Jesus, de Aracaju, são, nesta tese, abordados pelo método histórico comparativo aplicado à educação. Em outras palavras, a investigação, no âmbito da história comparada da educação, enfoca as similitudes, as diferenças e as pontes de aproximação e afastamentos entre o Seminário de João Pessoa e o de Aracaju.

Partindo do princípio de que a história comparada da educação escolar “[...] nos obriga a sucessivos descentramentos: da nossa sociedade, da nossa cultura, da nossa formação acadêmica [...]” (NUNES, 2001, p. 68), a tese será dividida em dois momentos. No primeiro, procurarei perceber além dos fundamentos que alicerçaram a formação sacerdotal desenvolvida nos Seminários do Brasil republicano, as semelhanças, diferenças e aproximações dos modelos escolares adotados pelos dois seminários em apreço. Num segundo momento, através do método prosopográfico comparado (CHARLE, 2006), analisarei o “produto” dos Seminários, ou seja, através da

⁶ Hoje, embora com algumas alterações, o Curso Menor corresponde ao Seminário Menor (ensino médio) e o Curso Maior, ao Seminário Maior (ensino superior de Filosofia e Teologia).

análise dos perfis biográficos, à luz da noção de intelectual, desenvolvida por Jean François Sirinelli (1996), buscarei a identidade cultural e educacional dos Seminários, pois “[...] a história de uma instituição educativa traduz-se na construção de uma identidade cultural e educacional, que resulta da articulação do itinerário histórico com o modelo educacional.” (MAGALHÃES, 2004, p. 147). Para Magalhães, teórico e estudioso das instituições educativas:

A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Esta identidade implica ainda, para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres e pelo sistema educativo. (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Levando em consideração que, no caso em análise, os alunos/seminaristas constituem o componente mais representativo da história das instituições e que suas marcas e/ou itinerários refletem sua formação e, mais que isso, permitem o entendimento do ideário católico de formação sacerdotal convertido no modelo escolar desenvolvido, faz-se necessária uma investigação prosopográfica que acentue as linhas de continuidade e contraste e, conseqüentemente, o modo como tais instituições se implantaram e como afetaram os destinos de seus territórios.

Com esse propósito, busquei responder às seguintes questões: 1) Qual a procedência social dos padres formados pelo Seminário de João Pessoa e Aracaju?; 2) Os padres ordenados foram agraciados com dignidades eclesiásticas? De que tipo?; 3) Quais as funções que exerceram dentro da Igreja?; 4) Tiveram outra formação acadêmica?; 5) Assumiram cargos fora da Igreja?; 6) Tiveram produção intelectual?; 6) Estabeleceram vínculos com entidades culturais? e 7) Permaneceram ou não no sacerdócio?

Assim, adotei como noções para a análise comparativa das fontes documentais: modelo escolar e intelectuais. A noção de modelo escolar, à luz de Araújo e Barros (2004, p. 1), corresponde ao entendimento teórico de ser portador de “[...] uma lógica generalista e, principalmente, uma fisionomia bem específica que incorporam, continuamente, um leque de idéias, experiências e práticas educacionais renovadoras.” Mas também atentei para o fato de que

Com a modernidade, e mediante os progressivos avanços das teorizações referentes à educação escolar, os modelos educativos em supremacia basicamente estavam referenciados por um tempo, horário, edifícios, classes, espaços, método, saberes e regulamentos,

‘donde a dimensão cognitiva da formação da pessoa humana tendia a sobrepor-se, reforçando a aprendizagem como processo formativo principal’. (ARAÚJO; BARROS, 2004 p. 2).

A noção de intelectual, por sua vez, segue a lógica proposta pelo francês Jean François Sirinelli (1996), na qual insere os criadores, os mediadores e os engajadores. Para Sirinelli, a noção de intelectual é uma questão de qualidade humana. Existe um caráter polimorfo e polifônico, ou seja, de compreensão e de extensão da noção, que “[...] podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sócio-cultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais e a outra mais estreita, baseada na noção de ‘engajamento’”. (SIRINELLI, 1996, p. 241). À primeira acepção pertencem os que participam da criação artística e literária ou do progresso do saber, sendo que os mediadores contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber, e os engajadores, por sua vez, são reconhecidos pela sociedade em que vivem quando se põem a serviço da causa que defendem.

Para efeito dessa investigação, os criadores correspondem aos escritores, poetas, artistas, instituidores de centros educacionais e culturais, dentre outros, já os mediadores são os professores, educadores, jornalistas, enquanto que os engajadores dizem respeito não só ao próprio ofício de sacerdote, mas aos que exerceram função política, ou foram ativistas das causas sociais ou membros dos movimentos assistenciais e sociais.

Para escrever esta história comparada da formação sacerdotal, no Nordeste brasileiro, no período de 1894 a 1933, foram coligadas e analisadas fontes de origem diversa: eclesiástica, como os Decretos do Concílio de Trento, as Bulas Papais, o Livro de Faculdades da Diocese da Paraíba, o Livro de Tombo da Arquidiocese de Aracaju, Cartas Pastorais, Anuários Eclesiásticos, Boletins Diocesanos, o Livro de Registro Histórico do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, Jornais Diocesanos, Boletins Eclesiásticos; de procedência acadêmica, a exemplo dos Livros das Congregações dos Professores, Diários de Classes, Fichas de Alunos, Estatutos dos Seminários, Processos de Habilitação e Ordenação, além dos Documentos Cartoriais e de Colégios onde padres lecionavam, Jornais, Plaquetes Apologéticas e Livros de Memórias.

As fontes documentais aqui referidas foram pesquisadas nos acervos da Arquidiocese de João Pessoa, da Arquidiocese de Natal, da Arquidiocese de Aracaju, do Seminário Nossa Senhora da Conceição, em João Pessoa, do Seminário Sagrado

Coração de Jesus em Aracaju, do Seminário São Pedro, em Natal, do Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju, dos Institutos Históricos e Geográficos de Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte e do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura, com sede em Aracaju.

Por fim, a presente tese ficou estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, *Pontos de partida para a investigação histórica da formação sacerdotal no Brasil*, apresento os elementos constitutivos do trabalho, incluindo fontes e acervos. No segundo capítulo, *Em que fundamentos doutrinários assentou-se a formação sacerdotal dos tempos modernos?*, examino a constituição dos fundamentos que deram sustentação à formação espiritual, moral e intelectual que fora desenvolvida nos seminários em apreço. No capítulo terceiro, *Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e Dom José Thomas Gomes da Silva na construção de seus edifícios institucionais católicos*, analiso a atuação dos dois citados bispos frente ao reordenamento da Igreja Católica, em suas dioceses, tanto pela qualificação para liderar um processo renovado junto aos fiéis como pela criação e organização dos Seminários. No quarto capítulo, *O procedimento formativo no Seminário Nossa Senhora da Conceição de João Pessoa e o no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus de Aracaju*, comparo o(s) modelo(s) escolar(es) que dirigiram e orientaram a formação sacerdotal, nos respectivos seminários. Para o quinto capítulo, *Os padres de Dom Adauto e de Dom José*, analiso a prosopografia dos Padres ordenados no período estudado, nas duas instituições, mediante o conceito de intelectual. Por fim, as *Considerações finais* onde apresento as análises que me permitiram identificar os referidos Seminários como instituições formativas e como verdadeiras casas de cultura (mais do que casas de formação presbiteral), onde o catolicismo ganhou *status* e a educação, discípulos.

Todo livro de história digno desse nome deveria incluir um capítulo ou, caso se prefira, inserida nos pontos de reviravolta do desenvolvimento, uma seqüência de parágrafos que se intitularia algo como: ‘como posso saber o que vou dizer?’... (BLOCH, 2002).

Capítulo dois

Em que fundamentos doutrinários assentou-se a formação sacerdotal dos tempos modernos?

É preciso que a alma do padre brilhe à maneira de um archote que ilumine a terra inteira, a nossa está envolta por uma tal sombra proveniente de uma má consciência que está incessantemente submersa, não podendo erguer confiantemente os olhos para seu senhor.

Os padres são o sal da terra; mas quem suportaria facilmente nossa estupidez e nossa falta de experiência em todas as coisas, a não ser vós que estais habituados a nos amar de maneira até exagerada? Com efeito, é preciso não somente que ele seja puro para ser julgado digno de tal serviço, mas ainda que seja muito circunspecto e possua uma vasta experiência. Não deveria conhecer menos as coisas da vida do que aqueles que vivem no mundo, mas deve manter-se afastado de todas essas coisas mais ainda do que os monges que ganharam as montanhas. Como é preciso viver em companhia de homens que têm mulher, que educam os filhos, que possuem servos, que vivem rodeados de grandes riquezas, que administram os negócios do Estado, que exercem cargos importantes, é preciso que ele seja diferente. Diferente, não estou dizendo enganador, bajulador, e muito menos hipócrita, mas cheio de liberdade e de confiança, sabendo colocar-se ao alcance dos outros de maneira eficaz, quando as circunstâncias o exigem, ser ao mesmo tempo bondoso mas sem condescendência. Com efeito, não é possível tratar da mesma forma todos aqueles que se tem sob a própria autoridade, pois não convém nem mesmo aos médicos aplicar um único tratamento a seus doentes, ou ao piloto conhecer apenas uma maneira de lutar contra os ventos; porque tempestades constantes assediam este barco, e estas tempestades não vêm apenas do exterior, mas se elevam também do interior; exigem muita flexibilidade e perspicácia. Todas as coisas, por mais diferentes que seja, têm apenas um fim: a glória de Deus e a edificação da Igreja. (CRISÓSTOMO apud SPANNEUT, 2002).

O padre, ou presbítero, ou sacerdote é o líder espiritual de uma comunidade que dela participa não somente enquanto pastor, ora curando as almas, ora

administrando a Igreja, mas como elo entre o homem e o transcendental. Ao longo da história da Igreja Católica Apostólica Romana, vários foram os que assumiram a função de padre, sem que para isso fossem necessariamente preparados. Como ressaltado no capítulo primeiro dessa tese, somente com o Concílio de Trento (1545-1563), ficou determinada uma preparação formal, em lugar apropriado, para os que quisessem seguir a carreira eclesiástica. Nesse sentido, o que objetivo com esse capítulo é buscar, por aproximações, deslocamentos e particularidades e, por vezes, analogias, a compreensão dos fundamentos doutrinários que deram sustentação à formação sacerdotal ministrada nos seminários tridentinos que tinham por finalidade a constituição de um clero douto e santo. Afinal,

Observar o que fenômenos aparentemente diferentes têm em comum, entretanto, é, sem a menor dúvida, uma virtude intelectual tão valiosa como observar o quanto fenômenos aparentemente similares diferem entre si. (BURKE, 2002, p. 41).

Foi no ano I da era chamada cristã que nasceu Jesus, filho de Maria e do marceneiro José, ambos moradores da cidade de Nazaré, na região da Galiléia. A história eclesiástica nos conta que José era o pai adotivo e que o verdadeiro pai de Jesus era Deus Pai, todo poderoso, o criador do Céu e da Terra e mais que isso, na verdade, Jesus era o próprio Deus, que, por sua vez, é não só o Pai e o Filho, mais é também o Espírito Santo. De forma dogmática, essa “verdade” perdura até hoje sob o signo da “trindade”.

Jesus, segundo os cristãos, é a personificação de Deus na terra, veio para salvar a humanidade que estava prestes a arruinar-se, e esse, como um pai que atende e socorre a um filho, entregou sua vida para a “remissão dos pecados”, e assim foi “crucificado, morto e sepultado”. Durante sua permanência na terra, recrutou muitos discípulos e dentre eles escolheu doze que seriam seus apóstolos. Eram homens que acreditavam ser Jesus, o filho de Deus e, por isso, o acompanhavam em suas missões, levando o nome de Deus-Pai em todos os cantos e evangelizando a todos os que se dispusessem. Quando da “morte” de Jesus, os apóstolos reuniram-se no dia de Pentecostes (dia comemorativo ao resultado das colheitas), e, sob o comando do “Espírito Santo” fundaram a “Igreja de Cristo” que teve, na ressurreição do mesmo (ao terceiro dia), o argumento para sua pregação querigmática. Foi de tal modo, para os “católicos”, que começou a Igreja Católica Apostólica Romana. Entendendo Igreja como as das cartas de Paulo – “reunião” –. O termo católica quer dizer universal, para todos. Apostólica, porque dos

apóstolos, o nome Romana vem *a posteriori* para designar o local da sede dessa reunião universal que é Roma.

Embora iniciada com a pregação de Jesus, a “Igreja Católica” foi edificada sob a liderança de Pedro e dos demais apóstolos e, ao longo dos tempos, foi dirigida por seus sucessores, num total de 279 “chefes” da Igreja (os Papas). Várias crises a solaparam, mas nenhuma a fez declinar. A Igreja Católica Apostólica Romana tornou-se uma instituição poderosa, inclusive politicamente, mantendo relações com vários Estados Nacionais e instituindo o seu próprio, o Estado do Vaticano.

De acordo com a Epístola aos Hebreus (17: 26, 1989, p. 1531), no período que antecede a “chegada” do Cristo, sacerdotes eram os “[...] líderes religiosos dos judeus”. Seu propósito geral era servir de mediadores entre Deus e seu povo, os israelitas, bem como de juiz em casos considerados “difíceis”. Nesse momento da história, era exigido que os sacerdotes fossem descendentes de Aarão pertencente à tribo de Levi, a mesma tribo a que Moisés, considerado o primeiro de todos os sacerdotes do “Deus Altíssimo”, fazia parte. Quanto às suas responsabilidades sacerdotais incluía cuidar do templo e dos objetos santos dentro dele, fazendo sacrifícios em benefício deles mesmos e do povo, além de preservar e ensinar-lhes a lei (BÍBLIA SAGRADA, 1989).

No Novo Testamento, livro escrito a partir da presença do Cristo e, conseqüentemente, da Igreja Católica, a mesma Epístola dirigida aos Hebreus explica que o sacerdócio atribuído aos descendentes da tribo de Levi foi transferido para Jesus Cristo, oriundo da tribo de Judá. Isto ocorreu, sobretudo, porque o “Sumo Sacerdote” Jesus Cristo foi eleito não por “[...] uma lei humana, mas por sua imortalidade.” (BÍBLIA SAGRADA, 1989, p. 1531). Ademais, os sacerdotes levíticos eram homens mortais, o que não permitia o sacerdócio eterno, e conseqüentemente, a interseção eterna como garantia Jesus Cristo ou, como crêem, o próprio Deus. O sacerdote também deveria ter maneiras de ser distintas dos demais homens, sobre isso nos informa Hebreus 17: 26 - 27:

Tal é, com efeito, o Pontífice que nos convinha: santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e elevado além dos céus, que não tem necessidade, como os outros sumos-sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, primeiro pelos pecados próprios, depois pelos do povo; pois isto o fez de uma só vez para sempre, oferecendo-se a si mesmo. (HEBREUS apud BIBLIA SAGRADA, 1989, p. 1532).

Estava desse modo posto o perfil moral do Sumo Sacerdote, que daquele momento em diante serviria como modelo para os que assim quisessem seguir a

doutrina católica, entendida como o conjunto dos dogmas e verdades da fé, dos ensinamentos e leis da Igreja. Sob esse novo contexto ou “nova aliança”, onde Cristo é a cabeça da Igreja, não havia restrição ao matrimônio ou mesmo de gênero. As “escrituras” não revelam o sacerdócio como sendo exclusivo de homem ou mulher, mas àquele a quem eram dadas responsabilidades de fazer missa, ministrar sacramentos e supervisionar a obra de uma congregação local. Todo homem ou mulher que se tornasse um cristão poderia ser considerado um sacerdote aos “olhos” de Deus.

Ao longo dos tempos, a “Igreja” foi determinando o lugar destinado ao homem e excluindo a mulher da prática sacerdotal. De acordo com a lógica católica, os primeiros sucessores de Cristo foram os próprios apóstolos, os seguidores de Jesus, ao tempo em que este pregava a “boa nova” ou a paz entre os homens. Seus sucessores foram os “padres apóstolos” (LIÉBAERT, 2000), conhecidos, assim, por terem convivido e sido discípulos dos primeiros. À época dos apóstolos, início do século I da era cristã, a Igreja sedimentava-se enquanto pregadora da salvação da alma e do espírito, à época dos “padres apóstolos”, entre a segunda metade do século I e o final do século II, a Igreja já se caracteriza pela diversidade lingüística: grego, aramaico (ou siríaco) e latim e pela diversidade cultural: judaísmo rabínico, judaísmo helenizado e cultura greco-romana.

A “formação” dos apóstolos, digamos, não se diferenciava dos demais cristãos. Dentre eles, encontravam-se pescadores (André, Pedro, Thiago Maior, João); agricultores (Tiago Menor, Judas Tadeu); cobrador de impostos (Mateus); carpinteiro (Tomé) e até um contador (Judas), sem contar aqueles de ocupação não definida (Bartolomeu, Filipe, e Simão). Estes homens não eram escolhidos por seus conhecimentos filosóficos e mesmo teológicos, nem mesmo por suas qualidades intelectuais, mas pelo que a Igreja intitulou de “Carisma”, ou dom, ou graça, dado por Deus a alguém para que este faça o bem aos outros homens, ao mundo e à própria Igreja. Uma espécie de “vocação nata”. No que concerne à instrução espiritual dos apóstolos, esta se dava pelo contato com o líder Jesus que os convocou diretamente e os ensinou, com seus exemplos e suas pregações, o caminho da salvação e da vida ascética.

Aos apóstolos, após o anúncio da ressurreição de Jesus, vão se juntando outros na pregação querigmática e assim a história conhece Paulo, Barnabé, Tiago, Timóteo, Tito, Lucas, Marcos dentre outros que, do contato com os apóstolos e da vivência cristã, tudo registram no que se conhece como os livros que compõem, na Bíblia, o Novo

Testamento. Do contato com estes e aqueles, surgem os chamados “padres apóstolos” que foram sendo formados pelo convívio, pelos exemplos e mesmo pelos ensinamentos dos primeiros. Por serem homens mais “intelectualizados”, estudiosos da Filosofia, foram dando à Igreja um caráter mais institucional, mais hierárquico. Afinal, “Ela não começa uma instituição, ela vai se instituindo.” (ALMEIDA, 2007, p. 43).

A essa época encontramos Inácio de Antióquia; Clemente Romano (Papa São Clemente I), Papias de Hierápolis, Policarpo de Esmirna, Pastor de Hermas, bem como Aristides e Atenágoras de Atenas, Teófilo de Antioquia, Justino, o teólogo leigo e filósofo cristão e Ireneu de Lião que, com seus fundamentos acerca do judaísmo, do helenismo e da gnose, traçaram o caminho filosófico e teológico seguido pela Igreja que vinha se estruturando.

Foi nesse século II que foram fundadas ou oficialmente instituídas as primeiras Escolas Catequéticas. A primeira foi na cidade de Alexandria (Egito), conhecida pelos seus estudos e principalmente pela sua biblioteca, onde a filosofia pagã e judaica florescia, produzindo ocasião para que a comunidade cristã organizasse ali “um centro de instrucción teológica”⁷. Embora não se saiba ao certo quando se iniciou “[...] consta que hacia el año 180 tomó un carácter más científico, quando se encargó de su dirección Panteno, filósofo estoico converso.” (LLORCA, 1951, p. 87)⁸. Esta Escola teve como ramificação a Escola de Cesareia (Israel) fundada já no século III por Orígenes que havia sido, assim como Tito Flávio Clemente, um dos diretores da Escola de Alexandria. De acordo com Llorca (1951, p. 87), tais escolas “[...] se distinguían por su tendencia a la interpretación alegórica de la Escritura, en la que buscaban siempre, fuera del sentido literal, otro más profundo y misterioso.”⁹

Ainda segundo Llorca (1951), completando a tríade das grandes Escolas Catequéticas, encontra-se a Escola de Antióquia (atual Antaquia na Turquia) que embora se assemelhasse às outras no conteúdo, pois as três privilegiavam a exegese bíblica, diferenciava-se quanto ao método, pois a Escola de Antióquia era mais realista e literal enquanto que as outras duas eram adeptas aos sentidos rebuscados e alegóricos. Por certo, outras *personas*, tão importantes para a história do cristianismo quanto as já citadas, fundaram outras Escolas, ao longo dos tempos, a exemplo de São Basílio, o

⁷ Um centro de instrução teológica.

⁸ Consta que no ano 180 tomou [a Escola Catequética] um caráter mais científico, quando se encarregou de sua direção Panteno, filósofo estoico convertido.

⁹ Se distinguíam por sua tendência a interpretação alegórica da Escritura, em que buscam sempre, fora do sentido literal, outro sentido mais profundo e misterioso.

Grande, que criou a Escola da Capadócia (atual Turquia) e de São Efrén el Siro que esteve à frente da Escola de Edessa.

Parafraçando Sirinelli, pode-se dizer que

Através destes fenômenos de circulação e de transmissão, ficamos naturalmente no centro da história cultural. Na condição, todavia, de não perdermos de vista que o meio constituído por estas elites culturais é um organismo vivo, cuja densidade estatística e composição – e, portanto, na confluência destes dois parâmetros, a morfologia – evoluíram no tempo. (SIRINELLI, 1997, p. 265-267).

De modo que, já no século III, segundo Pierrard (2002), percebe-se, sobretudo, a propagação do pensamento patrístico, ou da filosofia cristã elaborada pelos “padres da Igreja”. É nesse século que a Igreja se expande por toda a parte: Ásia, Síria, delta e vale do Nilo, Cirenaica (atual Líbia, no norte da África), Ilíria (hoje Sérvia, Montenegro, norte da Albânia, Bósnia-Herzegovina e Croácia), Hispânia (equivale hoje a toda Península Ibérica composta por Portugal, Espanha, Andorra e Gibraltar), Itália Central, Sul da Gália, Grã Bretanha, Sicília e Norte da África que agregou, em Cartago, uma centena de Bispos e realizou, por volta de 235, um Concílio.

São desse século, tanto as origens do cristianismo latino, com destaque para Tertuliano de Cartago que assumira o papel de apologista e filósofo cristão, quanto o grande impulso intelectual dado aos padres alexandrinos que tem em Orígenes de Alexandria a principal expressão. Os estudos de Liébaert (2000) revelam que tanto os padres latinos como os alexandrinos se distinguiram por uma formação clássica que começava ainda em casa, pelos ensinamentos da escritura sagrada e da doutrina cristã e depois pelas disciplinas helênicas e pela filosofia de tradição platônica ministrada nas Escolas Catequéticas.

Quando comparado ao século anterior, o século IV distingue-se mais que, por outros fatos, pela imbricação política da Igreja, revelada pela conversão do Imperador romano Constantino (272-337), o Grande, ao cristianismo. A conversão de Constantino mudou drasticamente o curso da Igreja. Embora ele tenha dado liberdade ao culto, submeteu a Igreja católica ao poder temporal, na medida em que transformou o catolicismo em religião oficial do Império, dando aos seus membros privilégios, riquezas e poder que acabou confundido-os quanto aos seus propósitos. Na análise de São Jerônimo, doutor da Igreja, autor da Vulgata (publicada no ano 400): “Desde que a Igreja tem imperadores cristãos, ela certamente cresceu em poder e riqueza, mas diminuiu na sua força e no espírito.” (JERÔNIMO apud ALMEIDA, 2007, p. 70).

Um outro fato tão importante quanto esse e que também marcou decisivamente o catolicismo para sempre foi a difusão do monaquismo surgido no Egito, com Santo Antão, ainda no século III. A vida monástica aparecia como alternativa àqueles que viam no monastério, na reclusão, a melhor maneira de conhecer o transcendental. Esse século IV é também considerado o “século de ouro dos padres”. Assim chamado, pois a essa época quase todos eles pertenciam à elite intelectual da sociedade que fora sendo construída graças aos aprendizados oferecidos nas sedes episcopais e cenobiais, através de suas Escolas Catequéticas e práticas monacais.

A formação clerical dos futuros sacerdotes, embora não fosse dada em lugar único, era notoriamente semelhante. Constava das primeiras lições, dadas ainda pelos pais, depois eram enviados para completar os estudos com mestres renomados, nas já citadas Alexandria, Antioquia, Cesaréia, Capadócia e Edessa e mesmo em Constantinopla e Atenas, enveredando, alguns deles, para o monastério ou Escolas Monacais, onde exercitavam as práticas de oração ininterrupta, estudo da Escritura, trabalhos manuais, bem como aprendiam a alimentar-se, a vestir-se e a dormir, com bastante austeridade.

Foi nesse século que se destacaram nomes como Eusébio de Cesareia, Atanásio de Alexandria, Cirilo de Jerusalém, Efraim da Síria, João Crisóstomo, Hilário de Poitiers, Cassiano, Dâmaso de Roma, Nemésio de Emena, Evágrio do Ponto, Arnóbio, Lactâncio, Calcídio, Mário Victorino, Macróbio, além dos humanistas Ambrósio, na Itália, Jerônimo, em Belém, e Agostinho, na África, e dos padres capadócius Basílio de Cesareia, Gregório de Nazianzo e Gregório de Nissa. Como resultado do trabalho dessas *personas*, moradoras de várias partes do planeta, os últimos resquícios de paganismo esmaeceram e a Igreja sedimentava sua já iniciada tradição.

De acordo com Pierrard (2002), a “formação” e a “trajetória” desses padres do século IV podem ser assim resumidas:

[...] estudos literários que fazem deles escritores distintos, promissora carreira profana interrompida pela ‘conversão’, período fortalecedor passado em solidão, intensa actividade pastoral, acompanhada de forte influência doutrinal. (PIERRARD, 2002, p. 60).

Por aproximação e mesmo analogias, pode-se dizer que a vida sacerdotal ganha, desde o século II, um caráter mais intelectualizado, mais ativo, mais grupal, sem contar com uma dinâmica espacial. O que se apreende é que, no decorrer dos séculos, os padres, ou presbíteros, ou sacerdotes foram dando ao cristianismo e, em especial, à

Igreja Católica, o alicerce que a mantém durante tantos milênios. Por meio deles que habitavam as mais diferentes regiões do mundo, o “cristianismo” foi construindo um *modus vivendi*, com uma filosofia e uma teologia próprias, que legitimou o catolicismo enquanto religião cristã.

Do século V ao XV, período que os historiadores europeus denominaram “Idade Média”, a Igreja Católica, que passou por várias fases – reconhecidas como heresia, perseguição, cruzadas, inquisição, proibição de leituras (inclusive a Bíblia), etc – também se dedicou à formação sacerdotal. A *Epistula de litteris colendis*, datada de 787, além de mostrar a necessidade da santidade da vida e da dedicação ao ensino, prega que os candidatos ao sacerdócio

[...] não somente não devem negligenciar os estudos literários, mas, com toda humildade e por amor a Deus, devem aprender com perseverança para poder penetrar de forma mais fácil e correta os mistérios das escrituras. E, já que nas páginas sagradas encontram-se imagens, metáforas e outras coisas do gênero, evidentemente entenderá melhor seu sentido espiritual quem com maior profundidade tiver se instruído no magistério das letras. (G. M., I, 43 apud MANACORDA, 1995, p. 132).

Um investimento possível esboçou-se no papado de Eugênio II (824-827), com a enunciação de uma legislação pontifícia sobre as escolas episcopais e que acabou perdurando até o Concílio de Trento, no século XVI. A motivação era clara:

Chegam-nos de alguns lugares notícias de que não se encontram mestres e que ninguém se interessa pelo estudo das letras. Portanto, em lugares em que se fizer necessário, tomem-se todas as providências para nomear mestres e doutores que ensinem as letras, as artes liberais e os sagrados dogmas, pois nestes especialmente é que se manifestam os mandamentos de Deus. (CAN. IV apud MANACORDA, 1995, p. 133).

Segundo Manacorda (1995), entre o final do século VIII e metade do IX, Carlos Magno (747-814) e seus sucessores, bem como o Papa Eugênio II (?-827) e depois o Papa Leão IV (?-855), definiram um “novo” direito eclesiástico que fixou os princípios para a formação “profissional” do clero, nas sedes episcopais e cenobiais, sob a direção do Estado. Manacorda, ao recolher pistas deixadas por Chrodegango, Paulo Diácono, pelo próprio Carlos Magno e por Alcuíno, percebe, no que se refere à disciplina e aos conteúdos ensinados, que não só se aprendia Salmos, Música, Canto, Cálculo, Gramática, Ler e escrever, o *Trivium*, o *Quadrivium* e os Dogmas Sagrados, mas havia uma espécie de especialização, visto que, no interior da preparação e instrução religiosa, “[...] sugeria manter separados os que lêem os livros, os que

executam o canto e os que estudam a escritura, e ter mestres especializados para cada grupo”. (MANACORDA, 1995, p. 134).

Ao adentrar no século X, percebo que as escolas do clero secular tinham como mestre o bispo (e nas paróquias, o pároco), que tinha por tarefa ensinar as artes liberais e a doutrina cristã que culminava na Teologia. Com o passar dos anos, mas ainda na Idade Média, essa tarefa foi, por eles, transferida para um *scholasticus* ou *magischola*, cuja dignidade cresceu com o tempo, tanto que o *magischola* acabou assumindo, na Igreja, funções mais elevadas, transmitindo, através de uma espécie de investidura, a função de ensinar a um seu substituto, o *proscholus*. (MANACORDA, 1995). A partir desse momento, passou-se a vender a autorização de ensinar – a *licentia docendi* – o que deu ao ensino o caráter de simonia, ato “reparado” apenas em 1179, quando fora convocado o terceiro Concílio Lateranense pelo papa Alexandre III (1159-118) que reafirmou o compromisso da Igreja com o ensino dos clérigos e também dos pobres.

Somente no ano 1000, com uma razoável reconciliação entre o poder papal e imperial e com a crise do Império carolíngio, a Igreja passa a ser a fonte do direito escolar, o que lhe dá tanto o domínio sobre as escolas eclesiásticas como o poder de abrir escolas, tanto episcopais quanto paroquiais. Situação que ecoa até o século XIII, no qual vigoram não somente as artes liberais e a doutrina religiosa, mas também a teologia enquanto conhecimento sistematizado.

Nos trezentos e, conseqüentemente, nos quatrocentos, o surgimento dos mestres livres proporcionou o aparecimento das “literaturas em vulgar” que, por sua vez, segundo Manacorda (1995, p.168), “[...] é o sinal do mundo moderno [...]”, pois uma nova literatura junto a uma nova cultura e a novos hábitos, deram ao clérigo o *status* de Intelectual, mesmo tendo que necessariamente aprender e ensinar a doutrina da salvação.

A “Idade média” destacou-se, todavia, mais do que tudo, pela tentativa de harmonizar fé e razão. Nesse sentido, sobressaíram-se o africano Agostinho de Hipona (354-430), ainda no final do século IV e início do século V, e o italiano Tomás de Aquino (1225-1274), no século XIII. O primeiro é o maior representante do pensamento patristico, enquanto que o segundo é o maior expoente da escolástica.

Como comparar é “[...] reconhecer o igual e o diferente entre os elementos da comparação e, dessa forma, compreender cada caso em sua especificidade [...]” (NUNES, 1998, p. 2), faz-se necessária a comparação entre o papel desses dois doutos

da inteligência católica, que pertenceram a diferentes contextos culturais, afinal, é como afirma Sirinelli:

O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior. (SIRINELLI, 1997, p. 265).

Agostinho de Hipona que tinha mulher e filho, os deixou em nome da dedicação ao cristianismo, aderindo ao monastério. Tomás de Aquino, por sua vez, fugiu da casa de seus pais, que queriam que ele fosse beneditino de Montecassino, e juntou-se aos dominicanos mendicantes. Agostinho era homem simples, de família humilde, que fez seus estudos de Retórica em Madaura, e que, por falta de recursos, não deu continuidade em nenhum centro renomado, não o impedindo de estudar sozinho. Tomás de Aquino era de família abastada, e, ao entrar na ordem dominicana, estudou Filosofia em Nápoles e depois em Paris, onde se dedicou sobretudo ao ensino e ao estudo das “questões” filosóficas e teológicas, a exemplo da existência de Deus, do bem, da verdade, da ciência de Deus, da moral, das idéias, da falsidade, do amor, da intenção, dentre outras. (AQUINO, 2000-2003).

Baseando-se nas histórias de vida e nos itinerários de Agostinho de Hipona, adepto as idéias de Platão, e Tomás de Aquino, filiado ao pensamento aristotélico, pode-se afirmar que foram mestres de seus tempos. Agostinho, que viveu na época assinalada pelo maniqueísmo, donatismo e pelagianismo, ensinava o cristianismo aos fiéis e ao seu clero, em seu próprio mosteiro, Tomás de Aquino, fruto de uma época marcada pelas descobertas científicas e da criação das universidades, foi professor da Universidade de Paris, no reinado de Luiz IX. Ao ser sagrado bispo de Hipona (395), Agostinho submete seu clero à “Regra dos Apóstolos”: “[...] comunidade dos bens na castidade e dentro de um ascetismo adaptado às possibilidades de cada um [...]”. O que pregava para seu clero era a vida comunitária, onde tudo fosse de todos e que cada um tivesse “[...] de acordo com suas necessidades.” (SPANNEUT, 2002, p. 207).

Era vontade de Agostinho que seus seguidores tivessem uma vida ascética, calcada na oração e na preparação intelectual e pastoral ou manual, fazendo alusão à primeira comunidade dos apóstolos. A liturgia, o catecumenato, a pregação mais de uma vez por semana, os encontros espirituais e todas as formas de zelo apostólico e visitas pastorais, foram atitudes imprescindíveis à imagem que ele e seus superiores queriam

do clero. Sentimentos como justiça, caridade, iniciativa e humildade também eram evocados com esse mesmo propósito. (SPANNEUT, 2002).

Quando comparado a Agostinho, fica evidente que Tomás de Aquino ficou conhecido mais pelas reflexões que pelas práticas. Com seu pensamento sistematizado pelo qual a Teologia é, ao mesmo tempo, contemplativa e especulativa, e a fé é entendida como uma busca da inteligência, Aquino proporcionou à Igreja uma Teologia, fundada na revelação, e uma Filosofia, baseada no exercício da razão humana, que se fundem numa síntese definitiva entre fé e razão.

Em se tratando do campo das idéias teológicas, o que mais os aproxima, na verdade, é o que mais os diferencia. Para Agostinho, o homem pode chegar à verdade, mas, para isso, somente através da iluminação divina, enquanto que, para Tomás de Aquino, o homem também chega à verdade, mas pela razão, ou seja, pelo conhecimento sensível, e pelo conhecimento intelectual. Segundo Agostinho, assim como para a visão sensível além do olho e da coisa, é necessária a luz física, do mesmo modo, para o conhecimento intelectual, seria necessária uma luz espiritual. (AGOSTINHO, 1597).

Tomás de Aquino amplia o caminho aberto por Agostinho e observa que é através do conhecimento sensível que o homem colhe a essência das coisas. Essa essência passa em seguida, pelas operações humanas (conceber, julgar, raciocinar, elaborar) que adaptam a coisa ao intelecto, podendo ser a existência de Deus provada pelo resultado do raciocínio. Ou seja, pela experiência e não pela luz que emana, no ato de conhecer como acreditava Agostinho. Com tais argumentos, Aquino acabou legitimando a Filosofia e a Teologia, quando acentuou que aquela estuda todas as coisas pelas últimas causas através da razão, enquanto que a Teologia é a ciência que estuda Deus através da revelação. (AQUINO, 2000-2003).

É justamente nessa dimensão – teórica – que Tomás de Aquino, valendo-se do próprio Agostinho, o superou e passou a ser o grande mentor intelectual da Igreja, nos períodos que lhe sucedem, bem mais que outros doutores da instituição. Através dos tempos, a Filosofia e a Teologia do Doutor Angélico, título concedido a Tomás de Aquino, pelo Papa Pio V (1504-1572), em 1567, foram afirmadas e reafirmadas como doutrina da Igreja, como identificamos em textos de pensadores católicos do século XIV ao XXI, a exemplo do Papa Leão XIII (1810-1903), de São Pio X (1835-1914) e do próprio Papa João Paulo II (1920-2005).

O depoimento do Papa Urbano V, em carta à Universidade de Toulouse, expressa bem a importância e amplitude do pensamento de Tomás de Aquino. Disse ele: “Deveis seguir a doutrina do bem-aventurado Tomás, como verdadeira e católica, e aplicar todas as vossas forças a desenvolvê-la.” (URBANO V, 1368). Do mesmo modo, declarou Leão XIII, em sua Encíclica *Aeterni Patris*: “Entre os doutores escolásticos, Tomás de Aquino ocupa lugar preeminente como príncipe e mestre de todos eles.” (LEÃO XIII, 1879).

E isso se dilata até a declaração do Papa João Paulo II, em pleno século XX, quando apregoa:

As palavras do Concílio são claras: na íntima ligação com o pensamento cultural do passado, e em particular com o pensamento de São Tomás, viram os Padres um elemento fundamental para a adequada formação do clero e da juventude cristã, e portanto, em perspectiva, uma condição necessária para a desejada renovação da Igreja. (JOÃO PAULO II, 1979).

O que se pode perceber é que a Teologia de São Tomás de Aquino veio sedimentando-se ao longo dos tempos, sendo, inclusive, com raras exceções, a responsável pela formação teológica dos futuros prelados. Enquanto Agostinho está na História, sobretudo, por ter sido mestre de opinião relevante e autoridade moral, Tomás de Aquino permanece na mesma História por sua ciência que, através do uso de caminhos mais eficazes, obtém respostas às questões até então em aberto: A doutrina sagrada é ciência? Deus existe? É próprio do homem agir para um fim?... (AQUINO, 2000-2003).

Diante de tal contexto e da gama de embasamentos que foram construídos ao longo da história da Igreja, cabe a pergunta: – Um conceito pré-definido do que é sacerdote, exemplos dignos de homens virtuosos, a institucionalização da Teologia como ciência, a união estável entre fé e razão e um teórico da doutrina da Igreja são elementos suficientes para fundamentar a formação sacerdotal nos tempos modernos?

Por certo, a Igreja mantinha, desde o século II, uma tradição de pensadores/intelectuais, dentro da instituição. Eram eles que não só pensavam as leis e os caminhos seguidos, mas também os colocavam em prática. Tais homens eram geralmente padres, monges ou estudiosos da doutrina teológica, sendo, por isso, considerados intelectuais doutrinários da Igreja. Entretanto, suas idéias, leis e mesmo práticas, não surgiram aleatoriamente, elas foram, com o tempo, aprimorando-se, adaptando-se, renovando-se.

Ao analisar a elite intelectual da política francesa, no século XX, Sirinelli chega à seguinte conclusão:

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança como legatário ou como filho prodígio: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita. (SIRINELLI, 1996, p. 255).

De modo que o “patrimônio dos mais velhos” se torna elemento de referência para se compreender o construto teórico e metodológico, no que se relaciona à formação do padre. É das experiências de vida, do movimento das idéias, do esclarecimento dos fenômenos de gestação dos meios intelectuais que se explicam as ações, as engrenagens determinantes e, por vezes, o funcionamento do meio. Nesse caso, especificamente um modelo de formação que porventura pudesse ser construído ou mesmo posto em prática não poderia deixar de lado as experiências até então vividas, não poderia deixar de admitir o que deu certo, recusar o que não deu, ou mesmo aperfeiçoar alguma prática ou doutrina. Daí, a necessidade de entender a conjuntura pela qual passaram a Igreja e o catolicismo. É da experiência que saíram os fundamentos para o melhor modelo de formação de padres.

Era fim da Idade Média, em pleno século XVI, quando a Igreja encontrava-se em conflito em seu próprio seio, carecendo, o quanto antes, de uma reforma geral. Na tentativa de aperfeiçoá-la, no movimento conhecido como Reforma, o padre católico Martinho Lutero (1483-1546) fundou uma outra Igreja que ficou reconhecida como “Protestantismo”. A hierarquia católica, por sua vez, com o propósito de assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, no que se designou movimento de Contra-Reforma, convocou, como já anunciado, na cidade de Trento, o seu décimo nono Concílio (1545-1563). Se, por um lado, o protestantismo teve ali seu nascimento, por outro lado, o catolicismo deu início ao seu re-nascimento.

Se, por um lado, a Igreja Católica estava filosófica e teologicamente bem definida, com os estudos de São Tomás de Aquino, por outro, muitos de seus sacerdotes, incumbidos de levá-la adiante, estavam muito aquém do desejado. De acordo com Pierrard (2002, 242) “A chaga do clero do século XVI era a Ignorância” – ignorantes! Eram assim considerados os clérigos pré-tridentinos. Eram considerados clérigos giróvagos, sem bispo, e incapazes de pronunciar as fórmulas dos sacramentos quaisquer que fossem.

Essa degradação do clero, somada ao movimento trazido por Lutero e pelos reformadores ao entendimento de sacerdote e ao *status* da Igreja, obrigou a Igreja tridentina a recomendar uma classe sacerdotal baseada na ação prática das mais elevadas virtudes. Para tanto, os mentores intelectuais do Concílio propuseram uma sólida formação intelectual e espiritual dos futuros padres, tendo como proposta “[...] um ser isolado, embora colocado no coração do mundo, cuja perfeição deverá exceder a dos religiosos e cuja acção terá de estar constantemente associada à de Cristo ‘o religioso de Deus seu Pai’.” (PIERRARD, 2002, p. 256).

Como já mencionado no capítulo primeiro, essa proposição de formação, que constaria da mais estrita e rigorosa disciplina clerical, deveria acontecer num local apropriado – Seminário – onde se aprenderia mais convenientemente a sagrada escritura, livros eclesiásticos, canto, gramática, cálculo eclesiástico, além da administração dos sacramentos, e, em especial, homilia dos Santos e exercitar os demais ritos e cerimônias da Igreja (O SACROSSANTO E ECUMENICO CONCÍLIO DE TRENTO..., 1781), mesmo porque, quando da seleção dos “noviços”, além de privilegiar os filhos de matrimônio legítimo, havia o critério de só receber quem já soubesse ler e escrever.

A disciplina eclesiástica, nos Seminários diocesanos, também foi objeto de regulamentação por parte do Concílio de Trento:

[...] todas as catedrais metropolitanas e igrejas maiores que estas tenham a obrigação de manter e educar religiosamente e insistir na disciplina eclesiástica segundo as faculdades e extensão da diocese, certo número de jovens da mesma cidade e diocese, e se não houver nestas, então que sejam da mesma província, em um colégio situado perto das mesmas igrejas ou em outro lugar oportuno conforme ache o Bispo. (O SACROSSANTO E ECUMENICO CONCILIO DE TRENTO..., 1781, p. 153).

As universidades seriam as instituições que completariam a formação, dando ao já sacerdote a condição necessária para colocá-lo ao lado dos mentores da Igreja. Embora o Concílio não tenha definido uma doutrina sobre a Igreja, há que se considerar medidas positivas, como o surgimento do Catecismo do Concílio (1556), a edição da bíblia em latim (a Vulgata) e a reforma do Breviário (1568) e do Missal (1570), bem como a transformação do calendário e do martiroológico (1582).

Nesse sentido, atesta Pierrard (2002), foi o Papa Paulo IV (1476-1559) o primeiro a aderir à reforma, quando transformou o “Sacro Colégio” – conjunto de Bispos de Roma – dando a ele uma fisionomia moralizadora, conseguida graças à

determinação do uso do hábito clerical, do catecismo, do missal e do breviário, bem como da elevação do Colégio Romano (1551) à categoria de Universidade, em 1556. Foi dele também a iniciativa de atacar a Datária (gabinete dos favores pontifícios e principal fonte de receita da Santa Sé) e perseguir os monges giróvagos por toda a Cristandade.

Pio V (1556-1572), sucessor de Paulo IV, também atuou insistentemente para a reforma do clero, quando introduziu no costume clerical os mesmos: Catecismo, Missal e Breviário. Já a Gregório XIII (1572-1585) deve-se o caráter permanente da nunciatura (espécie de embaixada da Igreja, em cada nação) e a abertura de Seminários em outras regiões como Viena, Praga, Gratz e Japão. É também empreendimento seu a doação do novo prédio ao colégio Romano que passou a chamar-se “Universidade Gregoriana”, em alusão ao seu nome. Do Papa Sisto V (1585-1590), sucessor de Gregório XIII, a reforma clerical recebeu a decretação das visitas regulares aos conventos e à organização das congregações cardinalícias. Já ao Papa Clemente VIII (1592-1605) a contribuição se fez presente quando da elevação ao cardinalato de intelectuais como o historiador Caeser Baronius (1538-1607) e o teólogo Roberto Francesco Bellarmino (1542-1621), pois tinha em mente fazer do “Sacro Colégio” um “corpo de elite” intelectual.

No conjunto das reformas doutrinárias, está também a institucionalização de várias ordens religiosas, distinguidas, especialmente, pelo fervor monástico. São exemplos: os Teatinos (1517), os Barbanitas (1530), os Somascos hospitalários (1537?), os Camilianos (1590), os Irmãos da Misericórdia (1540), os Clérigos regulares das Escolas Pias (1578?) e principalmente os Irmãos da Companhia de Jesus (1540).

A Companhia de Jesus foi, decerto, a mais célebre e poderosa comunidade de clérigos regulares. Confessando votos de pobreza, castidade, humildade e de evangelização dos infieis, os membros da Companhia que, desde 1547, haviam sido incumbidos do ministério do ensino, criaram os dois colégios que serviram de modelo para seus outros empreendimentos educacionais: o Colégio de Messina, na Sicília e o Colégio Romano, em Roma, onde, com sucesso, formou várias gerações de jesuítas. Lá, em princípio, ensinavam Gramática, Retórica, Filosofia e Teologia (ASSUMPÇÃO, 1982).

Além fronteiras geográficas, os jesuítas se estabeleceram e, em 1580, já contavam, somente na Europa, com cento e quarenta e quatro colégios. (PIERRARD,

2002). No Brasil, como também citado no capítulo anterior, os padres da Companhia de Jesus fundaram escolas, colégios e mesmo seminários, em várias partes do território, ministrando aos nativos brasileiros e mesmo aos filhos dos colonizadores a educação escolar necessária para o convívio mútuo.

Assim como a Companhia de Jesus, a Congregação do Oratório, fundada por Felipe Nery, neste mesmo século XVI, também dedicada à pregação e ao ensino, fora uma outra forma de renovação e formação clerical. Sociedade sem votos públicos, a Congregação do Oratório tornou-se capital na Reforma Católica, na medida em que seus membros, que viviam em comunhão e tinham por princípio a obediência e dependência aos bispos, se espalharam por toda Europa, tendo por missão, aliar a uma cultura sólida, uma preocupação com a perfeição, fazendo, por isso, voto de dedicação perpétua a Jesus Cristo e à humanidade deificada.

Também deste século XVI são as ordens dos monges descalços (agostinhos, servitas, trinitários, carmelitas, a ordem franciscana autônoma dos capuchinhos, dentre outros), compostas por religiosos que preconizavam uma reforma mais austera, baseada na integridade dos costumes, no ascetismo, na caridade, na assistência social e, principalmente, no ensino.

Um outro expoente no tocante à formação do sacerdote e também do século XVI foi o sobrinho de Pio IV (1559-1565), sucessor de Paulo IV, Carlos Borromeu, bispo de Milão. Com seu ensino metódico do catecismo, a renovação da pregação pastoral, a restauração do espírito de penitência, a administração digna dos sacramentos, a visita metódica à diocese e a realização regular de sínodos diocesanos e provinciais, Borromeu estabeleceu alguns dos parâmetros cruciais para a “nova” formação do sacerdote, para serem seguidos em todo o mundo católico.

Nesse tempo – final do século XVI e início do século XVII – momento histórico em que a Igreja Católica reformada sente a necessidade cada vez mais premente de combater os protestantes e alargar o seu campo de atuação, percebe-se que ela intensificou, ainda mais, sua presença em várias partes da Europa, a exemplo da Irlanda, da França, da Espanha, da Inglaterra, da Alemanha, da Bélgica e da Holanda. Tais investimentos, entretanto, tiveram como contrapartida uma luta ainda maior por parte dos protestantes, com massacres e mortes, até que a Companhia de Jesus assumiu o compromisso de (re)conquistar os fiéis e, de modo pacífico, os padres da Companhia foram ganhando *status*, embrenhando-se, como já dito, fora da Europa, na Ásia, na

África e na América, sendo ajudado ou mesmo substituídos por quadros de outras congregações, a exemplo dos dominicanos, franciscanos, dentre outros vigários apostólicos saídos de missões estrangeiras.

Ao analisar os séculos comparativamente, percebe-se que, embora trouxesse resquícios do século XVI, o século XVII estava longe das agruras vividas durante a Idade Média. Em pleno século XVII, a atmosfera enfrentada pela Igreja encontrava-se marcada pelas descobertas científicas: na medicina, a descoberta, por William Harvey (1578-1657), da circulação sanguínea; na educação, encontramos investimentos na instrução popular e na ciência tivemos o caso da geometria analítica, de René Descartes (1596-1650), a astronomia, de Galileu Galilei (1564-1642) e o citescópio (microscópio composto e barômetro), de Isaac Newton (1643-1727). Tivemos também uma revolução matemática a partir do cálculo de Gottfried Leibniz (1646-1716).

Tais descobertas deixaram o catolicismo na defensiva e dando sinais de cansaço, forçando-o a um reordenamento estrutural que permitisse uma contrapartida por parte da tradição religiosa. Considerado por muitos o século francês ou o século da escola francesa de espiritualidade, o século XVII adotou uma teologia mística reavivada pelo agostinismo, pelo humanismo cristão e pela aptidão em realizar obras úteis e que professava a transcendência de Deus e do mistério do Cristo encarnado. Essa teologia acabou por orientar toda a vida espiritual moderna, sendo, por isso, este século, considerado o século das congregações religiosas, inclusive femininas: Carmelitas, Ursulinas, Filhas de São Thomas, Teatinas e Bernardinas.

Assim, o século XVII é o século de “Pedro Bérulle”, divulgador dos oratorianos; é o século de Bourdoise, criador da Comunidade Paroquial de Saint-Nicholas de Chardonnet, onde de 1631 a 1644 formaram-se mais de “[..] quinhentos padres e clérigos vindos de toda a França.” (PIERRARD, 2002, p. 257); é também o século de Olier, pároco de Saint-Suplice, em Paris, que formou, no seu Seminário interdiocesano, três perfis de padres: aspirantes ao clero, com funções paroquiais; uma reserva de padres dirigentes, com incumbências de administrar as entidades criadas pela Igreja e um outro perfil que primava pela santidade.

Ainda desse século, é também o padre normando João Eudes (1601-1680), fundador da “Congregação de Jesus e de Maria” (1643), cujos componentes encarregaram-se dos Seminários da Normandia e formaram o seu apostolado a partir do contato com os mais humildes. É dessa tradição de padres formados junto aos

segmentos pobres que descende Vicente de Paula (1581-1660). De família humilde e vivenciando as calamidades pelas quais o povo passava, a exemplo da mendicância, Vicente de Paula revelou-se um padre de grandes obras quando se encaminhou para a evangelização dos campos, a proteção dos pobres e a formação doutrinária dos padres. Para melhor formá-los, ele organizou retiros ou exercícios espirituais e conferências (toda terça-feira) onde reunia a elite do clero francês. É ele o fundador dos Lazaristas, futuros responsáveis por uma formação sacerdotal em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

E foi, justamente, sob os auspícios doutrinários de um clero mais bem formado e com amplitude de ações apostólicas que nasceram a Sociedade e o Seminário das Missões Estrangeiras (1664) que deram origem a empreendimentos como o Seminário Saint-Espirit (1702) para a formação religiosa de um clero voltado às regiões mais pobres; a Companhia de Maria (missionários dos campos); os Irmãos do Espírito Santo (mais tarde Irmãos de São Gabriel) e as Filhas da Sabedoria. Todos eles originários da atuação de Louis-Marie Grignon (1673-1716), de Montfor (que havia sido aluno de Olier). Assim como Louis-Marie, encontram-se Schacht e Jeningen, na Alemanha, López e González, na Espanha, Segneri e João Batista de La Salle (1651-1719), na França.

Como “Comparar é uma forma própria de pensar as questões [...]” (NUNES, 1998, p. 1), ao contrastar o século XVII com o XVIII, percebo o quão alicerçada foi a cultura do século XVIII pelo século XVII e quão parecidos são, quando o assunto é catolicismo. Como que se completando, eles têm em comum o reinado do catolicismo esclarecido. O século XVIII, entretanto, é considerado o “século das luzes”, é reconhecido no plano das idéias por nomes como John Locke (1632-1704), Bernard Fontenelle (1657-1757), Denis Diderot (1713-1784), Jean le Rond d’Alembert (1717-1783), Voltaire (François-Marie Arouet) (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Montesquieu (Charles-Louis de Secondat) (1689-1755), Alexander Pope (1688-1744), David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790), dentre tantos outros não menos importantes que penetraram na mentalidade européia, com suas críticas ao catolicismo, ironizando contra as superstições, criticando os dogmas e, por vezes, negando a existência de Deus.

O que se pode alcançar, nesse século e no que o antecedeu, foi que tais pensadores, teóricos da filosofia, da medicina, da educação, da matemática, da política e

mesmo da economia, sem dúvida alguma, por suas descobertas, pelo domínio da ciência nos vários campos do saber, pela crescente crítica à fé católica e mesmo pela ausência da Igreja católica, nas discussões dos problemas candentes, contribuíram para que a predominância de Roma sobre o mundo se visse enfraquecida e a Igreja repartida. O que fica ainda mais evidente se somarmos à má reputação que a Igreja foi acometida pela cobrança de suas indulgências, pelo jansenismo e pelo galicanismo.

Foi no século XVIII também que, por imposição de José II (1741-1790), imperador do Sacro Império Romano, o Papa Clemente XIV (1705-1769) suprimiu a Companhia de Jesus e os mosteiros dos contemplativos. O objetivo era redirecionar a ação da Igreja para o domínio dogmático e combater o misticismo, reconduzindo a Igreja ao seu estágio de primitiva pureza. Com sua personalidade forte, José II acabou por deliberar significativamente acerca da formação sacerdotal, na medida em que vigiava de perto os seminários, censurava sermões, proibia procissões e peregrinações e regulava os cultos. Conhecido por Josefismo, tais atitudes do imperador José II derrubou barreiras e foi apropriada por vários reis, em várias partes do mundo, a exemplo da Bélgica, da Toscana e da Áustria.

Assim, com o intuito de reverter a situação e colocar a Igreja à frente, no mesmo horizonte da modernidade em curso, intelectuais católicos primaram pelo *Aufklärung* (esclarecimento) católico, saindo na frente a Europa, em especial, os países germanos – Áustria, Baviera e Renânia. De acordo com Pierrard:

[...] a Igreja faz o seu exame de consciência e, dessa forma, põe fim ‘à mediocridade dos estudos sagrados’. Tudo é renovado, desde os estudos teológicos à formação dos padres, das práticas de devoção ao ministério pastoral aplicado aos problemas sociais e econômicos. (PIERRARD, 2002, p. 279).

Tais iniciativas reformistas visavam à reparação do nível cultural e social do clero e, por extensão, dos fieis, proporcionando sua inserção na vida religiosa cotidiana. Na França, por exemplo, mais precisamente pelo galicanismo, regime que subordina a Igreja ao poder temporal, fazendo do padre um funcionário, encontrava-se um clero douto e partícipe da revolução intelectual e do “movimento iluminista”, embora facilmente prevaricador, pouco romano e influenciado pelo jansenismo

Quando adentro a historiografia do século XIX, compreendo que este veio solidificar os fundamentos filosóficos, teológicos e doutrinários até então descobertos, como imprescindíveis para formação do padre e principalmente para o catolicismo. Trata-se do século de Napoleão Bonaparte (1769-1821) e do Movimento do

Ultramontanismo. Partidário do galicanismo e do josefismo, Napoleão os impôs aos seminários da França, bem como proibiu todas as manifestações de colegialidade episcopal, codificou a organização eclesiástica e determinou a ingerência do Estado na organização eclesiástica.

Apesar do repúdio de Roma e de alguns padres que compunham algumas Igrejas cismáticas, Napoleão é visto como o Imperador francês que devolveu vida à Igreja, na medida em que despertou nela reações diversas. Ele considerava a religião um mecanismo essencial à máquina imperial, pois com seu clero concordatário, dominado e hierarquizado, conseguia guardar os costumes e a ordem. Sem contar que suas orações e suas ações, por ocasião das vitórias do imperador, consolidavam a fidelidade do povo ao regime.

De modo que, se, por um lado, o Imperador Napoleão Bonaparte introduziu, no seu império, o galicanismo, por outro, a Igreja tinha, no ultramontanismo – doutrina católica que tem Roma como referência –, a saída para a homogeneização do catolicismo. Enquanto Napoleão tinha no *Catecismo Imperial*, imposto em 1806, sua maneira de submeter o clero à suas querências, a Igreja tinha, no *Gênio do Cristianismo*, de François-René de Chateaubriand (1768-1848), sua apologia. E assim temos, ao longo do século, um país laico onde figuram, ao menos, dois perfis de padres: aquele servidor do Estado e aquele servo da Igreja romana.

No restante do mundo católico, encontram-se esses dois perfis de padre. Mas com a tendência ao laicato, a presença cada vez mais constante da maçonaria e do liberalismo e segundo as orientações de Félicité de La Mennais (1782-1854) que pregava a necessidade de uma Igreja livre e viva, sem as amarras políticas e na qual Roma era fonte de um cristianismo livre, as “Igrejas nacionais” foram aos poucos se voltando para Roma como forma de manter uma homogeneidade doutrinal e teológica.

Como se pode perceber, a Igreja contou, direta ou indiretamente, em suas revisões, com “nomes” que compõem não só o território católico, mas sobretudo a história mundial. E é justamente nesse sentido que se assiste à importância do intelectual, seja na criação, mediação ou no engajamento. São intelectuais que, de uma maneira ou de outra, tornaram-se responsáveis pelos caminhos seguidos pela instituição.

E é seguindo essa mesma lógica que se percebe, na segunda metade do século XIX, sem as amarras oriundas do regime de padroado e visando à ascensão do catolicismo, o Papa Pio IX (1846-1878) agindo como um intelectual criador e

engajador. Quando restaurou algumas ordens antigas, multiplicou os colégios e fundou mais congregações clericais, como a dos Maristas, dos Padres do Santíssimo Sacramento, dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, dos Assuncionistas e mesmo dos Salesianos. Tais ordens e tantas outras enveredaram pela educação e já, em 1854, contavam, somente na França, com três mil e trinta e oito instituições “publicas” (abertas). Este número é alargado quando se percebe a presença da Igreja no restante do mundo e o aumento considerável de congregações religiosas vocacionadas para o trabalho, no ensino e na saúde (PIERRARD, 2002).

Se, por um lado, a ascensão do cientificismo, em detrimento do catolicismo, obrigou a Igreja a aderir a uma teologia baseada na moral e na apologética, que satisfazia mais o sentimento religioso do que o espírito racional, do outro, convivendo com nomes como Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) e Charles Darwin (1809-1882) que deram um ultimato à Igreja, no que concerne à “origem da vida”, o “padre” Ernest Renan (1823-1892) escreveu *O futuro da Ciência* (1848/1890) e *A Vida de Jesus Cristo* (1863) que, não fosse a sacudida que deu no seio da Igreja, teriam sido apenas um escândalo sem frutos.

Por causa das ameaças de descrédito em suas crenças e em sua pedagogia, pelo liberalismo, pelo socialismo, pelo racionalismo e pelo positivismo, ela, a Igreja, optou por inibir sua participação política, no que diz respeito à preparação do seu clero, contando para isso com uma formação sacerdotal do tipo santo, que teve no padre João Maria Batista Vianney (1786-1859), o Cura d’Ars, um modelo a seguir. Apesar de não ser considerado um padre letrado, o padre Vianney possuía qualidades imprescindíveis ao sacerdote que se queria formar, pois com seu estilo de vida centrado na mortificação, oração e caridade, bem como com sua administração do sacramento da Penitência e mesmo na direção espiritual das almas, tornou-se um exemplo de vida cristã não somente em Ars, mas em todo o mundo cristão. Assim, estava posto um modelo moral de padre: cumpridor dos seus deveres de pregação, catecismo, celebração dos ofícios, administração dos sacramentos e responsável por elevar a vida espiritual de seus fiéis.

Por essas e outras redefinições da formação sacerdotal, dois papas, mais que outros, sobressaem-se nesse período: Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903). O primeiro, além de ter criado as já ditas congregações e colégios, convocou, em 1869, o Concílio Vaticano I que concebeu uma Constituição dogmática intitulada "*Dei Filius*", exaltando a Fé católica e uma outra de nome "*Pastor Aeternus*", decretando o primado e

a infalibilidade do Papa. O segundo foi aquele que, percebendo que o mundo não era somente cristão, apresentou, como princípio, a liberdade da consciência religiosa “[...] como garantia dos direitos da pessoa e o princípio do bem comum como norma de fidelidade de Estado.” (PIERRARD, 2002, p. 331).

Foi também de Leão XIII a iniciativa de transformar o tomismo (filosofia e teologia de São Tomás de Aquino) em doutrina da Igreja. Pierrard (2002, p. 167) frisa que os princípios do tomismo permitiam “[...] o aprofundamento da tradição e a resolução dos problemas postos pela evolução das artes, das ciências, da sensibilidade humana e das estruturas sociais.” Sobre o tomismo ser uma doutrina formativa, afirmava o Papa Leão XIII, em sua Encíclica *Aeternus Patris*, dedicada a todos os Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos de todo o mundo católico em ação e comunhão com a Santa Sé Apostólica:

Dizemos doutrina de São Tomás, porque se se encontrar nos Escolásticos, alguma questão demasiado sutil, alguma afirmação inconsiderada, ou alguma coisa que não esteja em harmonia com as doutrinas experimentadas nos séculos posteriores, ou que seja finalmente destituída de probabilidade, não intentamos de modo algum propô-la para ser repetida em nossa época. (LEÃO XIII, 1879, p.14).

Para Leão XIII, São Thomas de Aquino “[...] entre todos os doutores escolásticos, brilha, como astro fulgurante, e como príncipe e mestre de todos.” Sobre ele e sua filosofia orientadora, afirma:

De espírito dócil e penetrante, de fácil e segura memória, de perfeita pureza de costumes, levado unicamente pelo amor da verdade, prenhe de ciência divina e humana, justamente comparado com o sol, aqueceu a terra com a irradiação de suas virtudes e encheu-a com o resplendor de sua doutrina.

Não há um ponto da filosofia que não tratasse com tanta penetração como solidez. As leis do raciocínio, Deus e as substâncias incorpóreas, o homem e as outras criaturas sensíveis, os atos humanos e seus princípios, são objeto das teses que defende, nas quais nada falta, nem a abundante colheita de investigações, nem a harmoniosa coordenação das partes, nem o excelente método de proceder, nem a solidez dos princípios, nem a força dos argumentos, nem a lucidez de estilo, nem a propriedade da expressão, nem a profundidade e gentileza com que resolve pontos mais obscuros.

Ainda mais: o Doutor Angélico buscou as conclusões filosóficas nas razões e princípios das coisas, que têm grandíssima extensão e encerram em seu seio o germe de quase infinitas verdades, para serem desenvolvidas em tempo oportuno e com abundantíssimo fruto pelos mestres dos tempos posteriores. (LEÃO XIII, 1879, p.13).

No tocante aos fundamentos doutrinários da formação sacerdotal, indubitavelmente, a Filosofia e a Teologia de São Tomás de Aquino encontram-se nos postulados de uma aprendizagem universal para todos os aspirantes ao sacerdócio. Essa seria então, por assim dizer, a formulação da Santa Sé Apostólica quando se pensa a educação e a formação sacerdotal, entre meados do século XIX e início do século XX.

Quanto ao mais, diligenciem os mestres, cuidadosamente escolhidos por vós, fazer penetrar no espírito dos discípulos a doutrina de São Tomás; façam, sobretudo, notar claramente quanto esta é superior às outras em solidez e elevação. Que as Academias que tendes instituído ou houverdes de instituir para o futuro, expliquem esta doutrina a defendam e utilizem para refutação dos erros dominantes. (LEÃO XIII, 1879, p.14).

Por isso seria possível dizer, com cautela e prudência, que o modelo de formação de padres foi construído, ao longo dos séculos, referenciando-se na análise das experiências vivenciadas. Em um momento da história, bastaria o carisma para se tornar sacerdote, em outro, bastava o conhecimento, já em outro, o que o pautava era a vida ascética, em outro a obediência à instituição estatal, em outro, bastava ser ordenado pelo Estado, até os membros da hierarquia católica decidiram por uma formação doutrinal, filosófica e teológica, em lugar específico de formação – o Seminário. De modo que se pode perceber que, assim como se descartaram algumas práticas, aproveitaram outras, adaptaram umas e incorporaram novas, fazendo do modelo de formação de padre, um modelo escolar com métodos, saberes e regras próprias.

Nesse sentido, pode-se dizer que a formação sacerdotal não se traduziu nesta ou naquela forma de escolarizar o Padre, mas foi uma junção de procedimentos educativos e doutrinários que teve por base o desenvolvimento do “carisma”, uma educação escolar e principalmente o cultivo do bom comportamento para que servisse de exemplo de integridade de costumes.

Ao perceber os fundamentos da formação do sacerdote, ao longo dos tempos, nota-se que houve a necessidade de uma sistematização, bem como da incorporação de determinados saberes e condutas aprimoradas a cada local, a cada tempo, enfim, a cada experiência. De modo que a Igreja Católica Apostólica Romana chega, ao século XX: separada do Estado, ultramontana, convivendo com a modernidade (liberalismo, maçonaria, positivismo) e o protestantismo, com congregações dando conta de várias áreas (educação, saúde, assistência social, etc) e com um perfil de padre pré-definido: apostólico, diocesano ou regular, virtuoso, formado em Seminário (por vezes também

em universidades) sob a égide da Filosofia e Teologia de São Tomás de Aquino, sendo lastreada pelas diversas congregações/ordens criadas.

Assim, esse amplo quadro, que tinha como centro da discussão o cristianismo, sua origem, organização hierárquica, bem como a sua doutrina e a formação de seus quadros, também fora pintado na “parede” do Brasil republicano. As políticas liberais não tinham, nos membros da maior instituição religiosa, apoio irrestrito. A maçonaria depois da “Questão Religiosa”, ou seja, do conflito entre esta e a Igreja na década de 1870, não mais conseguiu se reconciliar com a fé católica; o sistema positivista passou a ser o maior alzo do catolicismo, propondo à existência humana valores completamente distanciados da teologia ou da metafísica. Quanto ao protestantismo, este ascendia, significativamente, como alternativa ao catolicismo. (NASCIMENTO, 2004).

Como forma de combater tais insurgências, o Catolicismo no Brasil, assim como no restante do mundo, adere ao ultramontanismo e intensifica sua reforma que tem como principal ponto de partida a (re) formação de seus quadros eclesiásticos.

Contudo, para fins de apreender a problemática norteadora dessa tese, torna-se imprescindível certificar-se da formação sacerdotal ministrada nos seminários diocesanos, particularmente no Nordeste brasileiro, a partir da política de laicização adotada pelo Estado republicano, perscrutando se as orientações universais postuladas pela Santa Sé Apostólica para a formação sacerdotal se interpenetraram nos “territórios” dos programas dos seminários diocesanos de João Pessoa e Aracaju.

[...] sem sofrimento não há merecimento, sem sacrifício não há benefício, sem mortificação não há santificação, e sem oração não há salvação. (DOM ADAUTO apud OLIVEIRA, 1959-1961).

Capítulo três

Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e Dom José Tomás Gomes da Silva na construção de seus edifícios institucionais católicos

O futuro biógrafo do 1º Bispo de Sergipe, se quiser elaborar uma obra perdurante pelos traços vivos que dela se irradiarem no tempo e no espaço, terá de estudar a ação do Monsenhor José Tomás neste primeiro campo do seu apostolado.

E maravilhar-se-á descobrindo no vasto ‘hinterland’ destes dois estados [Paraíba e Rio Grande do Norte] os **luminosos roteiros do visitador José Tomás denunciando os sulcos luminosos abertos por D. Adauto...** (LIMA, 1956, grifo nosso).

No final do positivista século XIX, o Papa Leão XIII tornava pública a Encíclica *Satis Cognitum*, datada de 29 de junho de 1896, dirigida a esclarecer a natureza da Igreja e a autoridade bispal. Afirmava, nesse sentido, que a Igreja, na qualidade de corpo unitário e perene, ou seja, na condição de uma assembléia de fiéis, exigia, necessariamente, uma unidade de governo, em face da unidade da comunhão. Ali, residia, fundamentalmente, o magistério dos Bispos, sucessores dos apóstolos. Vejamos a orientação do Papa Leão XIII:

Assim, do mesmo modo que a autoridade de Pedro deve permanecer perpetuamente no Romano Pontífice, assim os bispos, que sucedem os Apóstolos, herdaram deles o poder ordinário, de sorte que a ordem episcopal necessariamente faz parte da constituição íntima da Igreja. E ainda que a autoridade dos bispos não seja plena, nem universal, nem soberana, não devem ser consideradas meros vigários dos Romanos Pontífices, pois possuem uma autoridade que lhes é própria e são chamados segundo toda a verdade prelados ordinários dos povos que governam... (LEÃO XIII, 1896, 2007, p. 709).

A sacralidade do magistério de um Bispo estava acoplada a uma constância das tradições católicas. Um Bispo como um quadro dirigente da hierarquia da Igreja vencida etapas formativas e seletivas. Conviria, pois, como dever de ofício eclesiástico, o governo ordinário, a preservação da suprema unidade dos fundamentos teológicos doutrinários e a estabilidade de todas as partes do edifício da Igreja Católica Apostólica Romana, incluindo a criação e o governo dos seminários (arqui)diocesanos.

Cartas, encíclicas, constituições, decretos, leis canônicas retrataram a natureza da Igreja em face dos progressos técnicos, científicos, da moral e do Estado laico, para, a partir daí, sublinhar as interlocuções da Igreja com a sociedade em geral e com cada uma em

particular. São exemplos as encíclicas de Leão XIII: *Diuturnum illud*, de 1881, sobre a autoridade política; a *Immortale Dei*, de 1885, acerca da constituição cristã dos Estados e a *Libertas Praestantissimum*, de 1888, que trata da liberdade e o liberalismo.

No Brasil, essa interlocução já havia se insinuado desde os tempos da “Questão religiosa” quando se sobressaíram Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878) e Dom Antonio de Macedo Costa (1830-1891) que representaram e puseram em prática o que determinava a encíclica do Papa Pio IX, intitulada *Quanta Cura*, cujo anexo, o *Syllabus*, condenava os “erros” modernos, a exemplo do liberalismo, do comunismo, da maçonaria, do galicanismo, do regalismo, do jansenismo, do josefismo, dentre outros.

Essa natureza ficou ainda mais evidente quando da adoção da romanização pela Igreja no Brasil República. O cumprimento das determinações das encíclicas não só foi materializado como foi transcendido pelos Bispos “reformadores”, dos quais são exemplos Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, discípulo de Dom Vital e primeiro Bispo da Diocese da Paraíba, e Dom José Tomás Gomes da Silva, pupilo de Dom Adauto Aurélio, e primeiro Bispo da Diocese de Aracaju. Tais Bispos, dentre outros, elevaram o catolicismo no Brasil com suas práticas e condutas e foram, por certo, o maior e o mais promissor investimento da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil republicano, tornando-se, por excelência, como destaca Miceli (1988), membros da elite eclesiástica brasileira republicana.

O presente capítulo, mediante o crivo da história comparada da educação e da noção de intelectual de Sirinelli (1996), objetiva examinar os itinerários biográficos dos Bispos Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (Figura 01) e Dom José Tomás Gomes da Silva (Figura 02), bem como recompor o “edifício” institucional dos Seminários de João Pessoa e Aracaju, criados, respectivamente, tendo em vista discutir, *a posteriori*, a orientação sacerdotal ali projetada. Isso se justifica na medida em que os perfis específicos dos dois preladados e a condução dos seus trabalhos diocesanos respondem pelo êxito na boa convivência da Igreja com as autoridades políticas republicanas, assim como pela tentativa de restabelecimento do prestígio do clero como agente exemplar da vida social.

Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e Dom José Tomás Gomes da Silva



Figura 01 - Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques

Fonte – Acervo do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba

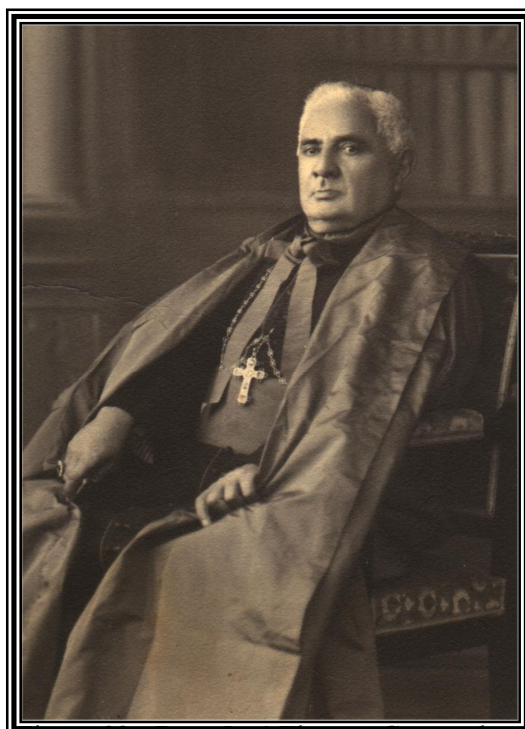


Figura 02 - Dom José Tomás Gomes da Silva

Fonte – Acervo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura/SE

De acordo com Sirinelli (1996, p. 235), “[...] para quem estuda a ação dos intelectuais, surge, obrigatoriamente, o problema de seu papel e de seu ‘poder’[...]”. Nesse sentido, cabem as perguntas: – Qual o papel de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e Dom José Tomás Gomes da Silva, na formação sacerdotal no Nordeste brasileiro? Como foi representado o seu poder?

Ainda segundo Sirinelli:

[...] as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida. (SIRINELLI, 1996, p. 255).

Seguindo essa premissa, foi que, diante da imagem do padre desregrado e casado, muito criticada pelo clero desde o Brasil colônia, que a hierarquia da Igreja se propôs reverter essa representação, tornando-a, por excelência, como um dos pontos a serem trabalhados pela Igreja, naquele nascente século XX. A restauração da “imagem” dos padres seria, nesse sentido, o principal veículo para adequar a Igreja Católica aos ideais

romanizados. E por onde começar?; – o que fazer?; – o que ensinar? Em suma, como formar os sacerdotes que iriam dar sustentação moral e ética à Igreja, num período de transição política e no momento em que a Igreja não mais contava com os subsídios do Estado?

A hierarquia da Igreja no Brasil optou, inicialmente, por escolher quem iria comandar a implantação, em cada lugar, das determinações da Santa Sé. O perfil escolhido para os novos Bispos estava assentado em alguns moldes que, de fato, foram de grande valia àquele tempo. Os estudos de Miceli (1988) revelam que se tratavam de padres jovens, com competências evidentes, advindos de famílias bem conceituadas, a maioria delas de origem rural. Alguns deles haviam terminado seus estudos filosóficos e teológicos na França e/ou mesmo em Roma, acreditando piamente na missão da Igreja enquanto propagadora da fé no Cristo encarnado.

Naquele momento histórico – final do século XIX e início do século XX –, os Bispos deveriam distinguir-se, sobretudo, pelo afastamento da política partidária, pela estrita subordinação à Igreja de Roma e pelo direcionamento às questões da fé como já determinava a Encíclica *Immortale Dei*, de 1885, sobre a constituição cristã dos Estados. E é justamente nesse sentido que se destacam Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935) e Dom José Tomás Gomes da Silva (1873-1948). O primeiro, Dom Adauto, como ficou conhecido, nasceu no dia 30 de agosto de 1855, na cidade de Areia (PB); na província da Paraíba, onde fez seus primeiros estudos. Já Dom José nasceu 18 anos depois, em 1873, na cidade de Martins, na Província do Rio Grande do Norte, onde também fez seus primeiros estudos.

Tanto Dom Adauto quanto Dom José receberam uma educação inicial comum no século XIX. Ambos tiveram como primeiras professoras suas mães. Eram elas: Laurinda Esmeralda de Sá e Melo, mãe de Dom Adauto e Ana Constância da Silva, mãe de Dom José, sendo seus pais, respectivamente, o Coronel (dono de engenho) Idelfonsino Clímaco Clodoveu de Miranda Henriques e o Juiz de Direito Tomás Gomes da Silva.

O já rapaz Adauto saiu de Areia por volta de 1867 para estudar no Seminário de Olinda, em Pernambuco, onde fez o Curso Menor (humanidades) e de onde se transferiu, aos 20 anos, para a Europa, a fim de realizar os estudos superiores de Filosofia, no Seminário Supliciano de Issy, em Paris (1875-1877), e, logo depois, Teologia, na Universidade Gregoriana em Roma, ordenando-se, em 1880, e onde, *a posteriori*, em 1882, doutorou-se em Direito Canônico. Contava então com 27 anos de idade e voltou ao Brasil.

Atente-se que o período de formação de Dom Adauto iniciou-se no pontificado do Papa Pio IX (1846-1878) e teve seu término no pontificado de Leão XIII (1878-1903), sendo este, não sem razão, o que mais alcance teve na formação da geração de Dom Adauto. O primeiro conhecido por condenar os “erros” modernos, morrera nos primeiros anos de sua formação eclesiástica, já o segundo, reconhecido por conceber a “Doutrina Social da Igreja”, foi o seu grande mentor intelectual e, conseqüentemente, dos que foram formados sobre o seu pontificado. Foram assuntos de suas encíclicas, a idéia de Democracia cristã – *Rerum Novarum*, os valores da família e a indissolubilidade do casamento – *Arcanum Divinae Sapientiae*, a condenação à heresia – *Testem Benevolentiae*, e a devoção à Virgem Maria – *Augustissimae Virginis Mariae*, dentre outros.

Da mesma forma que Dom Adauto, Dom José também fora formado sob a égide de Leão XIII. Por volta de 1885, saiu de Martins para o mesmo Seminário de Olinda, onde o já “Padre Adauto” era Professor, primeiro de Retórica e Eloquência Sagrada, depois de Francês, História do Brasil, Religião e Instituições Canônicas. Teria concluído os estudos naquela instituição, não fosse o destino que lhe esperava nos idos de 1894.

De 1882 a 1894, Dom Adauto permaneceu em Pernambuco, exercendo, além do cargo de Professor do Seminário de Olinda, as funções de Diretor Espiritual do referido Seminário, Capelão do Orfanato de Santa Tereza e de Cônego Efetivo da Sé, revelando-se um exímio defensor do ultramontanismo. Era adepto das idéias de Dom Vital, a quem tinha como exemplo, foi este, inclusive, quem lhe conferiu as primeiras ordens quando estava em Roma. Seus colegas no Seminário, todos ultramontanos, eram os Padres Professores Antonio Fabrício de Araújo Pereira (Francês), Luiz Francisco de Araújo (Latim), Júlio Maria do Rêgo Barros (Geografia e História), Manuel João Gomes (Dogma), Francisco do Rego Maia (Moral), Antonio Arcoverde (Instituições Canônicas) e Joaquim Arcoverde (Filosofia), este último elevado a primeiro Cardeal da América Latina, no ano de 1905, além do leigo José Diniz Barreto, Professor da cadeira de Português.¹⁰

¹⁰ Segundo o Cônego Lima (1956), biógrafo de Dom Adauto, os seus alunos mais conhecidos, quando este lecionava no Seminário de Olinda, são inúmeros, porém dos que seguiram a vocação sacerdotal, sete foram bispos. São eles: Dom Augusto Álvaro da Silva, bispo de Floresta e da Barra e depois Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil; Dom Joaquim Antonio de Almeida, Bispo respectivamente do Piauí, Natal e Lari; Dom Joaquim Ferreira de Melo, Bispo de Pelotas; Dom João Irineu Jofili, Bispo titular de Sufétula, Amazonas, Arcebispo do Pará e de Anasarta; Dom Jonas de Araújo Batinga, Bispo de Penedo; Dom Manuel Antonio de Paiva, Bispo de Ilhéus e de Garanhuns; Dom José A. de Oliveira Lopes, Bispo de Pesqueira, dentre outros que também assumiram postos de grande destaque na hierarquia da Igreja e fora dela, como foram os seculares, seus alunos no Colégio diocesano.

Pode-se dizer, com base nos autores vigorantes da época, que, com algumas exceções, tanto Dom Adauto quanto Dom José Tomás iniciaram sua formação sacerdotal sob a égide dos seguintes manuais, compêndios, sinopses e livros: para Filosofia Fundamental, seguindo o mesmo espírito da Universidade Gregoriana, estudava-se a partir das efemérides de cuja organização se encarregava o Padre Joaquim Arcoverde; para Filosofia Racional e Moral, adotaram o compêndio de “San Severnino”; para Lógica, a “Sinopse”, do Cônego Arcoverde, tempos depois revista e melhorada pelo já Monsenhor Fernando Rangel; para o Francês, “o velho Halbout” e a “Gramática de Bourghain”, sendo que nas classes adiantadas traduziam, além deles, “O Gênio do Cristianismo”, de Chateaubriand, o “Teatro Clássico” e as “Fábulas de La Fontaine”. Para Geografia, era utilizada a “Geografia de Lacerda”, considerada o terror das sabatinas, devido a seu Professor e, para Retórica, Padre Adauto valia-se do “Padre Honorato”, que fora contemporâneo do Padre Antonio Vieira (LIMA, 1956).

Era 02 de janeiro de 1894, quando o Padre Adauto já havia recusado nomeação para o Bispado de Curitiba, no sudeste do Brasil, e fora escolhido para reger a primeira Diocese da Paraíba – criada em 27 de abril de 1892 pela Bula *Ad universas Orbis Ecclesias*. Como um vitorioso, visto que era seu desejo ser Bispo em seu Estado natal, seguiu para Roma, para ser sagrado Bispo. Orientado pelo Papa Leão XIII, com quem teve audiência sobre o futuro da monarquia no Brasil e a posição da Igreja, voltou ao Brasil com a certeza de que a monarquia de fato acabara e era seu dever, enquanto prelado, elevar, o quanto mais, o catolicismo (LIMA, 1956).

Antes mesmo de chegar à sua Diocese, agindo como um intelectual criador, já havia, junto ao Papa, pensado na criação do seu Seminário e, ainda em Roma, foi até o provincial dos jesuítas R. P. Luiz Martin, pedindo que lhe concedessem mestres para, na sua Diocese, dar “frutos” (LIMA, 1956). O Provincial, entretanto, deu-lhe o conselho de buscar, na sua própria região, os melhores sacerdotes para compor o quadro docente do educandário pretendido, pois, para ele, o melhor seria que “padre secular formasse padre secular”. Aceitando a sugestão, o novo Bispo voltou para o Brasil, dirigindo-se de imediato ao seu antigo local de trabalho – o Seminário de Olinda, de lá já saindo com alguns seminaristas, com os quais compôs a primeira turma de alunos do seu Seminário e parte de seu quadro docente, pois os seminaristas escolhidos eram de diferentes classes, o que permitia que os mais adiantados lecionassem aos menos adiantados, tornando-se, assim, alguns seminaristas também professores.

Foram eles: Fernando Lopes e Silva (1868-?), Marcos Aprígio de Souza Santiago (1869-1929), Aprígio Carneiro da Cunha Espínola (1868-1947), João Cavalcanti de Albuquerque Maranhão (1869-1927), **José Tomás Gomes da Silva (1873-1948)**, Manoel Antonio de Paiva (1873-1937), Francisco Gonçalves de Almeida (1871-?), Francisco Severiano de Figueiredo (1872-1936), José Betâmio de Goveia Nóbrega (1871-?), Aguielo Fernandes (1875-1912), João Borges (1874-?), Luiz Borges de Sales (1871-1930) e Antonio Galdino de Sales (1873-1921).

Era 4 de março de 1894, quando Dom Aauto, junto a seus futuros discípulos e mestres, chegou à Paraíba do Norte, tendo, como missão primeira, colocar em prática os fundamentos da Igreja Católica Apostólica Romana que, de acordo com as normas que compunham o Direito Canônico, traduziam-se¹¹

Em uma palabra, el órden gubernativo de la religion, ó em otros términos, la necesidad que incumbe a los bispos de rebatir á los hereges, de formar un clero idóneo y de doctrinar á todos los fieles, es el fundamento sólido de las letras y del progreso social. (DICIONÁRIO DE DERECHO CANONICO, 1867, p. 1028).

Combater o protestantismo, formar o padre idôneo e doutrinar os fiéis foram, por certo, os princípios seguidos por Dom Aauto à frente da Diocese paraibana que englobava, a época, 73 paróquias, das quais 43 estavam no território paraibano e 30, no Rio Grande do Norte.

Nessa empreitada, o pupilo José Tomás Gomes da Silva foi um dos mais próximos e importantes colaboradores de Dom Aauto. José Tomás dedicou 16 anos de sua vida à Diocese da Paraíba, ora como aluno, Professor de Eloquência Sagrada e Direito Canônico, e Diretor Espiritual do Seminário Nossa Senhora da Conceição, ora como Secretário do Bispado, Escrivão da Câmara Eclesiástica e Mestre de Cerimônia do Sólido Episcopal, ora como colaborador do Jornal “A Imprensa”. Em todas as funções exercidas, que incluem também as viagens como Visitador Diocesano nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e as definidas pelas honrarias de Cônego Catedrático da Sé (1895) e Camareiro de Honra do Santo Padre (1907), ele demonstrou consciência e dedicação à causa da Igreja, credenciando-se junto ao seu mestre, como um de seus maiores discípulos.

Segundo Vilas-Boas (1977), foi sobretudo por causa de suas visitas apostólicas nos interiores dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e de como enfrentava a dificuldade da época, em termos de transportes, assim como pelas suas “[...] pregações inflamadas do

¹¹ Até 1917, a Igreja Católica não tinha o seu sistema de regras codificado de modo que, só neste ano, foi editado e publicado o primeiro Código de Direito Canônico.

amor de Deus e do zelo das almas [...]” que o Padre José Thomas fora indicado por Dom Adauto, para ser Bispo. Na visão de Vilas-Boas, a visitação tratava-se de uma

[...] tarefa, áspera e ininterrupta, do confeccionário, no apertado das capelinhas ou a sombra dos juazeiros, cercado, sempre, de uma onda humana, abafada ao calor das soalheiras, participando, muitas vezes, do martírio das populações crestadas e dizimadas pela seca e pela fome: aquelas visitas pastorais em que a resistência física e moral do Mons. José Thomas desafiava a capacidade dos mais afeitos ao duro sabor missionário, marcaram dias de vitórias para sua vida de sacerdote, todo e só, consagrado a glória de Deus e a salvação das almas. (VILAS-BOAS, 1977, p. 25).

Engajado na causa da Igreja de doutrinar os fiéis, pôde conhecer de perto as agruras vividas pelo povo nordestino, sertanejo, que tanto necessitava do afago religioso. Servindo de mediador entre o homem e o transcendental, Dom José registrou, em sua história, uma das referências mais evidentes do intelectual mediador que é difundir e vulgarizar o conhecimento, nesse caso, a cultura religiosa emanada pela Igreja Católica Apostólica Romana.

De acordo com Sirinelli,

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer táboa raza. (SIRINELLI, 1997, p. 254-255).

Fosse criando, mediando os processos de transmissões culturais, especialmente dos cânones católicos, ou mesmo quando esteve engajado a uma causa, o Padre José Tomás revelou-se um intelectual incisivo e decisivo, nos Estados que assistiu. Transmitir ou mesmo criar legados de cunho religioso, moral e ético fez desse sacerdote um ser respeitado e querido por todos. Na opinião do Padre Lima, o Padre José Tomás “Era um padre popular no sentido mais puro da expressão, descendo até à planície proletária da época, não para se contaminar com suas máculas possíveis, mas para elevá-la à altura do cristianismo prático, integral.” (LIMA, 1956, p. 318).

De modo que o já Monsenhor José Tomás, assim como Dom Adauto, era um daqueles intelectuais representantes do segmento da Igreja que primava pela moralização do clero antigo e formação de novos padres, no sentido de aumentar sua plêiade e conseqüentemente a ação da instituição. Quando assumiu a função de Visitador Apostólico, criou vários laços de amizade e de admiração. Com seu jeito alegre e muitas vezes engraçado, ao contrário de Dom Adauto, conhecido pelo seu “[...] temperamento sangüíneo-nervoso [...]” (LIMA, 1956, p. 307), o Monsenhor José Tomás deixou uma imagem na

Paraíba de um padre “[...] lépido, vivaz, bem humorado sempre, com quem o Bispo contava para tudo; podemos aquilatar o seu espírito de organização, o seu zelo apostólico, a sua ‘performance’ eclesial, o seu talento....” (LIMA, 1956, p. 316).

De fato, O Padre José Tomás Gomes da Silva tinha algumas virtudes consideradas imprescindíveis para o perfil do novo padre que se queria formar no Brasil república. Da mesma forma que Dom Adauto, seu mentor intelectual e modelo a seguir, o Padre José Tomás era autoritário quando necessário, benevolente quando estava diante de recaídas, didático no sentido de suas ações, austero quando tinha que ir de encontro a outras crenças que ascendiam em detrimento da sua e vocacionado como tinha que ser.

Como quadro intelectual da nova geração da Igreja Católica e de ideais romanizados, o Monsenhor José Tomás foi eleito pela Bula Papal de 10 de maio do ano de 1911, primeiro Bispo da Diocese de Aracaju. Esta criada em 3 de outubro de 1910, pela Bula *Divina Disponente Clementia*, do Papa Pio X. Ao tomar posse no dia 4 de dezembro, do mesmo ano de sua sagração, Dom José encontrou sua Diocese com 34 paróquias e 32 padres.

De imediato, três problemas poderiam ter se revelado logo na sua chegada. O primeiro estava atrelado às conseqüências da laicização, ou seja, o Bispo não podia contar com subsídios do Estado, o segundo era que estava em terra estranha, não conhecendo os nativos, o que poderia ser um problema, caso não fosse bem recebido, e o terceiro era o que dizia a Bula *Divina Disponente Clementia* que criou a Diocese de Aracaju. De acordo com a bula, o sustento da Diocese estava confiado à

[...] liberalidade e piedade dos fiéis que prestaram o auxílio e subsídios necessários mediante os quais o novo Bispo e os seus sucessores [...] [manteriam] decentemente a dignidade episcopal [...] [que, por sua vez, atenderiam] [...] oportunamente ao culto divino, às necessidades do culto sagrado e às obras da Diocese [...]. (PIO X, 1910, p. 1).

Em linhas gerais, o sucesso da instituição estaria condicionado às doações de seus fiéis. Dom José, no entanto, estava em posição privilegiada. Dada a predominância de católicos no Estado, fora recebido com todas as honrarias, não só pelo clero, mas pelos políticos locais e diferentes estratos da sociedade. O que lhe deixou à vontade, para que, passadas as comemorações da posse, seguisse o exemplo de Dom Adauto, dando início, imediatamente, ao trabalho de fundamentação e reestruturação da Igreja local, participando, dessa forma, do projeto nacional de reforma da Igreja.

Como um legatário, Dom José, da mesma forma que Dom Aauto, começou seu ofício fazendo as devidas nomeações para composição de sua Diocese. Dom Aauto havia se assessorado com o Cônego Santino Maria da Silva Coutinho, Secretário da Diocese; o Cônego Estevão José Dantas, Escrivão da Câmara Eclesiástica e com o Cônego Sabino Coelho, Promotor do Bispado, para organizar sua Diocese e criar instituições de suma importância para a sedimentação do catolicismo, na medida em que colocavam em prática seus fundamentos. Já Dom José, embora em tempos outros, manteve uma estrutura bastante parecida com a da Diocese paraibana, nomeando dessa forma Monsenhor Manoel Raymundo de Mello, como vigário Geral, o Cônego Francisco Gonçalves Lima, para Promotor do Bispado e para consultores ou assessores diocesanos, pelo tempo de três anos, o Padre Lourenço Maria Giordano, Frei Joaquim Benk e os cônegos Francisco Gonçalves Lima e João Florêncio da Silva Cardoso.

Tais estruturas edificantes ou formas de organizar o seu quadro dirigente foram fundamentais para alcançar os objetivos almejados. Dom Aauto, que já conhecia a Diocese e mais que isso, era paraibano, valeu-se de um padre para gerenciar a Igreja internamente, de um Escrivão para servir de interlocutor entre os civis e os religiosos e de um Promotor do Bispado o que lhe dava a liberdade para administrar mais e melhor sua circunscrição, inclusive dotando-a do que achou necessário. Dom José, por sua vez, encontrava-se em terra alheia, o que lhe deixou à vontade para também nomear um administrador, na pessoa do Vigário Geral, e um Promotor para o Bispado, mas, ao contrário de Dom Aauto, achou necessário compor um quadro de assessores que o informasse de como estava o Estado de Sergipe, sobretudo, em termos religiosos.

Levando-se em consideração que os itinerários podem permitir desenhar marcas mais precisa dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais (SIRINELLI, 1996) e, a propósito, de onde podemos observar, o que se percebe ao adentrar na história da formação sacerdotal dos dois Bispos, é que, embora em tempos distintos, tiveram itinerários bem semelhantes. Ambos agiram como intelectuais criadores, mediadores e engajadores, na medida em que operaram como estrategistas, disseminando a suprema unidade da fé e dos fundamentos teológicos doutrinários, dando, assim, estabilidade à Igreja romanizada. Senão vejamos:

Eles criaram paróquias, proveram as que estavam sem párocos, incubiram os Sacerdotes de descredibilizar a linha protestante para, com isso, conseguirem recrutar mais fiéis; criaram seus jornais; Dom Aauto, o Jornal “A Imprensa” (1897) e Dom José, o

Boletim “A Diocese de Aracaju: Orgam official” (1912) e depois o Jornal “A Cruzada” (1918)¹² e ambos instituíram as Visitas Pastorais e intensificaram as relações cordiais com os dirigentes políticos e com representantes da elite econômica e intelectual local.

O que parece, ao analisar os itinerários e as atuações de um e outro Bispos, é que eles, ao cumprirem seus papéis de disseminadores da teologia católica, agiram como elos entre uma tradição que lutava por manter-se, mesmo com todos os problemas adquiridos ao longo dos tempos, e a edificação de uma nova estrutura político-administrativa que ascendia, sem compromissos com o *re-ligare*, ou seja, com o elo entre o homem e Deus. Assim, seus meios de atuação foram dos mais diversificados, como, aliás, haviam aprendido com o missionário Júlio Maria que, ao tratar de “O Brasil e a Religião: crise contemporânea e nosso estado social”, difundia:

Se não elevarmos a cruz de Jesus Cristo aos nossos destinos, se não a plantarmos em nossas instituições, nos governos e estadistas, nos nossos corpos legislativos, entre os educadores, na Imprensa, nos labores literários e em todos os progressos, teremos fatalmente de ser absorvidos por este dilúvio perigoso – ‘a crise contemporânea’. (JÚLIO MARIA apud CONFERÊNCIAS CATHÓLICO SOCIAIS, 1903, p. 1).

Solidificar a fé daqueles que já pertenciam a sua crença religiosa também era tarefa dos Bispos Reformadores. Contavam, para isso, com os discursos afinados e, como suporte, os escritos e exemplos contidos em seus jornais que tinham por objetivo informar aos padres e paroquianos tudo o que estava acontecendo com a Igreja, em nível mundial e nacional, além de informações acerca de suas administrações. Através de seus impressos, os Bispos também faziam as devidas cobranças, tanto financeiras como espirituais e morais. Afinal, “[...] uma revista é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade [...]” (SIRINELLI, 1997, p. 249).

Como lugar ou veículo de fermentação intelectual, “A Imprensa” dedicou suas forças à defesa do catolicismo. Seus discursos eram povoados de proibições e excomunhões às seitas e religiões outras, eram verdadeiros atos de louvor em favor do catolicismo. Acerca da relação Igreja Católica e Brasil, traz “A Imprensa”, de 29 de setembro de 1901:

A Igreja é acusada de infensa aos destinos deste grande país que nos deu o berço; entretanto se não fora ela a nossa frente não estaria assinalada com o distintivo que nos colocou entre os povos civilizados [...]. Ao passo que a grei protestante, afanosa e solícita derrama por entre as folhas douradas de sua ‘bíblia as belezas de seus ensinamentos’, a sociedade verdadeiramente

¹² O Jornal “A Cruzada”, criado em 1918, circulou até o ano de 1925, quando foi forçada a suspender seus trabalhos. Em seu lugar, ficou o “A Boa Nova”, órgão da Paróquia de São José, e que contava como Diretor com o Padre Moisés Ferreira. Em 1935, graças ao empenho do Padre João Moreira Lima, um dos padres ordenados por Dom José, o Jornal “A Cruzada” reiniciou suas atividades.

católica resiste de pé firme a estas investidas e a sua fé cada vez mais se fortalece [...].

A Igreja abate o erro e conduz pelo caminho da verdade aqueles que foram entregues à sua tutela. **Ela não destrói, porém edifica, não promove arruaças e nem entrega ao plebeu desvairado os representantes da nação, porém ensina e proclama o respeito à autoridade.** (A AÇÃO CATÓLICA, 1901, p. 2, grifo nosso).

Sobre o espiritismo, propaga “A Imprensa”:

Os sectários do espiritismo tentam enganar o povo afirmando que não há nada no sistema contra a fé católica, que suas afirmações são verdadeiras, isto é, vêm dos espíritos que se invoca, das ‘almas’ que se deseja ouvir, conversar e consultar. Os católicos, a quem é proibido assistir sessões espíritas, nunca devem se deixar iludir por tais afirmações. (É PREJUDICIAL, 1902, p. 1).

Sobre seus próprios fins, publica o Boletim de Aracaju:

Sem se ocupar absolutamente de assumptos, que de nenhum modo affectem à Religião, o nosso Boletim se circumscreverá ao círculo de seu programma, que é o seguinte: editar os actos authenticos da Santa Sé, todos os actos do Governo Diocesano, os documentos attinentes ao Bispado, a matéria que se refira à vigente disciplina da Igreja, artigos inspirados nestes mesmos intuitos e as notícias de interesses da Diocese e das parochias respectivas. (DIOCESE DE ARACAJU..., 1911, p. 7).

Dom Adauto lançou mão de vários outros dispositivos a fim de combater o protestantismo, formar o padre idôneo e doutrinar os fiéis. Assim, escreveu várias cartas pastorais, evocou o papel e a importância do sacerdote, implantou os retiros espirituais e criou associações de leigos.

No tocante às cartas, foram 29 individualmente, no período de 1894 a 1935, e 10 coletivamente, entre os anos de 1901 e 1927, tendo por intenção divulgar como e o que queria a Igreja Católica, bem como informar e instruir, na disciplina católica, seu clero e fiéis. E, ao mostrar a necessidade do sacerdote para a celebração do culto obrigatório ao homem, pois, segundo ele, trata-se da lei que estabelece as relações do homem com Deus, Dom Adauto afirmou não existir culto sem sacerdote e que estes eram “[...] os delegados, os representantes dos seus irmãos pecadores, os homens, e, como representantes de Deus, estão investidos de uma autoridade divina, e, por conseguinte, são superiores a seus irmãos.” (HENRIQUES, 1897, p. 11).

Com a adoção da prática dos “retiros espirituais”, ele pôde estimular várias maneiras de alargar o campo de atuação do catolicismo. Assim, incentivou e valorizou a participação dos leigos nas obras da Igreja, impulsionando, inclusive, a criação da Confraria

do Coração Eucarístico e a Associação das Mães Cristãs, além de estimular o reconhecimento das Conferências de São Vicente de Paulo e do Apostolado da Oração.

Bem como Dom Aduino na Paraíba, agiu Dom José, em Aracaju, com seus documentos oficiais, seus retiros espirituais, com a criação de Confrarias, do Apostolado e da Obra Pia Diocesana. Ele também se valeu das já instituídas Missões Populares e Santas Missões para adentrar nos mais distantes recônditos e, dentre os fiéis, estimular as vocações sacerdotais. O que os diferencia, no entanto, está atrelado ao tempo histórico: a Paraíba do início do século XX, exigiu que Dom Aduino instituisse, em 1905, seus Estatutos Diocesanos, com o objetivo de fixar os novos regulamentos designados pela Santa Sé e de criar a Sociedade União do Clero para oferecer assistência material e espiritual aos fiéis carentes, como também criar a Liga Sacerdotal para defesa do próprio clero dos ataques “diabólicos” e do sectarismo anti-cristão tão gritante na Paraíba, daquele época.

Ao analisar o teor das disposições diocesanas originárias dos Retiros Espirituais do Seminário paraibano, Ferreira percebeu

[...] claramente quais eram os principais problemas enfrentados na Diocese da Paraíba, sendo de natureza litúrgica, administrativa, financeira, doutrinária ou apenas de responsabilidade e seriedade no desempenho das atividades clericais. Praticamente em todos os itens transparece a preocupação constante de reforçar o princípio da autoridade da hierarquia eclesial. (FERREIRA, 1994, p. 188).

Com vistas a esse reforço, uma das medidas mais importantes seguida por Dom Aduino foi dotar sua Diocese de instituições de ensino. Faz-se necessário observar que em termos educacionais, a Paraíba republicana encontrava-se estagnada. Com uma população em torno de 850.000 habitantes, mantendo apenas duas escolas secundárias (Liceu Paraibano, criado em 1836 e a Escola Normal, criada em 1884) e 80 escolas primárias distribuídas pelo interior que atendiam a um total de “[...] dois mil e quinhentos alunos”. (CÂMARA, 2000, p. 110).

Vale ressaltar que o Decreto n.º 981, de 8 de novembro de 1890, que aprovou o “Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal”, do Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, sob a presidência do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, dava liberdade aos particulares, desde que respeitassem as “condições de moralidade, higiene e estatística” definidas na lei, à criação de escolas primárias e secundárias.

Foi munido dessa liberdade, que, apesar da laicização do Estado brasileiro e tudo o que ela representou, Dom Aduino pôde, logo em 1894, fundar o Seminário Nossa Senhora

da Conceição e o Colégio Diocesano para rapazes que, *a posteriori* –, com a equiparação ao Ginásio Nacional, pelo Decreto Federal 7.107, de 10 de setembro de 1908 – recebeu o nome de Colégio Diocesano Pio X. Esse Bispo criou, também, no ano de 1895, o Colégio Nossa Senhora das Neves destinado à educação das meninas e que foi entregue às “Damas do Coração Eucarístico”,

Com tais edificações, Dom Adauto reduziu a carência de instituições escolares e assim a Paraíba,

Ficou desta maneira [...] com três importantes estabelecimentos de ensino secundário, fundados e mantidos pela Igreja. [...] enquanto o Estado mantinha ali os dois conhecidos (Liceu e Escola Normal), a diocese, com um ano de instalada, demonstrava, em relação aos poderes públicos e a exemplo dos tempos coloniais e imperiais, muito maior zelo pela causa da instrução. (CÂMARA, 2000, p. 125).

O poder das iniciativas de Dom Adauto pode ser constatado também quando se leva em consideração que, independentemente do tamanho da Diocese e das inexistentes condições de transporte, ele propôs a criação de dois colégios, no Estado do Rio Grande do Norte. Assim, em nome do progresso do saber, há que se considerar não só a pressa e a estratégia de tomada espacial, mas também o fôlego desse Bispo e o seu poder de engajamento. Foi, dessa forma, que, em 1900, Dom Adauto fundou, em Mossoró (RN), o Colégio Santa Luzia e, em Natal (RN), no ano de 1902, o Colégio Imaculada Conceição destinado à formação de moças e confiado às irmãs Dorotéias. Na mesma cidade do Natal, no ano seguinte, fundou o Colégio Santo Antônio, destinado à instrução de rapazes, que ficou sob a direção de um de seus pupilos, o Padre Irineu Jófili. Além desses empreendimentos, o Bispo deu continuidade à obra do Padre Inácio Rolim, quando este fundou, na fazenda que deu origem à cidade de Cajazeiras/PB, um colégio de ensino primário e secundário, denominado “Colégio Diocesano Padre Rolim”.

Em se tratando de Dom José, quando chegou ao pequeno Estado de Sergipe, em 1911, sua população não passava de 300.000 habitantes, contando também com 2 escolas secundárias (Atheneu Sergipense, criado em 1870, e a Escola Normal, criada em 1881). Nesse ano, presidia o Brasil o Marechal Hermes da Fonseca, cujo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Correia, instituiu uma Lei Orgânica estabelecendo o ensino livre, retirando do Estado o poder de interferência no setor educacional, o que, embora tenha causado sérios transtornos na área, perdurou até 1915, quando a Lei do Ministro Carlos Maximiliano “re-oficializou” o ensino.

Foi provido desse alvedrio que Dom José instituiu o Seminário Sagrado Coração de Jesus e auxiliou na ampliação de oportunidades educacionais e assistenciais, em Aracaju, como o Instituto Bento XV, o Ginásio Patrocínio de São José, o Orfanato da Imaculada Conceição, o Oratório Festivo São João Bosco, fundado por Genésia Fontes, e a Associação Santa Zita, destinado a menores carentes, além do Ginásio Nossa Senhora das Graças, na cidade de Própria, e do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Estância.

Outro dado de grande relevância para esse trabalho doutoral foi o papel dos dois Bispos, no tocante à obtenção de patrimônio para suas Dioceses. Com a falta legal dos subsídios constantes dos Estados, as Dioceses tiveram que dispor de seus próprios recursos para sua manutenção. Como cada Diocese tinha por obrigação se manter, a aquisição de patrimônio era algo imperativo. Para tanto, cada Bispo deveria tomar suas providências. No caso de Dom Aduino, ele se valeu do poder de seus relacionamentos em sua terra Natal, inclusive com o Presidente do Estado Álvaro Machado, seu conterrâneo e amigo de infância, das doações das famílias dos seminaristas, bem como das pensões pagas por alunos em estabelecimentos de ensino da Diocese. Para ajudar nas despesas dos alunos de educação gratuita, Dom Aduino se valeu do seu poder de religioso e estabeleceu uma comissão denominada “Obras de Maria Imaculada”, padroeira do Seminário, e que nomeava “[...] por toda a freguesia em número suficiente zeladores e zeladoras que compreendam a importância da Obra pelo seu fim, que é cooperar para o maior bem da religião – a formação de Sacerdotes piedosos e instruídos.” (HENRIQUES, 1897, p. 2).

Dom José, por sua vez, Bispo em terra alheia, também contou, para manutenção da Diocese, com um bom relacionamento com as autoridades políticas e com as pensões pagas pelos seminaristas, valendo-se, inclusive, da mesma estratégia de seu mentor: compôs uma comissão, formada de várias pessoas de posse e de cargos importantes no Estado, membros de uma elite econômica, a começar pelo presidente do Estado, o general José de Siqueira Menezes, a quem o Bispo designou presidente de honra; o desembargador Zacarias Horácio dos Reis, que foi nomeado vice-presidente, e do Coronel Antonio Gomes da Cunha Júnior, designado primeiro secretário, dentre outros de tamanha importância no Estado (LIVRO DE REGISTRO DO SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1913-1948).

O que se pode entrever, ao refletir acerca de um e outro papel, é que a Igreja não deixou de cumprir com suas metas. Ela, através de seus prelados, ou melhor, de seus Bispos reformadores, por vezes, renunciou, outras vezes, re-elaborou suas atuações, e, em outras ocasiões, insistiu com sua fórmula que vinha dando certo, principalmente quando se leva em

consideração o seu *status* e o número de fiéis incondicionais. Como que desafiando a modernidade ou os ideais modernos e o próprio pensamento científico que a punha em xeque, dando a ela ultimatoss consideráveis, a Igreja, através do poder aglutinador de seus bispos, permaneceu implacável, não só impondo seu *modus vivendi*, mas recrutando adeptos e defensores.

No que diz respeito à formação de seus quadros, cujo propósito era a constituição de um padre idôneo, que quer dizer virtuoso e apostólico, estava calcada em aspectos muito rígidos do ponto de vista da formação. Para esse fim, tanto Dom Adauto quanto Dom José criaram seus Seminários com propósitos, espaços e práticas bem definidos como determinava o Concílio de Trento e como ratificou os Papas Leão XIII e Pio X. Assim, os Seminários vieram para confirmar ou mesmo completar o governo ordinário dos respectivos Bispos. O “Seminário de Dom Adauto”, criado imediatamente à sua sagração (1894), tinha como invocação a “Imaculada Conceição” que representa a pureza, a salvaguarda do pecado original, enquanto que o Seminário de Dom José, também criado logo após a sua sagração (1913), tinha por invocação o Sagrado Coração de Jesus, que caracteriza a resistência à descristianização da sociedade moderna.

O edifício institucional dos Seminários Diocesanos de João Pessoa e Aracaju

Evocando os ensinamentos de São Boaventura e São Gregório, Dom Adauto atestou a necessidade de separar os seminaristas do mundo e, conseqüentemente, dos familiares. Segundo ele, “[...] o Sacerdote consagra o homem a Deus, reveste-o de um caráter divino, e subtraindo-o das conexões privadas da família, lhe outorga uma paternidade muito mais ampla que a da natureza, collocando-o à frente de todos os povos para ilustrar, santificar e socorrer.” Com o poder de “[...] pregar a verdade, diffundir a graça, abrir ou fechar o céu [...] o padre não poderia ser formado em meio a uma vida dissipada ou de um ambiente puramente secular, sem uma escola especial de sciencia e de virtude.” (HENRIQUES, 1897, p. 16 e 20).

Instalados nas capitais dos respectivos Estados e com a finalidade de ministrar uma formação espiritual, moral e intelectual, assim, tanto o Seminário Nossa Senhora da Conceição quanto o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, de acordo com seus Estatutos, se propuseram a oferecer aos futuros sacerdotes uma educação que envolvesse, além dos bons exemplos, uma preparação eminentemente humanística, filosófica e teológica.

Como que liderando um “partido político”, os Bispos Dom Adauto e Dom José, cada um em seu território e em seu tempo, mediaram a teoria e a prática, fazendo com que as instituições de ensino edificadas por eles fossem disseminadoras do catolicismo romanizado, em que o sacerdote é seguidor do Papa, fiel a Roma e exemplo de piedade cristã. Assim sendo, a atividade intelectual dos dois Bispos foi além da criação de dois seminários de formação sacerdotal; ela incide no modo como foram concretizados os Seminários, nas providências tomadas para o intento e, principalmente, no modo como foram ultrapassados os obstáculos para sua realização; em suma, no papel e no poder de concretizá-los.

Ao levar em consideração a parte financeira da construção, percebe-se, de imediato, o quão atuantes se revelaram esses dois Bispos. Ambos fizeram valer a autoridade episcopal e conseguiram subvenções por parte do governo, que, em tese, era laico e da sociedade civil. Fosse criando “Obras de Vocações Sacerdotais”, fosse instalando comissões com membros da sociedade para angariar fundos, fosse fazendo valer leis que subsidiavam o patrimônio da Diocese ou fosse pedindo o apoio moral de altos membros da elite intelectual e econômica paraibana e sergipana, os Bispos revelaram-se intelectuais engajados na causa da Igreja Católica, no Brasil.

No que se refere à implantação dos edifícios diocesanos dos seminários, percebe-se um desempenho bastante semelhante, principalmente, quando se leva em consideração a parte prática da fundação. Ambos iniciaram suas atividades em prédios provisórios. O Bispo Dom Adauto instalou o Seminário Nossa Senhora da Conceição no antigo Palacete do Barão do Abiahy (Figura 03), e Dom José reuniu os seminaristas do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus numa Casa Paroquial localizada na Praça Camerindo, n.º 180 (Figura 04). Tratava-se de imóveis residenciais, pertencentes à Igreja e que serviram de base até que os prédios oficiais fossem – liberado, no caso do Seminário Nossa Senhora da Conceição – ou construído, como no caso do Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus.



Figura 03 – Antiga Casa do Barão do Abiahy, primeiro prédio que sediou o Seminário de João Pessoa, em 1894.

Fonte – Acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba



Figura 04 – Primeiro prédio que sediou o Seminário de Aracaju, em 1913.

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

No que diz respeito aos edifícios definitivos de ambos os Seminários, o procedimento foi outro. Para o prédio próprio do Seminário de João Pessoa, o Bispo fez valer sua amizade com o governador da época, Álvaro Machado, pedindo-lhe que retirasse do prédio do Convento Franciscano os aprendizes de marinheiros que ali residiam por concessão do Provincial dos franciscanos. Uma vez concedido o pedido, o passo seguinte foi solicitar ao Provincial dos Franciscanos e ao Papa que lhe doassem o imóvel para que ali fosse instalado o Seminário Diocesano. O prédio (Figura 05) consistia, além dos cômodos pertinentes a um convento, de uma “Egreja anexa e de uma área murada com duzentos passos de extensão e quinhentos de largura para mais [...]” (HENRIQUES apud FIGUEIREDO, 1906, p.148), localizada na região central da Cidade de João Pessoa. Ali, Dom Adauto reestruturou sua casa de formar Padres e, ao seu lado, na mesma quadra, construiu seu Palácio Episcopal, onde ele residia e de onde comandava a sua circunscrição.

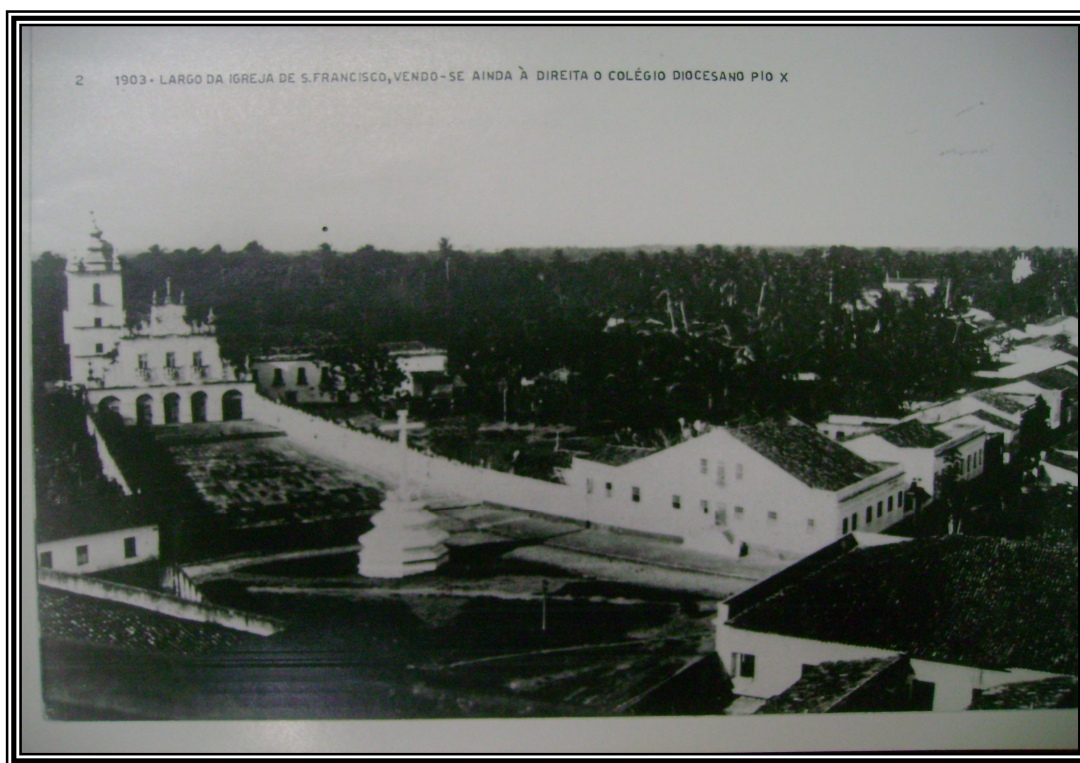


Figura 05 –Visão panorâmica do complexo adaptado por Dom Adauto. Ao fundo, o prédio do Convento que sediou o Seminário de João Pessoa, ao lado direito, o Colégio Diocesano e, ao lado esquerdo, o Palácio Episcopal.

Fonte – Acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba

A empreitada de Dom José foi outra. Para o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, foi construído um prédio (Figura 06) cujas verbas foram adquiridas a partir das Obras das Vocações Sacerdotais, das Comissões que angariavam fundos e principalmente porque ele soube fazer valer a Lei n.º 534, de 18 de novembro 1907,

promulgada pelo então governador Pelino Francisco de Carvalho Nobre que substituiu Guilherme de Souza Campos. A Lei declarava estar o Estado obrigado a subvencionar a Igreja com a quantia de 100\$000 cruzeiros, divididos em cinco parcelas, para a construção do patrimônio eclesiástico. Com o montante arrecadado, ele comprou uma quadra de terras¹³ localizada em região tranqüila de Aracaju, que, embora pouco habitada, ficava próximo aos principais serviços tais como comércio, hospital, mercado etc.. Foi naquele espaço que Dom José construiu um prédio específico que fora pensado e projetado conforme sua vontade, onde ele aliou todos os espaços necessários a sua administração: o Seminário de formação de padres, sua residência e a sede da Diocese, além de ter espaços que, a partir de 1918, foram ocupados pela redação do Jornal “A Cruzada” e por sua oficina gráfica.



Figura 06 – Prédio construído em 1913 para sediar o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus.

Fonte: Arquivo particular do Monsenhor Carvalho

Ao balizar e comparar as trajetórias e ações de Dom Adauto e de Dom José, fica visível o modo como eles transformaram idéias em empreendimentos, e mais que isso, em ações que deram frutos e que sobreviveram, fazendo, de cada criação, uma genitora de

¹³ Hoje, ruas Dom José Tomás, Senador Rollemberg, Pacatuba e Riachuelo, local onde fica o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus.

outras criações, o que prolongou seus efeitos e concorreu para transformar seus tempos e seus espaços. Tais Bispos, enquanto membros da elite religiosa católica no nordeste e do segmento da Igreja romanizada, fizeram com seus planos governamentais fossem ouvidos e acatados por muitos, dando a cada uma das gerações que lhes sucederam um passado em que o intelecto conseguiu aliar a tradição à modernidade. Ademais, “As elites também se definem não só pelo seu poder e pela sua influência intrínsecas, com, o também pela própria imagem, que o espelho social reflete.” (SIRINELLI, 1997, p. 262).

Da estrutura administrativa dos seminários

Ao levar em consideração que os Seminários de João Pessoa e Aracaju deixaram marcas indeléveis do ponto de vista religioso, educacional e formativo e, mais que isso, foram os responsáveis pela formação de várias gerações de padres no Nordeste brasileiro, faz-se imperativo que conheçamos seu modelo escolar de formação sacerdotal. Ademais, o Seminário Nossa Senhora da Conceição, segundo Miceli, “[...] constituiu uma reação bem sucedida da hierarquia às sucessivas ameaças de heresia e indisciplina que estavam irrompendo no interior da própria organização.” Ao seu entender, o Seminário da Paraíba era “[...] um seminário-modelo, alternativo às casas tradicionais de Olinda e Fortaleza.” (MICELLI, 1988, p. 73)

O Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, por sua vez, segundo Lima, estava organizado para

[...] preparar a sua elite intelectual dirigente, de formação missionária catequética, mercê da qual, ao longo do tempo, estabelecerá a hegemonia de poder de modo coeso, como uma corporação fechada preservadora das indiscutíveis ‘verdades’ divinas reveladas, antepondo, muitas vezes, a chamada ‘consciência de jaula’ à própria razão como enunciadora de novas verdades científicas. (LIMA, 1995, p. 130).

Como o pensar um modelo escolar passa necessariamente pelo entendimento da estrutura organizativa da instituição, pois é ela que dá base acadêmica à formação educacional, faz-se necessário:

[...] conhecer e caracterizar os órgãos de gestão e direção; explicar como se efetua a comunicação interna e externamente; conhecer e caracterizar as relações de poder, as hierarquias e as instâncias com capacidade de decisão; conhecer e caracterizar os corpos docente, administrativo e auxiliar; conhecer e avaliar as formas de participação por parte dos diversos atores, a título individual, grupal ou de representação; conhecer a relação e a participação da comunidade envolvente; conhecer e caracterizar as relações com o poder central e com os poderes regionais e locais. (MAGALHÃES, 2004, p. 144-145).

Nos seus primeiros anos de funcionamento, tanto no Seminário de João Pessoa, quanto no Seminário de Aracaju, havia duas áreas que, embora distintas, estavam interligadas: a diretiva e a pedagógica. De acordo com os seus respectivos Estatutos (1914, 1927) a estrutura diretiva era composta de uma Reitoria, dirigida pela figura do Reitor, de uma Direção Espiritual, personificada pelo Diretor Espiritual e de uma Comissão Tridentina composta por padres designados para cuidar das finanças da Instituição. A estrutura pedagógica, por sua vez, era composta por esses cargos mais o de professor. Todos, com exceção de alguns professores, residiam nos próprios Seminários, o que facilitava tanto a comunicação entre eles quanto o controle deles para com os alunos e com os demais funcionários da Instituição, a exemplo dos responsáveis pela cozinha, pela faxina, pela limpeza, pela portaria etc.

Essa composição pedagógica, na qual a direção também participava da formação, ora organizando a Instituição e cuidando para que tudo saísse a contento, ora como agente dirigente, criando e impondo as normas que deveriam ser seguidas pelos futuros presbíteros, ofereceu à formação sacerdotal diretrizes muito especiais do ponto de vista formativo, pois permitiam, dada a proximidade, além de um rápido e direto diálogo entre os dirigentes e os professores, uma visão real de como e do que o aluno/seminarista precisava para ser educado, ou melhor, formado. Por certo, pode-se apostar que muito dos métodos e procedimentos aplicados na educação formativa do futuro padre nasceu desse contato e/ou parceria entre a direção, corpo docente e discente.

Com o passar dos anos, essa composição foi ganhando solidez, na medida em que foram incorporados o Vice-reitor e o Ecônomo, este especificamente no Seminário Nossa Senhora da Conceição. Quando da elaboração dos Estatutos do Seminário de Aracaju, em 1914, e mesmo antes, no Seminário de João Pessoa, foram estabelecidos os postos de Prefeito e Vice-prefeito das Divisões – turmas em que eram alocados os seminaristas conforme suas idades. Os Prefeitos e Vice-prefeitos eram seminaristas escolhidos pelo Reitor, com a obrigação de atribuir notas ao comportamento dos “prefeitados”, sendo necessário, para isso, uma fiscalização rígida de todos os seminaristas.

Nesse sentido, pode-se dizer que o prefeito era o chefe da Divisão e a ele era solicitada permissão para tudo. E, quando havia indisciplina, o caso era levado ao Reitor para as devidas providências, que se traduziam, à época, em castigos ou mesmo expulsão. Sabe-se que a função só era exercida pelos alunos-seminaristas de confiança do Bispo e do

Reitor, pois era através deles que tanto um quanto o outro exerciam o controle mais íntimo e mantinham a disciplina, mesmo quando não estavam presentes.

Ao Reitor, representante maior da administração, cabia as obrigações de fiscalização das atividades gerais e do bom andamento do seminário. Ainda era seu ofício presidir o refeitório, verificar as notas dos alunos, chamar a atenção destes, quando preciso, enviar o boletim aos pais, contendo informações sobre “as notas das aulas, comportamento e saúde” e dar aulas de catecismo aos seminaristas. Além das obrigações diretivas, como receber as pensões e pagar aos professores, determinar dias das aulas, nomear e demitir empregados. Era ele também, como já foi dito, que escolhia, entre os Seminaristas “[...] mais adiantados e mais aptos [...]” (ESTATUTO, 1914, p.4), aqueles que deveriam ocupar o cargo de Prefeito e Vice-prefeito.

Ao longo dos anos, a Reitoria dos dois Seminários em análise ficou assim disposta:

Quadros I

Reitores do Seminário Nossa Senhora da Conceição 1894-1933

N.º	Reitor	Período
01	Pe. Sabino Coelho	1894-1898
02	Pe. Joaquim Antônio de Almeida	1898-1905 ¹⁴
03	Pe. Manuel Paiva	1905-1915
04	Pe. Manuel Martins de Moraes	1915-1925
05	Pe. Francisco Coelho de Albuquerque	1925-1929
06	Pe. Antônio Afonso da Silva	1929-1933
07	Pe. José Tiburcio de Miranda	1933- 1944

Fonte: O Seminário Arquidiocesano..., 1954

Reitores do Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933

N.º	Reitor	Período
01	Pe. Manuel Raymundo de Melo	1913-1914
02	Pe. Juvêncio Brito	1914-1915
03	Côn. Vicente de Jesus	1916-1917
04	Pe. Abílio Menezes	1917-1917
05	Dom José Tomás	1914/1917/ 1919/1929/ 1931/ 1938
06	Mons. Adalberto Sobral	1919-1922 / 1923-1925
07	Pe. José A. da Rocha Lima (interino)	1922-1922
08	Pe. Solano Dantas de Menezes	1922-1922
09	Côn. Durval Góis	1922-1922
10	Padre Jugurta Franco	1925-1927
11	Côn. Carlos Costa	1927-1929
12	Pe. Miguel Barbosa	1931-1935

Fonte: Livro de Registro do Seminário..., 1913-1948

¹⁴ No ano de 1903, o reitor Padre Joaquim Antônio de Almeida, a serviço do Seminário, ausentou-se da reitoria, assumindo interinamente seu lugar o Padre Alfredo Pegado de Castro.

Pelos quadros acima, fica evidente o quão diferente são os períodos de reitorado, nos dois Seminários. Enquanto, no Seminário Nossa Senhora da Conceição, os reitores passam de 4 a 10 anos na direção, no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, a maioria dos reitores não ultrapassa 1 ano, sendo apenas 2 (Monsenhor Adalberto e Padre Miguel Barbosa) os padres que passaram respectivamente 6 e 4 anos. A explicação justifica-se pelo fato de Dom José, ao contrário de Dom Aduato, morar no prédio do Seminário, e, por isso, quando necessário, tomar para si a responsabilidade da direção do Seminário, fato que pode ser ratificado pelo número de vezes que assumiu a Reitoria da Instituição. Uma outra explicação pode ser concebida se se leva em conta o reduzido número de padres para assumir as várias funções dentro da Diocese, o que talvez tenha levado o Bispo a remanejar freqüentemente os seus auxiliares.

Um outro membro da equipe diretiva dos Seminários era o Vice-reitor, considerado o “administrador dos negócios temporais do Seminário”, competindo a ele auxiliar o Reitor na fiscalização do regulamento e na direção, notificando-o das ocorrências do intramuros. Ficava a seu cargo, também, dirigir as orações em comum, ao deitar e levantar dos alunos, organizar o banho e, quando não houvesse ecônomo, fazer as compras da Instituição, bem como efetuar o pagamento dos empregados encarregados da lavagem e goma das roupas, prestando, sempre, contas ao Reitor.

Encargo de sua responsabilidade era também verificar os alunos doentes e recolhê-los à enfermaria, porém, quando a doença se agravava, deveria comunicar ao Reitor que o enviaria de volta para casa. E, por último, ficava a cargo do Vice-reitor, escolher, dentre os alunos, aqueles que serviriam, durante a semana, de mestre da capela, leitor do refeitório, campista e de acólitos. (ESTATUTO, 1914). No caso do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus especificamente, que não contava com o Ecônomo em sua estrutura diretiva, outra atividade que ficava sob sua responsabilidade era o corte de despesas, visando a desonerar o orçamento da instituição.

Foram Vice-reitores dos dois Seminários:

Quadro II

Vice-reitores do Seminário Nossa Senhora da Conceição 1894-1933

N.º	Vice-reitor	Período
01	Não consta nomeação	1894-1895
02	Pe. Francisco de Assis e Albuquerque	1896-1897
03	Pe. João Borges de Salles	1898-1899
04	Pe. Alfredo Pegado	1900-1901
05	Não consta no meação	1902-1917
06	Côn. José Tibúrcio	1918-

Fonte: O Seminário Arquidiocesano... 1954

Vice-reitores do Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933

N.º	Vice-Reitor	Período
01	Pe. Floduardo de Brito Fontes	1915-1915
02	Pe. Abílio Mendes	1916-1917
03	Pe. Basílio Raposo	1917-
04	Pe. José Augusto da Rocha Lima	1920-
05	Pe. Jugurta Franco	1924
06	Pe. Agnaldo Leal	1927
07	Pe. Edson Brito	1930-
08	Pe. João Pedro Alves	1933-

Fonte: Livro de Registro do Seminário... 1913-1948

Como se pode notar, no Seminário Nossa Senhora da Conceição, a constância dos reitores não exigiu *in temporis* a nomeação de Vice-reitores, da mesma forma que a presença do Bispo não o fez no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus. É perceptível, tanto em um quanto em outro Seminário, que a Vice-reitoria, algumas vezes, serviu como experiência para os que assumiram a reitoria. Foi assim que aconteceu com o Padre José Tibúrcio, no Seminário da Paraíba, e com os Padres Abílio Mendes, José Augusto da Rocha Lima e Jugurta Franco, no Seminário de Sergipe.

O terceiro membro do quadro administrativo era o Diretor Espiritual. A ele era confiada, sobretudo, “a formação do espírito”. Ele tinha como papel “velar pela boa execução” do regulamento, atender às confissões e consultas dos alunos, além de proferir as conferências espirituais ministradas, com certa freqüência, nas duas instituições (ESTATUTO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL SAGRADO..., 1914).

Assumiram a Direção Espiritual dos Seminários:

Quadros III

Diretores espirituais do Seminário N. Senhora da Conceição 1894- 1933

N.º	Diretor Espiritual	Período
01	Pe. Dr. Santino Coutinho	1894
02	Pe. Joaquim Antônio de Almeida	1895-1897
03	Côn. Fernando Lopes e Silva	1898-1901 ¹⁵
04	Pe. Alfredo Pegado	1902-1903
05	Padre José Tomás Gomes da Silva	1903-1904
06	Côn. Moysés Coelho	1904-1905
07	Côn. Francisco Severiano	1906
08	Côn. Moysés Coelho	1907-1914?
09	Côn. Leão Fernandes	1915-
10	Pe. Manuel Tobias	1915-
11	Côn. Pedro Anísio	1917-
12	Côn. José Tibúrcio	1918-

Fonte: O Seminário Arquidiocesano... 1954

Diretores espirituais do Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933

N.º	Diretor Espiritual	Período
01	Pe. Adalberto Sobral	1913-
02	Pe. Juvêncio de Brito	1916-1917
03	Pe. Floduardo Fontes	1917-1921
04	Pe. Manoel Florentino Gomes	1922-
05	Pe. Basílio Raposo	1923-
06	<i>Pe. Agnaldo Leal</i>	1927-1927
07	Côn. Mário de Miranda Vilas-Boas	1927-
08	Pe. Moises Ferreira	1928 – 1932
09	Pe. Antônio Leal Madureira	1933 -

Fonte: Livro de Registro...1913-1948

Assim como aconteceu com a reitoria e a vice-reitoria dos dois Seminários, na função da Direção espiritual, estiveram padres que já haviam passado por outras funções dentro da Instituição, ou que dela saíram para assumir outros ofícios. Entretanto, é nessa função que se encontra o maior número de padres que foram sagrados Bispos. Foram eles: Joaquim Antônio de Almeida, Alfredo Pegado, José Tomás Gomes da Silva e Moysés Coelho, do Seminário Nossa Senhora da Conceição, e, Adalberto Sobral, Juvêncio de Brito e Mário de Miranda Vilas-Boas, do Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus. Talvez o trabalho desenvolvido na formação e pastoreio das almas tenha-se revelado pré-requisito para a sacração. Também foi assim com Dom Adatao.

O último componente da direção dos Seminários era o Ecônomo, cargo encontrado apenas no Seminário de João Pessoa. Era a ele confiada a contabilidade da Instituição, sendo

¹⁵ A direção espiritual do Cônego Fernando Lopes e Silva foi interrompida algumas vezes: entre abril e junho de 1899 assumiu interinamente a direção espiritual do Seminário o Padre Manuel Antônio de Paiva, entre maio e junho de 1900 assumiu o Padre José Tomás Gomes da Silva e, entre fevereiro e março de 1901, quem a dirigiu foi o Padre Abdon Melibeu Lima.

essa função muito útil às casas de formação sacerdotal, haja vista serem instituições que, pelo caráter religioso, acolhiam um significativo número de alunos com gratuidade e, nem por isso, com menos despesas.

Contabilizaram as despesas do Seminário Nossa Senhora da Conceição:

Quadro IV

Ecônomos do Seminário Nossa Senhora da Conceição 1894-1933

N.º	Ecônomo	Período
01	Não consta nomeação	1894-1902
02	Pe. Odilon Coutinho	1903-1907
03	Mons. Manuel Paiva	1908-1914
04	Côn. Manuel Moraes	1915-1917
05	Côn. Manuel de Almeida	1918

Fonte: Anuário Eclesiástico da Paraíba (1894-1918)

O corpo docente

Como base dessa estrutura administrativa e como expoente da parte pedagógica, encontra-se o corpo docente. De acordo com os Estatutos do Seminário de Aracaju e das Atas da congregação dos professores da mesma casa, estes também eram nomeados somente pelo Bispo, cabendo a eles não simplesmente o ministério das aulas, mas também o auxílio na direção do Seminário, que se traduzia, sobretudo, na assiduidade e na pontualidade, no cumprimento de suas obrigações acadêmicas. Sua tarefa era o trabalho pedagógico, a transmissão e a produção do conhecimento que formariam o futuro sacerdote.

As aulas do Seminário Nossa Senhora da Conceição foram inauguradas, em 1894, pelos professores padres: Cônego Santino Coutinho, que ministrava aulas de Teologia Dogmática, acrescentando depois aulas de Direito Canônico e Filosofia, chegando às aulas de Química e Física, em 1900; Cônego Estevam José Dantas, que ensinou Teologia Moral, durante muitos anos; Clérigo Fernando Lopes e Silva, que, ao longo dos anos, ficou a cargo

de várias disciplinas, desde Filosofia, Inglês, Direito Canônico, História Natural, passando pelo Catecismo e Curso de Religião; e Cônego Sabino Coelho, que lecionou História Sagrada, Direito Canônico e História Eclesiástica.

Já no segundo ano, a Instituição contou com os ensinamentos do Cônego Joaquim A. de Almeida que se mostrou um exímio estudioso, pois, em seu currículo, consta ter ministrado as disciplinas Geografia, Corografia, Escritura Sagrada, Liturgia e Eloquência Sagrada, como também Francês, Teologia Moral, Latim, Canto Gregoriano, Catecismo e Civilidade, além do curso de Primeiras Letras. Nesse segundo ano do Seminário, foram contratados os dois primeiros leigos: o advogado, depois Desembargador, Heráclito C. Carneiro Monteiro que ensinou Português e Francês e o também advogado João da Silva Porto, Professor de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. Nesse ano, fez, também, parte do quadro docente o Padre Aprígio Espínola, que ensinou História Universal e do Brasil, e o Padre João Cavalcante de Albuquerque Maranhão, cuja especialidade era o Latim.

Em 1896, entrou para o quadro o leigo Antônio Fernandes, encarregado das Primeiras Letras, e que logo fora substituído pelo também leigo Manuel de A. Cardoso. Também desse ano é o Padre Francisco de Assis que lecionou Geografia, Corografia, História Universal e do Brasil, o Diácono **José Tomás Gomes da Silva** que, com sua ascensão clerical, passou a lecionar não só Português, mas Eloquência Sagrada, Direito Canônico e Filosofia e o leigo João Hamilton que ensinou as matérias de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria.

O leigo Francisco Cruz ingressou no Seminário, em 1901, para ensinar as Primeiras Letras, e, em 1902, foram a vez dos Padres Professores Odilon Coutinho, que lecionou Escritura, Liturgia, Eloquência Sagrada e Latim, Alfredo Pegado que ensinou Aritmética, Álgebra, depois o Curso de Religião, Catecismo, Francês e História Natural e do Padre Manuel Antônio de Paiva, ensinando Geometria e Trigonometria, depois Teologia Pastoral, Civilidade, Latim, Teologia Moral. Já em 1903, faziam parte do Seminário os Padres Francisco Severiano, ensinando História Eclesiástica e Francês, e Ignácio de Almeida que lecionou Geometria e Trigonometria, além do leigo João Cavalcante que ensinou as Primeiras Letras.

No ano seguinte, entrou para o quadro docente o Diácono João Coutinho ministrando aulas de Português, e o Cônego Moysés Coelho lecionando Liturgia Sagrada e Primeiras Letras. Já no ano de 1906, incorporaram-se o Padre Álvaro César, com as disciplinas Geometria e Trigonometria, e o leigo Manuel Pacheco contratado para ministrar o Curso de

Economia Rural. Em 1907, chegou o Padre João de Deus que ensinou Aritmética e Álgebra, já no ano de 1908, foram agrupados o Diácono Abdias Leal, que ensinou História Universal e do Brasil, e o Clérigo Fenelon Lira responsável por História Natural.

Em 1910, ingressaram no corpo docente do Seminário, o Clérigo Nicodemos das Neves, responsável pelas aulas de Música, e o Diácono Firmino Cavalcante, incumbido das aulas de Piano. O Padre Pedro Anísio integrou o quadro de professores do Seminário, em 1910, ministrando aulas de Filosofia e Teologia Dogmática. Já em 1912, o Padre Florentino Barbosa passou a lecionar Filosofia, matéria a cargo do Padre João Bezerril, a partir de 1916, quando também começou a fazer parte do Seminário o Padre Manuel Tobias que ministrou o Curso de Religião. Os últimos professores identificados foram o Subdiácono Luís Gonzaga Lyra, que ministrava aulas de Música, o menorista José Coutinho, a cargo das aulas de piano, ambos incorporados em 1917, e o Cônego José Tibúrcio, que integrou o quadro docente da instituição, em 1918, ministrando aulas de Teologia Pastoral e Latim.

No que se refere ao Seminário Sagrado Coração de Jesus, faziam parte do primeiro quadro docente o Monsenhor Manuel Raymundo de Melo, vigário geral da Diocese; o Cônego Adalberto Simeão Sobral, o Padre Alfredo Brandão de Campos e o Professor Manuel Cândido, todos residentes na capital. Em 1914, esse primeiro corpo de professores do Seminário logo foi alterado, com a saída do Monsenhor Manoel Raymundo de Melo, já que foi escolhido Bispo para a Diocese de Caetité (BA). No mesmo ano, foi nomeado o Padre Manfredo Alves Lima que logo saiu, também para a mesma Diocese.

Em 1915, quando o Seminário já dispunha de um Estatuto, ingressaram no quadro de Professores o Cônego Francisco Gonçalves Lima, que lecionou Teologia Dogmática e Filosofia até 1916; o recém-ordenado Floduardo de Brito Fontes que, no ano seguinte, deixou o Seminário para assumir paróquia, no interior do Estado, e o Professor Francisco da Graça Leite, que ensinava Geografia, História Universal e História do Brasil.

Em 1917, integraram o corpo docente, os Professores: Cônego Juvêncio de Brito, o Padre Abílio da Silva Mendes, o Padre Vicente Francisco de Jesus e os seminaristas José Augusto da Rocha Lima, Emílio Vieira, Domingos Fonseca e o clérigo Basílio Raposo. O primeiro ensinava Teologia Moral, Liturgia e Catecismo; o segundo, História Eclesiástica; o terceiro, Latim, Francês, Aritmética, Música e Canto Gregoriano; e o quarto, Teologia Dogmática e Filosofia. O Seminarista José Augusto ensinava, para as classes menores, Português e Latim. Emílio Vieira lecionava também Português; Domingos Fonseca, Francês e o clérigo Basílio Raposo, Latim.

Nos anos seguintes, aquela estrutura passou por algumas modificações, já que ingressava, no quadro, o Cônego Serapião de Aguiar, para lecionar Aritmética, o clérigo José Sotero, para ministrar Física e Química, em 1918, e os então seminaristas Alberto Bragança, com Francês, José Olino, com Latim, Lauro Fraga, com Português, e Jugurta Franco, com Francês.

Em 1918, voltou ao Seminário o Padre Floduardo para lecionar Teologia Moral e Filosofia, pois haviam deixado o Seminário o Cônego Juvêncio Brito e o Cônego Vicente Francisco. Em 1919, o Padre Adalberto Sobral, que lecionava História Eclesiástica e Teologia Dogmática, passou a ensinar apenas Civilidade, por haver assumido a reitoria do Seminário. Para ministrar as outras matérias, Teologia Moral e História Eclesiástica, foi contratado o Padre Solano Dantas.

Como, em 1919, a primeira turma já estava no 7º ano, a matéria de Direito Canônico já integrava o quadro disciplinar. O Padre Floduardo passou então a ensinar Liturgia, Filosofia e Direito Canônico, até que o Padre Antônio Afonso assumisse, no ano seguinte, as disciplinas de Teologia Dogmática e Direito Canônico. Nesse mesmo período, lecionou Francês o seminarista Antônio de Freitas.

Em 1923, assumiu as aulas de Música o Professor João Rocha. A cadeira de Teologia Moral ficou sob a responsabilidade do Cônego Durval Góis. Para as disciplinas de História Eclesiástica, História Universal e História do Brasil, foi escolhido o ex-aluno, e já Padre, Basílio Raposo. Em 1924, o Reitor Adalberto Sobral ausentou-se do Seminário por motivo de doença, assumindo a cadeira de Catecismo o seminarista Miguel Feitosa.

No ano de 1925, deixaram o Seminário os Padres Durval Góis e Solano Dantas, assumindo suas respectivas cadeiras os Padres Elpídio Teixeira, com Teologia Moral, bem como Música e Latim, e o Padre Alberto Bragança, com Teologia Dogmática. Filosofia ficou a cargo do subdiácono Mário de Miranda Vilas-Boas, e o Padre Jugurta Franco ministrou Francês e História Eclesiástica.

Em 1930, integrava o corpo docente o Padre Moisés Ferreira, ensinando Teologia Dogmática; o Cônego Serapião Machado, ensinando Teologia Moral, e os já Cônegos ex-alunos Mário de Miranda Vilas-Boas e José Augusto da Rocha Lima, lecionando, respectivamente, Direito Canônico e Filosofia. Em 1931, a matéria de Direito Canônico ficou a cargo do Padre Antônio Leal Madeira.¹⁶

¹⁶ Na década de 1940, compunham o quadro docente do Seminário os padres/professores João Moreira Lima, Manoel Soares, Nelson Fontes, Olívio Teixeira, Avelar Brandão Vilela, José Curvelo Soares, José Machado,

Como pode ser observado, embora composto de uma maioria de professores-padres, o corpo docente dos Seminários também contou com professores-leigos. O quadro do Seminário de João Pessoa teve a participação de, no mínimo, sete leigos. Já no Seminário Sagrado Coração de Jesus, durante o Bispado de Dom José, foram cinco¹⁷ os leigos que lecionaram. Tanto em um quanto em outro Seminário, os professores lecionavam disciplinas de teor elementar, como Português, Latim, Geografia, Matemática, Ciências Naturais e Música, pois aquelas de conteúdo filosófico e teológico eram ministradas apenas pelos padres professores, mesmo quando esses ainda eram clérigos, diáconos ou ainda subdiáconos.

O que se percebe é que, tanto no Seminário Nossa Senhora da Conceição quanto no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, havia um número reduzido de professores e, por isso, com uma alta rotatividade nas matérias. Uma outra análise que pode ser feita é acerca do aproveitamento, para ensinarem na própria instituição, de seminaristas que se destacavam em determinadas matérias. Em vista da formação de sacerdotes, existiam, no mesmo corpo, docentes cônegos, monsenhores, padres doutores, clérigos, diáconos, subdiácono e menoristas.

Por certo, houve aqueles que passaram muito rapidamente pelas instituições, mas também houve aqueles que passaram muitos anos dedicando-se ao ofício da formação sacerdotal, quer fosse como seminarista professor, padre-professor ou até mesmo dirigente das duas instituições. Um exemplo disso é o número de padres formados pelas duas casas que passaram a nelas lecionar, depois da ordenação, ou mesmo antes.

Baseados em fundamentos filosóficos, teológicos e doutrinários, o Seminário Nossa Senhora da Conceição de João Pessoa e o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus de Aracaju buscaram, no disciplinamento e na preparação intelectual, a formação integral ou completa do menino que se tornaria padre. Na interface entre o ato de educar e de formar moralmente cada aluno-seminarista, por meio da doutrina católica, os Seminários de João Pessoa e de Aracaju ergueram-se como instituições independentes culturalmente, mas sem prescindir dos elementos ou propriedades organizacionais — estatuto, corpo dirigente, corpo docente, seriação, classes de aulas coletivas, matérias de ensino, matrícula, horários, férias, exames, dentre outros elementos que compõem uma cultura escolar (BARROSO, 2004).

José Bezerra e os padres João Barbosa e José Félix de Oliveira, que já lecionavam enquanto seminaristas, além dos professores Tenyson Ribeiro, Osman Oliveira e José Andrade e dos padres, Esperidião Góis, José de Araújo Machado, José Anchieta, Luciano Cabral Duarte e o diácono Artur Pereira, que entraram no ano de 1948.

¹⁷ Os professores Osman Oliveira e José Andrade, contratados em 1947, ministraram as matérias de Português e de Matemática, respectivamente (Livro de Atas da Congregação de Professores, 1915-1926 e 1947).

Embora nos dois Seminários, o método de ensinar dos professores se mantivesse dissociado dos vários aparatos pedagógicos hoje encontrados – programas estatais, materiais audiovisuais etc. –, os professores, em igual proporção aos dirigentes, iniciaram uma cultura de escola, entendida como “[...] uma metáfora com que se pretende significar os elementos e processos organizacionais que identificam o *ethos* de uma determinada escola, como, por exemplo, valores, crenças, ideologias, normas, condutas, rotinas, hábitos, símbolos, etc.” (BARROSO, 2004, p. 108). O que nos leva a acreditar que foi exatamente da junção do aparato organizacional e do trabalho docente que a existência de uma cultura de escola ficou evidenciada, em termos intelectivos.

Mediante os itinerários dos Bispos Dom Aduino e Dom José e sob a perspectiva do papel e poder de cada um desses dois Bispos, pode-se asseverar que, fosse por suas criações, mediações e engajamentos ou mais precisamente pela condução de seus edifícios institucionais, eles se legitimaram junto à hierarquia da Igreja Católica e junto à sociedade. O modelo escolar de formação sacerdotal desenvolvido por eles, em seus Seminários, que subentende a projeção e composição de um conjunto de regras formativas que iam desde a escolha dos candidatos a seminaristas à maneira de se vestir, a organização dos espaços de ensino, do tempo e dos horários da instituição, bem como a regulação dos hábitos e dos conteúdos ensinados é assunto, entretanto, para o próximo capítulo.

[...] eu esperava dos documentos que me ensinassem a verdade dos fatos, cuja lembrança tinham por missão preservar. Logo verifiquei que esta verdade é inacessível e que o historiador só tem oportunidade de aproximar-se dela em nível intermediário, ao nível da testemunha, questionando-se não sobre os fatos que relata, mas sobre a maneira como os relatou. Eis por que dou atualmente mais atenção aos relatos, por mais fantasmagóricos que sejam, do que as anotações ‘objetivas’, descarnadas, que podemos encontrar nos arquivos. (DUBY, 1993).

Capítulo quatro

O procedimento formativo no Seminário Nossa Senhora da Conceição de João Pessoa e no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus de Aracaju

O Seminário formava, entretanto, uma escola. A ausência de estímulos preservava as consciências e convivia-se numa atmosfera capaz de sanear os corações mais impuros. Tudo era vulnerável e continha-se a natureza. As maiores crises nasciam da castidade; a continência ascendia fogueiras em imaginações exaltadas que sublimavam um ato medíocre. Mas a disciplina congelava e a carne ia perdendo sua sensibilidade. Reinava a paz dos sentidos, à prova do sexo, o pecado que infundia mais horror (ALMEIDA, 1976).

Por certo, Santo Tomás de Aquino foi o grande mentor intelectual seguido pela Igreja, no papado de Leão XIII. Foi através de sua Filosofia e da sua Teologia que os Padres, do final do século XIX e século XX, foram formados. Pregava Aquino,

O ofício próprio do sacerdote é ser mediador entre Deus e o povo: a saber, enquanto ele comunica ao povo os dons de Deus (donde, ‘sacerdote’ quer dizer um doador de coisas sacras), e, de outro lado, enquanto a Deus oferece as orações do povo e, de algum modo, apresenta satisfações pelos pecados dos homens (AQUINO, 2000-2003, p. 191).

Seguindo esse princípio de que o Padre é um mediador entre Deus e o homem, foi que a hierarquia da Igreja pensou e planejou toda a formação do presbítero, nos Seminários do Brasil República. É justamente com o objetivo de entender essa formação sacerdotal, que centro minhas análises nos procedimentos de como foi concebida e praticada a educação do sacerdote, no Seminário de João Pessoa e no Seminário de Aracaju, buscando para isso suas similitudes e diferenciações.

A pesquisa, fundamentada no método histórico comparativo aplicado à educação, revelou, não sem distinção, que os procedimentos formativos implementados em tais Seminários, apesar de possuírem um tronco comum – O Concílio de Trento – foram adaptados em vários momentos à realidade local. Senão vejamos:

Como nos revelam os Estatutos do Seminário de João Pessoa (1927) e do Seminário de Aracaju (1914), o modo de escolarização proposto pela Igreja Católica para formação de seus quadros visava à constituição de um sacerdote “piedoso” e “instruído”, que servisse de exemplo de integridade de costumes, de urbanidade verdadeiramente eclesial, de

modéstia, de recato, de bom senso, de caridade, de operosidade e de compostura em tudo. Para tanto, a formação espiritual, moral e intelectual deveria ser condizente com este perfil de padre que tinha na santidade o objetivo almejado.

Pelas orientações do Papa Pio X, a missão do sacerdote era “[...] revestir do Espírito de Cristo a todos aqueles que, pelo dever de sua vocação, são destinados a revestir os outros, do mesmo espírito”, e, para isso, ele deve imitar as obras de Jesus Cristo e “[...] reproduzir em si sua imagem”. O padre deveria ser formado para a santidade, sendo por isso necessário introduzir nos seminários “[...] uma tal ordem e lhes assegurar uma tal direção que ali se veja florescer ao lado uma outra integridade do ensino e a santidade dos costumes.”(PIO X, 1903, p.33).

A Admissão

Por certo, o alcance de um modelo escolar de formação de sacerdotes, entendido aqui como possuidor de uma lógica generalista e uma fisionomia bem específica que incorpora idéias, experiências e práticas educacionais, começava antes mesmo do contato direto entre educadores e educandos. Iniciava-se mais precisamente no processo seletivo para adentrar àquele tipo de instituição de ensino. Era no procedimento admissional que a Igreja revelava suas finalidades de intenções formativas. Não era qualquer um que poderia ser padre. Para glorificar a Deus, salvar as almas e conseguir a santificação própria (ESTATUTOS..., 1927) – princípios do sacerdócio –, o seminarista deveria possuir alguns requisitos considerados primordiais do ponto de vista familiar, moral e ético, além de ter uma boa saúde.

Embora haja um espaço temporal significativo entre a fundação do Seminário de João Pessoa (1894) e do Seminário de Aracaju (1913), os processos de admissão dos seminaristas são quase semelhantes. No Seminário da Paraíba, o procedimento de entrada era dividido em três subprocessos – uma espécie de relatório: O *Processo de Genere* (Figura 07), que apresentava os resultados das investigações acerca das origens familiares; o *Processo de Vita et Moribus* (Figura 08), que tratava da vida e dos costumes do candidato; e o *Processo de Patrimoniis* (Figura 09), que especificava os bens a serem doados à Igreja pelo candidato. No Seminário de Aracaju, embora o processo de seleção não tivesse a mesma estrutura e nomenclaturas, o âmago das exigências era, basicamente, semelhante. Para que o candidato se matriculasse, eram exigidos atestados de saúde, de vacina e de sanidade mental, certidão de casamento religioso dos pais e uma carta do seu pároco, confirmando a sua idoneidade moral

e propensa vocação ao sacerdócio¹⁸. Mas, ao contrário do Seminário de João Pessoa, para o Seminário de Aracaju não eram exigidas doações.

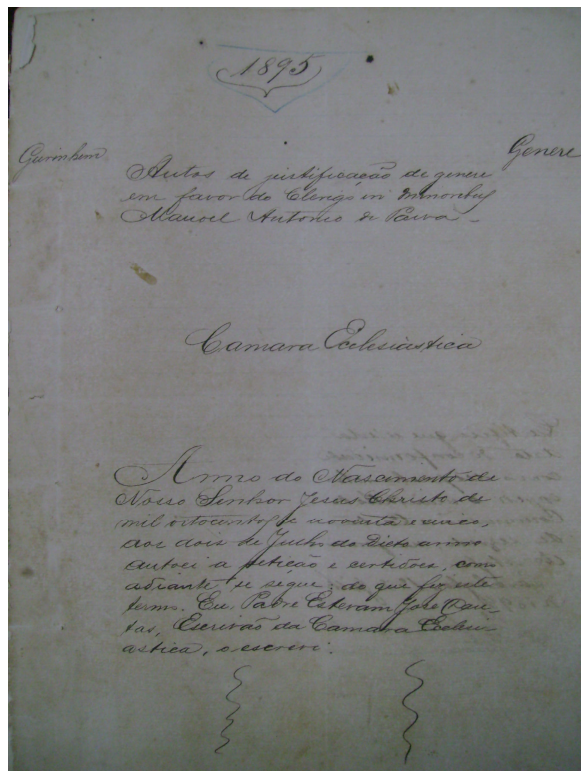


Figura 07– Capa do processo de Genere
Fonte – Arquivo da Arquidiocese da Paraíba

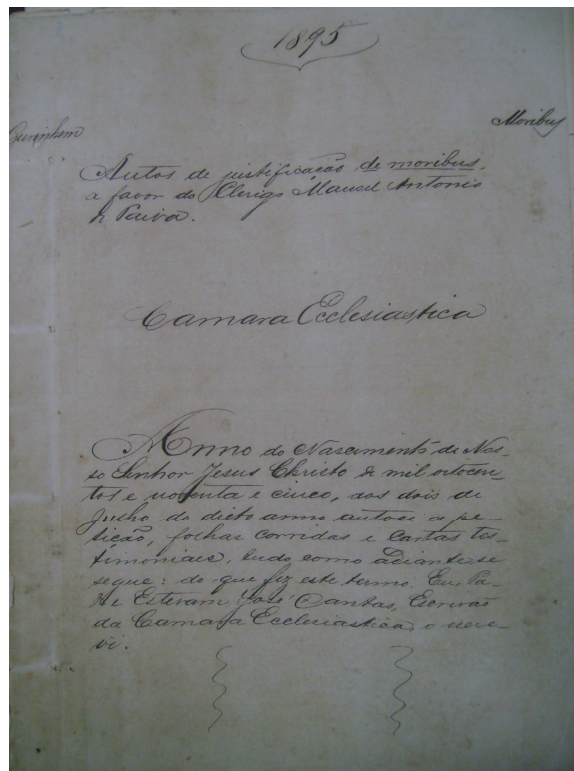


Figura 08– Capa do processo de *Vita et moribus*
Fonte – Arquivo da Arquidiocese da Paraíba

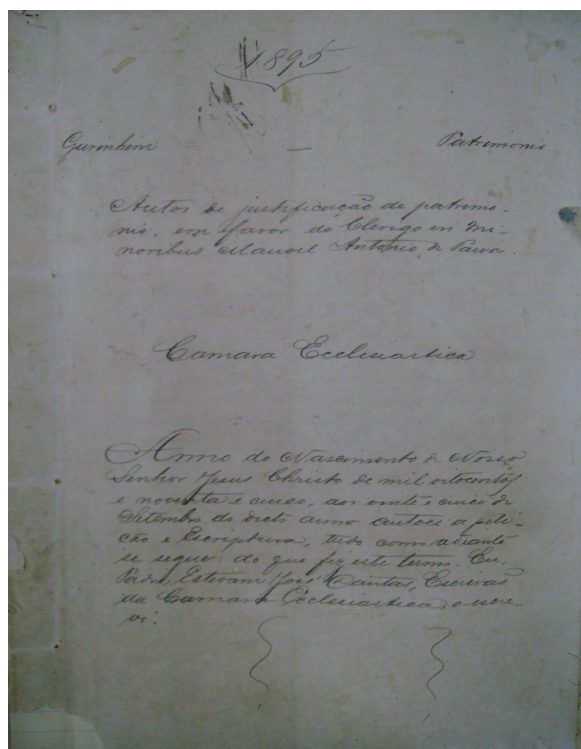


Figura 09 – Capa do processo de *Patrimônium*
Fonte: Arquivo da Arquidiocese da Paraíba

¹⁸A partir dos anos de 1920, era condição para a matrícula, no Seminário, ter sido aprovado em exame de habilitação.

No Seminário de Aracaju, parte do processo de admissão estava contido na carta do Pároco, na qual ele definia o perfil moral do candidato, além de conceder ao Reitor do estabelecimento dados biográficos e atestar sua vontade no exercício do sacerdócio. Esse pároco também ficaria encarregado de, no período das férias, redigir um relatório, contendo itens tais como: – Se o aluno apresentava-se de imediato; se chegava cedo à matriz para suas orações, inclusive para a meditação; se fazia a visita ao Santíssimo Sacramento; se assistia à Santa Missa e freqüentava, assiduamente, os Sacramentos da Penitência e da Eucaristia; se manifestava gosto em ajudar as missas e demais atos religiosos e em trabalhar o catecismo com as crianças; como se portava no decorrer desses atos; se obedecia, prontamente, às ordens recebidas; se agia demasiadamente livre com seculares, freqüentando companhias não recomendáveis; se ia a divertimentos de caráter profano; se mostrava predileção por leitura leviana de romances, revistas e jornais; se, à noite, recolhia-se, habitualmente, depois das 9 horas e se se ausentava da paróquia por mais de três dias, sem ter avisado ao padre.

As exigências pedagógicas relacionadas ao comportamento social também eram levados em conta, na admissão do candidato. Nesse sentido, o pároco responsável deveria atestar aspectos tais como: qual a impressão que o seminarista causava aos seus paroquianos; sua índole, piedade e procedimento; qual o juízo sobre a sua vocação; se o pároco conhecia a família do seminarista para prestar informações sobre suas qualidades morais e se acaso existia nela alguém que sofria de doenças nervosas. Além desses aspectos arrolados, existiam as observações que ficavam a critério do pároco e, da mesma forma que no Seminário de João Pessoa, não era permitida a entrada de alunos que sofressem “[...] moléstias contagiosas ou tão fracos que não podendo seguir o horário ordinário venham impedir a boa marcha da disciplina da casa.” (ESTATUTO DO SEMINÁRIO ESPISCOPAL... 1914, p.2).

Com o passar dos anos, tais itens vinham em forma de questionário contendo cada um deles, um espaço padrão para que fosse respondido. Ao final do questionário, havia sempre um aviso, pedindo ao referido pároco que se tivesse, em sua paróquia, algum candidato ao Seminário, fosse encaminhada sua “ficha”. Para isso, o aluno teria de haver concluído o 4º ano primário. Percebe-se, ainda, uma preocupação não só com a procedência do candidato e com aspectos relacionados à ordem econômica, moral sobretudo, com as suas tendências comportamentais.

O que se pode observar tanto em um quanto em outro Seminário diocesano é que os candidatos ao sacerdócio deveriam, desde suas origens, ter a noção da importância familiar e representarem o virtuoso, o correto, o piedoso e o bom. O que se queria era um candidato ao

sacerdócio que fosse disciplinado e sem manchas. Afinal, o que se pretendia, em termos institucionais, era um clero renovado, destituído de vícios, cuja reputação só viesse engrandecer o nome e a visão que se tinha da Igreja Católica Apostólica Romana.

O critério *Vocação* é um elemento interessante. De antemão, todos os que ingressavam no Seminário o faziam porque eram vocacionados, afinal era condição *sine qua non* para ser Padre. Entretanto, no Seminário de João Pessoa, no período em investigação, dos mais ou menos 600 seminaristas, apenas 141 ordenaram-se padres e, no Seminário de Aracaju, dos 214 candidatos que entraram no Seminário, no período de 1913 a 1933, apenas 44 seguiram a carreira sacerdotal. Falta de vocação? – Esse fenômeno pode ser explicado se for levado em conta o fato de que, a essa época, no interior dos estados nordestinos, não existiam muitas escolas primárias e colégios secundários.

Como já visto, no território que abarcava os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, poucas eram as escolas, que atendiam, a contento, o público estudantil. O Liceu Paraibano e o Atheneu Norte-Riograndense, por exemplo, estavam “[...] praticamente fechados no final do século XIX” (FERREIRA, 1994, p. 125). No Atheneu Sergipense, em Aracaju, a disputa a uma vaga era acirrada, sem contar o fato de que seria muito dispendioso, para os padrões locais, um pai do interior manter o filho em um colégio que não fosse internato. Daí, a opção pelo Seminário. Muitos foram aqueles que freqüentaram o Seminário em busca da educação, em vez do sacerdócio.

Em carta aos Bispos do Brasil, o Papa Leão XIII deixou claro que:

Estes jovens [seminaristas] deverão em boa hora ser colocados ao abrigo dos perigos, separados dos seculares, educados segundo as regras mui salutares propostas por S. Carlos Borromeu e a prática seguida nos principais seminários da Europa. Este mesmo cuidado de evitar o perigo aos que se dedicam à carreira eclesiástica inspirará a seus diretores procurar-lhes para repouso em uma casa de campo e não lhes permitir a faculdade de voltar ao seio da família à sua vontade. (PAPA LEÃO XIII apud FERREIRA, 1994, p. 126).

Surge, assim, uma primeira adaptação na formação do padre. Tais orientações não foram e não puderam ser atendidas, pois eram inviáveis social e financeiramente. Havia uma pressão, por parte das elites econômica, política e mesmo intelectual, para que seus filhos fossem educados com a mesma disciplina e os mesmos conhecimentos adotados pelas instituições educacionais da Igreja. Como o número de sacerdotes-professores era insuficiente, o meio encontrado foi abrir seus espaços para atender a todos, com cautela, é verdade, mas sem preconceitos, e tendo, como salvo-conduto, o fato de poder, no decorrer dos anos, constatar quais, dentre aqueles, mereceriam uma educação eminentemente teológica.

Assim, por mais que as exigências fossem minuciosas, a vocação sacerdotal não poderia ser medida pelas cartas de referência feitas pelos párocos, por mais minuciosas que elas parecessem. Era somente com a convivência com os seminaristas que seria possível perceber a vocação ou não para o sacerdócio. Exemplo disso foi a quantidade significativa de seminaristas aconselhados a desistir do sacerdócio, sem contar com aqueles que foram “convidados a se retirar” e com os que desistiram por vontade própria, como mostra a discrepância nos números de matriculados e de ordenados já anunciados anteriormente.

De certo, não foi possível perceber quantos foram dispensados antes de entrar no Seminário, mesmo porque, segundo Ferreira,

Em nenhum dos processos consultados encontrou-se algum candidato que fosse herege ou tivesse cometido quaisquer crimes, o mesmo ocorrendo com seus pais e avós. Também não foram registrados casos de candidatos com problemas físicos, mentais ou de comportamento, que desabonassem sua conduta moral. (FERREIRA, 1994, p. 108).

Tal fato, para Ferreira, era decepcionante, especialmente “[...] por dois motivos: pela uniformidade e concisão das respostas anotadas pelo escrivão; pela ausência de surpresas, pois os processos são iniciados, com raras exceções, com candidatos que previamente preenchem as exigências.” (FERREIRA, 1994, p. 107-108).

Contudo, por mais que o ingresso no Seminário fosse uma possibilidade de ascensão social e econômica, há que se considerar que os tempos estavam mudados e diferentemente do que tínhamos, no Brasil Colônia e Império, as exigências começaram a aparecer como uma maneira de vetar muito dos problemas morais e éticos que até então identificavam negativamente o clero brasileiro, de modo que não se pode estranhar a uniformidade nas respostas dos candidatos, pois fosse verdade ou não, só entravam no Seminário respondendo positivamente aos questionamentos. Fato comprovado, se tomarmos como exemplo os *Processos de Vita et Moribus* que exigiam, dentre outras coisas, que o candidato fosse filho legítimo.

De acordo com Ferreira (1994), dois requisitos, por mais incisivos que fossem, não impediram algumas ordenações: o fato de não ser de filiação legítima e o de não doarem o patrimônio obrigatório. A esse último requisito, os padres resolviam com a prestação de serviços pelo seminarista à Diocese. O primeiro, entretanto, passava pelo crivo da instituição, mas não era condição determinante para vetar o ingresso. Havia um certo relaxamento, pois, se assim não fosse, haveria uma redução significativa de interessados na carreira sacerdotal, de modo que, uns mais que outros requisitos eram respeitados, na hora da admissão.

Tais critérios e aberturas nos revelam uma controvérsia, principalmente se comparados ao que expunham os dois Bispos, quando da criação de seus Seminários. Em sua Carta Pastoral intitulada “Sobre o sacerdócio e o seminário diocesano”, Henriques (1897, p. 25) deixa clara a opção pelos candidatos pobres, pois, para ele, nos pobres “[...] a corrupção dos costumes e a educação anti-cristã que desgraçadamente se dão hoje à mocidade, não se têm tão lastimavelmente penetrado.” Ratificando a preferência pelos meninos pobres, expõe Dom José, em Circular, quando da instalação do Seminário de Aracaju:

Tendo nós sob nosso particular cuidado a fundação do Seminário desta muito amada Diocese e querendo ampará-la com patrimônio em títulos ou bens que garantam a sua subsistência, **proporcionando também a manutenção de meninos pobres que revelem amor às letras e instrução** tomamos o alvitre de pôr em execução com ampliação a 1ª das propostas aprovadas pelo clero e católicos sergipanos em sessão solene ocorrida na Igreja Matriz desta Capital, hoje Catedral da Diocese em 21 de outubro de 1907. (SILVA, 1912, p.1, grifo nosso).

Ora, se eram pobres não poderiam fazer as devidas doações, o que demonstra uma outra adaptação ao que ditava a Igreja através de seus representantes. O fato é que os dois Seminários acolheram em seu seio, como será revelado no capítulo cinco, dessa tese, seminaristas com origens distintas.

Um outro dado importante é o fato de os Bispos darem a entender que os meninos pobres, por serem pobres, teriam uma maior vocação ao sacerdócio. Dom Aauto e Dom José até poderiam ter razão, se não houvesse generalizado, pois afora aqueles realmente vocacionados, que, por sua vez, poderiam pertencer a qualquer classe da estrutura social, existiam aqueles que viam, na carreira sacerdotal, um meio de ascender socialmente. Ademais, há que se considerar os outros tipos de cursos que estavam surgindo com o advento da industrialização proporcionado pela República. Poucos deveriam ser aqueles que cultivavam o “sonho” de ter um filho padre, de modo que os critérios tinham que ser exigidos, porém não eram determinantes, pois, se assim fosse, a oferta se tornaria ainda maior que a procura.

Também torna-se relevante para o conhecimento do modelo escolar de formação sacerdotal o enxoval do seminarista. Quando o aluno era aceito, independentemente das condições financeiras de sua família, deveria levar os pertences que, daquela data em diante, seria tudo aquilo que ele poderia usar, mesmo porque havia uma fiscalização precisa para que os seminaristas se apresentassem bem à sociedade. No Seminário de Aracaju, a título de exemplo, que, por sua vez, é semelhante ao do Seminário de João Pessoa, o enxoval foi assim descrito: 02 batinas romanas para o ordinário, 01 batina melhor para sair, 02 pescoçinhos, 01

barrete, 01 capa romana, 01 guarda chuva, 12 voltinhas lisas, 08 camisas, 03 camisas de dormir compridas, 06 ceroulas, 04 calças, 02 sobrepelizes, 03 cobertas, 06 pares de meias pretas, 06 lenços, 03 lençóis, 03 toalhas de banho, 06 fronhas, 02 travesseiros, 02 sacos para roupa suja, 01 par de sapatos ou botinas para o ordinário, 01 par de sapatos para sair, 01 bacia para rosto, 01 copo, escovas para roupa, sapatos e dentes, 01 espelho pequeno, 01 pente fino, 01 tesourinha, 01 par de chinelos e 04 guardanapos (ESTATUTOS DO SEMINÁRIO EPISCOPAL..., 1914).

Tais procedimentos nos revelam algumas das dimensões da formação sacerdotal e, conseqüentemente, do seu modelo escolar: o primeiro era que o enxoval não denunciava vaidade ou qualquer outro tipo de sentimento. Ao contrário, era solicitado apenas o extremamente necessário para instalação do aluno em sua nova casa; segundo é a limitação de objetos. A lista não englobava colônia, sabonetes, brilhantina, ou coisas do gênero que denunciassessem um maior asseio ou mesmo vaidade e, por último, o mais relevante na formação do padre: a fidelidade à indumentária da Igreja Católica. Não era permitido sequer o uso de calções para os jogos, dos recreios, tendo o seminarista que se exercitar de batina como nos revelam as fotografias dos jogos, nos seminários, que ainda hoje estão nas paredes, no Seminário da Paraíba.

No período estudado, a vestimenta ordinária dos seminaristas (Figura 10 e 11) constava de batina, pescoçinho com voltinha lisa, meias e sapatos pretos. Em passeio, usavam faixa preta (de lã, com 9 cm de largura), capa romana e chapéu eclesiástico. Os ordenados eram obrigados a comparecer, nas funções sagradas, com sapatos de entrada baixa com fivelas, de modo que a delimitação do que, como e onde vestir, somada ao recato e à austeridade proporcionada pelo traje, era a primeira das muitas normas e procedimentos que o seminarista devia cumprir para se ordenar e isso independente do lugar e do clima. Esse fator se tornou decisivo para, em outros tempos, favorecer à delimitação do uso da batina e demais acessórios eclesiásticos.

Tais subsídios admissionais devem ser levados em consideração para se compreender mais e melhor, o modelo escolar de formação de padres, sobretudo porque explicam os elementos que reforçavam um tipo de educação cuja base era o rigor disciplinar e cuja existência, mais do que mera formalidade, perfazia os primeiros dos requisitos que deveriam ser cumpridos, na formação acadêmica e sacerdotal do Padre.



Figura 10 – Dom Adauto e uma turma de seminaristas, em 1905.

Fonte – Acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba



Figura 11 - Sócios Fundadores da Academia Literária Santo Tomás de Aquino do Seminário de Aracaju, em 1933.

Fonte: Revista *Scientia et Virtus*, 1933

Araújo e Barros (2004), ao estudarem o modelo escolar do Ateneu Norte-riograndense de Natal (RN), consideraram que ele se referencia segundo um tempo, horário, edifícios, classes, espaços, método, saberes e regulamentos. Assim, para desvelar um modelo formativo, faz-se necessário compreender como esses elementos estavam dispostos e

operacionalizados nos Seminários, sem que, para isso, deixar de levar em consideração a observação de Magalhães:

As instituições educativas, tal como deixam inferir a generalidade dos regulamentos internos e parte dos normativos externos, no que se refere ao funcionamento e aos objetivos gerais da instituição, apresentam uma estrutura física, uma estrutura administrativa e uma estrutura sociocultural. (MAGALHÃES, 2004, p. 145).

Classes e saberes nos Seminários de João Pessoa e Aracaju

Seguindo uma fisionomia de internato, o modelo escolar de formação de padres, do Seminário de João Pessoa e do Seminário de Aracaju, tinha uma lógica pensada a partir de uma matriz pedagógica, sustentada por uma série de exercícios religiosos, morais e éticos e elegendo uma série de saberes ligados às humanidades, à Filosofia e à Teologia que, por sua vez, eram disseminados nos cursos, através dos seus planos de estudos.

O Seminário de João Pessoa, a princípio, oferecia dois cursos: o inferior e o superior. O curso inferior (hoje Seminário Menor), com duração de quatro anos, era composto de Primeiras Letras, Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, História Universal e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Corografia, Música, Piano, Civilidade e Catecismo, além de História Natural, Física e Química (a partir de 1901). O curso superior (hoje Seminário Maior), que perfazia um total de 06 anos, era formado pelas matérias de Filosofia, para o primeiro e o segundo ano, Teologia Dogmática, Teologia Moral, Liturgia, Eloquência Sagrada, Escritura Sagrada, História Sagrada, História Eclesiástica, Direito Canônico, além de Canto Gregoriano e do Curso de Religião.

A partir de 1902, para suprir quaisquer deficiências, foi estabelecida a promoção de conferências ou dissertações mensais, sob a responsabilidade dos seminaristas, versando sobre Moral, Dogma, Escritura Sagrada, Direito Canônico e Liturgia. Em 1906, atendendo aos apelos da “Sociedade Nacional de Agricultura”, em decorrência das calamidades oriundas das secas nordestinas, foi introduzido o curso de Economia Rural que, embora tenha durado pouco, formou, em 1907, os quatro primeiros economistas rurais do clero brasileiro (não identificados) (LIMA, 1956).

Pelo que se pode perceber, esta estrutura foi modificada com o segundo Estatuto da instituição, datado de 1927. De acordo com esse documento, as matérias acima mencionadas foram redistribuídas em três cursos: O Preparatório, com duração de 4 anos; o Filosófico, ministrado em 2 anos e o Teológico, indicado para 4 anos. Embora não tenha sido encontrado

o primeiro estatuto do Seminário de João Pessoa, que nos informaria com precisão as matérias escolares ministradas, em cada ano dos cursos, pode-se supor, baseando-se na comparação entre o Anuário Eclesiástico da Paraíba (1894-1918) e o segundo Estatuto (1927) da Instituição, que as matérias foram distribuídas da seguinte maneira: Português, Latim e Música eram lecionados nos 4 anos do curso preparatório e Francês era ministrado nos 3 primeiros anos. Já Catecismo, Aritmética e Geografia eram dadas apenas nos 2 primeiros anos. Corografia do Brasil entrava na grade curricular no 2º ano e História do Brasil, Álgebra e História Sagrada no 3º ano, sendo que esta última e História Universal, História Natural e Geometria eram ministradas no 4º ano.

O Curso Filosófico contava, no 1º ano, com as matérias de Filosofia, História Eclesiástica, Curso de Religião, Física e Química e Canto Gregoriano, sendo que todas elas, com exceção de Física e Química, eram ministradas também no 2º ano, acompanhada de Eloquência Sagrada que, por sua vez, também era lecionada no 1º ano, do Curso de Teologia. Este era composto pelas matérias: Teologia Moral e Escritura Sagrada, ministradas no 1º, 2º e 3º anos, Teologia Dogmática e Liturgia dadas no 1º, 2º, 3º e 4º anos. Direito Canônico ensinado no 3º e 4º anos e Teologia Pastoral ministrado no 4º ano do curso. Embora não estivessem presentes na grade, há registros de que havia também aulas de Urbanidade ministradas pelo reitor, nos dias de Domingo.

Segundo Ferreira,

O Seminário apesar de ter como objetivo maior a formação específica de sacerdotes, pela abrangência de suas disciplinas, pode ser considerado uma escola humanista, destinada a desenvolver em cada indivíduo a cultura geral, e, portanto, destinada às classes dominantes, em oposição à escola profissionalizante, destinada às classes instrumentais. (FERREIRA, 1994, p. 126).

As matérias do Seminário Sagrado Coração de Jesus também estavam atreladas aos cursos oferecidos. E da mesma forma que o Seminário de João Pessoa, o Seminário de Aracaju também oferecia três cursos: o Preparatório, o Filosófico e o Teológico. No curso Preparatório, que tinha duração de um a dois anos, eram ministradas as matérias Português, Francês, Latim, Aritmética, Geografia, Corografia do Brasil, História do Brasil, História Universal, Noções de Geometria, Poética e Retórica e Catecismo. Dessa forma, o curso oferecia uma base intelectual compensatória àquele aluno que tinha concluído o curso ginásial, muitas vezes, de forma insuficiente. No curso de Filosofia, eram estudadas as matérias de Filosofia, História Natural, História Eclesiástica e História Sagrada. O curso de Teologia, por sua vez, durava quatro anos e compreendia oito matérias: Teologia Dogmática,

Teologia Moral, Escritura Sagrada e Liturgia, estudadas no 1º, 2º e 3º anos, respectivamente. No 3º ano, a matéria Liturgia era substituída por Eloquência Sagrada e, no 4º ano, constavam as matérias de Direito Canônico, Pastoral, Escritura Sagrada e Cerimônias Práticas.

Com o passar dos anos, essa estrutura foi modificada. A Literatura foi incorporada ao Curso Preparatório e, no Curso de Filosofia, a matéria Eloquência Sagrada saiu e a matéria de Direito Canônico ficou sendo ministrada em dois anos. Embora não estivesse explícito no Estatuto (1914), as matérias de Catecismo, Música e Canto Gregoriano estiveram sempre presentes na programação escolar, além de Higiene e Civilidade, matérias que foram introduzidas a partir de 1918.

Comparando-se os planos de estudos que perfaziam os cursos dos dois Seminários, constatam-se várias semelhanças e raras diferenças. De uma maneira geral, as duas instituições, em consonância com a já referida reforma Benjamin Constant”, ofereciam as matérias básicas das humanidades como Latim, Português, Francês, História Universal e do Brasil, Geografia, Corografia do Brasil e História Natural; as matérias exatas como Aritmética, Álgebra, Geometria, Física e Química e as específicas como Filosofia, História Eclesiástica, Eloquência Sagrada, Teologia Dogmática, Teologia Moral, Liturgia, Escritura Sagrada, Direito Canônico e Teologia Pastoral. Diferenciam-se apenas em cinco matérias: o Curso de Religião e as aulas de Urbanidade, ministradas apenas no Seminário de João Pessoa, e Retórica, Cerimônias Práticas e “Higiene e Civilidade” lecionadas no Seminário de Aracaju.

Como ficou demonstrada, através das matérias lecionadas nos dois Seminários, a construção de um plano de estudos ou mesmo de um arsenal pedagógico, visto tratar-se de instancias objetivas e de funcionamento das instituições, evoluiu, de forma articulada, uma matriz teórica, uma proposta pedagógica e a divisão dos conhecimentos em matérias e estas em cargas horárias, de acordo com o seu grau de relevância para o curso. A grade curricular ou programas de estudos, nesse caso, decorreu da teoria, o que permitiu enxergar a dinâmica do tipo de instituição que se constitui essencialmente doutrinária, de modo que o modelo escolar delineado, a partir de uma matriz católica ultramontana, fundamentava-se na idéia de uma educação escolar e moral como o principal veículo de desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais do aluno-seminarista, as quais seriam imprescindíveis a habilitá-lo para o exercício do trabalho catequético-religioso, na novel sociedade republicana.

Os saberes ensinados

No que se refere aos saberes ensinados, foi possível perceber, pelas pistas deixadas pelo padre Luiz Gonzaga Oliveira, em seu livro “Memórias do Internato”, que os seminaristas de João Pessoa, ao menos no período de 1928 a 1930, estudaram pelos seguintes livros e compêndios: “Os estudos de Gramática de Carlos Pereira”, o “Dicionário Latino de Saraiva”, para o estudo do Português, “A Antologia Nacional de Carlos de Laet”, o “Compêndio de F.T.D. de História Natural”, “O Coração” de Edmundo d’Amires”, “as obras de Cícero e Virgílio” para serem traduzidas do Latim, o “Compêndio de Horácio Scrosóppi”, a “Gramática de exercícios de Halbout”, “Cornélio” e as “Fábulas de Fedro”. A “Antologia Nacional de Pereira da Silva”, adotada no curso de História, além de autores como Joaquim Macedo, Rocha Pombo, João Ribeiro, Varnhagem, Padre Rafael Galanti e o Visconde de Ouro Preto, com o seu “Marinha de Outrora” que também faziam parte dos livros estudados pelos alunos-seminaristas.

Para História Universal, adotaram as “obras de Raposo Botelho e Jonathas Serrano”. O “Exame de Português de Júlio Nogueira” e “Catilinárias” também foram utilizadas para o aprendizado dos conhecimentos lingüísticos. Obras como “Inocência”, “Recordações de Guerra e de Viagem do Visconde Taunay”, “Lendas e Narrativas de Herculano”, “O Evangelho nas Selvas, de Fagundes Varela”, “Os Sertões, de Euclides da Cunha”, “A Bagaceira, de José Américo de Almeida”, ex-aluno do próprio Seminário tornaram-se atraentes aos olhos e mentes dos seminaristas. Obras como “De Bello Gallico” de Júlio César e autores como “Aristóteles” e “Tomás de Aquino” célebres na história da idéias e “Epitácio Pessoa”, “Maximino Maciel”, “José de Oiticica”, “Mário Barreto” e “Guerra Junqueira” que, embora componentes de uma literatura mais moderna, foram sendo incorporados à bibliografia do Seminário de João Pessoa.

Também foi percebida a leitura de “obras de Júlio Verne”, escritor francês (1828 - 1905), visionário de grande parte das maravilhas tecnológicas que o mundo passou a conhecer e que adepto do conceito de “verossimilhança científica”, inaugurado por Poe, escreveu obras imortais, tais como: “Cinco Semanas em um Balão” (1863), “Viagem ao Centro da Terra” (1864), “Da Terra à Lua” (1865), “Vinte Mil Léguas Submarinas” (1869), “À Roda da Lua” (1870) e “A Volta ao Mundo em 80 Dias” (1872). Foi ele um dos primeiros escritores a exercitar uma literatura de antecipação, na linha da moderna ficção científica. Obras como “Eurico, de Alexandre Herculano”, entretanto, eram proibidas, pois este autor, embora católico, fora rejeitado pela Igreja ultramontana devido a suas opiniões acerca de milagres.

No tocante aos compêndios adotados nos Cursos Filosófico e Teológico do Seminário de João Pessoa, não houve referências em nenhuma das fontes consultadas. Entretanto, como de antemão já se sabia da adoção da filosofia e da teologia tomistas e que, até 1930, a maioria dos compêndios do curso de Teologia, com exceção de História Eclesiástica, era em Latim, foi possível supor que as obras adotadas pelo Seminário da Paraíba tenham sido, em grande parte, as mesmas seguidas pelo Seminário de Aracaju.

No Seminário de Aracaju, segundo Barreto (2004), os seminaristas tiveram acesso às obras tomistas, a exemplo da “Suma Teológica”, da “In Evangelia de S. Mateus e S. João”, do “Tratado de Religião”, da “Suma Teológica de Trindade”, da “Catena Aurea 4º Evangelho”, da “Teologia Dogmática e Moral”, de “As grandes teses da Filosofia Tomista de A.D. Sertillanges O.P”, como também das “Noções de História da Filosofia, do Padre Leonel Franca”, da “Em face da Ciência, do padre Santana”, do “Compêndio de Lógica, do Monsenhor Fernando Rangel”, e de autores como “Sena Freitas”, “Charma, com seu Questões de Filosofia” e “Alberto Magno”, autores que fizeram parte do universo acadêmico e, portanto, formativo dos padres de Dom José Tomás Gomes da Silva.

No Curso de Teologia, os seminaristas estudavam, dentre outras obras e compêndios, as de “Dd. Tanquerey S.J.” tais como: “Synopsis Teologia Dogmática”, “Teologia Moral” e “Teologia Ascética e Histórica” e da “Suma Teológica” e “Teologia Moral”, de Tomás de Aquino, além do “Compêndio de Teologia Moral de Ferres S. J.”, do “*Códex Jûris Canonical de Petro C. Gasparri*” e da “*Suma Institutionem canonicarum de C. Ferrari*”.

Aqueles mais interessados no ofício do sacerdote, dedicavam-se, para maior compreensão das Ciências Teológicas, a livros como o “Catecismo de Perseverança, de Gaume”, uma obra de oito volumes, “Os Esplendores da Fé, de Francisco Maria Mogno”, em três volumes, O “Tratado de História Eclesiástica, do Padre Rivaux” e o “Gênio do Cristianismo, de Chateaubriand”. Livros que, apesar de serem de autores franceses, eram traduzidos para o português e chegavam aos seminaristas aracajuanos, no final dos anos vinte e início dos anos trinta, por meio de João Moreira Lima que, além de seminarista, era livreiro e mantinha negócios comerciais com a “Livraria Católica”, do Rio de Janeiro (LIMA, 1984).¹⁹

¹⁹ Somente na década de 1930 que começaram a surgir, no país, livros como os de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima (o Tristão de Atayde). Estes eram vendidos no Seminário de Aracaju pelo então aluno João Moreira Lima. Com certeza, outras obras compuseram a bibliografia, porém não foi possível identificá-las.

Os espaços e os edifícios dos Seminários

Ministrada em um lugar apropriado, a educação sacerdotal teve, no espaço um grande aliado para a concretização de sua meta, qual seja: formar o padre ilustrado e piedoso. “Isolamento” era a palavra-chave para formar o novo padre e foi com a divisão rigorosa dos edifícios que foram construídos ou que serviram de seminários, que a Igreja pôs em prática seu modelo escolar de formação sacerdotal.

Isolar o menino que chegava ao seminário dos perigos do mundo, das tentações da vida, dos amigos e mesmo da família constituía a primeira, senão a mais importante regra da formação sacerdotal. Sem o contato, não se corria o risco de um desvio de comportamento, ademais todo o seu tempo estava rigorosamente preenchido pelos afazeres preestabelecidos pelos superiores da Instituição. Foi assim no Seminário de João Pessoa, foi assim no Seminário de Aracaju.

Em sua Carta Pastoral sobre “O sacerdócio e o seminário diocesano”, Dom Adauto deixa clara a necessidade do isolamento para a continuidade da educação ministrada no Seminário-escola. Disse ele:

[...] devemos preparar ainda que com grande dificuldades, um bom edifício em um lugar de ótimo clima, para ahi refocilarem elles no tempo das férias as forças perdidas nas lutas pela sciencia e virtude, e que entretanto **seja sem interrupção dos bons hábitos**. (DOM ADAUTO, 1897, grifo nosso).

De igual modo agiu Dom José quando expôs: “Nenhum seminarista poderá sahir do Seminário sem licença do Reitor. Evitem quanto possível ir a cidade, afim de não perderem tempo e até mesmo o recolhimento de espírito”. (ESTATUTO..., 1914, p 11).

Como já apontado no capítulo anterior, o primeiro edifício do Seminário de João Pessoa foi o prédio do Convento Franciscano, situado no centro da capital. Diferentemente do Seminário de João Pessoa, o Seminário de Aracaju já funcionou em um edifício projetado e construído conforme as orientações arquitetônicas do Bispo Dom José. Apesar de origens e plantas diferentes, os prédios tinham espaços semelhantes. O edifício do Seminário de João Pessoa, que preservou um recinto²⁰ para a Ordem Terceira, foi dividido de forma que tivesse os espaços necessários à formação acadêmica e sacerdotal do aluno-seminarista. Assim, o prédio com dois pavimentos era dotado: na parte de baixo, das salas de visitas, de aula, de exames, além de ambientes para a rouparia, o refeitório, a capela e dos banheiros divididos por tabique e do pátio, onde aconteciam as brincadeiras durante o recreio. Na parte de cima, ficavam o salão de estudos e os dormitórios que, separados de acordo com as divisões, eram

²⁰ O espaço ficava ao lado da sede principal do convento, onde até hoje permanece.

formados por alunos de idades próximas, sendo, por isso, denominados Divisão dos pequenos, médios e grandes e as celas (quartos) dos padres. Embora não se possa precisar o local, sabe-se que havia uma enfermaria. Com a demanda de alunos-seminaristas aumentando (chegando a 126 alunos, em 1900) foi construído um prédio anexo que serviu, durante todo o período em que o Seminário lá funcionou, para alojar os “seminaristas maiores” ou os chamados “teólogos”.

Quanto ao edifício construído para o Seminário de Aracaju, ele também comportava dois pavimentos com capacidade para 50 seminaristas. Na parte superior, ficavam tanto as celas (os dormitórios) dos seminaristas, como as dos padres/professores, a do Reitor, do Vice-reitor e do Diretor Espiritual, além do cômodo reservado para o aposento do Bispo Dom José. No pavimento inferior, ficavam os salões de estudos, a bedelagem, os banheiros, duas salas de visitas, a sala de física, a cozinha, a copa, o refeitório e o campo esportivo para o recreio e as atividades físicas.

Paradoxalmente, o prédio do Seminário de João Pessoa era localizado no centro da cidade, mas tinha, ao fundo, um grande sítio (Figura 12) com emas, siriemas, pássaros, macacos e até uma onça, dentre outros animais que podiam ser vistos. Era próximo a outras congregações católicas, a exemplo do Palácio do Carmo, atual sede da Arquidiocese da Paraíba. Posteriormente, Dom Adauto comprou dois terrenos nos lados do Seminário, onde construiu dois prédios: um para ser o seu Palácio; o outro para sediar o Colégio Diocesano Pio X, criado concomitantemente ao Seminário e que funcionou no mesmo prédio até que sua sede própria fosse concluída em 1906.



Figura 12 – Sítio aonde os seminaristas iam à procura de frutas
Fonte – Acervo da Pesquisadora

O edifício do Seminário de Aracaju que também fora construído na região central da cidade, no início, não tinha vizinhança. Com o passar dos anos, o próprio Dom José construiu, ao lado do prédio do Seminário, algumas casas para alugar, o que lhe ajudava com a renda no pagamento de despesas da Diocese. Outras casas de particulares e comerciais também foram ampliando o cenário, o que tornou a rua um lugar comum e o Seminário uma instituição que, embora cercada de vizinhos, manteve sua identidade como casa formadora de padres.



Figura 13 – Antiga rua Espírito Santo, onde foi construído, em 1913, o prédio definitivo do Seminário de Aracaju, localizado à esquerda. Do lado direito, o Asilo Rio Branco

Fonte: Arquivo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura/SE

Por certo, o processo investigativo que aqui se apresenta toma a relação entre os seminários e o seu meio envolvente, o que autoriza a dizer que a localização tanto do Seminário de João Pessoa quanto do Seminário de Aracaju era privilegiada, em termos de serviços, mas não se pode dizer que foram sempre lugares tranquilos ou mesmo ideais para formar sacerdotes como ditavam as regras dos Seminários, em que o silêncio e a reclusão imperavam.

Alguns registros e/ou depoimentos revelam também aspectos internos dos edifícios dos Seminários. No Seminário de João Pessoa, por exemplo, foi possível saber, com base no depoimento de Oliveira (1959-1961, p. 91), que, no final do mês de março de 1929, o prédio começou a passar por reforma interna completa, em seu estado sanitário e que “[...] no dia 31 de maio, quinta feira de *Corpus Christi*, voltamos para a nossa casa de formação eclesiástica.

Tudo transformado.” A reforma, que privilegiou a parte higiênica do edifício, fora feita, pois, naquele mesmo ano de 1929, a febre Tifo havia vitimado 3 seminaristas, levando-os à morte.

Há, também, depoimentos como o de Almeida (1976) que atestam o recinto como forma de reclusão e vigília dos seminaristas:

Dentro de velhos muros situava-se um território indevassável, onde ressoavam passos perdidos. Na maior parte do tempo, o silêncio era completo; todos tinham os lábios pregados. [...] Percorria o corredor longo e sombrio, um túnel ladeado de pequenos quartos, na suposição de que fazia uma viagem. [...] Internamente havia muito o que ver, notadamente o púlpito. De lado, o altar de São Francisco era um primor de arte sacra. [...]

Lá em cima uma janela servia de mirante, donde o vice-reitor, Padre Alfredo Pegado, fiscalizava as turmas. Essa vigilância impunha bons modos, uma postura mais correta: deixei de coçar-me, de espreguiçar-me, de bocejar e acabei aprendendo a sentar-me direito, como queria José Berardo, meu professor de Latim... (ALMEIDA, 1976, p. 152 e 156).

O testemunho de Almeida (1976) também faz alusão à capela, ao banho, ao refeitório, ao lugar do recreio, ao dormitório, dentre outros recintos que compunham a “Casa de fazer vigários”, como chamava o mesmo Almeida (1994), em seu Livro “Reflexões de uma Cabra” (1994).

Já o Seminário de Aracaju, construído especificamente para cumprir a função de instituição interna, também passou por reforma. Era 1932, quando o Seminário recebeu a visita do Monsenhor Alberto Pequeno, Visitador Apostólico dos Seminários do Brasil que, em seu relatório, destacou a necessidade de reformar alguns cômodos. Cumprindo com tal determinação, Dom José reestruturou os aparelhos sanitários, aprimorando os antigos e aumentando o número que não era suficiente, bem como aperfeiçoou o “[...] dormitório da segunda divisão que se tornou mais amplo e arejado e ainda ao refeitório que [passou a comportar] francamente os alunos desta casa.” (LIVRO DE REGISTRO... 1913-1948, p. 42).

Especificamente em relação ao Seminário de Aracaju, não há registros memorialísticos como no caso de Gonzaga e Almeida, do Seminário de João Pessoa, mas ao analisar (BARRETO, 2004) os espaços da instituição, à luz de Foucault, atestei o poder disciplinar exercido pelo tipo de construção, pois

O prédio tinha uma estrutura que permitia, por parte dos dirigentes, total controle das ações e, por parte dos seminaristas, a total falta de liberdade. A divisão do prédio, bem como as normas da instituição, favoreciam a vigilância dos seminaristas. Fatos que nos remete aos estudos de Foucault sobre o poder.

Foi através desse tipo de poder, ou disciplina que o Seminário conseguiu o controle minucioso dos seminaristas. Para Foucault, a disciplina começa com a organização do espaço. Critério focalizado quando da construção do prédio

e distribuições dos atores: os seminaristas e os seus supervisores (reitor, vice-reitor e diretor espiritual) juntos, de modo que os seminaristas estivessem sempre monitorados. O supervisor dos supervisores, o bispo, ficava reservado, mas em um apartamento que dava acesso a todo o prédio, de modo que ele tinha total controle do ambiente. Dessa forma, todos juntos, e uma vez respeitando a hierarquia eclesiástica e do próprio seminário, era possível, através da disposição dos cômodos e das regras, exercer um controle direto, sobre os seminaristas. (BARRETO, 2004, p. 46).

As Regras comportamentais

Atestam os depoimentos, que a essa estrutura física eram somadas as regras de comportamento. A conduta dos seminaristas era regrada pelas normas da casa que tinham na prática dos exercícios de piedade, o principal veículo para um disciplinamento modelar. Através dos exercícios, os candidatos ao sacerdócio conseguiam, ou deveriam conseguir, alcançar a “santidade dos costumes”, tão necessário ao *Homo Dei*. Dedicar todo o seu tempo a amar o Santíssimo, rezar, meditar sobre seus atos, na expectativa de melhorá-los, cumprir com os desígnios da instituição e estudar tudo o que era necessário à boa formação do sacerdote, incluindo aí os livros ascéticos, fazer exame de consciência, penitenciar-se, quando fosse o caso, confessar e privar-se de festas e visitas aos familiares (ESTATUTOS... 1914, ESTATUTOS... 1927) tornaram-se, por certo, os requisitos para uma formação presbiterial modelar.

Registram os Estatutos de ambas as instituições, regras muito claras quanto ao comportamento dentro e fora do Seminário, bem como na condução de suas vidas e perante superiores religiosos. Era promovendo a ordem exterior que se alcançaria a “[...] formação interior da vontade para o cumprimento do dever, e a prática das virtudes” (ESTATUTOS...1927, p 32). Noutras palavras, os seminaristas deveriam ser formados sob os auspícios de um rigor disciplinar que os moldariam a ponto de serem identificados como santos.

O cumprimento dos requisitos exigidos para admissão, a exemplo da tonsura feita assim que entrava no Seminário, o uso diário da batina e do roquete; o silêncio em todos os lugares, –fosse na sala de aula, no salão de estudos, no dormitório, no refeitório, na capela (menos no recreio) –; a disciplina de andar sempre em filas dois a dois; as leituras, pelo reitor, das cartas enviadas aos amigos e familiares; a prática dos retiros espirituais; as confissões constantes; a proibição da leitura de determinados livros e a leitura das notas na hora do jantar para todos ouvirem, foram algumas das regras impostas pelos dois Seminários em apreço, na formação de seus padres (OLIVEIRA, 1959-1961; BARRETO, 2004).

Sobre isso atesta o Padre Lima, do Seminário Nossa Senhora da Conceição:

[...] as fontes históricas [...] dizem pouco, **porque não dizem que o bolo roncava nas mãos dos seminaristas peraltas, fosse qual fosse a sua idade**, tamanho era o rigor disciplinar do Reitor Sabino [1984-1898] [...] porque não dizem que a turma estudava com o salão iluminado a candeeiro de querosene e bebia água da bica do sítio transportada em costas de burros [...]. (LIMA, 1954, p. 46, grifo nosso).

O rigor disciplinar não impediu a brincadeira, o humor ou mesmo a desobediência. Muitos são os episódios apontados por Lima (1954), Oliveira (1959-1961) e Almeida (1976). Mas um deles, mais que outros, concatena aspectos reveladores do cotidiano do Seminário de João Pessoa. Publicou Lima sobre a reitoria do Padre Joaquim de Almeida (1898-1905), que viria a ser o primeiro Bispo da Diocese de Natal:

É o Seminário das invioláveis comédias de Gabriel Toscano e de seus acólitos Miranda e Balbino, comédias quase criadas no momento da representação, em que as emboladas e desafios repentistas desafiavam a própria carranca do Presidente Gama e Melo e a majestosa austeridade do Bispo Diocesano... É o Seminário jardim zoológico com emas, siriemas e macacos perambulando pelos pátios, com viveiros de pássaros cuidados pelos seminaristas, que blefavam os míseros prisioneiros manducando-lhes os petiscos de fruta e queijo fornecidos pela reitoria... É o Seminário que matava boi e fazia pão para o consumo de sua gente, e que celebra o aniversário de seu Reitor com vigília antiga, festa e oitava, ao som da banda interna, ao tilintar dos pratos nos banquetes, ao ecoar da retórica ruidosa e bombeante dos discursos... É o Seminário que José Américo descreveu em ‘Reflexões de uma cabra’, focalizando os mais saborosos aspectos da grande casa de **fazer vigário**, como a chamava o pai do futuro e malogrado formigão Zé Fernandes de Melo Azedo... É o Seminário de Manoel Carlos, que jurara o compêndio de Filosofia de Liberatore de transpassá-lo à bala no mourão de uma porteira, tamanho era o seu ódio às regras do silogismo e às abstrações da metafísica... É o Seminário de Manuel Herculano que datava as suas cartas clandestinas aos genitores distantes — **Cadeia Diocesana**, tantos de tanto de mil novecentos e tantos... (LIMA apud FRAGOSO, 1954, p. 48, grifo do autor).

Almeida (1976), no seu Livro de Memórias, discorreu bem sobre as proibições, tais como a comunicação entre os seminaristas, a “amizade particular”, o contato entre irmãos, de forma que para ele: “A casa estava cheia e era vazia”. Por volta dos 1900, “Havia sempre uma testemunha a fiscalizar o comportamento e a espionar”. O que não impedia as pilhérias. Relembra Almeida:

Amolavam-se uns aos outros. Triste de quem falasse errado. Era o ‘chelecoque’.

Botavam apelidos: João de Deus era Macaco; Manuel Nóbrega, Chulipa; Inocência Nóbrega, cabeção; Ulisses Coutinho, Bedelagem; José Vital, Tartaruga, por ter seis dedos em cada pé; João Onofre, Vaqueiro; Alfredo Inocência, Bostinha de Rola; Artur Enéas, Canelão; Os Gêmeos Carlos e Alberto, Lagartixa e Galartixa; Moisés dos Santos, Caçote e Florentino Diniz, Cachimbinho.

Havia de tudo: os mais puros e gabolas, briguentos, falsos, faladores, invejosos, debochados. Atrás das máscaras, o homem era o mesmo em toda a parte (ALMEIDA, 1976, p. 153).

O depoimento de Almeida mostra muito bem a necessidade da definição e da aplicação das regras, da disciplina, do rigor. Tratava-se de crianças e de adolescentes que, a depender da educação ministrada, poderia optar ou não pela vida religiosa e mais que isso, poderia se tornar sacerdote ou seja um mediador entre Deus e o homem.

Na reitoria do Padre Manuel de Paiva (1905 a 1915), o humor e as brincadeiras não podiam ser confundidos com rebeldia ou indisciplina, muito pelo contrário. Nas notas do Padre Lima, consta que:

O Reitor descia às divisões e aos recreios, fazendo-os participantes da alegria perene de sua alma. Cultivava a pilhéria hilariante, a nota jocosa e facetada, com perfeito senso de humor. Ria francamente e fazia rir, sem que isto afrouxasse nem de leve a disciplina que sabia manter bem rígida na integridade de seus princípios [...]. **A palmatória continuava reinar soberana, baixando misericordiosamente pesada sobre as mãos polpudas dos seminaristas malandros** (LIMA apud FRAGOSO, 1954, p. 50, grifo nosso).

As punições eram fatos reais e não se restringiam à palmatória, mas à clausura, à admoestação e até mesmo à expulsão do aluno-seminarista. Os motivos eram muitos, pois, apesar de proibidos, os seminaristas insistiam em roubar mangas do quintal, a ler livros proibidos, a brigar uns com os outros, a assaltar a dispensa, a invadir o espaço destinado à Ordem Terceira, dentre outros.

Conforme Lima, na reitoria do Padre Manuel Morais (1915-1925),

A palmatória fôra abolida, mas bem que deixara saudades, porque as repreensões do Reitor naquela sua voz grave, macia e remorada esmagavam corações e contundiam almas... Saíamos de suas práticas semanais na capela com uma vontade imensa de ser bons, aplicados e corretos, com um desejo infrene de vencer na vida pelo caráter, pela perseverança e pela fé... (LIMA apud FRAGOSO, 1954, p. 52).

Tudo isso evidencia muito do modelo escolar ali desenvolvido, pois mostra não só as regras instituídas, mas as que se foram instituindo. Primeiro, a palmatória que fora, depois de algum tempo, considerada pedagogicamente imprópria, em seguida, a repreensão que, segundo o próprio Lima, tornou-se mais eficaz, pois incitava o desejo de ser correto, de adotar uma conduta reta, “de vencer na vida pelo caráter, pela perseverança e pela fé.”

De maneira semelhante ao Seminário de João Pessoa, o Seminário de Aracaju submetia seus alunos-seminaristas a um rol de comportamentos que não deixava outra opção senão a de atendê-las ou sair da instituição, pois viver e conviver no internato não se revelava

tarefa fácil. A vigília constante e as punições freqüentes freavam qualquer estripulia do alunado.

As regras do Seminário eram bastante rígidas, a começar pela matrícula que não poderia ser feita fora do prazo, com exceção dos novatos. A disciplina era bastante rigorosa. [...] Quando a sirene tocava, todos deveriam calar. A nenhum aluno era permitido retirar-se do local sem a autorização do “prefeito” (monitor). As amizades eram proibidas, assim como a formação de grupos e as respectivas conversas. Cabia ao prefeito verificar se os alunos tinham proximidade corporal, assim como evitar a entrada de outras pessoas nas celas individuais.

[...]

Aos seminaristas também não era permitida a leitura de livros que não fossem os das disciplinas do Seminário, bem como a leitura e a escrita para jornais. Nas férias [...] era proibido assistir reuniões e participar de diversões públicas, a exemplo do teatro e do cinema (BARRETO, 2004, p. 51).

Os requisitos e as normas impostas pelos dois Seminários visavam, sobretudo, à disciplina e à submissão, comportamentos que deveriam fazer parte do perfil do futuro padre. Se o processo de habilitação para o Seminário já era bastante rigoroso, os deveres que eles tinham que cumprir, não eram diferentes. Ademais, aquele que, de certa forma, forjasse as fichas de admissão, acabaria por ser revelado no cotidiano do Seminário. Exemplos disso são os vários alunos que não se adaptaram às regras. Houve aqueles que desistiram, outros que foram dispensados e até quem fugisse, como foi o caso de João Alves de Moura, que, no ano de 1921, fugiu do Seminário de Aracaju (LIVRO DE REGISTRO DO SEMINÁRIO..., 1913-1948).

O tempo e os horários dos Seminários

É certo que não há só um tempo escolar, mas sim uma variedade de tempos. O tempo escolar institucional oferece diversas configurações e níveis. Assim, tem-se o ano acadêmico, o semestre, o quadrimestre, o mês, a semana, o dia, a manhã, a tarde, a noite, além de outras demarcações como os calendários, os cursos, as interrupções festivas ou vocacionais, os horários e a distribuição de tarefas e dos programas de estudo.

A essa diversidade de atividades coletivas era somado o tempo de cada um ou o tempo individual, que, embora não fosse contabilizado como elemento fundamental para organização escolar, deve ser também levado em consideração para a compreensão da história de uma instituição e, conseqüentemente, de seu modelo escolar. Afinal, o tempo é uma categoria fundamental à compreensão da história. Ele corre lateralmente aos fatos, ou, noutra visão, os fatos seguem um rumo temporal, que os explicam ou até os justificam. Assim sendo, na história das instituições, o tempo e os fatos adquirem uma relação de proximidade,

permitindo estabelecer uma visão exata entre um e outros, medindo no contexto histórico a vigência de um e a dinâmica dos outros. Tempo e fatos, portanto, conjugados, expressam a vertente reveladora de uma instituição, com a novidade acrescida ao conhecimento fixado e dominante.

Na definição de Viñao Frago,

El tiempo escolar, como el de la historia, es diverso y plural. Es, además, una construcción cultural e pedagógica, un ‘hecho cultural’. No es portanto – como tampoco lo son el espacio y el discurso escolares – ‘un simple esquema formal o una estructura neutra’ en la que se ‘vacía’ la educación. (FRAGO, 1998, p. 46).

Assim sendo, o tempo escolar é a soma do tempo pessoal com o tempo institucional. Ao adentrar no Seminário, o aluno-seminarista, de mais ou menos 12 anos de idade, tinha, no mínimo, 10 anos para ordenar-se, sendo a idade mínima para ordenação, segundo o Direito Canônico, 25 anos. Esses anos estavam divididos em um calendário educacional, de modo que os cursos oferecidos e, dentro deles, as matérias escolares, fossem ministrados da maneira mais eficiente e eficaz.

Baseando-se nos Estatutos das duas casas e nas memórias deixadas pelos ex-alunos: Oliveira (1959-1961), Almeida (1976) e Lima (1954), do Seminário de João Pessoa, e de Carvalho (2004) e Castro (2004), do Seminário de Aracaju, pode-se afirmar que, nessas instituições católicas, os anos eram divididos em 02 semestres de mais ou menos 04 meses, intercalados pelas férias de meio do ano (01 mês) e as férias de final de ano (mais ou menos 02 meses). Durante o ano escolar, vários feriados – religiosos ou civis – quebravam a rotina temporal da casa, fosse pelas festas que os identificavam, fosse pelo marasmo proporcionado pela falta de compromisso acadêmico ou social.

Havia também, nos dois Seminários, a divisão semanal. Durante a semana, cinco eram os dias de aula, ficando, apenas, a quinta-feira e o domingo para a folga, embora, aos domingos, também houvesse aula de Urbanidade. Os dias de aula eram iguais, divididos em três “tempos”: Pela manhã, havia orações, missa, aulas e estudos. À tarde, também, eram ministradas aulas, intercaladas por um recreio de trinta minutos. Durante a noite, bem menor em termos de afazeres, o seminarista dedicava-se aos estudos, embora também dispusesse de um espaço de tempo destinado à recreação, à oração e à meditação individual.

Outra similaridade dos dois Seminários era o tempo dedicado às festas, fosse na preparação, fosse no ato de celebração, bem como nos feriados e nos dias santos tais como o Tríduo Final da Semana Santa, os dias de exposição solene do Santíssimo, na Igreja do

Seminário, os dias dos Patronos²¹ e co-patronos dos seminários, dia de aniversário do soberano Pontífice, do aniversário e da eleição e sagração do Bispo e da fundação do Seminário. Como não poderia deixar de ser, os Seminários compartilhavam do tempo extramuro, relacionando o seu tempo aos tempos sociais. Nas festas cívicas, também destinavam sua rotina ao feriado. Havia celebração nas datas: 13 de maio, 7 de setembro e 15 de novembro, dentre outros.

Com relação ao tempo das férias, pode-se dizer que elas estavam condicionadas às regras das instituições. Nas férias principais ou nas de final de ano, o seminarista que pudesse ir para casa, deveria ficar sob a supervisão do vigário local, devendo-lhe obediência e dedicação quando se tratasse das coisas da Igreja e, por conseguinte, de sua formação sacerdotal. Era, inclusive, conforme anunciado acima, obrigado a trazer uma carta do mesmo vigário atestando seu bom comportamento, fosse sozinho ou em público.

Em 1895, Dom Aduato com o propósito de estreitar cada vez mais a disciplina e a formação dos seminaristas, (como mandava o concílio de Trento), construiu um Seminário Ferial, na Serra da Raiz, interior da Paraíba. Esse, porém, durou pouco tempo funcionando, pois, em uma das primeiras férias, um seminarista morreu afogado em uma represa, motivo pelo qual o Bispo o fechou, dirimindo, num primeiro momento, a possibilidade de férias em conjunto. Esse fato, talvez, tenha inibido Dom José a seguir o exemplo, em Sergipe.

Havia, também, nos Seminários em apreço, o tempo destinado aos retiros espirituais, que aconteciam a cada começo e final de ano letivo, com a duração de 3 a 6 dias. Nesses retiros, os alunos aprendiam a meditar sobre as coisas passadas e vindouras, privilegiando sempre a pregação do padre orador do retiro. Ratificavam, pois, a identidade dos Seminários, na medida em que tais atividades, em sua forma e conteúdo, tornaram-se próprias dos Seminários.

A rotina diária dos Seminários também tinha, no tempo, o seu principal condutor. Ao comparar as rotinas das duas instituições, bem como cada uma delas com os horários dos diferentes anos, nas próprias instituições, percebe-se pouca diferença. Senão vejamos: nos termos de Oliveira (1959-1961) e do padre José de Castro (2004), o horário ficou mais ou menos disposto da seguinte maneira:

²¹ No Seminário de João Pessoa, os patronos eram: Teólogos – Nossa Senhora da Conceição; Filósofos – São Tomás de Aquino; Preparatorianos Médios – São Luiz Gonzaga; Preparatorianos Pequenos – São João Bechmans; Do Seminário – São José e Santo Antônio. Já no Seminário de Aracaju, eram patronos: Teólogos – São Tomás de Aquino; Filósofos – São Tomás de Aquino; Preparatorianos Médios – São Luiz Gonzaga; Preparatorianos Pequenos – São João Bechmans; Do Seminário – Sagrado Coração de Jesus.

Nas segundas, terças, quartas, sextas-feiras e nas manhãs do sábado, o horário dos seminaristas estava assim distribuído: o dia começava com o despertar da sirene, trocavam a roupa e iam para a capela. Por volta das 6h 25min, eram feitas a oração da manhã e a meditação que duravam 35 minutos, em média. Em seguida, assistiam à Santa Missa. Às 07h 35min, tomavam o café da manhã que era sucedido por um pequeno intervalo até às 8h 5min, quando começavam as aulas. Tempo de cada aula era de 50 minutos. Para cada aula, havia um intervalo de 10 minutos. Às 11h 30min, era servido o almoço, para depois os alunos fazerem a chamada “visita a Jesus Cristo”. Logo após, dispunham de um tempo livre que podia ser preenchido à maneira de cada um. Nesse período, os dormitórios ficavam abertos para quem quisesse utilizá-los.

À tarde, começava às 13 horas, quando se reiniciavam as aulas que se prolongavam até às 17 horas. Nesse momento, também, era recitada a saudação Angélica, o terço e a ladainha de Nossa Senhora. Às 18 horas, era servido o jantar. Em seguida, havia um recreio que era interrompido às 19h 30min para que os alunos rezassem e, em seguida, voltassem aos estudos. As 21 horas era o tempo da oração da noite e, se quisessem, poderiam voltar a estudar até às 22 horas. Caso não quisessem, poderiam recolher-se, sendo que, às 22 horas, eram encerradas todas as atividades no Seminário.

Esse ritual disciplinar, que se tornou próprio do tempo escolar e, conseqüentemente, do modelo escolar desse tipo de instituição educacional católica, era fragmentado nos dias de sábado e domingo, nos dias de retiro espiritual e nos feriados. Aos sábados, essa rotina era interrompida depois do almoço e da “visita a Jesus Cristo” e para a limpeza do Seminário. Terminada a faxina, dava-se início ao lazer que se atinha ao jogo de futebol, a saltar pelo campo, a brincadeira de cabra-cega, ao jogo de batalha e a ouvir “histórias de trancoso”, da vida do sertanejo ou do cangaceiro Lampião. Havia, também, brincadeiras veementemente proibidas a exemplo de “roubar mangas no quintal”; de fazer chacotas dos defeitos dos colegas ou perturbar os mais quietos, o que, como já atestado, sempre ocorria. Às quintas-feiras e aos domingos, mesmo que raramente aconteciam os passeios e era através deles que os seminaristas mantinham contato com o mundo fora do Seminário, embora sempre estivessem monitorados por um superior.

O método de ensino

Se o modelo escolar de formação de padres englobava os edifícios, espaços, regras, tempo, horários, classes e saberes, ele também contemplava o método de ensino ou a metodologia aplicada na transmissão do conhecimento e no estímulo à produção acadêmica.

Nesse sentido, o método adotado pelos padres dos Seminários de João Pessoa e de Aracaju, ou mesmo por cada um dos padres e leigos que compunham o quadro de professores das duas instituições, é de grande valia à compreensão da formação sacerdotal e, por conseguinte, ao seu modelo escolar, afinal, ele, em sua essência, incorpora continuamente “práticas educacionais renovadoras”.

O Decreto n.º 981, de 8 de novembro de 1890 (reforma Benjamim Constant), em seu Art. 3º, § 2º, determinava que o método de ensino empregado nas escolas brasileiras deveria ser o método intuitivo, “[...] servindo os livros de simples auxiliar, e de acordo com programmas minuciosamente especificados”. Esse método havia surgido na Alemanha, no final do século XVIII, por ação de Car Von Basedow, Joachim Heinrich Campe e Johann Heinrich Pestalozzi, que, por sua vez, foram adeptos das idéias de grandes filósofos como Francis Bacon, John Locke, David Hume, Jean-Jacques Rousseau, François Rabelais, John Amós Comenius e Friederich Froebel. O método intuitivo, segundo Boto (1998, p. 26), “Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação.” No tocante aos recursos associados ao método, esclarece Valdemarin:

Os materiais didáticos difundidos neste período compreendem caixas para ensino das cores e das formas, gravuras, coleções, objetos variados de madeira, aros, linhas, papéis, etc. em substituição ao velho livro de textos para serem memorizados. Mas, a chave para desencadear a pretendida renovação é a adoção de um novo método: concreto, racional e ativo, denominado *ensino pelo aspecto, lições de coisas* ou *ensino intuitivo*, que é assim definido por um de seus elaboradores: ‘*Intueri*, olhar; *intuitus*, observação. (VALDEMARIN, 1998, p. 68).

Embora fosse norma, os argumentos do método intuitivo não foram suficientes para que os Seminários aderissem por completo. O que se pôde apreender foi, senão a total aposta no chamado método tradicional (aprendizagem com base na memória e na repetição, privilegiando a abordagem dedutiva ou ir do simples ao complexo), uma simbiose entre esse e o método intuitivo. E mais que isso, pois o método de ensino das instituições escolares católicas, especialmente os Seminários, cuja principal distinção é o regime de internato, vai além das salas de aulas. O método, como parte integrante de um modelo escolar, está em cada ação dos professores e dirigentes, na disposição dos espaços, a todo tempo, em cada horário, na determinação das normas, na divisão das classes e na escolha dos saberes a serem transmitidos.

Alguns métodos, mais que outros, se revelaram nas fontes encontradas. Por exemplo, o aluno assim que entrava no Seminário, era submetido à tonsura, bem como ao uso

ininterrupto da batina e era a esse tempo que o aluno recebia o Estatuto da casa para não ter como descumprir-lo por desconhecimento. Todos os seminaristas que quisessem galgar o presbiterado, deveria receber as Ordens Menores e Maiores²², no seu devido tempo. A todos era obrigatório o exercício de ajudar missa e, no Seminário de João Pessoa, duas vezes ao dia, liam um “Livro de orientação eclesiástica”.

Esses procedimentos metódicos que podem perfeitamente ser confundidos com as próprias normas, pois eram obrigatórios, estavam para os seminaristas como métodos, como meios de se chegar ao presbiterato. Era através das exigências de cortar o cabelo, do uso da vestimenta clerical, do conhecimento do livro das regras, dentre outras formas, que os seminaristas eram ensinados a portar-se e a servir de exemplo.

Ao que ingressasse no Seminário, o dever era cumprir todas as etapas formativas da instituição, que consistia em ser avaliado assim que chegasse para saber se de fato estava preparado para cursar o grau para o qual fora aprovado ainda, em escola leiga. Uma vez aprovado no teste que consistia em leituras e respostas para perguntas sobre o assunto da série anterior, o aluno era matriculado e passava a cursar a série oferecida. Nesse momento, não era considerada a idade, como no caso das Divisões, mas o grau de conhecimento dos alunos, de modo que, em uma mesma turma, poderia ter alunos de idades variadas.

Relembra Oliveira que, à época, em 1928, tinha 12 anos:

Notei que havia na classe seminaristas já maiores de vinte anos. Eram Antonio Saraiva e Antonio Sá, dois sertanejos de Pombal. Dois babaquaras naquela idade, mas ainda atrasados. Em contraste, sentado perto de mim Genário Barreto, menos do que eu, e já no primeiro ano. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 11).

Tais procedimentos, a princípio, revelam muito da rotina das casas, mas mostram também um processo formativo baseado num método próprio que associa ensino, disciplina e vivências. Nos dois Seminários, também se aprendia, fazendo. Era assim quando o seminarista servia de acólito e aprendia a rezar missa e a fazer a liturgia, era assim quando era submetido aos exercícios de piedade e aprendia como se portar diante dos leigos e de seus colegas, era assim quando era proibido de receber visitas e aprendia que sua família era a Igreja.

²² Tonsura -1º ano de teologia.

Duas primeira ordens menores - no fim do 1º ano de teologia.

Subdiaconato - fim do 3º ano ou teologia.

Diaconato - no meio do 4º ano de teologia.

Presbiterato - no final do 4º ano de teologia.

Os retiros espirituais, que aconteciam em todo começo e final de semestre e quando o Reitor achava necessário, bem como a obrigação da confissão se revelaram recursos eficientes para educar o comportamento do alunado. Era principalmente nos retiros que os padres dissertavam sobre tudo o que deveria fazer parte do cotidiano do seminarista, a exemplo da “vida sacerdotal e dos deveres do seminarista”, além do quê e o como proceder e, inclusive, das implicações dos seus descumprimentos. E como que completando o processo formativo eclesial, estava a confissão, momento em que o seminarista deveria se revelar arrependido do que, porventura, tivesse feito de “errado”, ou, no dizer da Igreja, que tivesse pecado. A idéia do pecado, nesse sentido, tornou-se clausula pétrea da formação sacerdotal. O aluno-seminarista que pecasse, deveria se confessar para que o padre, representante de Deus na Terra, ministrasse a penitência que, caso cumprida, o livraria, tornando-o novamente “puro”.

Não se pode aquilatar quantos foram os que deixaram de pecar ou os que pecaram menos, mas se pode dizer que esses recursos metodológicos tinham, por princípio, a moralidade dos costumes, condição peremptória para a melhor imagem e o reto exercício do ofício sacerdotal.

Assim, em cada lugar de aprendizagem, a dimensão propriamente formativa do sacerdote estava pensada e pedagogicamente praticada face a um modelo escolar. Nas salas de aulas especificamente, os dois Seminários tinham em comum o fato de todas as aulas começarem com uma oração, no mais, o método estava condicionado ao curso. Embora não fossem encontradas fontes que pudessem subsidiar a análise, matéria por matéria, pode-se dizer, sem sombras de dúvida, que o uso do livro não foi um simples auxiliar, como dispunha o já citado Decreto n.º 981/1890. Pelo contrário, ao que se pôde averiguar, os livros eram o ponto de partida dos professores, em sala de aula, era a partir da leitura que se extraíam os ensinamentos e as conseqüentes explicações, mesmo quando estes eram em Latim (como, aliás, foi a maioria absoluta dos compêndios de Filosofia e Teologia, até a década de 1930).

Nos cursos de Filosofia e de Teologia, o que se pôde apreender foi a utilização do recurso metodológico do debate ou dissertação, ou disputa de idéias e argumentos, realizadas uma vez por mês. Tanto em um quanto em outro Seminário, aos alunos-seminaristas eram distribuídos temas, necessariamente contraditórios, para que estudassem, e no dia e hora marcados, mediante público (alunos, professores, padres e, por vezes, até o Bispo), iniciassem o debate.

No Seminário de Aracaju, há o registro, na Revista *Cientia et Virtus*, da Academia Literária São Tomás de Aquino, que em 1923 houve um debate entre os alunos. De acordo

com as regras, os alunos em dupla, cada uma de um lado, deveriam defender as teses filosóficas e teológicas, respectivamente. O debate feito entre os seminaristas Manuel Bacellar e José Tavares, de um lado, defendendo a tese filosófica, e, do outro lado, Felino Bonfim e Luís Lemos, que defenderam a tese teológica. Tal procedimento metódico era muito apreciado pelos seminaristas que viam, na oratória, na demonstração de conhecimentos e no poder de argumentação, exemplos que deveriam ser seguidos pelos futuros padres.

Outro procedimento metódico utilizado no curso de Teologia, do Seminário de Aracaju, era, uma vez por semana, mandar que eles defendessem um caso “[...] ora de Moral, ora de Direito Canônico, ora de Liturgia” (ESTATUTO..., 1927, p. 28). Tal prática tinha, no mínimo, dois efeitos positivos: a dedicação aos estudos, ao preparar-se, e o treino para falar em público, quando da defesa. Tais efeitos tornaram-se elementos fundamentais para o exercício sacerdotal, ademais, ao padre era exigido o entendimento das normas morais, éticas, institucionais, bem como de celebração dos cultos da Igreja. Era por elas que a vida eclesial transcorria e renovava-se sempre.

Definitivamente, a instituição seminário devia estar à altura de promover uma formação acadêmica e sacerdotal intelectualmente ampla. Por exemplo, merece destaque o apoio a iniciativa como a do seminarista Zé Coutinho e dos colegas Luiz Gonzaga Lira e Teodomiro de Queiroz Melo que, no Seminário de João Pessoa, fundaram o Jornal “O Lábaro”, manuscrito semanal que fora transformado na Revista mensal “A Luz” e a “Sociedade de proteção à biblioteca São Tomás de Aquino” que, ajudada pelos seminaristas Silvério Pires e José Borges de Carvalho, arrecadou e encadernou muitos dos livros do Seminário.

Esses tipos de iniciativas também foram notados no Seminário de Aracaju, com a fundação da Academia Literária São Tomás de Aquino, uma instituição cultural, criada e mantida pelos seminaristas e que tinha, como objetivo fundamental, “[...] fomentar o gosto pela literatura, pelas ciências e pelas artes”. (*CIENTIA ET VIRTUS*, 1933, p. 12). A idéia inicial da fundação da Academia, embora tenha sido do então reitor Mons. Adalberto Sobral, foi abraçada por um grupo de seminaristas maiores, composta por Augusto da Rocha Lima, Domingos Fonseca, Carlos Camélio Costa, José Olinó de Lima Netto, Porfírio de Brito, Antonio de Freitas, Jugurta Franco, Antonio da Costa Barros, Humberto Sobral, Arnaldo Rocha, Miguel Barbosa, Mário de Miranda Villas-Bôas, Antonio Régis, Manuel Vieira, Francisco Berenger e Antônio da Graça Leite, que a executaram imediatamente, mais precisamente, no dia 20 de abril de 1919.

A estruturação da Academia ficou a cargo do então seminarista José Augusto da Rocha Lima que elaborou seu Regimento, primeiro passo na construção da instituição que se tornara uma importante representação da formação dada pelo Seminário de Aracaju. Isso se justifica em face de essa Academia ser a precursora da Academia de Letras de Sergipe que tem, dentre os seus fundadores, os padres José Augusto da Rocha Lima e Carlos Camélio Costa e ainda os padres Mário de Miranda Vilas-Boas, que também fora membro da Academia São Tomás de Aquino, e Antônio dos Santos Cabral, professor do Seminário. Organizada sob os moldes da Academia Brasileira de Letras, transformou-se em uma entidade cultural responsável por grande parte do estímulo que se deu ao movimento intelectual do Estado, àquele tempo.

Idéias como estas deram um novo impulso às práticas cotidianas das instituições. Se os Seminários até então davam pouco espaço para a socialização e para a livre iniciativa, devido à rigidez de seus estatutos, depois do apoio a tais tipos de iniciativas, a produção intelectual não só começou a florescer como a dar frutos. No Seminário de Aracaju, por exemplo, como resultado dos trabalhos feitos na Academia, foi elaborada a revista sob o título *Scientia et Virtus* (Figura 09), publicada pela Tipografia Comercial, no ano de 1933, sendo autorizada pelo Bispo Dom José Tomás e pelo Cônego Miguel Monteiro Barbosa, à época, reitor do Seminário. A edição foi composta por dezoito artigos e uma sessão de poesia, todos escritos pelos seminaristas. A revista contou com a apresentação do Bispo e prefácio do Cônego Mário de Miranda Villas-Bôas. A publicação apresenta algumas fotografias do Bispo, de membros da Academia, de alguns padres, um pequeno esboço histórico do Seminário, assim como algumas informações sobre a Academia, além dos artigos, com enfoque religioso e temáticas variadas.

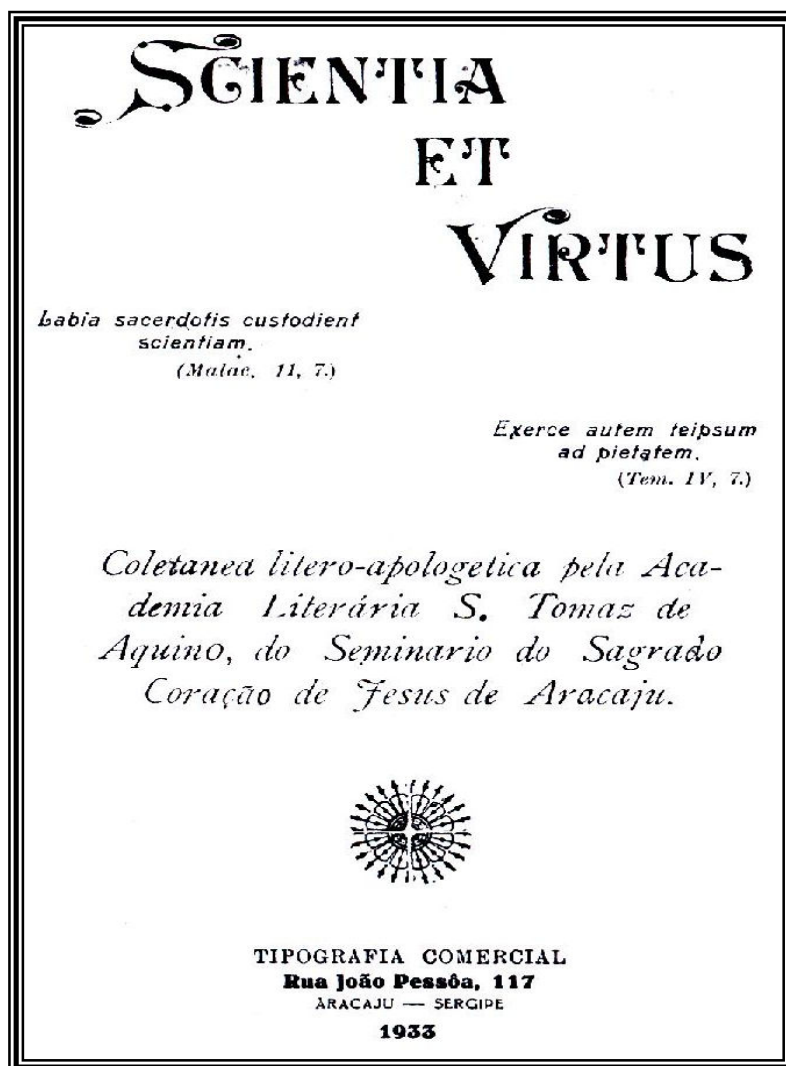


Figura 14 – Capa da Revista *Scientia et Virtus*, 1933.

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Um outro elemento do modelo escolar, em discussão, é a avaliação. Os seminaristas eram julgados, em todas as aulas, pelo conhecimento aprendido e pelo comportamento apresentado. A avaliação constava de perguntas e respostas sobre as matérias, bem como pela observação por parte dos professores da conduta do aluno. Ao passo que as notas variavam entre 10 (ótima), 9 (muito boa), 8 e 7 (boa), 6 e 5 (bem sofrível), 4 e 3 (sofrível), 2 e 1 (pouco sofrível) e 0 (má).

Completando a avaliação e coroando o método, encontravam-se os exames. Sob a avaliação de uma banca composta por um presidente e por mais dois membros, os exames aconteciam no final do ano e contemplava toda a matéria ministrada até então. Eram avaliações orais e escritas e consistiam em perguntas e respostas, sendo que as respostas

deveriam estar de acordo com o respectivo compêndio, tendo o aluno que apreender o assunto e decorar a forma didática como expô-la.

Para aqueles reprovados, existiam duas situações: os reprovados em poucas matérias tinham a chance de recuperar-se no ano seguinte, através de um exame, logo no início do ano, e, se ainda assim não atingissem a média, poderiam cursar novamente as matérias perdidas no decorrer do ano. Já os reprovados na maioria das matérias eram obrigados a frequentar novamente todo o curso ou sair da instituição. Lembra Oliveira, em 1928, quando fazia o curso inferior:

Em novembro passamos a prestar contas de tudo que havíamos estudado. Todo dia era um exame pela manhã, e às vezes, outro de tarde. Quando não íamos prestar conhecimento oficial do que tivéssemos aprendido, éramos obrigados a assistir ao que os outros fizessem. Lembro-me de um aluno do segundo ano, cujo nome não me convém declinar. Basta dizer que saiu do Seminário, à falta de inteligência. Esse aluno, toda vez que o presidente [da banca de exames] o chamava para fazer exame, os colegas riam a valer. Não respondia a nada que se aproveitasse. Comparecia somente para dar o atestado negativo das matérias de seu ano. Não nascera para aquilo. Só daria mesmo para plantar batata, como diziam com relação aos que se viam obrigados a interromper os estudos por falta de inteligência. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 96).

Laureando o método de ensino estavam as férias. Momento em que, para a instituição, os seminaristas permaneceriam em formação. Portanto, em casa, de férias, o seminarista não abandonava o uso da indumentária e ainda era obrigado a atender ao vigário de sua paróquia, mesmo porque era nas férias – que não tinha a conotação de lazer –, que se aprendia mais sobre a liturgia. Era nas férias, ao lado de seu Vigário, que o seminarista instruía-se sobre sua comunidade, e, ao observar o comportamento do seu superior local, aprendia também como se portaria perante a realidade que lhe aguardava fora dos muros do Seminário.

Para além dos circunstancialismos doutrinários que obviamente ditaram particularidades do modelo escolar de formação sacerdotal que mencionamos na exposição, parece-nos que os dois seminários, apesar da diferença temporal de 19 anos entre a fundação de uma e de outra instituição, seguiram orientações muito próximas para promover a educação sacerdotal romanizada. Assim, não há dúvida de que estamos diante de planos de estudos que privilegiavam a transmissão de saberes humanistas clássicos, religiosos e escolares, enfim pedagógicos, tal como acontece em outras partes do País. Considerados na sua ideologia, os planos de estudos analisados revelam aspectos de um modelo escolar, no qual a Igreja mantinha uma unidade em sua forma de atuar, embora houvesse, em cada local,

peculiaridades reveladoras de uma forma de pensar e de pôr em prática as determinações da Santa Sé, o que torna cada história, uma história própria, ora semelhante, ora com algumas dessemelhanças.

Assim sendo, pode-se dizer que esse modo de organização pedagógica adotado pelo Seminário de João Pessoa, bem como pelo Seminário de Aracaju, esteve vinculado à construção de uma pedagogia do exemplo, caracterizada, essencialmente, pelo princípio religioso da Piedade (exercícios que visam à glória de Deus, à salvação da alma e à santificação própria) que constitui uma das marcas mais distintivas do seu modelo escolar e que proporcionou aos padres ordenados pelos respectivos seminários uma atuação intelectual multifacetada, que será abordada no capítulo seguinte.

A caracterização de forma aprofundada, das atribuições e dos papéis que cabem e são esperados dos atores, traduzidos por variáveis atributivas, tal como são consignadas nos regulamentos internos e nos normativos gerais, não informam, nem permitem inferir sobre o grau de empenho e o norte da ação. **Este desafio hermenêutico, onde as ações e os destinos de vida dos participantes dão corpo e significado às realizações institucionais, é talvez a via fundamental para a construção da identidade histórica das instituições educativas.** (MAGALHÃES, 2004).

Capítulo cinco

Os padres de Dom Adauto e de Dom José

E vós caríssimos Noviços do Sacerdócio, lembrae-vos sempre que do tempo de vosso Seminário está pendente porvir de vos a carreira eclesiástica e o vosso destino na eternidade. Si neste período que destinamos à vossa formação, à vossa preparação, deixardes correr despercebidamente as horas e os dias, si não vos dedicardes correr despercebidamente as horas e os dias, si não vos dedicardes com toda a solicitude em adquirir a sciencia e o espírito eclesiástico; como podereis esperar receber dignamente as sagradas ordens e exerce-las com edificação dos fieis e proveito de vossas almas? Si neste tempo de preparação e de prova vos parecer excessivo o trabalho severo o Regulamento austero a disciplina, penoso o retiro, lembrae-vos que, si não combaterdes estes juízos como uma tentação terrível, morrereis no vosso berço ecclesiastico, morrereis quasi antes de nascer. **E si por uma dessas infelicidades inevitáveis chegásseis a receber a imposição das mãos sem o merecerdes, o principio de vosso Sacerdote seria logo o começo de vossa morte moral e de grandes males para as almas e a Igreja de Jesus Christo.** (DOM ADAUTO, 1897, grifo nosso).

Nesse último capítulo, identificarei, através do método prosopográfico comparado, o “produto” dos Seminários, ou seja, através da análise dos perfis biográficos dos padres formados no Seminário Nossa Senhora da Conceição de João Pessoa ou no Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus de Aracaju, buscarei a identidade cultural e educacional dessas duas Instituições. Dentro desse propósito, é importante relembrar que “[...] a história de uma instituição educativa traduz-se na construção de uma identidade cultural e educacional, que resulta da articulação do itinerário histórico com o modelo educacional.” (MAGALHÃES, 2004, p. 147). Conforme Magalhães, estudioso e teórico das instituições escolares:

Uma investigação centrada nos alunos incluindo seqüenciamento para além do tempo de escolarização, por um lado, e as zonas geográficas, por outro lado, revela o modo como as instituições educativas se implantam e como afetam o destino de um determinado território, bem como as implicações da cultura, da ação e das representações

escolares e educacionais sobre construção de grupos socioculturais identitários e de neocomunidades. (MAGALHÃES, 2004, p. 150).

Levando em consideração que os alunos-seminaristas constituem o “objeto” mais representativo da história das instituições-seminários e que suas ações e/ou itinerários refletem sua formação, e mais que isso, permitem o entendimento do ideário católico de formação sacerdotal convertido no modelo escolar desenvolvido, faz-se necessária uma investigação das biografias dos que lá se ordenaram, visando, com isso, a acentuar as linhas de continuidade e contraste e, conseqüentemente, o modo como tais instituições se implantaram e afetaram os destinos de seus “territórios”. Para tanto, entendo que a forma mais eficaz de mostrar a relação da formação sacerdotal e seus itinerários é a utilização do método prosopográfico comparado. De acordo com Charle,

A prosopografia ou biografia coletiva é um método que, após ter sido inventado e praticado sobretudo em história antiga e medieval, muito se desenvolveu nos últimos 40 anos em história moderna e contemporânea. Seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. (CHARLE, 2006, p. 41).

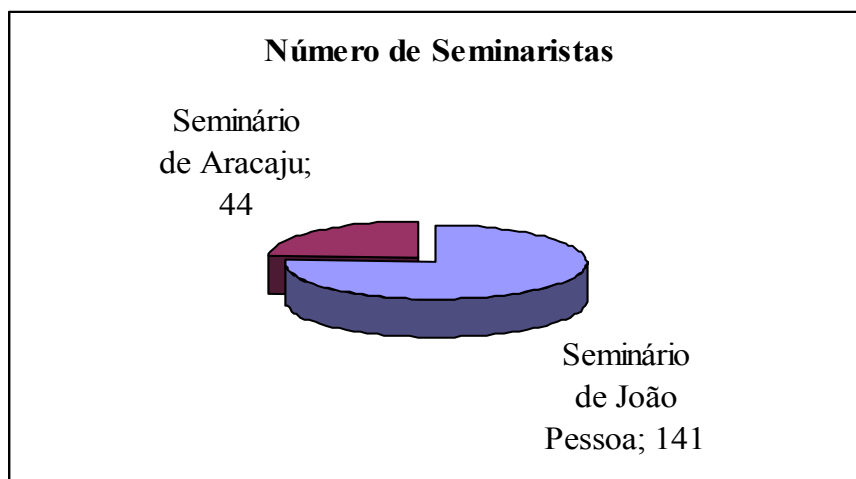
No que se refere à prosopografia comparada, o seu objetivo é: “[...] apreender, através das biografias coletivas, o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados [...]” (CHARLE, 2006, p. 48). Assim, é possível afirmar que o método prosopográfico comparado faculta a compreensão das ações internas, das dinâmicas sociais culturais dos grupos estudados, permitindo, por certo, entender que o meio intelectual não representa necessariamente o seu tempo, mas, ao contrário, ele o constrói e dá à sua criação poder de ressonância.

Tal método se justifica ainda mais, pois é precisamente pela investigação da ação e participação dos atores, bem como pelas aprendizagens, capacidades e mudanças operadas nos sujeitos que se chega ao conhecimento histórico. Na visão de Magalhães:

A caracterização de forma aprofundada, das atribuições e dos papéis que cabem e são esperados dos atores, traduzidos por variáveis atributivas, tal como são consignadas nos regulamentos internos e nos normativos gerais, não informam, nem permitem inferir sobre o grau de empenho e o norte da ação. **Este desafio hermenêutico, onde as ações e os destinos de vida dos participantes dão corpo e significado às realizações institucionais, é talvez a via fundamental para a construção da identidade histórica das instituições educativas.** (MAGALHÃES, 2004, p. 146, grifo nosso).

Nesse sentido, faz-se necessário conhecer as ações e os destinos de vida dos participantes, nesse caso, dos que se formaram nos dois Seminários em investigação, no período já mencionado. Segundo o Gráfico I, foram 185.

Gráfico I – Período de 1894-1933



Conforme a representação do Gráfico I, o Seminário de João Pessoa ordenou 141 padres, enquanto o Seminário de Aracaju ordenou 44. Considere-se que essa diferença deve-se ao fato de que o primeiro Seminário foi fundado, em 1894, enquanto o segundo somente foi criado dezanove anos depois, em 1913. A diferença de tempo de fundação, talvez, por si só, não explique essa discrepância nos números de ordenações, mas aliado ao fato de que o Seminário da Paraíba oferecia em média 100 vagas no total e o Seminário de Aracaju ofertava apenas 50 vagas, seja suficiente para explicar a diferença.

Como já frisado no capítulo um, esse trabalho de tese que está fundamentado na noção de intelectual desenvolvida por Sirinelli (1996), na qual estão inclusos os criadores, os mediadores e os engajadores, leva em consideração que os criadores correspondem aos escritores, poetas, artistas, instituidores de centros educacionais e culturais, dentre outros; os mediadores são os professores, educadores, jornalistas; enquanto que os engajadores dizem respeito não só ao próprio ofício de sacerdote, mas aos que exerceram função política, ou foram ativistas das causas sociais ou membros de movimentos sociais.

Procedimento de análise

Ao levar em consideração que os itinerários dos padres podem permitir “desenhar marcas mais precisas dos grandes eixos” de suas atividades, foi relevante construir um perfil, mínimo que fosse, dos 185 Padres, com a intenção de identificar suas criações, mediações e/ou engajamento. Para tanto, foi preciso focar a investigação nas práticas dos Sacerdotes, com o intuito de entender qual o resultado, em termos intelectivos, da formação adquirida nos respectivos Seminários e, conseqüentemente, a sua identidade cultural.

Não se pode negar, entretanto, como atesta Sirinelli, que os itinerários apresentam, com freqüência, sérios problemas de reconstituição, e que ainda mais complexas são as interpretações. Segundo ele,

[...] as trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também e sobretudo interpretação. O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas. A nós nos parece que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. (SIRINELLI, 1996, p. 247).

Afastando-se das generalizações, mesmo porque não se trata aqui de explicações globalizantes, estabeleci para a construção dos itinerários dos Padres quatorze campos: ano de nascimento, naturalidade, data de morte, atividade do responsável, ano e idade de ordenação, funções que assumiu dentro da Igreja, “dignidades eclesiásticas” recebidas, outra formação profissional, funções exercidas fora da Igreja, produção intelectual, vínculos com entidades culturais e permanência ou não no sacerdócio (ANEXO I e II).

Através dos campos: atividade do responsável, dignidades eclesiásticas recebidas, funções exercidas dentro da Igreja, produção intelectual, vínculos com entidades culturais e permanência ou não no sacerdócio, foi possível traçar o perfil sacerdotal dos referidos Padres. E, preenchidos os campos: outra formação acadêmica, funções exercidas fora da Igreja e produção intelectual, foi possível perceber caminhos que não estão necessariamente atrelados à vida eclesiástica, mas que poderão auxiliar nesse trabalho de tese.

A busca por dados biográficos dos Padres da Paraíba e de Sergipe se revelou muito difícil, pois, quando iniciei a pesquisa, não havia trabalhos que contemplassem, de maneira sistemática, os engajamentos de cada um dos Padres. O que me fez buscar nas mais variadas fontes, a exemplo de Livro de Tombo, Livro de Provisões, Livro de

Congregação de Professores, Anuários Eclesiásticos, Boletim Eclesiástico e Livro de Registros, indícios de como teria sido o desempenho sacerdotal. Grata foi a surpresa, quando, no final de 2005, o Monsenhor Ednaldo Araújo dos Santos e o notário da Arquidiocese da Paraíba Ricardo Grisi Veloso reuniram os dados historiográficos contidos nos Processos de Ordenações, nas Fichas do Clero e no Livro de Registros de Ordenações e publicaram o livro *Apontamentos biográficos do clero da Arquidiocese da Paraíba (1894-2004)*. Esse trabalho, embora com algumas lacunas advindas da própria documentação, foi de suma importância, pois somado aos dados contidos nas outras fontes e em documentos avulsos, fez do trabalho aparentemente inexequível, no curto período de tempo que tinha, algo real.

Em Sergipe, recorri a minha própria dissertação de mestrado para a qual já havia pesquisado a biografia dos padres ordenados por Dom José, bem como ao livro de Tombo da Arquidiocese, a livros apologéticos e a entrevistas com ex-alunos de alguns padres-professores, como foi o caso dos escritores Manuel Cabral Machado, Monsenhor José Carvalho de Souza, Jackson da Silva Lima e Luiz Antonio Barreto.

Nesse sentido, um dossiê biográfico foi constituído para cada um dos 185 padres integrantes do universo investigado, apesar da limitação de alguns dados essenciais. Desse universo, foi frequentemente possível chegar a alguns elementos importantes sobre as datas de nascimento, morte e ordenação, origem familiar, funções dentro da Igreja, os cargos que assumiu fora da Igreja e se permaneceu ou não no sacerdócio, mas foi muito mais difícil saber sobre o recebimento de dignidades eclesásticas, da participação em entidades culturais, de sua produção intelectual ou mesmo se obtiveram outra formação acadêmica.

Em cada um dos Seminários, poucos foram os Padres que deixaram dados abundantes, por isso é que, por exemplo, existem trabalhos sobre os Padres Francisco Gomes de Lima, José de Medeiros Delgado, José Augusto da Rocha Lima e Avelar Brandão Vilela. Por outro lado, há um grande grupo sobre cujas atitudes encontram-se somente alguns poucos dados, e um grupo ainda maior a respeito do qual existem, apenas, alguns indícios ou categoricamente nenhuma pista. Parafraseando Burke:

Aqui o perigo óbvio é aquele sobre o qual Stone [Lawrence Stone] alertou os futuros prosopográficos: o de tratar-se a amostra sobre a qual se tem informações confiáveis como uma amostra aleatória de toda a população que está sendo estudada, quando ela não é nada disso. (BURKE, 1991, p. 23).

Atenta ao alerta de Burke, partirei de exemplos bem conhecidos, como os quatro Padres listados acima, embora saiba, de antemão, que não podem ser concebidos como representativos de todos os demais. É como alerta o próprio Burke:

[...] mesmo usando o método da biografia coletiva, não é possível generalizar sobre uma base absolutamente firme; por outro lado, falar sobre o grupo sem considerar alguns de seus membros, um a um, é generalizar sem base alguma. (BURKE, 1991, p. 23).

Ademais, cabe realçar que esse procedimento metodológico pode ser feito sem prejuízo da análise, pois se trata de um grupo alargado, com traços comuns e itinerários semelhantes, que permitem conceber tendências comuns, sem que, no entanto, o contributo individual ou a originalidade de um percurso ou de uma vida sejam prejudicados na definição da tendência geral. É, justamente, no cruzamento do individual e do geral, que o método prosopográfico se insere e se aplica, estabelecendo tendências mais do que conclusões taxativas.

A recolha dos dados nas diversas fontes, embora com muitos déficits, resultou no seguinte Quadro I:

Quadro I

Campo	Total de Padres	Não encontrados	Seminário de João Pessoa	Seminário de Aracaju	Total de Padres analisados
Universo estudado	185	S. de João Pessoa + S. de Aracaju	141 100%	44 100%	185 100%
Naturalidade	185	9+4=13	132 93,6%	40 90,9%	172 92,9%
Procedência familiar	185	105+25	36 25,5%	19 43,1%	55 29,7%
Idades em que se ordenaram	185	16+2=18	125 88,6%	42 95,4%	167 90,27%
Funções dentro da Igreja	185	52+7=59	89 63,1%	37 84%	126 68,1%
Dignidades eclesiásticas	185	90+24=114	51 36,1%	20 45,4%	71 38,3%
Funções fora da Igreja	185	97+23=120	44 31,2%	21 47,7%	65 35,1%
Vínculos com entidades	185	123+37=160	18 12,7%	07 15,9%	25 13,0%

culturais					
Produção intelectual	185	115+31=146	26 18,4%	12 27,2%	38 20,5%
Outra formação acadêmica	185	127+29=156	14 9,9%	15 34%	29 15,6%
Permanência no sacerdócio	185	74+11=85	67 47,5%	33 75%	100 54%

Fonte: Todas as tabelas que se seguem foram confeccionadas a partir do Banco de Dados intitulado Perfis biográficos dos Padres de Dom Aduino e de Dom José. Esses Perfis estão divididos em dois anexos: Anexo I, referente aos Padres do Seminário de João Pessoa, e anexo II, referente aos Padres do Seminário de Aracaju. Sempre que não indicado de outra maneira, esses anexos serão a referência básica para as análises.

Cruzamento dos dados

Naturalidade

Por certo, o arquétipo sacerdotal proposto pela Igreja Católica brasileira, no período pós-laicização, já nos indica um perfil de sacerdote: tratava-se de Padres cuja base formativa era essencialmente tridentina, ultramontana, conservadora, nostálgica de um certo status de exclusividade, anti-liberdade religiosa e inicialmente apartidária. Entretanto, o cruzamento dos dados permitiu a compreensão de algumas características mais específicas do perfil do novo Padre. Senão vejamos o Quadro II:

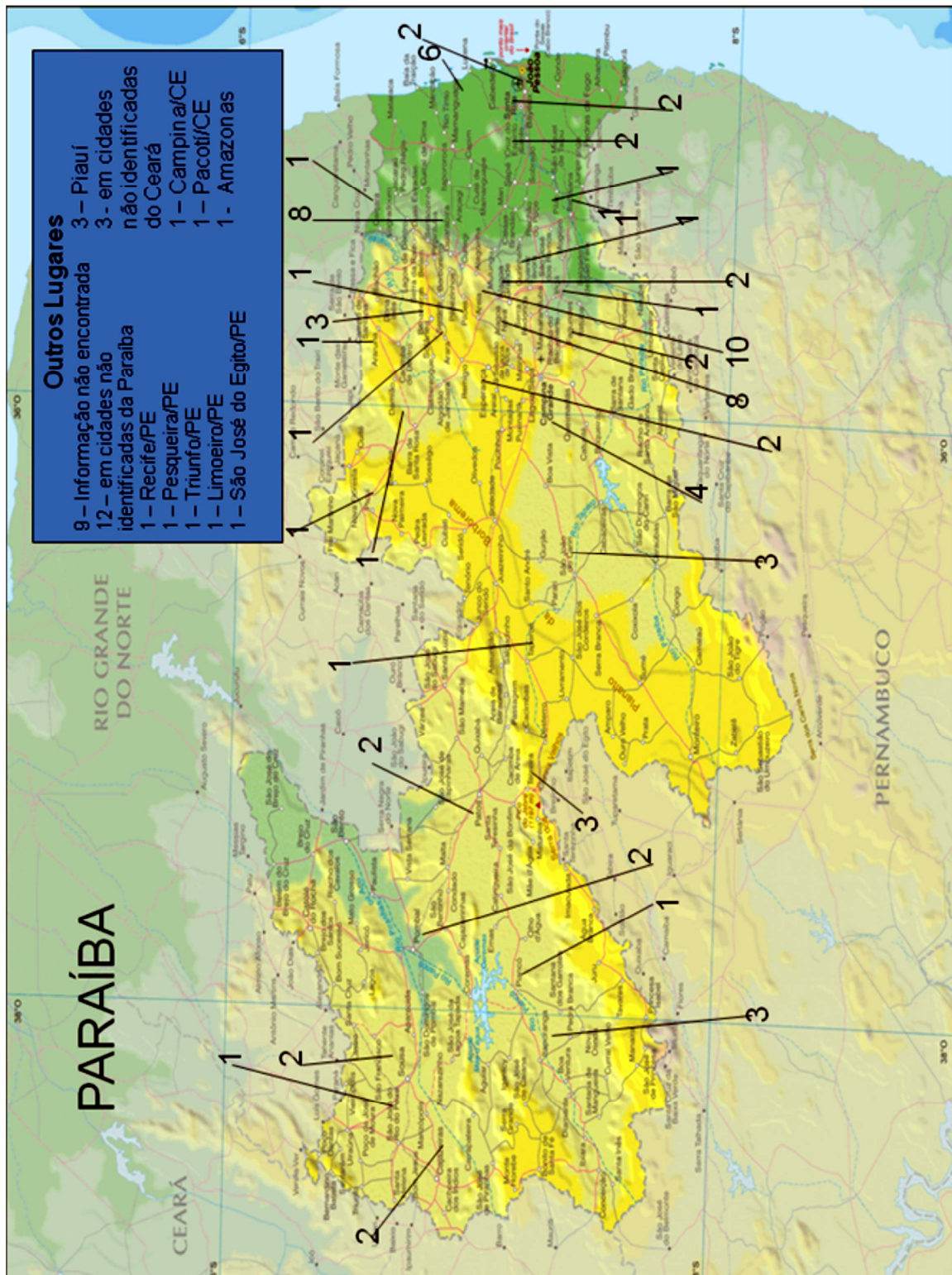
Quadro II

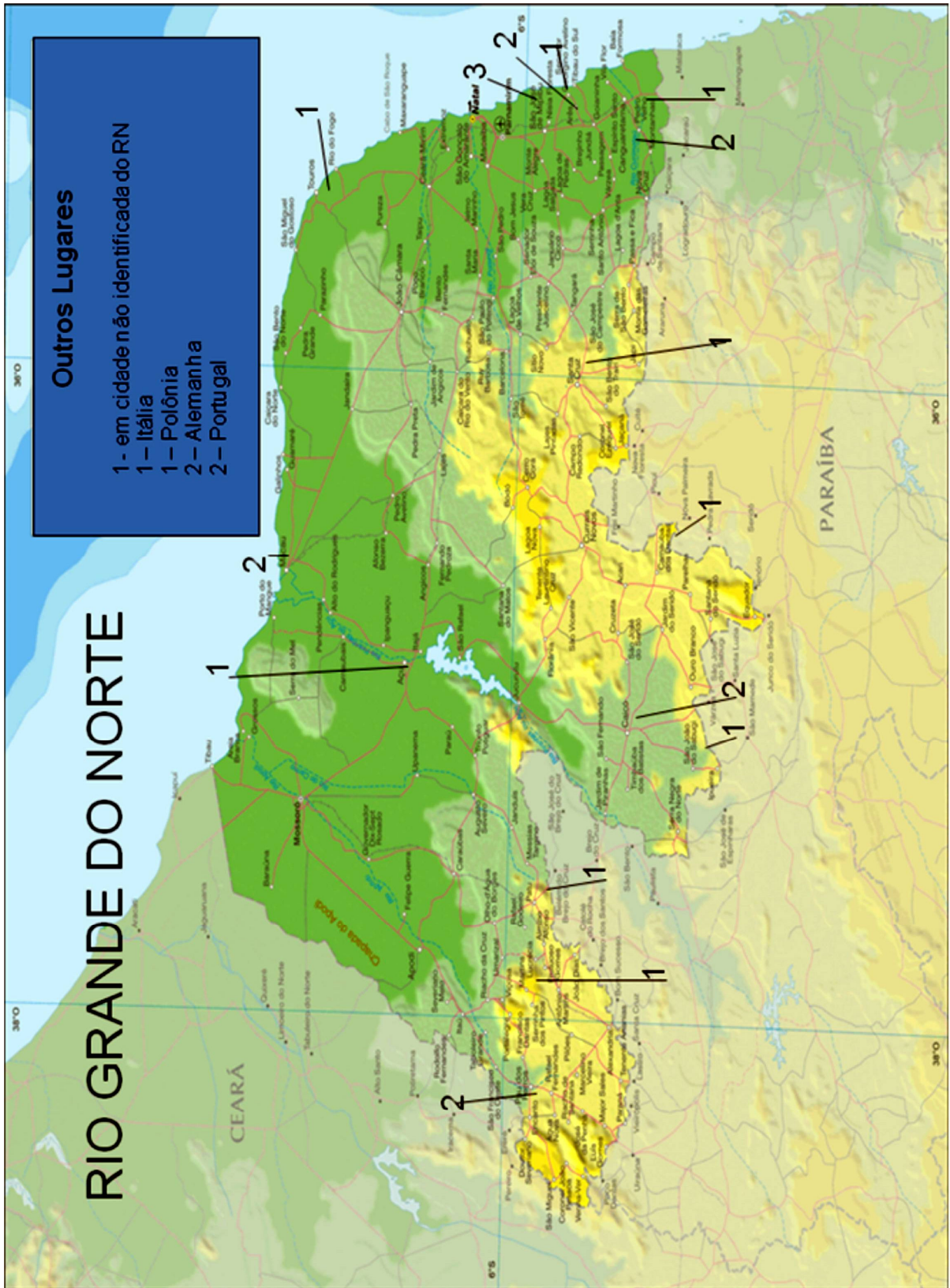
Seminário de João Pessoa	Seminário de Aracaju
141 - 9 (não encontrados) = 132 (sendo 6 estrangeiros)	44 - 4 (não encontrados) = 40
<ul style="list-style-type: none"> 89 – Paraíba (2 da capital e 87 do interior) 23 – Rio Grande do Norte 5 – Ceará 5 – Pernambuco 3 – Piauí 1 – Amazonas 	<ul style="list-style-type: none"> 34 – Sergipe (2 da capital e 32 do interior) 2 – Bahia (interior) 2 – Alagoas (interior) 1- Rio Grande do Sul (interior) 1 – Paraíba (interior)

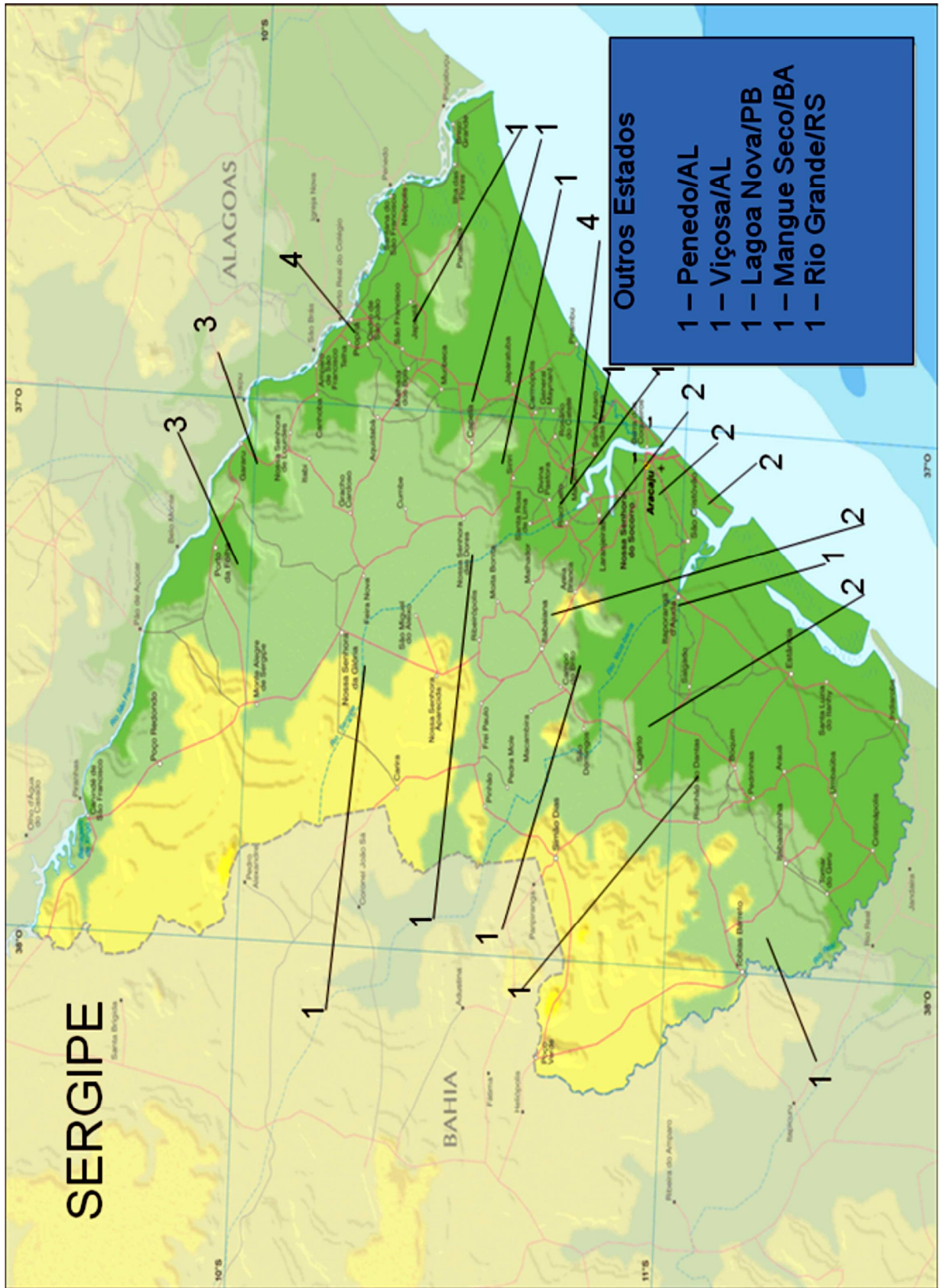
Como mostra o Quadro II, dos 132 Padres oriundos do Seminário de João Pessoa, que têm dados de naturalidade, 89 nasceram na Paraíba; 23, no Rio Grande do Norte (à época, circunscrito à Província Eclesiástica da Paraíba); 5, no Ceará; 5, em

Pernambuco; 3, no Piauí; e 1, no Amazonas, além de seis estrangeiros, sendo 2 da Alemanha, 2 de Portugal, 1 da Itália e 1 da Polônia. Já dos 40 Padres do Seminário de Aracaju, com elementos de Origem, 34 são do próprio Estado de Sergipe; 2 de Alagoas; 2 da Bahia; 1 da Paraíba e 1 do Rio Grande do Sul (este criado em Sergipe desde criança).

Quando se investigam as cidades de nascimento dos Padres, chega-se aos seguintes mapeamentos:







Esses mapas revelam alguns aspectos bastante significativos: o primeiro deles é o fato de os Seminários diocesanos privilegiarem sua circunscrição eclesiástica, embora aceitassem vocacionados de outros Estados. O segundo deles é que, pelas diferentes cidades de origem dos padres, pode-se dizer que a “Obra das Vocações Sacerdotais” atuava em todos os pontos dos Estados: de norte a sul, de leste a oeste. Terceiro é que não há uma cidade com vocação latente, exceto a cidade paraibana de Areia e de suas vizinhas Alagoa Nova e Guarabira, cada uma delas com uma média de 8 Padres. Tal fato pode ser explicado por se tratar da cidade natal do Bispo Dom Adauto e do seu poder de influência. Em Sergipe, as cidades que mais mandaram candidatos ao presbiterato foram Maruim e Propriá (4 cada uma delas), ambas com forte ação da “Obra das Vocações Sacerdotais”. O quarto aspecto é a abertura, por parte de Dom Adauto, à ordenação de religiosos estrangeiros, como foi o caso dos alemães Boaventura Poll e Vicente Blied, dos salesianos Joseph Blangetti, da Itália, e Theophilo Tworz, da Polônia, e dos portugueses Leão Dias Ferreira e José Augusto de Freitas.

Atividade do responsável

No tocante à procedência social, elemento de grande importância para os estudos prosopográficos, pois permite determinar a origem social do indivíduo, os padres ordenados, nos dois Seminários em análise, têm origens familiares muito próximas. Advêm do interior dos Estados e, em sua maioria, são filhos de agricultores, como pode ser notado no Quadro III:

Quadro III

Seminário de João Pessoa		Seminário de Aracaju	
Não identificados	95		25
Agricultor	16		11
Comerciante	7		1
Militar	7		2
Criador	6		1
Bacharel	2		
Desembargador	2		

Naútico	1		
Farmacêutico	1		
Professor	1		1
Funcionário público	1		1
Alfaiate	1		
Costureira	1		
Barqueiro			1
Usineiro			1

Como pode ser notado, estão representadas nos Seminários, embora em menor quantidade, as famílias de comerciantes, profissionais liberais, professores, políticos e funcionários públicos e outras de origens mais humildes, como as de trabalhadores manuais. No Seminário de Sergipe, mesmo que não se tenha a atividade dos responsáveis de todos, os últimos tipos de famílias ficam mais bem evidenciadas, dada a quantidade de alunos-seminaristas que estudavam, gratuitamente, ou enquadravam-se como meio-pensionistas. Uma média de 5 a 6 por ano (LIVRO DE REGISTRO DO SEMINÁRIO..., 1913-1948).

Nota-se, ainda, que as famílias dos Padres do Seminário de João Pessoa demonstram um poder aquisitivo bem maior que a dos Padres do Seminário de Aracaju. De acordo com os registros das doações dos dois Seminários, percebe-se que enquanto as doações, obrigatórias nas primeiras décadas de funcionamento, feitas ao Seminário de João Pessoa constituíam-se de terrenos, sítios e casas, as doações das famílias ao Seminário de Aracaju são muito poucas e constituem-se basicamente de alimentos, açúcar e tecidos. Esse dado mais do que revelar um tipo de doação, mostra a visível contradição em privilegiar alunos pobres exigindo deles doações. É certo que, com o passar do tempo, essas doações não mais aparecem, sendo os Seminários sustentados pelas pensões (mensalidades) referentes a cada aluno pagante ou meio pagante, pelos donativos dos benfeitores e pelas “Obras das Vocações Sacerdotais”.

Idades em que se ordenaram

Um dado que se tornou relevante, ao adentrarmos nas biografias dos padres, está relacionado à idade, como verificado no Quadro IV:

Quadro IV

Seminário de João Pessoa		Seminário de Aracaju	
Idade de ordenação	N. de Padres	Idade de ordenação	N. de Padres
Não identificados	16	Não identificados	2
22 anos	10	22 anos	4
23 anos	26	23 anos	12
24 anos	33	24 anos	14
25 anos	11	25 anos	2
26 anos	16	26 anos	3
27 anos	5	27 anos	1
28 anos	4	28 anos	1
29 anos	9	29 anos	2
30 anos	1	30 anos	1
31 anos	5	35 anos	2
32 anos	3		
36 anos	1		
41 anos	1		

Como mostra o Quadro IV, dos 167 padres (125 no Seminário de João Pessoa e 42 no Seminário de Aracaju) com informações, percebe-se que, com exceção dos 13 seminaristas (11, no Seminário de João Pessoa, e 2, no Seminário de Aracaju) ordenados com 25 anos como mandava o Código de Direito Canônico, muitos tiveram que pedir permissão para se tornarem presbíteros antes. Foram encontrados 99 Padres que se ordenaram antes do permitido, sendo 14 com 22 anos (10, no Seminário de João Pessoa e 4, no Seminário de Aracaju), 38, com 23 anos (26, no Seminário de João Pessoa, e 12, no Seminário de Aracaju) e 47, com 24 anos (33, no Seminário de João Pessoa, e 14, no Seminário de Aracaju). Tais idades de ordenação nos levam a crer que medidas facilitadoras foram tomadas em detrimento do referido Código.

Os outros 55 Padres foram ordenados com idades variadas: 19 com 26 anos (16, no Seminário de João Pessoa, e 3, no Seminário de Aracaju), 6 com 27 anos (5, no Seminário de João Pessoa, e 1, no Seminário de Aracaju), 5 com 28 anos (4, no

Seminário de João Pessoa e 1 no Seminário de Aracaju), 11 com 29 anos (9, no Seminário de João Pessoa, e 2, no Seminário de Aracaju), 2 com 30 anos (1, no Seminário de João Pessoa, e 1, no Seminário de Aracaju), 5 com 31 anos (todos no Seminário de João Pessoa), 3 com 32 anos (todos no Seminário de João Pessoa), 2 com 35 anos (todos no Seminário de Aracaju), 1 com 36 anos (no Seminário de João Pessoa) e 1 com 41 anos (no Seminário de João Pessoa).

Esses números patenteiam um aspecto bastante dúbio: ou tais alunos-seminaristas foram reprovados, ao longo dos anos de acadêmicos ou podem ter descoberto a vocação sacerdotal tardiamente. No caso do Padre ordenado aos 41 anos, tratava-se de Belisário Dantas Correia de Góes, viúvo, pai de 5 filhos, que resolveu ingressar na vida sacerdotal e foi incentivado pelo Bispo Dom Adauto, chegando a ordenar-se e assumir paróquia no Estado da Paraíba e, depois, em São Paulo, o que reforça a plausibilidade da segunda hipótese.

Tais casos permitem afiançar que, devido à circunstância – a pressa em preencher as paróquias vacantes –, houve uma flexibilidade por parte dos Bispos, dos administradores das instituições e mesmo da Santa Sé para que fossem providas as Paróquias vacantes ou mesmo as recém-criadas, bem como para o exercício das funções religiosas e administrativas tão caras à Igreja, naquele período histórico, quando a laicização imperava no Estado brasileiro.

Funções dentro da Igreja

No que se refere à atuação dos padres, ficou evidente o seu desempenho em esferas dentro e fora da Igreja, demonstrando um perfil intelectual atuante. Cabe aqui retomar que a noção de intelectual de Sirinelli (1996, p. 248) não se limita a explicar o indivíduo dedicado às letras, ou mesmo envolvidos na área cultural e educacional. A noção contempla também aqueles que se dedicaram a uma causa, seja na criação, na mediação ou no seu engajamento, e também leva em consideração que “[...] todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.”

Quando se analisam as funções de natureza eclesiástica exercidas “dentro da Igreja”, o universo interpretado fica em torno de 126 Padres (89, do Seminário de João Pessoa, e 37, do Seminário de Aracaju). Ao ter como ofício principal o sacerdotal,

identificado pelo trabalho pastoral, na Igreja ou nas missões, o Padre também atuava na administração da Igreja, a exemplo de Secretário do (Arce)bispo, Membro do Cabido Diocesano, Coadjutor, Cura, Capelão, Gerente/Diretor de Jornal Diocesano, Professor, Reitor, Vice-reitor, Diretor Espiritual e Ecônomo de Seminários e de Escolas Diocesanas. Funções essas que os tornavam membros da hierarquia católica, bem como de uma elite eclesiástica. Assim, são poucos os que apenas assumiram uma paróquia, lá se mantendo sem nenhuma outra função. Isso demonstra, no mínimo, um engajamento à Igreja, afinal ele é próprio do intelectual que se propõe defender uma causa, nesse caso, o catolicismo como religião oficial de um país laico.

O trabalho inerente ao sacerdócio, quer à frente de uma paróquia ou capela, quer no exercício de um cargo, na hierarquia eclesiástica, demonstra também uma ação mediadora, caracterizada pelas homilias e decisões tomadas pertinentes a cada função. A mediação, assim, vai além da relação homem-Deus, ela também se dá na relação homem-homem, ou melhor, padre-homem. E se considerarmos que cada uma dessas funções só pode ser exercida, única e exclusivamente, pelo Padre, ainda mais evidente se tornam esses vieses engajador/mediador. Como Secretário do (Arce)bispo, o Padre participava do cotidiano e da burocracia da Diocese, ficava a par das suas deliberações, e como Membro do Cabido Diocesano participava delas, com poder de mando. Enquanto Coadjutor, o padre assessorava o sacerdote ou bispo titular, compartilhando, por vezes, de suas decisões políticas.

Como Cura, Abade ou Prior, o padre assegurava a uma comunidade de fiéis a pregação da palavra de Deus, da liturgia e da caridade. Enquanto Capelão lhe era confiado o cuidado pastoral de uma comunidade ou grupo de fiéis (casa religiosa, hospital, estabelecimento prisional, militar, de embarcação). Já como Gerente ou Diretor de Jornal Diocesano, o padre era um interlocutor das decisões da Igreja aos seus fiéis. Na condição de Reitor e Vice-reitor, o padre era aquele a quem o bispo confiava a administração e, conseqüentemente, a divulgação dos ideais católicos. Já como Diretor Espiritual, o padre atuava como moderador ou responsável pela orientação dos seminaristas e fiéis, enquanto Ecônomo cuidava dos assuntos econômicos da Diocese, bem como da administração de seus bens.

Tais atividades eclesiásticas responderam por uma atuação intelectual, na qual o engajamento e mesmo a mediação do modo de ser e viver que propunha a Igreja tornou-se real. Por certo, o caráter letrado, tão comumente atribuído ao intelectual, não

aparece, senão pela capacidade administrativa de cada um dos cargos ou funções exercidas. A triagem, entretanto, feita pelos padres, até a escolha de um para assumir o cargo ou função, nos leva a crer que o escolhido possuía qualidades superiores e, no mínimo, um reconhecimento de um talento atrelado ao enobrecimento da instituição Igreja Católica Apostólica Romana, o que evidencia, sobremaneira, o caráter intelectual engajador.

Um outro fato que corrobora com a atuação engajadora/mediadora dos Padres ordenados pelo Seminário de João Pessoa e pelo Seminário de Aracaju é a sagração dos 8 Padres (6 da Paraíba e 2 de Sergipe) que foram eleitos bispos para dioceses nordestinas. São eles: José Tomás Gomes da Silva (bispo de Aracaju/SE); Manuel Antonio de Paiva (bispo de Ilhéus/BA e depois de Garanhuns/PE); João Irineu Jofilly (bispo auxiliar de Olinda e Recife/PE, de Séfetula, depois de Mariana/MG, Belém/PA e Anasartha); Moyses Sizenando Coelho (bispo de Cajazeiras/PE e depois arcebispo de Barea); José de Medeiros Delgado (bispo de Caicó/RN, depois Arcebispo de São Luiz/MA e Fortaleza/CE) e Carlos Coelho (bispo de Nazaré da Mata/PE, Niterói/RJ e Arcebispo de Olinda e Recife/PE). Do Seminário de Aracaju, foram eleitos bispos: Mário de Miranda Vilas-Bôas (bispo auxiliar de Salvador e depois Arcebispo de João Pessoa/PB) e Avelar Brandão Vilela (bispo de Petrolina/PE, Terezina/PI e Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil).

Esses bispos, como pode ser comprovado através dos Anexos I e II, tiveram atuação sacerdotal destacada, contribuindo com cada “território” em que esteve representando a Igreja. Seus itinerários, suas ações e realizações eclesiais permitem aprofundar sua participação multifacetada em que, ao ofício eclesial, estavam consorciadas implicações culturais, educacionais, assistenciais, dentre outras.

Dignidades eclesiais

O bom desempenho das funções do padre era laureado não somente com postos na hierarquia eclesial, mas também com títulos honoríficos denominados “dignidades eclesiais”, atribuídas pelo Papa, mediante pedido do Bispo. Vale ressaltar que, aquela época, os títulos de Cônego, Monsenhor, Camareiro Secreto, dentre outros, são vitalícios, de número limitado e concedidos de acordo não só com o desempenho de suas funções, mas principalmente com o grau de comprometimento com a causa da Igreja. Fatos que explicariam que “As elites também se definem não só pelo

seu poder e pela sua influência intrínseca, como também pela própria imagem, que o espelho social reflete.” (SIRINELLI, 1996, p. 262).

Assim, do universo de 71 dos quais foi possível colher informações (51 do Seminário de João Pessoa e 20 do Seminário de Aracaju), 51 (32 do Seminário de João Pessoa e 19 do Seminário de Aracaju) receberam honraria. Tais números são suficientes para assegurar que as avaliações honrosas dos Padres feitas pelos Bispos das duas dioceses foram boas, demonstrando, assim, o engajamento desses Padres à causa da Igreja Católica.

O eminente viés educador

Ainda no campo “funções dentro da Igreja”, percebe-se que, do universo de 126 padres que foram encontradas informações, 52 (28, do Seminário de João Pessoa, e 24, do Seminário de Aracaju) foram professores de Seminários ou colégios diocesanos, tendo alguns deles também assumindo a função de Diretor de Escola. Tal dado nos revela mais do que uma predisposição ou mesmo preparação para o trabalho educacional, revela o empenho em atuar, na área que melhor germina, o trabalho religioso, o trabalho catequético. O que me autoriza a dizer que a formação sacerdotal do Padre, do período analisado, expressa uma forte tendência ao trabalho educacional escolar.

Vale aqui registrar a atuação dos que tiveram carreira notável no Seminário de João Pessoa e nas escolas confessionais da Paraíba, como foi o caso de Álvaro César Falcão, José Tomás Gomes da Silva, Leão Fernandes de Queiroz, Abdias da Fonseca Leal, Manuel Maria d’Almeida Albuquerque, Nicodemos Neves da Costa, Fernando Lopes e Silva e Alfredo Pegado de Castro. No Seminário de Aracaju, identificamos José Augusto da Rocha Lima, Lauro de Souza Fraga, Domingos Fonseca, Gileno Francisco de Jesus, Avelar Brandão Vilela, José de Araújo Machado, Jugurta Feitosa Franco, Pedro Oliveira e José Alves de Castro que, assim como os padres da Paraíba, tiveram atuação destacada de professor tanto no Seminário de Aracaju como em escolas confessionais e leigas, sendo assim reconhecidos por seus pares e pela sociedade à qual serviam (Anexos I e II).

No trabalho educacional, também se revelaram verdadeiros intelectuais criadores, como foi o caso de José Tomás Gomes da Silva (que fundou o Seminário de Aracaju e auxiliou na manutenção de vários colégios em Sergipe); José de Medeiros

Delgado (que criou o Seminário Santo Cura d’Ars, em Caicó/RN, e três grandes estabelecimentos de ensino, no Rio Grande do Norte e ajudou na implantação da Universidade do Maranhão, dentre outras), Bianor Emílio Aranha (que criou um Colégio em Paranaíba/PI) e Emiliano de Cristo (que criou o Ginásio de Nossa Senhora da Luz e a Escola Técnica de Comércio em Guarabira/PB).

O Estado de Sergipe também contou com intelectuais criadores, como foi o caso de Agnaldo Galvão Leal (que fundou a Escola de Serviço Social em Belo Horizonte, incorporada à Universidade Católica de Belo Horizonte); Avelar Brandão Vilela (criador do Movimento de Assistência às Empregadas Domésticas e que fez vários pronunciamentos acerca das questões religiosas, envolvendo temas como: A Imprensa, a Política, a Luta de Classes, a Sociedade, a Juventude, a Violência, a relação entre a Igreja e o Estado, o Planejamento Familiar, a Paz, a Liberdade, a Morte, o Trabalho, a Justiça, o Diálogo, o Direito de Expressão, o Processo, a Pena de Morte, a Usina de Paulo Afonso, a Integração entre o Bispo e o Colegiado, a Dignidade, os Povos, a Ação da Igreja e o Casamento, além de fundar o Centro Pio XI, em Teresina/PI, e de manter Crônicas no Rádio e uma coluna semanal no Jornal “A Tarde”, de Salvador/BA).

Houve ainda o Padre Eraldo Barbosa de Almeida (instalou, no edifício Pio XII, a escola Paroquial, serviços médicos e um cine teatro, deixando em construção a Maternidade São José); João Moreira Lima (crítico severo do Partido Comunista Brasileiro e da União Democrática Nacional, apoiada pelos comunistas, nas eleições de 1947, sendo participante ativo nos sindicatos rurais de Sergipe, fundou a Escola de Líderes Operários e a Ação Solidária de Trabalhadores de Aracajú/SE, administrou a renda dos cinemas Vitória e Vera Cruz para pagamento dos professores do Educandário Cristo Rei; fundou a Ação Social da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e auxiliou outras Paróquias a fazer o mesmo); José Augusto da Rocha Lima (fundador da Academia Sergipana de Letras (cadeira 04), sendo seu Presidente (1942-1945), e fundador da Sociedade Franco-Brasileira, mantenedora da Aliança Francesa); Lauro de Souza Fraga (fundou o jornal "O Santo Antonio", na paróquia que leva o mesmo nome em Aracaju/SE); Manuel Dias Guimarães (fundou o Jornal "Boa Nova", posterior "A Cruzada") e Miguel Monteiro Barbosa (que organizou a Biblioteca Pública Paroquial Ceciliano de Andrade, da cidade de Nossa Senhora das Dores, e o serviço de auto-falantes Vera Cruz, em 1948, na mesma cidade).

Se se leva em consideração que a identidade cultural de uma instituição também está associada ao desempenho de seus atores, e de como suas implicações culturais e escolares afetam os territórios onde atuam, é possível afirmar que tais criações, variadas em sua natureza, tiveram poder de ressonância, quando os padres disseminaram a cultura católica nos grupos e nos “territórios” aos quais eles pertenciam. Foi assim com as comunidades a que serviam como pastor; com os colégios que dirigiam ou onde lecionavam, com os jornais, com os serviços culturais e com as Academias de Letras e Institutos Históricos.

Funções fora da Igreja

No tocante aos ofícios para além dos eclesiásticos, do total de 185 Padres, foram encontradas informações acerca de 65 (44, no Seminário de João Pessoa, e 21, do Seminário de Aracaju) e a tendência à educação escolar também foi evidenciada, fosse lecionando (29 Padres-professores oriundos do Seminário de João Pessoa e 14 do Seminário de Aracaju), fosse dirigindo colégios (19 do Seminário de João Pessoa e 3 do Seminário de Aracaju). Dentre os colégios não confessionais que os Padres-professores ensinaram, encontram-se, Liceus, Ateneus, Colégios estaduais e mesmo Faculdades, como é o caso da Universidade Federal da Paraíba (onde lecionou Francisco Gomes de Lima, do Seminário de João Pessoa); da Faculdade de Direito de Sergipe (onde era professor Alberto Bragança de Azevedo); da Faculdade de Serviço Social, de Belo Horizonte/MG e da Escola de Polícia (onde ministrou aulas Agnaldo Galvão Leal) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (onde era Professor de Sociologia Aurélio Vasconcelos de Almeida que também foi funcionário Público Federal (Inspetor de Ensino Secundário e Técnico em Assuntos Educacionais).

Há que se registrar a atuação dos Padres Florentino Barbosa Nogueira Paz, Manuel Antônio de Paiva, Leão Fernandes, Nicodemos Neves da Costa, Moyses Sizenando Coelho e Odilon da Silva Coutinho, do Seminário de João Pessoa, que tiveram carreira bem sucedida nas escolas da Paraíba, fossem confessionais ou leigas. Houve ainda aqueles que assumiram posições destacadas, na administração pública, como foi o caso de João Batista Milanês (Diretor da Instrução Pública, na Paraíba); Mathias da Silva Freire, (que, dentre outras funções, também foi Diretor da Instrução Pública, na Paraíba) e Pedro Anízio Bezerra Dantas (Diretor do Departamento de

Educação da Paraíba e fundador da Escola Profissional Pe. Anchieta e do Círculo Operário Católico, na Paraíba).

Imprensa

Uma outra evidência que compõe o perfil do Padre dos dois Seminários é o seu envolvimento com imprensa. O exercício jornalístico esteve presente na vida desses padres, desde os tempos de seminaristas. Foi assim no Seminário de João Pessoa, quando o ainda seminarista José da Silva Coutinho criou o “Jornal” manuscrito semanal “O Lábaro”, depois transformado na Revista mensal “A Luz”. E foi assim no Seminário de Aracaju, com o jornal dos seminaristas, que, apesar de não ter sido encontrado, é possível afirmar, com base nas anotações do Livro de Registro do Seminário, que era um “jornal” manuscrito, distribuído internamente, com pouco tempo de circulação, mas que representou um espaço de socialização, onde os seminaristas expunham suas idéias.

Já ordenados, alguns Padres dedicaram-se ainda mais à imprensa, fosse dirigindo Jornais, na redação, ou mesmo escrevendo artigos. Por certo, seu desempenho estava relacionado à defesa da Igreja Católica, em detrimento das outras crenças e religiões. Isso pode ser percebido pelo representativo número dos que seguiram o jornalismo (16 do Seminário de João Pessoa e 06 do Seminário de Aracaju), ou mesmo pela qualidade dos artigos de jornais e, ainda, pela sua execução, tornando-se extremamente dedicados. A editoração, a organização, a redação são reveladoras do profissionalismo dos que se dedicaram ao ofício. Assim, tanto o Jornal “A Imprensa”, da Diocese de João Pessoa, quanto o “Boletim Diocesano”, que se transformou no Jornal “A Cruzada”, da Diocese de Aracaju, são mídias impressas que cumpriram com sua incumbência mediadora, inclusive aquela de treinar os Levitas para o exercício da boa argumentação. Afinal, um jornal ou mesmo uma revista é, antes de tudo, um “lugar” de fermentação intelectual.

Existiram, ainda, aqueles que contribuíram com jornais leigos, como foi o caso dos formados pelo Seminário de João Pessoa, Mathias da Silva Freire (colaborou com o Jornal “A União”) e José de Medeiros Delgado (membro da Associação Cearense de Imprensa) e Agnaldo Galvão Leal e Edgard de Brito, ambos formados pelo Seminário da Diocese de Aracaju (escreveram respectivamente para os Jornais “Diário de Sergipe” e “Estado de Sergipe”). O padre Edgar, inclusive, adquiriu este último Jornal e lhe deu o

nome de “Folha da Manhã”. Houve, ainda, Lauro de Souza Fraga (que fundou o jornal "O Santo Antonio", na paróquia que leva o mesmo nome, em Aracaju/SE).

Política

Embora a orientação da Igreja, naquele momento histórico, fosse de não se envolver partidariamente, limitando-se às esferas espiritual, social e educacional, o engajamento na política, apesar de ter sido minorado, quando comparado ao Brasil Império, também constou no perfil identitário dos Padres da Paraíba e Sergipe. Na Paraíba, com exceção daqueles que agiam nos bastidores, foram 6 os envolvidos nessa área: 3 líderes políticos (José João Pessoa da Costa, em São Miguel do Taípu/PB, Simeão Fileto da Costa, em Itabaiana/PB, e Aristides Ferreira da Cruz, na Capital da Paraíba, este morto pela Coluna Prestes), 1 Senador pelo Estado do Pará (Luiz Borges de Salles), e 4 Deputados Estaduais (Joaquim Cyrilo de Sá, eleito em sete legislaturas; Odilon da Silva Coutinho; Alfredo Pegado de Castro e Mathias da Silva Freire, sendo que esse último também foi Deputado Federal pela Paraíba).

Em Sergipe, contudo, os Deputados Estaduais foram apenas 2 (Edgar de Brito, um dos deputados constituintes da Constituição sergipana, de 1934, e Miguel Monteiro Barbosa), 1 Deputado Federal (Carlos Camélio Costa) e 2 prefeitos de cidades do interior do Estado (Evêncio Guimarães, em Japoatã/SE, e Manuel Vieira dos Santos, em Itabaianinha/SE).

Vale aqui registrar que Edgar de Brito, como Deputado Estadual, lutou pela inserção do nome de Deus, na Constituição, tendo sido relator do Título VI, do Projeto de Constituição referente à “Família, Educação e Cultura”. Propugnou, ainda, pelo ensino religioso nas Escolas e, na qualidade de líder político e comunitário, fundou colégios gratuitos, escolas domésticas, casas de cooperação e de recreação.

Assistência social

A Assistência Social, cujo envolvimento dos Padres, em geral, é notório, teve representantes advindos do Seminário de João Pessoa e do Seminário de Aracaju. Do Seminário paraibano, aparecem Antonio Trigueiro de Brito (Regente de Abrigo dos Menores Jesus de Nazaré, na capital paraibana); José da Silva Coutinho (chefe do Serviço de Assistência Social, do Estado da Paraíba, que se tornou famoso pelas Obras Sociais na Paraíba) e José de Medeiros Delgado (criador da rede “Escola de Pobre”, na

Diocese de Caicó, que formava profissionalmente crianças do segmento popular), além de Francisco Gomes de Lima (Assistente Eclesiástico da Federação dos Círculos Operários Católicos da Paraíba). Do Seminário Sergipano, despontam Antônio de Barros Padilha (criador da Escola Agrícola de Riachuelo/SE e de outras instituições de finalidades sociais); Eraldo Barbosa de Almeida (administrador do Hospital de Caridade São Pedro e da Maternidade São Vicente de Paula, em Capela, e criador do conjunto assistencial Ercília Dantas Vieira) e o Padre Pedro Oliveira (eleito “Sergipano do Século”, por eleição popular, e considerado o mais caridoso dos Padres de Dom José), além do Padre João Moreira Lima (grande mentor do Círculo Operário Católico, em Sergipe). Tais Padres, assim como outros, como pode ser observado nos Anexos I e II, tiveram suas vidas eclesiais dedicadas à ação eminentemente caritativa, dando ao *status* eclesial o maior atributo de sua missão: o altruísmo.

Outra formação acadêmica

Ao se deparar com os cargos ou funções exercidas pelos Padres, dentro e fora da Igreja, é possível entender, ainda mais, o raio de ação da formação intelectual, ministrada no Seminário de João Pessoa e no Seminário de Aracaju. Noutras palavras, é possível entender mais e melhor o resultado ou produto do modelo escolar desenvolvido nos dois Seminários.

À primeira vista, os cargos que os padres exerciam fora da Igreja estavam associados a uma outra formação acadêmica. Entretanto, quando se analisa o campo “outra formação” (Anexos I e II), percebe-se que, do total de 29 Padres com dados (14 do Seminário de João Pessoa e 15 do Seminário de Aracaju), apenas 6 (2 do Seminário de João Pessoa e 4 do Seminário de Aracaju) obtiveram uma segunda formação e, coincidentemente ou não, a de bacharel em Direito (2 do Seminário de João Pessoa e 4 do Seminário de Aracaju, sendo que um destes também foi pedagogo).

Quando adentramos nas biografias desses padres, percebemos, de fato, a carreira notória que tiveram: Francisco Gomes de Lima, do Seminário de João Pessoa (além das funções exclusivas de sacerdote, conforme anexo I), foi Diretor do Ginásio Pio XI, em Campina Grande/PB (1933); Diretor do Ginásio Pio X, na Capital da Paraíba (1935); Professor da Escola Normal Santa Rita, de Areia/PB (1941-1948); Diretor e Professor do Ginásio Santa Rita - Areia/Pb (1946-1948); Professor do Colégio Nossa Senhora Lourdes, na Capital da Paraíba (1948-1952); Professor do Instituto de

Filosofia das Lourdinias, Professor do Liceu Paraibano; Professor Catedrático da Universidade Federal da Paraíba e Diretor da Biblioteca Pública do Estado da Paraíba e Lúcio Gomes Gambarra (que embora tenha assumido funções na hierarquia da Igreja, não deixou maiores informações sobre sua carreira, pois foi incardinado à Diocese do Rio de Janeiro).

Do Seminário de Aracaju, destacam-se Alberto Bragança de Azevedo (Professor de Latim, do Colégio Atheneu Sergipense, tradutor de obras de francês; advogado da Diocese e professor da Faculdade de Direito de Sergipe); Aurélio Vasconcelos de Almeida (como funcionário Público Federal, foi inspetor de Ensino Secundário e Técnico em Assuntos Educacionais; Professor de Latim, no Ginásio São Paulo; e Professor de Sociologia, na PUC de Campinas/SP (1950); Gileno Francisco de Jesus (que abandonou o sacerdócio e tornou-se, além de advogado, professor de História do Colégio Tobias Barreto) e José Augusto da Rocha Lima (que também deixou o sacerdócio e dedicou-se a área educacional, tornando-se professor de História Geral, Português, Literatura e Educação Moral e Cívica, da Escola Normal Rui Barbosa (1926 - 1930); assistente técnico geral da Diretoria de Instrução Pública (1931 - 1942); membro efetivo do Conselho de Educação do Estado (1936), professor de Pedagogia, Psicologia e Pedagogia do curso de aperfeiçoamento para professores, Psicologia das seções pré-politécnica, pré-médica e pré-jurídica, do curso complementar do Atheneu Pedro II (1937-1939), professor de Latim para o curso pré-jurístico, do curso complementar do Ateneu Sergipense, de Português, no curso fundamental, e de Literatura, no curso clássico, além de diretor (1942-1944) do mesmo colégio; examinador em concurso de História e Latim para o Instituto Pedagógico Rui Barbosa e, em concurso de Português, Francês, História, Geografia e Latim, no Colégio Estadual de Sergipe. Foi também professor do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - Salvador/BA, na década de 1950).

Tais itinerários nos levam a crer que à carreira sacerdotal podia-se somar uma outra, mas que não estava necessariamente atrelada ao desenvolvimento das atribuições sacerdotais. Isso se justifica pelo fato de que Padres, sem uma outra formação, também desempenharam papéis importantes fora da Igreja. Como exemplos, podemos citar todos os que seguiram carreira política e mais Joaquim Honório da Silveira Canuto; João Batista Milanez; Mathias da Silva Freire; Florentino Barbosa Nogueira Paz; João de Deus Mindello da Cruz; Severino Cavalcante de Miranda; Emíliano de Christo;

Antonio Trigueiro de Britto, todos do Seminário de João Pessoa, e Eraldo Barbosa de Almeida, José Alves de Castro; José de Araújo Machado, Lauro de Souza Franco e Pedro Oliveira, do Seminário de Aracaju (Anexos I e II).

Pode-se afirmar, desse modo, que Padres, no Nordeste do Brasil, exerceram funções intelectualmente múltiplas. Além da carreira sacerdotal, atuaram na imprensa, na política, nos foros e, principalmente, nas salas de aulas e na direção de colégios, adquirindo notoriedade fora do púlpito. Por certo, não foram muitos, mas foram suficiente para dar à carreira sacerdotal, de cada um desses Padres, um desempenho melhor e o engrandecimento da instituição que representavam – a Igreja Católica Apostólica Romana.

Vínculos com entidades culturais

Um outro traço que se revela do perfil do novo Padre é o interesse pela área cultural. Assim como o jornalismo, iniciativas culturais já vinham sendo desenvolvidas dentro dos muros dos Seminários. No Seminário de João Pessoa, como já frisado, foi criada pelo seminarista José da Silva Coutinho “A Sociedade de Proteção à Biblioteca São Thomas de Aquino” que, além de cuidar e encadernar os livros já existentes, fazia campanhas de arrecadação de impressos. Foi dele também a idéia da “Bodega”, espécie de Cooperativa Escolar, e da Orquestra Sinfônica do Seminário. No Seminário de Aracaju, por sua vez, esse tipo de empreendimento também pode ser percebido. Sob o comando do Seminarista José Augusto da Rocha Lima, foi criada a Academia Literária São Thomas de Aquino, um meio de tirar os seminaristas da rotina e incentivá-los ao mundo das letras e, a partir dela, outras iniciativas foram executadas, a exemplo da implantação de um projeto de crítica literária.

Já fora dos muros dos Seminários, ficou ainda mais manifesta essa esguelha cultural. Do universo de 185 Padres, 20 (15, do Seminário de João Pessoa, e 5, do Seminário de Aracaju) tiveram envolvimento com entidades culturais, a exemplo dos Institutos Históricos e Geográficos e das Academias de Letras, sem incluir aqueles que estiveram envolvidos na fundação de escolas e de centros culturais como as Academias Literárias. Na Paraíba, têm-se os exemplos de José Tomás Gomes da Silva, Manoel Antonio de Paiva, Francisco Severiano de Figueiredo, João Alfredo da Cruz, Odilon da Silva Coutinho, Álvaro César Falcão, João de Deus Mindello da Cruz, todos sócios do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e Mathias da Silva Freire, Pedro Anízio

Bezerra Dantas e Francisco Gomes de Lima que, além de sócios do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, foram membros da Academia de Letras daquele Estado. (Anexo I).

Em Aracaju, também é evidente a participação de Padres na criação de instituições culturais, como foram os casos de José Augusto da Rocha Lima, (sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membro fundador da Academia Sergipana de Letras e também fundador da Sociedade Franco-Brasileira, mantenedora da Aliança Francesa); Domingos Fonseca de Almeida e Avelar Brandão Vilela (também sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sendo este último membro da Academia Baiana de Letras). Também foram membros da Academia Sergipana de Letras: Carlos Camélio Costa e Mário de Miranda Vilas-Boas (Anexo II).

Desse modo, a participação dos padres dos dois Estados, nos mesmos tipos de instituições, patenteia o juízo que se tem do novo perfil identitário: tratava-se de padres que, embora tivessem a pastoral por missão original, tinham, no engajamento cultural, um meio de elevar a entidade religiosa e, por isso, possivelmente, recrutar mais fiéis.

Produção intelectual

O fato de padres enveredarem pelas letras, pela seara intelectual de ler e escrever, escrevendo além de suas homilias, trabalhos apologéticos, livros de memórias, romances, trabalhos históricos e mesmo trabalhos acadêmicos, afora as cartas pastorais daqueles que chegaram ao bispado, coloca ainda mais em evidência a veia intelectual criadora.

De acordo com Sirinelli,

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer táboa raza. (SIRINELLI, 1996, p. 254-255).

Assim sendo, nomes como o de Francisco Gomes de Lima, Pedro Anízio Bezerra Dantas, Francisco Severiano de Figueiredo, José Tibúrcio de Souza Miranda e José de Medeiros Delgado, ordenados pelo Seminário de João Pessoa, e nomes como o de Floduardo de Brito Fontes, Mário de Miranda Vilas-Bôas, Avelar Brandão Vilela, Aurélio Vasconcelos de Almeida e João Moreira Lima, ordenados pelo Seminário de Aracaju são expressivos no que se refere à escrita da história, no Nordeste brasileiro.

Francisco Gomes de Lima escreveu para vários periódicos, a exemplo de: *Era Nova*, *Manaira*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, *Revista da Academia Paraibana de Letras*, *Revista da Faculdade de Filosofia da UFPB*, *Jornal "A Imprensa"*, e em outros órgãos de imprensa do Estado. Alguns dos escritos estão sob o pseudônimo de Marquês de Caraval. Ele escreveu, ainda, em três volumes, *Dom Adauto: subsídios biográficos*, pela "A Imprensa Editora", de João Pessoa, em 1956.

Pedro Anízio Bezerra Dantas escreveu *A religião e o progresso social*. (Paraíba: Imprensa Oficial, 1923), *Estudos filosóficos* (Paraíba: Imprensa Oficial, 1925), *A filosofia tomista e o agnosticismo contemporâneo* (Paraíba: Imprensa Oficial, 1928), *Tratado de pedagogia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934), *Compendio de Pedagogia e psicologia experimental* (Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937), *Sociologia evolucionista e sociologia cristã* (João Pessoa: Ed. Teone S/A, 1955) e *A Igreja, reino de Deus na terra* (João Pessoa: A Imprensa, 1966) e *A idéia de Deus através dos séculos*.

Francisco Severiano de Figueiredo escreveu *A diocese da Paraíba do Norte* (Parayba do Norte: Typ. da imprensa, 1906), *Anuário eclesiástico da Parayba do Norte (1884-1918)* (Parayba do Norte: Torre Eiffel, 1919, v. 1 e 2) e *Gramática Latina* e folhetos contendo sermões e assuntos de divulgação católica.

José Tibúrcio de Souza Miranda escreveu o ensaio ascético *Como ser casto*. (Salvador, Ed. Mensageiro da Fé, 1919), o drama: *Independência ou morte!* (Paraíba: Imprensa Oficial, 1922) e *Pedagogia popular do catecismo* (Rio de Janeiro: ABC, 1939).

José de Medeiros Delgado escreveu, além das cartas pastorais, os opúsculos: *Magia do amor*, *Leis do amor*, *Faculdades de medicina*, *Mensagem de pentecostes*, *Problema da terra*, *Problema do desemprego* e os Livros: *O homem e a comunidade*, 1956; *Reflexões sobre a santidade*, 1965; *Juazeiro, padre Cícero e Canindé*, 1968; *Evangelho, fé e concílio*, 1966; *O homem, o sacerdócio e o sexo*, 1969; *Igreja, fé e pastoral*, 1969; *O cristão, a vocação e a prática do amor*, 1969; *Igreja, liberdade e mundo moderno*, 1970; *Padre Cícero: mártir da disciplina*, 1970; *Testemunho*, 1971; *Pedaços de mim mesmo*, 1973; *Memórias da graça divina*, 1978; *Deus e a Igreja em você*, 1979 (em comemoração dos 50 anos de sacerdócio); *Tapetes de mistério*, 1980; *O teu ser*, 1981; *Somos irmãos*, 1982; *Carta a um amigo excomungado*, 1983; *A carta do amor*, 1984; Escreveu ainda colunas nos seguintes jornais: *A Ordem* de Natal/RN; *O*

Imparcial, dos Diários Associados e o Jornal do Maranhão, da Arquidiocese de São Luiz/MA; *O Nordeste*, da Arquidiocese do Ceará; *O Povo* e *A Tribuna de Fortaleza/CE*, *A Imprensa*, Jornal da Arquidiocese da Paraíba e *Idade Nova*, da Paróquia de Campina Grande/PB.

Houve, também, Mathias da Silva Freire, autor do Livro de Sonetos *Alma e Coração* (publicado pela Santa Cruz); João de Deus Mindello da Cruz que publicou Sermões e discursos em folhetos, em revistas e jornais, além de várias produções poéticas, e Nicodemos Neves da Costa que escreveu *A inquisição na Paraíba* (Paraíba: A Imprensa, 1922).

Do Seminário de Aracaju, têm-se os padres escritores Floduardo de Brito que escreveu alguns artigos com o pseudônimo de Luiz Tarcisio; Mário de Miranda Villas-Bôas que publicou *Sermões e discursos* (Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1970) e *Antologia* (Aracaju: Governo do Estado/Segrase, 1977), além de suas Cartas Pastorais e outros escritos, evocando sua vida em Sergipe.

José Augusto da Rocha Lima escreveu relatórios, discursos, conferências, dentre outras coisas, destacando-se o Relatório sobre os processos de ensino de Lourenço Filho (impresso na Imprensa Oficial), o Discurso de recepção ao bacharel Costa Filho, na Academia Sergipana de Letras, e *Os pais na vida moderna*, *Getúlio Vargas, o problema do ensino primário e o ensino secundário*. Fez, também, um estudo sobre as origens de Sergipe e da Bahia, o discurso de saudação ao acadêmico João Evangelista Cajueiro e um discurso como paraninfo, nos 25 anos de missão educativa, do Colégio Jackson de Figueiredo.

Aurélio Vasconcelos de Almeida publicou várias obras, destacando o *Padre Gaspar Lourenço* que empreendeu a Catequese em Sergipe (1975); *Representação de Sergipe no Parlamento Nacional* e o *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*, em três volumes, e Domingos Fonseca de Almeida que escreveu vários Sermões, Discursos e Conferências, revelou-se um escritor acatado, o que o levou a ser membro da Academia Sergipana de Letras, onde ocupou a Cadeira 29.

Tais escritos ou produções intelectuais, tanto dos Padres formados pelo Seminário de João Pessoa quanto dos formados pelo Seminário de Aracaju, denotam mais do que referências de padres cultos que escreviam, revelam as implicações da cultura, da ação e das representações escolares e educacionais e do modelo escolar desenvolvido nos Seminários, que se destinavam à formação de padres com cultura

geral e erudita. Suas obras, várias e variadas, em sua forma e conteúdo, dizem muito do escritor, de suas pretensões e de suas utilidades mentais, bem assim de sua casa de formação e de suas aprendizagens culturais e doutrinárias.

Permanência no sacerdócio

Um outro dado relevante para a construção da identidade dos dois Seminários em estudo está relacionado à permanência dos padres no sacerdócio. Dos 185 padres (141, do Seminário de João Pessoa, e 46, do Seminário de Aracaju), não foram encontrados dados de 74 (do Seminário de João Pessoa) e dos 102 com informações (67 do Seminário de João Pessoa e 35 do Seminário de Aracaju) apenas 4 (do Seminário de Aracaju) abandonaram a vida eclesial.

O celibato, tão caro à Igreja Católica, não fez parte do rol de investigações dessa tese. Embora fundamental para atestarmos a idoneidade, a santidade a que se propunham e mesmo a fidelidade ao sacerdócio, a castidade não está, necessariamente, relacionada à atuação intelectual dos padres. De modo que, embora existam indícios orais de que alguns padres não respeitaram tal norma, o fato não se tornou relevante para a defesa desta tese.

Assim sendo, pelo percentual mínimo de Padres que deixaram o sacerdócio (apenas os 4 do Seminário de Aracaju), pelas funções exercidas dentro e fora da Igreja e pela quantidade de Padres que receberam títulos da hierarquia da Igreja, percebe-se que se trata de sacerdotes que seguiram os ensinamentos teológicos e tiveram itinerários condizentes com as orientações gerais e doutrinárias da Igreja Católica Apostólica Romana.

Se ainda considerarmos a diminuta mobilidade geográfica dos Padres das duas Dioceses, fica claro o envolvimento com a região Nordeste. Quer para suprir as vacâncias existentes na região, quer pelo grau de conhecimentos das problemáticas locais, os Padres de Dom Aduino e de Dom José mantiveram-se fiéis à origem e ao programa doutrinário da Igreja Católica, no Nordeste do Brasil.

Tais referências, em sua universalidade, atestam ou indicam a dimensão que corrobora a proposta de um perfil de Padre, com funções múltiplas, em que a missão pastoral está associada a outros tipos de trabalho, fosse dentro ou fora da Igreja, fosse nas associações culturais ou educacionais, na imprensa ou na política, no púlpito ou nos livros. O Padre do Brasil republicano devia estar capacitado para o que de novo

acontecia e como homem do seu próprio tempo, fazendo com que o “novo” fosse incorporado, sem, contudo, deixar com que as tradições desmoronassem. Desse modo, os Padres da Igreja Católica Apostólica Romana acabaram por intervir, conduzir e orientar diversos setores da vida social, o que reforçava a estratégia de permanência e atuação, com ganhos para os seus objetivos fundamentais, no curso da história.

Se aliarmos as produções intelectuais às funções, às ações, às representações culturais e educacionais e às realizações dos Padres estudados, teremos a identidade de tais Seminários, pois tais indicadores lhes dão corpo e significado. Fazem dos seminários em apreço não somente Instituições Eclesiásticas, mas culturais e educacionais, onde a preparação sacerdotal está consorciada com a preparação intelectual, esta, por sua vez, multifacetada em criações, mediações e engajamentos.

Considerações finais

Inicialmente, quero dizer da complexidade acerca da delimitação do objeto e do objetivo desta tese, visto que a temática – Igreja Católica e formação sacerdotal – é muito rica de possibilidades, inclusive a da história das instituições escolares que foi de grande importância para a interpretação, em vários momentos do trabalho. Assim, não adentrar em determinados meandros da temática foi, por certo, senão o maior, mas um dos maiores enfrentamentos que tive na elaboração desta tese.

O trabalho divide-se em dois momentos: o que atenta para a atuação de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e Dom José Tomás Gomes da Silva, na condução de seus trabalhos diocesanos, e para o modelo escolar que deu sustentação à formação sacerdotal, nos Seminários criados por eles, e o que percebe o produto, ou o resultado dessa formação, privilegiando, para isso, os itinerários dos padres ordenados nos Seminários e período anunciados.

Como pode ser visto, foi a partir do Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, que separou os poderes do Estado dos poderes da Igreja, que a hierarquia da Igreja, com sua doutrina e sua ação moral em todo país, forçou um reordenamento interno e externo do Catolicismo, com base nos ideais ultramontanos. Para tanto, valeu-se de uma política expansionista de estadualização das dioceses, criando, entre 1890 e 1930, dioceses em todos os Estados brasileiros. A Diocese de João Pessoa (antiga Paraíba), criada em 1892, e a Diocese de Aracaju, instituída em 1910, dirigidas, respectivamente, pelos bispos Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e Dom José Tomás Gomes da Silva, são frutos desse processo. Tais bispos, por sua vez, criaram suas casas de formação sacerdotal ou seminários, com o intento não só de ampliar o número de sacerdotes, mas sobretudo de alterar a imagem do padre desregrado e casado que maculava a Igreja, no Brasil colonial e imperial.

No período que antecedeu à laicização do Estado brasileiro (1890), o ofício do padre era remunerado como o de qualquer outro funcionário do Estado, em virtude do regime de Padroado, segundo o qual a Igreja Católica legitimava as ações do Estado e este, em contrapartida, a sustentava. Como decorrência desse “acordo”, a formação do padre ficou muito aquém do desejado pela Santa Sé, que viu na Proclamação da República brasileira e na conseqüente separação dos poderes estatal e eclesiástico um meio para reestruturar a formação ministrada aos seus futuros Levitas. Aproveitado a

reforma católica iniciada ainda no Império, que tinha por base a romanização, a Igreja Católica brasileira teve, na (re)formação dos seus quadros, o mais significativo dispositivo de mudança, fosse a mudança na sua própria imagem, fosse na sua própria atuação.

A evolução da formação sacerdotal mostrada, sobretudo, no capítulo dois, desta tese, é elucidativa dos referenciais estruturais que os Seminários tiveram no Brasil republicano, enquanto organização escolar, e que marcaram indistintamente a sua cultura escolar. A hierarquia da Igreja tinha a necessidade de fazer da organização do Seminário um instrumento de inculcação de valores e normas (católicas) que enquadrassem o próprio processo de escolarização dos seminaristas e a sua preparação para o trabalho eclesiástico.

A solução adotada passou pela organização acadêmica que se traduziu num processo rígido de seleção, na delimitação dos espaços em edifícios próprios para a formação do padre, na imposição de regras comportamentais, na estruturação do tempo, na precisão dos horários, na seriação dos alunos, segundo o nível do conhecimento, nos saberes *a priori* selecionados e na completude do método, que não se restringia à sala de aula, mas perpassava toda a estrutura da instituição.

Esse modelo escolar de formação sacerdotal também obedeceu a princípios claros de racionalização (do modo de ensino, em que cada matéria tem seu professor e este dá aula para os alunos reunidos e com o mesmo grau de conhecimento, independentemente da idade) e eficiência (procurando ensinar todo o conteúdo pertinente a cada classe) fez com que os seminários, enquanto instituições religiosas e educativas, adquirissem um conjunto de características burocráticas. É o caso, por exemplo, da existência de uma hierarquia da autoridade (Bispo, Reitor, Vice-reitor, Diretor Espiritual, Professor, Prefeito, Seminarista Maior, Seminarista Menor) prescrita nos estatutos impressos e distribuídos a todos, indistintamente, para que pudessem ser postos em prática quaisquer que fossem o aluno e o nível escolar em que se encontrasse.

O modo uniforme de organização pedagógica, vinculado à construção de uma pedagogia própria, assinalada essencialmente pelo princípio religioso da piedade (exercícios que visam à santidade dos costumes), constitui uma das marcas mais distintas da cultura escolar do Seminário. Assim, com esse modelo escolar, a Igreja Católica pretendeu combater a imagem negativa que se tinha do clero, e desenvolver, a partir da simbiose entre uma educação academicizada, uma educação moral e uma

educação filosófico-teológica, a educação integral para a formação do espírito eclesialístico.

Assim sendo, essa simbiose constituiu-se um instrumento privilegiado que desenvolveu um valor educacional, mostrando que sua formação integral serviu de mola mestra para o desempenho dos padres nas diversas áreas em que atuaram. Fosse no púlpito, nas escolas, nas salas de aulas, nos jornais, nos órgãos de assistência social, nos Institutos e Academias culturais, fosse nos livros, nos tribunais ou mesmo no parlamento, os padres de Dom Aauto e de Dom José foram colaboradores da redefinição da atuação pedagógica da Igreja Católica, no Nordeste brasileiro ao tempo das primeiras décadas da República.

Tais considerações são suficientes para perceber que os postulados, acerca da formação sacerdotal, emanados pela Santa Sé, se interpenetraram nos territórios e programas dos dois Seminários corroborando com a idéia de uma matriz única (com formação em seminários), embora houvesse adaptações de alguns pressupostos, à realidade local. As similitudes encontradas na formação ministrada aos seminaristas e nas ações dos padres ordenados pelos dois Seminários estudados são suficientes para ratificar a tese segundo a qual os Seminários diocesanos católicos com sua estrutura formativa, privilegiando não só o espiritual e o moral, mas também o intelectual, foram responsáveis por gerações de “intelectuais” que alavancaram a educação escolar no Brasil, nas três primeiras décadas da República, quando, em tese, o Estado era laico.

Referências

Escritos de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques

HENRIQUES, Dom Adauto Aurélio de Miranda. **Segunda carta pastoral** – Sobre o sacerdócio e o seminário diocesano. Paraíba do Norte: Typ., LITH., Encadernação e Pautação de Jayme Seixas & C^a, 1897.

Escritos de Dom José Tomás Gomes da Silva

SILVA, Dom José Tomás Gomes da. Circular do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo (1912). In: SEMINÁRIO EPISCOPAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro de Registro do Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913–1948)**. Aracaju. (Manuscrito).

Livros e capítulos de livros

AGOSTINHO, Bispo de Hipona. **Meditaciones, solilóquio, y manual del glorioso doctor de la Iglesia San Augustin**. Tradução Pedro de Ribadeneriya. Madrid: Luiz Sanchez, 1597. Disponível em: <http://purl.pt/11491/3/P1.html>. Acesso em: 20 mar. 2007.

_____. **Confissões**. 5. ed. Tradução J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1955.

ALMEIDA, Frei Humberto Pereira de. **O sacerdócio e sua história**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB/ Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ALMEIDA, José Américo de. **Antes que me esqueça**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. Reflexões de uma Cabra. In: **Novelas**. 2 ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1994.

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no seminário de Olinda (1800-1836)**. 2. ed. Campo Grande (MS): Editora UFMS/Campinas: Autores Associados, 2002.

- ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2000-2003. (v. 1 - 8).
- _____. **Sobre o ensino (De magistro), os sete pecados capitais**. 2. ed. Tradução Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ASSUMPTÃO. T. Lino de. **História geral dos jesuítas**. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1982.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 4. ed. São Paulo: Editora UNB, 1963.
- AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BARRETO, Luiz Antonio. **Tobias Barreto**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- BARROSO, João. Cultura, cultura escolar e cultura de escola. In: FERREIRA, António Gomes. (Org.). **Escolas, culturas e identidades**. Coimbra: Ediliber, 2004. (v. 1).
- BENITO, Agustín Escolano. Las culturas escolares em Espanha em la perspectiva historica. In: FERREIRA, António Gomes. (Org.). **Escolas, culturas e identidades**. Coimbra: Ediliber, 2004. (v. 1).
- BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, Riolando. (Org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOTO, Carlota. Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português. In: SOUZA, Cynthia Pereira; CATANI, Denise. (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.
- BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. **História e teoria social**. Tradução K.B. Gerhardt e R. V. Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

CÂMARA, Epaminondas. **A evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.

CAMPOS, Fernando Arruda. A presença do tomismo no contexto da história do Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA. **Meio século de filosofia**. São Paulo: Legnar informática & Editora Ltda, 1999.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CHARLE, Cristophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: república (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DUBY, Georges. **A história continua**. Tradução Clovis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora da UFRJ, 1993.

FERREIRA, António Gomes. **Elementos fundamentais para compreensão do estudo da educação comparada**. Coimbra: NAIE/FPCE/UC, 2001.

_____; VECHIA, Ariclê. Instruir as elites em meados do século XIX: o liceu de Coimbra e o imperial colégio de Pedro II. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná/Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. 1. CD-ROM.

FRAGO, Antonio Viñao. **Tiempos escolares, tiempos sociales: la distribución del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1838-1936)**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1998.

FRAGOSO, Antônio. (Org.). **O Seminário arquiocesano da Paraíba e o jubileu de diamante de sua fundação**. Paraíba: Imprensa Oficial, 1954.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos Jesuítas: O "Ratio Studiorum"**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. Estudos comparados em história da educação: importância e perspectivas. In: XVII ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 17.,

2005. **Anais...** Belém: Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, 2005. 1. CD-ROM.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e política ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Tradução Luiz da Câmara Cascudo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002. (v.1 e 2).

LEAL, José. **Dicionário biobibliográfico paraibano**. João Pessoa: FUNCEP, 1990.

LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. (v. 2).

_____. **A igreja e a república**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

LIÉBAERT, Jacques. **Os padres da igreja**. Tradução Nadyr Salles Penteadó. São Paulo: Edições Loyola, 2000. (v. 1, século I-IV).

LIMA, Padre Francisco. Aspectos históricos e humanos do seminário da Paraíba. In: FRAGOSO, Antônio. (Org.). **O Seminário arquiocesano da Paraíba e o jubileu de diamante de sua fundação**. Paraíba: Imprensa Oficial, 1954.

_____. **D. Adauto: subsídios biográficos**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956. (v. 1).

_____. **D. Adauto: subsídios biográficos**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1958. (v. 2).

LIMA, Jackson da Silva. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

LIMA, Padre João Moreira. **A serviço do reino de Jesus Cristo: para que todos tenham vida**. Aracaju: Ed. Particular, 1984.

LLORCA, Bernardino. **Manual de história eclesiástica**. 3. ed. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1951.

LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MACHADO, Manoel Cabral. **Brava gente sergipana e outros bravos**. Aracaju: Edição Particular, 1998.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/Editora Universitária São Francisco, 2004.

- MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 4.ed. Tradução Gaetano Lo Mônico. São Paulo: Cortez, 1995.
- MASURE, Eugênio . **Padres diocesanos**. Tradução Pe. Ney Brasil Pereira. São Paulo: Edições Paulinas, 1960.
- MATOS, Henrique Cristiano. **Nossa história**: 500 anos de presença da igreja católica no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 2001. (t. 1, período colonial).
- _____. **Nossa história**: 500 anos de presença da igreja católica no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 2002. (t. 2, período imperial e transição republicana).
- _____. **Nossa história**: 500 anos de presença da igreja católica no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 2003. (t. 3, período republicano e atualidade).
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- MORO, Celito. **A formação presbiteral em comunhão para a comunhão**: perspectivas para as casas de formação sacerdotal. Aparecida (SP): Editora Santuário, 1997.
- MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990. (Tomo III, v. 2).
- NOBREGA, Humberto. **Meu depoimento sobre o padre Zé**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1986.
- NOGUEIRA. Severino Leite. **O seminário de Olinda e o seu fundador o bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985.
- NASCIMENTO, Estér Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento. **A escola americana**: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2004.
- NASCIMENTO. Jorge Carvalho do Nascimento. **A cultura ocultada**. Londrina: editora UEL, 1999.
- NASCIMENTO, Sílvio Firmo do. **A igreja em Minas Gerais na república velha**. Curitiba: Juruá, 2008.
- NUNES, Clarice. História da educação e comparação; algumas interrogações. In: Sociedade Brasileira de História da Educação. (Org.). **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001.

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. **Memórias do internato**. João Pessoa, 1959-1961. (Coletânea de matérias do Jornal A Imprensa, datilografada).

PIERRARD, Pierre. **História da igreja católica**. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Planeta Editora, 2002.

PRATTA, Marco Antonio. **Mestres, santos e pecadores: educação, religião e ideologia na primeira república brasileira**. São Carlos: RiMa Editora, 2002.

RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil – séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Vozes, 2004. (v.1).

SANTOS, Ednaldo Araújo dos; VÊLOSO, Ricardo Grisi. **Apontamentos biográficos do clero da Arquidiocese da Paraíba (1894-2004)**. João Pessoa: Idéia, 2005.

_____. **Sacerdotes ordenados pela Arquidiocese da Paraíba (1892-2002)**. João Pessoa: INPRELL, 2005.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMONO, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre. (Org.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

SPANNEUT, Michel. **Os padres da igreja**. Tradução João Paixão Neto. São Paulo: Edições Loyola, 2002. (v. 2, século IV-VIII).

STANIKOWSKI, Frei Edgar. **D. José Thomaz Gomes da Silva: um bispo humano**. Aracaju: Bardel, 1997.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP/ Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

SOUZA, L. de M. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TRINDADE, Marcos Augusto. **No centenário do padre Lima**: discurso em homenagem aos cem anos de nascimento do cônego Francisco Gomes de Lima. João Pessoa: UNJPÊ Editora, 2004.

_____. **Arquidiocese da Paraíba** – 110 anos de evangelização – homenagem ao jubileu de diamante do monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares. João Pessoa: UNJPÊ Editora, 2004.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VILAS-BOAS. Mário de Miranda. **Sermões e discursos**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1970.

_____. **Antologia**. Aracaju: Governo do Estado/Segrase, 1977.

Teses, dissertações e artigos em revistas

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os padres de Dom José**: o seminário sagrado coração de Jesus (1913-1933). 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

CHARLOT, Bernard. A Pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **A igreja e a romanização**: a implantação da diocese da Paraíba – 1894/1910. 1994. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KULESZA, Wojciech Andrzej. **Igreja e educação na primeira república**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/wojciechandrzejkuleszat02.rtf>. Acesso em 23 mar. 2008.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Separação da igreja e do estado no Brasil (1890): uma passagem para a libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 35, n. 139, p. 624-647, set. 1975.

MORAES, José Erasmo de. **Romanização e educação na Paraíba**: o projeto de Dom Adauto e de Dom Moisés (1894-1959). 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

MOREIRA, Keila Cruz. **Grupos escolares** – modelo cultural de organização superior da instrução primária (Natal, 1908-1913). 60 f. Monografia (Especialização em Educação) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

NUNES, Clarice. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.1-14, jan./jun. 1998.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e renovação**: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). 1992. 317f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

SAVIANI, Dermeval. História comparada da educação: algumas aproximações. **História da Educação**, Pelotas, v. 5, n. 10, p. 5-29, set. 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo (1890-1910). 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

THEOBALDO, Carlos Eduardo Pereira. Os percalços da língua portuguesa. **Revista Opinião Acadêmica**, Rio de Janeiro, n. 305, p. 2-9, mar. 2003.

Documentos educacionais e eclesiais

ACADEMIA LITERÁRIA SÃO TOMAS DE AQUINO. **Scientia et virtus**: coletânea litero-apologética pela Academia Literária S. Tomas de Aquino, do Seminário do Sagrado Coração de Jesus de Aracaju. Aracaju: Tipografia Comercial, 1933.

ARQUIVO ECLESIASTICO DA PARAÍBA. **Catálogo dos processos de ordenação**. João Pessoa, 1992. (Datilografado).

_____. **Guia do arquivo eclesiástico da Paraíba**. João Pessoa, 1992. (Datilografado).

_____. **Inventário do arquivo eclesiástico da Paraíba**. João Pessoa, 1992. (Datilografado).

BÍBLIA SAGRADA. **Epístola aos hebreus**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1989.

_____. **Êxodo**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1989.

_____. **Levítico**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1989.

_____. **1 Timóteo**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1989.

DIOCESE DE ARACAJU. **A Diocese de Aracaju**: Orgam Official. Aracaju: Typ. da “Gazeta da Tarde”, 1911.

_____. **A Diocese de Aracaju**: Orgam Official. Aracaju: Typ. da “Gazeta da Tarde”, 1912.

_____. **A Diocese de Aracaju**: Orgam Official. Aracaju: Typ. da “Gazeta da Tarde”, 1913.

_____. **Livro de Tombo**. Aracaju, 1949. (Manuscrito).

DIOCESE DA PARAÍBA. **Provisões e nomeações (1894-1984)**. Parayba do Norte. (Livro manuscrito).

FIGUEIREDO, Francisco Severiano de. **A diocese da Paraíba do Norte**. Parayba do Norte: Typ. da imprensa, 1906.

_____. (Org.). **Anuário eclesiástico da Parayba do Norte (1884-1918)**. Parayba do Norte: Torre Eiffel, 1919. (v. 1 e 2).

IGREJA CATÓLICA. **Código de derecho canónico e legislacion complementaria texto latino y verson castellana com jurisprudencia y comentarios**. Madrid: Biblioteca de autores Cristianos, 1951.

_____. **Diccionario de derecho canonico**. Paris: Libreria de Rosa y Bouret, 1867.

JOÃO PAULO II. **Discurso do Papa João Paulo II na visita ao pontifício ateneu internacional “angelicum”**. Roma 1979. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/november/documents/hf_jp-ii_spe_19791117_angelicum_po.html. Acesso em: 19 out 2007.

_____. Exortação apostólica pós-sinodal pastores *dabo vobis* de sua santidade João Paulo II ao episcopado ao clero e aos fiéis sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias actuais. Roma, 1992. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_ip-ii_exh_25031992_pastores-dabo-vobis_fr.html.%20. Acesso em: 13 out. 2007.

LEÃO XIII. **Diuturnum illud** – sobre la autoridade política. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_liii_enc_29061881_diuturnum_it.html. Acesso em: 23 set. 2007.

_____. **Immortale dei** – sobre a constituição cristã dos estados. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_01111885_immortale-dei_en.html. Acesso em: 22 set. 2007.

_____. **Libertas praestantissimum** – sobre la libertad y el liberalismo. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_20061888_libertas_sp.html. Acesso em: 25 set. 2007.

_____. Encíclica “satis cognitum”. In: DENZINGER, Heinrich. (Org.). **Compêndios dos sínodos, declarações de fé e moral**. Tradução José Mariano e John Konings. São Paulo: Paulinas/Edições Loyola, 2007.

_____. Encíclica “*Aeterni Patris*” – a todos os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos de todo o mundo católico em ação e comunhão com a santa sé apostólica. Disponível em: <http://www.aquinate.net/p-web/Portal-Tomismo/Tomistas/tomistas-papa-leao-XIII-aeterni%20patris.htm>. Acesso em: 24 set. 2007.

O MÉTODO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS. O “**Ratio Studiorum**”. Tradução e introdução Leonel Franca S.J.. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCILIO DE TRENTO EM LATIM E PORTUGUÊS. Lisboa: Oficina Patriarc de Francisco Luiz Aneno, 1781. (Org. REYCEND, João Baptista).

PIO X. Bula *Divina Disponente Clementi* (1910). In: **Livro de Tombo**. Aracaju: Arquidiocese de Aracaju Aracaju, 1949. (Manuscrito).

_____. Carta encíclica (1903). In: **Livro de Tombo**. Caicó: Arquivo Paroquial, 1928. (Manuscrito).

SEMINÁRIO EPISCOPAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro de Registro do Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1948)**. Aracaju. (Manuscrito).

_____. Estatutos do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus (1914). In: SEMINÁRIO EPISCOPAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro de Registro do Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1948)**. Aracaju. (Manuscrito).

_____. **Livro de Atas da congregação dos professores do Seminário Sagrado coração de Jesus (1915-1926)**. Aracaju. (Manuscrito).

_____. **Livro de Atas da congregação dos professores do Seminário Sagrado coração de Jesus (1947)**. Aracaju. (Manuscrito).

_____. **Livro de Atas da Academia Literária São Tomás de Aquino (1919-1932)**. Aracaju. (Manuscrito).

_____. **Livro de Registro do Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913 –1948)**. Aracaju. (Manuscrito).

SEMINÁRIO ARQUIEPISCOPAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. **Estatutos do Seminário arquiépiscopal de Nossa Senhora da Conceição da Parayba do Norte**. BahiaÇ Typ. de S. Francisco, 1927.

URBANO V. Carta a universidade de Toulouse. (1368).

Artigos de jornais

A AÇÃO CATÓLICA. **A imprensa**, Parayba, p. 2, 29 set. 1901.

É PREJUDICIAL. **A imprensa**, Parayba, p.1, 24 ago. 1902.

CONFERÊNCIAS CATHÓLICO SOCIAIS. **A imprensa**, Parayba, p. 1, 5 abr. 1903.

Constituições, leis, decretos e mensagens

BRASIL. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil**, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm". Acesso em 13 de nov. de 2006.

BRASIL. **Decreto n.º 119-a, de 7 de janeiro de 1890**. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federais em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. In: DIOCESE DE ARACAJU. Livro de Tombo. Aracaju, 1949. (Manuscrito).

BRASIL. **Decreto n.º 981, de 8 de novembro de 1890**. Regulamento da Instrução Primária e Secundária.

PORTUGAL. Instruções para professores de gramática latina, grego, hebraico e de retórica, ordenadas e mandadas publicadas por el rei nosso senhor, para uso das escolas novamente fundadas nestes reinos, e seus domínios. In: CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

_____. Lei de 6 de novembro de 1772. In: CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

SANTA SÉ. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, 1707. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/default.htm>. Acesso em: 10 nov. 2006.

_____. **Constituição Dogmática *pastor aeternus***, 18970. Disponível em: http://www.dicionariodafe.com.br/documentos/pastor_aeternus.htm. Acesso em: 14 abr. 2007.

Trabalhos apresentados em congressos

ARAÚJO, Marta Maria de; BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. Templo de atena, casa de minerva, assim nasceu o colégio Atheneu de Natal, RN (1834 – 1859). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2004, Évora. **Trabalho apres...** Évora: Universidade de Évora, 2004.

ARAÚJO, Marta Maria de. Desvendando o plano de estudos da cadeira de gramática latina de Caicó (1803). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2004. Curitiba. **Anais...** Curitiba : PUC, 2004. 1 CD-ROM.

Entrevistas

BARRETO, Luiz Antonio. **Relato oral sobre o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus**. Aracaju, 20 jan. 2004.

CASTRO, José Alves de. **Relato oral sobre o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus**. Aracaju, 7 jan. 2004.

LIMA, Jackson da Silva. **Relato oral sobre o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus**. Aracaju, 7 dez. 2003.

MACHADO, Manoel Cabral. **Relato oral sobre o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus**. Aracaju, 7 jan. 2004.

Anexos

Anexo I

Padres do Seminário de João Pessoa

PADRES DO SEMINÁRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE JOÃO PESSOA

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Abdias da Fonseca Leal 1885 Areia/PB ?	Agricultor	1908 23 anos	Professor do S Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB.						
Abdon Odilon Melibeu Lima 1876 Campina Grande/PB 1931	Comerciante	1900 24 anos	Vigário da Freguesia de Martins/RN e Cametá/RN, Reitor de Seminário de Belém do Pará; Vigário Encomendado da Paróquia de Pilões/PB e Vigário da Paróquia de Santa Rita/PB.		Direito	Diretor do Colégio Pio Décimo em João Pessoa/PB			Sim
Adherbal Gomes de Castro 1875(?) PI ?	Nada consta	1901 26 anos	Dirigente da Igreja Católica em Tutóia		Não				
Adonias Villar de Azevedo ? ? ?		1920 -							
Agnelo Fernandes 1875 Pau dos Ferros/RN 1912	Nada consta	1900 25 anos	Coadjutor em Ceará- Mirim/RN (1901- 1911); Vigário de Caraúbas/RN (1912)						Sim
Alfredo Pegado de Castro 1876 Arês/RN 1941	Militar	1899 23 anos	Vice-reitor e professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1900- 1902); Diretor Espiritual do mesmo Seminário (1903- 1906); Vigário em	Monsenhor	Não	Primeiro Diretor do Colégio Santo Antônio (Marista) em Natal/RN, Deputado Estadual/RN (1918-1926); Professor do Atheneu e Escola			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			comissão na paróquia de Santa Cruz/RN (1913); Governador por duas vezes do bispado de Natal; Vigário Capitular e Vigário Geral da Diocese de Natal; primeiro Reitor do Seminário São Pedro de Natal; Capelão do Colégio Nossa Senhora da Conceição/RN; Professor do Seminário Coração Eucarístico em Belo Horizonte/MG; Vigário da Freguesia Bica de Pedra, na Diocese São Carlos/SP; Vigário da Catedral Nossa Senhora da Apresentação em Natal/RN (1917-1918 e 1922-1923).			Normal de Natal/RN.			
Álvaro César Falcão 1881 Areia/PB 1905	Comerciante	1905 24 anos	Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB.			Professor e Vice-Diretor do Colégio Diocesano/PB		Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, assumindo sua direção.	
Álvaro Gabínio de Carvalho 1905 Alagoa Nova/PB ?		1929 24 anos							
Antônio Anacleto ?		1928 ?-							

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
?									
Antônio Augusto Pereira de Souza 1886 Mamanguape/PB 1972		1911 25 anos	Coadjutor do Vigário de Bananeiras/PB (1912), Vigário de Picuí e encarregado das freguesias de Cuité e Pedra Lavrada/PB (1912); Vigário de Mamanguape/PB (1930-1948) encarregado da Paróquia de Jacaraú/PB (1948).	Cônego honorário do Cabido diocesano da PB.					Sim
Antônio Brilhante de Alencar 1873 Patu/RN 1942	Militar	1904 31 anos	Pároco de Açú/RN (1905-1910); de Jucurutu/RN (1910- 1912); de Currais Novos/RN (1912- 1922); de Serra Negra do Norte, Caicó, Florânea, Acari, Ceará-Mirim, Taipú, Lages, Goianinha e São José do Mipibú/RN						Sim
Antônio Clementino de Assis 1877 PB ?	Nada consta	1908 31 anos							
Antônio Costa 1906 Bananeiras/PB ?		1928 22 anos	Coadjutor do Vigário de Bananeiras/PB; do Vigário de Campina Grande/PB; de Ingá/PB (1933- 1935); de Livramento/PB (1935); de			Diretor do Ginásio Pio XI em Campina Grande/PB (1930- 1932); Vice- Diretor e Professor do Ginásio Pio X, na Capital da			

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Pocinhos/PB (1936); de Areia/PB (1937- 1940); de Serraria/PB (1941-1942); Vigário regente de Pirpirituba/PB (1941); de Pilões/PB (1941-1942); Capelão da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus - Bananeiras/PB (1929-1930); Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Capelão do Ginásio Pio X, na Capital/PB (1943-1948); Capelão Militar.			Paraíba; Profesor do Colégio Seráfico			
Antônio Francisco de Barros Ramalho 1882 São José do Egito/PE 1952	Comerciante	1905 23 anos	Coadjutor do Vigário de Alagoa Grande/PB (1906); do vigário de Guarabira/PB; Capelão em Alagoinha/PB (1908- 1910); Vigário de Alagoinha/PB (1910- 1913); de Serraria/PB (1913); da Catedral de Natal/RN (1918); de Monteiro/PB (1920-1930); Capelão do Ginásio Nossa Senhora das Neves/PB (1930- 1933); Capelão da Maternidade de João Pessoa/PB (1934);						Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Vigário de Umbuzeiro/PB (1934-1952).						
Antônio Galdino de Salles 1872 Alagoa Nova/PB 1921	Agricultor	1898 26 anos	Pároco de Fagundes, Campina Grande, Ingá e Poçinhos/PB.		Não	Não			Sim
Antônio Rodrigues do Rego 1870 Ingá/PB ?	Nada consta	1895 25 anos			Direito				
Antônio Tabosa Braga Sobrinho 1874(?) CE ?	Nada consta	1898 24 anos			Não				
Antônio Trigueiro de Britto 1899 Guarabira/PB 1997		1923 24 anos	Vigário de Pilões/PB (1924-1926), de São Miguel de Taipú/PB (1926-1930), de Teixeira/PB (1930), de Pirpirituba/PB (1930), de Serra da Raiz/PB (1931- 1938), de Sapé/PB (1938-1941) e de MogeirolPB (1941- 1942); Coadjutor do Vigário de Nossa Senhora do Rosário, em Campina Grande/PB (1942- 1948), de Ingá, regendo MogeirolPB (1947-1948), Regente da Paróquia de Sumé/PB (1951- 1952), Regente da			Regente do Abrigo dos Menores Jesus de Nazaré, na Capital da Paraíba (1956-1959); Professor de Latim do Colégio Pio XI, em Campina Grande/PB (1952- 1956).			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Casa Dr. João Moura, em Campina Grande/PB (1952-1956); Auxiliar do Cônego José Trigueiro de Brito na Capelinha do Hospital Santa Isabel, na Capital da PB e Regente da Capelinha Casa são Vicente de Paulo, na Capital paraibana (1956-1975), Capelão do Orfanato Dom Ulrico na Capital da Paraíba (1959-1975) e auxiliar, sem provisão, da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, na capital paraibana (1959-1973,1976).						
Apollonio Gaudêncio de Queiroz 1896 João do Cariri/PB ?		08/11/1925 29 anos							
Aprígio Carneiro da Cunha Espínola 1868 Mamanguape/PB 1948	Militar	1894 26 anos	Coadjutor do Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Neves/PB; Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Vigário de Serra da Raiz/PB (1896-1931); Capelão do Ginásio Imaculada	Cônego honorário do Cabido diocesano da PB.		Não		Não	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Conceição de Campina Grande/PB (1931-1937); Capelão do Hospital Santa Isabel (1937-1945); Por motivo de saúde Padre Avulso (1945-1948).						
Aristides Ferreira da Cruz 1872(?) Pombal/PB ?	Agricultor	1901 29 anos	Pároco de Piancó/PB, Carnaúbas e Apodi/RN; Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB.			Líder Político na Paraíba (morto em defesa da cidade pela Coluna Prestes)			
Arthur da Costa Pereira 1900 Limoeiro/PB ?		1923 23 anos							
Arthur Enéas Cavalcanti 1887 São João do Cariri/PB ?		1911 24 anos							
Belisário Dantas Correia de Goes 1863 Teixeira/PB 1952	Nada consta	1904 41 anos (viúvo)	Vigário de Catolé do Rocha regendo a Paróquia de Brejo do Cruz/PB (1905); Vigário de Santa Luzia do Sabugi/PB (1917-1928); Vigário de Ibaté/SP (1928); Vigário de Mundo Novo/SP (1930); Vigário de Anápolis/SP (1934-1935); Vigário de Soledade/PB (1935); Vigário de Mogeiro/PB (1938);						Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Capelão em Boa Vista Poçinhos/PB (1943).						
Bernardino Vieira 1873 São José do Rio do Peixe/PB ?	Nada consta	1902 29 anos	Vigário de Princesa e Sousa/PB		Não				
Bianor Emílio Aranha 1881 Canguaretama/RN 1959	Nada consta	1903 22 anos	Capelão do “Espírito Santo”/PB (1903/1904); Vigário de Umbuzeiro/PB; Vigário de Nova Cruz/RN; Professor (Português, Francês, Geografia e História) do Seminário Nossa Senhora da Conceição da Paraíba (-1907); Professor do Seminário do Piauí, Cura da Catedral do Piauí (1908); Vigário de Parnaíba/PI; Confessor do Hospital dos Variolosos na Ponta do Cajá/RJ; Vigário de Sant’ana de Tiradentes/ RJ (1910); Vigário de Itaguaí/RJ (1911) e encarregado de Itapurussá, Mangaratiba e Bananal/RJ; Capelão da Vila de Santo Antônio do Salto da Onça/RN.			Diretor do Colégio Diocesano do Piauí; Professor de dois Educandários no Piauí; Fundador e Diretor de Colégio em Parnaíba/PI.			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Boaventura Poll (franciscano de Olinda) ? Alemanha ?		1900 ?			Não				
Carlos Coelho 1907 PB 1964		1930 23 anos	Coadjutor do Vigário de Cajazeiras/PB (1930-1931); Secretário da Diocese de Cajazeiras/PB (1930-1931); Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Bispo da Diocese de Nazaré da Mata/PE (até 1954); Bispo de Niterói/RJ (1954- 1960); Arcebispo de Olinda e Recife (1960-1964); Capelão do Colégio Pio X, na Capital da Paraíba (1930-1931); Diretor do Jornal "A Imprensa" (1933- 1942); Capelão do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes (1940-1948).			Diretor do Colégio Padre Rolim - Cajazeiras/PB (1931-1932)			Sim
Clarindo Lopes Ribeiro 1879(?) PI ?	Nada consta	1905 26 anos							
Constantino Vieira da Costa ?		1913 ?							

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
PB ?									
Edgar Toscano 1908 Guarabira/PB 1949		1933 25 anos	Coadjutor do Vigário de Campina Grande/PB (1933); Vigário de Taperoá/PB (1936); Vigário de Serra Branca/PB (1940); de Serraria/PB (1944); Vigário substituto de Serra Redonda/PB; Capelão da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, em Bananeiras/PB (1933); Capelão da Escola Normal do Sagrado Coração de Jesus - Bananeiras/PB (1942); Capelão do Hospital de Santa Isabel - na Capital da Paraíba (1945-1948).						Sim
Eliseu Duarte Diniz 1883 Triunfo/PE ?	Nada consta	1908 25 anos	Vigário de Princesa e Piancó/PB; Vigário de Triunfo/PE (1936).						
Emiliano de Christo 1897 Alagoa Nova/PB 1980		1922 25 anos	Coadjutor do Vigário de Bananeiras/PB; Vigário de Areia/PB (1925); de Sapé/PB (1929); de Guarabira/PB (1933-1967); Capelão da Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Cônego honorário do Cabido diocesano da PB.		Professor, Fiscal do Governo da Paraíba.	Fundou o Ginásio de Nossa Senhora da Luz em Guarabira/PB e a Escola Técnica de Comércio da mesma cidade.		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			na Capital paraibana; Capelão da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus em Bananeiras/PB (1923).						
Epaminondas da Cunha Rolim 1876 Cajazeiras/PB ?	Nada consta	1901 25 anos	Vigário de Itaporanga/PB.						
Epitácio Dias de Araújo 1907 Fagundes/PB ?		1931 24 anos							
Esmerino Gomes da Silva 1881 Itaporanga/PB 1944	Nada consta	1905 24 anos	Coadjutor em Campina Grande/PB (1906); Capelão em Parelhas/RN (1907); Vigário da Freguesia de Pedra Lavrada/PB; Vigário em Santa Cruz/RN (1908- 1913); Vigário de Canguaretama/RN (1913); Vigário de Apodi e encarregado de Portalegre/RN; Vigário de Flores e Jucurutu/RN (1916- 1921); Vigário da Paróquia Sapucaí/RJ (1921); Vigário de Mineiros/SP (1924); Vigário em Angicos/RN (1927); Vigário em Parelhas/RN (1928); Vigário em						Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Maúes/AM (1932); Vigário em São Tomé/RN; Vigário em Nisia Floresta e Touros/RN; Vigário de Serra Negra do Norte/RN (1940); Coadjutor de Currais Novos/RN (1941);Coadjutor em Macau/RN (1943).						
Fernando Lopes e Silva 1865 PI ?	Nada consta	1894 29 anos	Professor de Filosofia do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1894- 1903); Vigário de João Pessoa e Pilar/PB; Professor e Diretor Espiritual do Seminário da Paraíba; Promotor do Bispado da Paraíba; Redator e Articulista do Jornal "A Imprensa"/PB; Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Neves do Amparo em Teresina/PI (1936).			Não			
Firmino Cavalcante de Albuquerque* 1887 Allagoa Grande/PB ?		1911 24 anos							
Florentino Barbosa Nogueira Paz 1881 Teixeira/PB	Agricultor	1905 24 anos	Vigário de Teixeira/PB (1905); Capelão em Fagundes/PB (1907);	Cônego efetivo do Cabido diocesano da PB.		Professor do Ginásio Diocesano Pio X e do Liceu Paraibano (1931)			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
1958			Vigário de Cabaceiras/PB (1908); Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1912-1915); Vigário de Sapé/PB (1915-1916); Vigário de Taquetá/RJ (1922-1923); Vigário da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens/RJ (1924-1926); Capelão da Igreja dos Santos Anjos/RJ (1929-1931).						
Florentino Floro Diniz 1884 Povoado de Patos da Vila de Princesa/PB 1931	Nada consta	1908 24 anos	Vigário de Teixeira/PB (1910); Vigário da Paróquia de Itabaiana/PB (1911).						Sim
Francisco Coelho de Albuquerque Filho 1879 Areia/PB 1953	Nada consta	1903 24 anos	Capelão da Catedral de Nossa Senhora das Neves em João Pessoa/PB; Capelão de Parelhas/RN; Vigário encarregado de Pedra Lavrada/PB (1904); Vigário de Currais Novos e encarregado da Freguesia de Acari/RN (1905); Vigário de Areia/PB (1912-1925, 1928-1932); Reitor do Seminário Nossa Senhora da	Cônego honorário do Cabido diocesano da PB e Camareiro Secreto.					Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Conceição/PB (1925-1928); Vigário de Itabaiana/PB (1933).						
Francisco Ernesto de Vasconcellos 1872 Araruna/PB ?	Comerciante	1901 29 anos	Vigário de Alagoa Grande/PB.						
Francisco Gonçalves de Almeida 1871 Alagoa Nova/PB ?	Militar	1897 26 anos	Vigário de Esperança/PB e Canguaretama/RN.			Deputado Estadual no Rio Grande do Norte.			
Francisco Hermenegildo de Lucena Sampaio 1878 Guarabira/PB ?	Agricultor	1905 27 anos	Vigário de Mossoró/RN e de Alagoa Grande/PB			Líder Político e Diretor do Colégio Santa Luzia/RN.			
Francisco Severiano de Figueirêdo 1872 Caicó/RN 1936	Criador	1898 26 anos	Vigário de Acari/RN (1899-1901); Professor e Diretor Espiritual do Seminário de Natal (1905); Vigário interino da Paróquia de Nossa Senhora das Neves; Vigário da Paróquia de Esperança (1932); Redator e colaborador do jornal "A Imprensa" da Diocese da Paraíba.			Professor do Liceu Paraibano; Professor e Diretor do Colégio Diocesano Pio X em João Pessoa/PB.	Escreveu: A diocese da Paraíba do Norte. Parayba do Norte: Typ. da imprensa, 1906 Anuário eclesiástico da Parayba do Norte (1884-1918). Parayba do Norte: Torre Eiffel, 1919. (v. 1 e 2). Escreveu também Uma Gramática Latina e folhetos contendo sermões e assuntos de divulgação católica.	Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.	Sim
Francisco Gomes de Lima 1903		1932 29 anos	Coadjutor do Vigário de Campina Grande/PB (1932);	Cônego honorário do Cabido diocesano da PB.		Diretor do Ginásio Pio XI, em Campina	Escritos publicados em revistas famosas como: Era Nova,	Membro da Academia Paraibana de	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Caiçara/PB 1972			Vigário interino de Alagoa Nova/PB (1932); Vigário de Alagoa Grande, encarregado da freguesia de Alagoinha/PB (1940-1941); Vigário de Areia/PB (1941-1948); Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Capelão do Ginásio de Nossa Senhora de Lourdes na Capital da Paraíba (1948-1952); Assistente Eclesiástico da Federação dos Círculos Operários Católicos da Paraíba (1949); Assistente Eclesiástico do Conselho da Região Bandeirante da Paraíba (1951); Capelão da Casa de Saúde São Vicente de Paulo (1952); Capelão do Abrigo Menino Jesus de Nazaré (1960).			Grande/PB (1933); Diretor do Ginásio Pio X, na Capital da Paraíba (1935); Professor da Escola Normal Santa Rita, de Areia/PB (1941-1948); Diretor e Professor do Ginásio Santa Rita em Areia/PB (1946-1948); Professor do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na capital da Paraíba (1948-1952); Professor do Instituto de Filosofia das Lourdinhas, Professor do Lyceu Paraibano; Professor Catedrático da Universidade Federal da Paraíba; Diretor da Biblioteca Pública do Estado da Paraíba	Manaira, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Revista da Academia Paraibana de Letras, Revista da Faculdade de Filosofia da UFPB, Jornal A Imprensa e em outros órgãos de imprensa do Estado. Publicou pela "A Imprensa" Editora o livro Dom Adauto: subsídios Biográficos (1956, 1958, 1959), em três volumes.	Letras e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.	
Frei Vicente Blied (beneditino de Olinda) ? Alemanha ?		1915 ?							Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Gabriel Toscano da Rocha 1876 Bananeiras/PB ?	Agricultor	1901 25 anos	Vigário de Bananeiras e Umbuzeiro/PB.						
Gentil de Barros Moreira 1898 PB ?		1922 24 anos							
Gervásio Coelho ? ? ?		1925 ?							
Ignácio Cavalcanti 1873 PB ?	Nada consta	1903 30 anos	Vigário de Cabaceira e Umbuzeiro/PB; Vigário de Taperoá/PB (1916); Vigário de Cachoeira/PB (1936); Vigário do Jardim de Seridó/RN; Padre Avulso (1947).						Sim
Ignácio d'Almeida 1880 Areia/PB ?	Agricultor	1902 22 anos	Vigário de Guarabira/PB e Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB.		Não				
Irineu Octávio de Salles 1874 São José do Mipibu/RN 1929	Agricultor	1898 24 anos	Vigário de Nísia Floresta (antiga Mapari) e Touros/RN (1899-1900); Coadjutor do Padre Júlio Maria em Natal/RN (1900); Vigário de Macau/RN;			Não		Não	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Coadjutor pró-pároco de Assu/RN (1902-1904); Vigário de Touros/RN (1905); Vigário de Papari/RN (1906-1910), encarregado de Arês/RN (1908-1910); Vigário de Nova Cruz/RN (1911-1912); Incardinado à Diocese de Natal (1913). Quando doente recolheu-se a chacará do Tirol, onde hoje é o Seminário São Pedro em Natal/RN.						
Jeronymo Juvenal César Falcão 1880 Areia/PB 1949	Comerciante	1902 22 anos	Coadjutor do Vigário de Guarabira e Alagoa Nova/PB (1903); Vigário de Macaíba/RN (1904); Coadjutor pró-pároco de Alagoa Nova/PB (1904-1914); Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Neves em João Pessoa/PB (1915); Pró-pároco de Guarabira/PB (1916); Vigário de Itaquaretinga/SP (1916-1920); Vigário de Araraquara/SP (1920-1944); Capelão da Escola Normal Santa Rita	Cônego honorário do Cabido diocesano da PB.		Não	Não	Não	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			em Areia/PB (194-1949).						
João Alfredo da Cruz 1878(?) João Pessoa/PB 1950	Militar	1900 22 anos	Vigário de Brejo do Cruz, Cabaceira e Umbuzeiro/PB e em Natal e Nova Cruz/RN.					Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.	
João Baptista Ferreira de Albuquerque ? Guarabira/PB ?	Comerciante	1905 ?	Vigário de Santa Luzia/PB e Ceara – Mirim/RN						
João Batista Milanez 1881 Guarabira/PB 1930	Agricultor e Comerciante	1904 23 anos	Vice-presidente da Congregação da Doutrina Cristã; Capelão do Colégio Nossa Senhora das Neves; Diretor do Jornal "A Imprensa"/PB.			Diretor da Escola Normal de João Pessoa/PB; Diretor da Instrução Pública da Paraíba; Diretor do Colégio Santo Antônio em Natal/RN.			Sim
João Borges de Salles 1874(?) Alagoa Nova/PB ?	Agricultor	1898 24 anos	Vigário de Ingá/PB e Santana dos Matos/RN; Professor e Vice-Reitor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB.		Pedagogia e Direito	Vice-diretor do Colégio Santo Antônio de Natal/RN; Vice-diretor e diretor do Colégio Pio X/PB.			
João Carlos de Moraes Mendes Bizerni 1891(?) Canguaretama/RN ?		1916 25 anos							
João Cavalcante de Albuquerque Maranhão 1872 Guarabira/PB ?	Professor	1895 23 anos	Vigário em Pilões e Serraria/PB (1900); Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB.						
João Clemente de	Nada consta	1904	Vigário de						Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Moraes Barreto 1880 Macau/RN ?		24 anos	Touros/RN.						
João de Deus Mindello da Cruz 1885 João Pessoa (Paraíba do Norte)/PB 1952	Funcionário Público e Empregado do Comércio	1907 28 anos	Coadjutor do Vigário de Bananeiras e Taperoá/PB (1908); Vice-diretor do Colégio Santo Antônio e Capelão do Colégio da Conceição em Natal/RN (1908- 1909); Vigário de Batahão/PB (1910- 1911); Vigário de Santa Rita/PB (1917); Cura de Cabedelo/PB; Vigário de Livramento/PB (1922); Vigário Interino da Catedral de Nossa Senhora das Neves (1922- 1924, 1927-1928); Padre Avulso (1925- 1927); Capelão do Colégio Pio X (1929- 1932); Capelão da Maternidade do Estado da Paraíba (1933); Capelão do Colégio Nossa Senhora das Neves em Natal/RN (1934- 1943); Capelão do Asílo da Mendicidade Carneiro da Cunha e da Penitenciária do	Cônego efetivo do Cabido diocesano da PB.		Professor do Colégio Pio X/PB; Vice-Diretor do Colégio Santo Antônio/RN; Vice- diretor do Colégio Santa Luzia em Mossoró/RN (1914; Vice- diretor (1919) e diretor (1921) do Colégio Pio X/PB.	Publicou Sermões e discursos em folhetos, em revistas e jornais, além de várias produções poéticas.	Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Estado da Paraíba (1944-1948); Capelão do Convento das Irmãs do Jesus Cristo Crucificado.						
João Gomes d'Albuquerque Maranhão 1879 Campina Grande/PB ?	Criador	1903 24 anos	Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Neves em João Pessoa/PB (1904- 1905)						
João Honório de Mello 1906 Cruz do Espírito Santo/PB ?		1928 22 anos							
João Irineu Jofilly 1878 Campina Grande/PB 1950	Bacharel	1901 23 anos	Coadjutor de Guarabira/PB; Vigário de Ingá/PB; Cônegon efetivo da Catedral de Nossa Senhora das Neves em João Pessoa/PB (1910); Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife; Bispo de sefetula; Bispo da Diocese de Mariana (1916- 1924); Arcebispo de Belém do Pará (1924-1931 e Bispo de Anasrtha quando renunciou e foi morar no Asilo São Luiz/RJ);			Diretor do Colégio Santo Antônio em Natal/RN (1903); Diretor do Colégio Diocesano Pio Décimo (1908- 1914).			Sim
João Maria Madrugada 1901 Mamanguape/PB		1926 25 anos	Coadjutor do Vigário de Bananeiras/PB; Coadjutor do Vigário						Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
1965			de Mamanguape/PB e Capelão do Rio Tinto/PB (1928-1938); Vigário de Pilões/PB (1938-1941); de Cuité/PB (1941-1944); de Cabaceiras/PB (1944-1946); de Teixeira/PB (1946-1949); de Pirpirituba/PB (1949-1951) e de Jacaraú/PB (1951-1965); Capelão da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus em Bananeiras/PB (1927-1928).						
João Noronha 1901 Mamanguape/PB ?		1929 28 anos							
João Onofre Marinho 1887 Pilar/PB 1977	Criador	1910 23 anos	Vigário de Alagoinhas/PB (1910, 1913); Vigário de Bananeiras/PB (1911); Secretário do Arcebispo da Paraíba (1918), Vigário de Fagundes/PB (1919); Capelão do Asilo da Mendicidade na Capital da Paraíba.						Sim
Joaquim Cyrillo de Sá 1871 PB	Nada consta	1897 26 anos	Vigário Encomendado da Paróquia Nossa			Chefe político do município de São João do Rio do	Projeto de equiparação do Colégio Padre Rolim		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
?			Senhora do Rosário em São João do Rio do Peixe/PB (1898-1912)			Peixe; Deputado Estadual/PB, por 7 legislaturas consecutivas (1904-1930)	à Escola Normal Oficial (1916) o que garantia aos colégios particulares a mesma vantagem.		
Joaquim de Assis Ferreira ? ? ?		1933 ?							
Joaquim de Souza Simões 1908(?) Santa Rita/PB ?		1935 27 anos							
Joaquim Gomes da Cunha Andrade 1879 Guarabira/PB ?	Desembargador	1905 26 anos							
Joaquim Honório da Silveira Canuto 1878 Macau/RN 1966	Náutico	1902 24 anos	Pároco de Macau (1903-1913) regendo a Freguesia de Angicos/RN (1906-1907); Vigário da Igreja Nossa Senhora da Apresentação em Natal/RN (1913-1914); Vigário de Açú/RN (1914-1925); Capelão do Colégio Imaculada Conceição de Natal/RN; Reitor do Seminário São Pedro de Natal/RN; Vigário de Ceará - Mirim/RN; Capelão da Vila Pereira Carneiro e de São			Diretor do Colégio Diocesano Santo Antônio de Natal/RN			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Domingos/RJ; Vigário de Bom Jardim/RJ; Capelão da Confraria de Nossa Senhora da Conceição/RJ; Capelão do Asilo Santa Leopoldina/RJ; Consultor diocesano e secretário do Bispado/RJ. De volta ao Rio Grande do Norte foi vigário de Macau (1938-1950) onde adoeceu						
Joaquim Ludgero Pereira Diniz 1871 Itaporanga/PB ?	Nada consta	1903 32 anos							
Joaquim Marques Peixoto 1873(?) CE ?	Nada consta	1897 24 anos							
Joaquim Théophilo Agra da Silva 1880(?) PB ?	Nada consta	1906 26 anos							
José Alcântara Luz 1905 Pacoti/CE ?		1934 29 anos							
José Augusto de Freitas 1876(?) Portugal ?	Nada consta	1900 24 anos	Vigário da catedral de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa/ PB (1902- 1904.)		Não				

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
José Barbosa de Lima ? ? ?		1926 ?							
José Betâmio de Gouveia Nóbrega 1872 São João do Cariri/PB 1948	Criador	1898 26 anos	Regente da Capela de Soledade/PB (1898-1935); Capelão de várias capelas nos Estados da Paraíba e Pernambuco.						Sim
José Borges de Carvalho 1896 Alagoa Nova/PB 1980		1919 23 anos	Vigário na Paraíba, das Paróquias de Bananeiras (1919-1922), Esperança (permaneceu até 1929); Soza, Santa Luzia e Alagoa Nova.						Sim
José da Cunha Barros 1912 Picuí/PB ?		1935 23 anos	Vigário de Cuité/PB (1947).						
José da Silva Coutinho 1897 ? 1973		1920 23 anos	Capelão de Cruz das Armas (1920); Capelão da Ordem III do Carmo (1927, 1937-1940); Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Neves (1929-1937); Capelão da Igreja de Nossa Senhora das Mêrces (1943); Gerente do Jornal "A Imprensa"/PB; Ecônomo do Colégio Pio X (1924); Ecônomo do Seminário Nossa Senhora da	Cônego honorário do Cabido diocesano da PB e Monsenhor Camareiro do Papa João XXIII.		Chefe do Serviço de Assistência Social do Estado da Paraíba, ficando famoso pelas obras sociais.	Fundou o Instituto São José (1935); Recebeu em 1954, o título de Honra ao Mérito, conferido pela Esso Standard do Brasil e, em 1956, o Título de Cidadão Benemérito da Cidade de João Pessoa/PB.		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Conceição/PB; Capelão do Abrigo Jesus de Nazaré (1940-1943).						
José de Maria Baptista Dias 1892 PB ?		1925 23 anos							
José de Medeiros Delgado 1905 Pombal/PB 1988		1929 24 anos	Capelão do Colégio das Irmãs Dorotéias em Bananeiras/PB; Vigário Cooperador em Campina Grande e Bananeiras/PB (1930); Pároco de Campina Grande/PB (1931-1941); Primeiro Bispo de Caicó/RN (1941- 1952); Arcebispo de São Luiz do Maranhão (1952- 1963); Arcebispo de Fortaleza/CE (1963- 1973); Secretário Nacional de Ação Social da CNBB; Presidente da Regional Nordeste I da CNBB.			Membro da Associação Cearense de Imprensa/CE	Construiu o Colégio Diocesano Pio X, expandiu Escolas Rurais e construiu um núcleo de Ação Católica de nível experimental, visando à participação de leigos no Circulo Operário e na Juventude Operária Católica, inaugurou o Ginásio Diocesano Seridoense (1942), Criou "A Casa do Pobre de Caicó" (1943), a Escola Domestica Popular Darcy Vargas e a Pupileira em Caicó. Criou o Seminário Diocesano de Caicó/RN onde também fundou três Cooperativas e o Abrigo dispensário Prof. Pedro Gurgel. No Maranhão		

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
							<p>implementou a JOC e a JAC, organizou uma rede de de cooperativas de produtores e fundou a cooperativa Banco rural, criou também a Rádio Educadora do Maranhão Rural (REMAR) e ajudou na fundação da universidade do Maranhão instalada em 1961. Em Fortaleza desenvolveu uma experiência agropecuária dos rios Escudeiro e Melanciais no município de Russas/CE. Escreveu: Pastorais - Saudação a Caicó, 1941; Vida Cristã, Paróquia e Ação Católica, 1942; Mistério da Vida Cristã, 1943; Amor Fraternal, 1949; A Igreja e os Sacramentos (saudação aos do Maranhão), 1952; Maria, sacerdócio e eucaristia, 1954; Mistério da Igreja, 1962. Opúsculos: A Magia do amor; Leis do amor; Faculdades de medicina;</p>		

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
							<p>Mensagem de Pentecostes; Problema da Terra; Problema do desemprego. Livros: O homem e a comunidade, 1956; Reflexões sobre a santidade, 1965; Juazeiro, padre Cicero e Canindé, 1968; Evangelho, fê e concílio, 1966; O homem, o sacerdócio e o sexo, 1969; Igreja, fê e pastoral, 1969; O cristão, a vocação e a prática do amor, 1969; Igreja, liberdade e mundo moderno, 1970; Padre Cicero: mártir da disciplina, 1970; Testemunho, 1971; Pedacos de mim mesmo, 1973; Memórias da graça divina, 1978; Deus e a igreja em você, 1979 (em comemoração dos 50 anos de sacerdócio); Tapetes de mistério, 1980; O teu ser, 1981; Somos irmãos 1982; Carta a um amigo excomungado, 1983; A carta do amor. 1984. Escreveu colunas nos seguintes jornais: A Ordem,</p>		

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
							Natal/RN; O Imparcial, dos Diários Associados, e o Jornal do Maranhão, da Arquidiocese de São Luiz, MA; O Nordeste, da Arquidiocese e O Povo e A tribuna, Fortaleza/Ce; A Imprensa, Jornal da Arquidiocese da Paraíba; Idade Nova, Paróquia de Campina Grande/PB.		
José João Pessoa da Costa 1878 Areia/PB 1964	Desembargador	1901 23 anos	Vigário de Alhandra e Taquará/PB (1902-1904); Vigário de Cruz do Espírito Santo/PB (1904-1964).	Cônego Honorário do Cabido da Paraíba e; Monsenhor Camareiro de João XXIII.		Chefe político em São Miguel do Taipu/PB			Sim
José Maria de Mesquita 1901 Engenho Santa Ana - Espírito Santo/PB 1970		1932 31 anos	Vigário de Gurinhém/PB.	Cônego Honorário do Cabido da Paraíba.					Sim
José Neves de Sá 1883 Sousa/PB ?	Nada consta	1905 22 anos							
José Pereira Diniz 1905 Alagoa Nova/PB 1980		1928 23 anos	Pároco de Bananeiras/PB (1929-1969); Gerente do Jornal "A Imprensa"/PB (1969).	Camareiro Secreto do Santo Padre.		Fiscal do Colégio Coração de Jesus - Bananeiras/PB			Sim
José Raymundo Ferreira	Nada consta	1905							

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Filho 1879(?) Campina/CE ?		26 anos							
José Thomáz Gomes da Silva 1873 Martins/RN 1948	Bacharel	1896 23 anos	Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Secretário geral do bispado da Paraíba; Mestre de Cerimônia do Sólido Episcopal da Paraíba; Diretor do Jornal "A Imprensa"/PB; Visitador Apostólico dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte; Primeiro Bispo da Diocese de Aracaju (1911-1948).	Monsenhor		Professor do Liceu Paraibano	Duas Cartas Pastorais; Fundou o Jornal "A Cruzada"	Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.	Sim
José Tibúrcio de Souza Miranda 1890 Touros/RN ?		1913 23 anos	Capelão de Cabedelo/PB (1913- 1914); Coadjutor do Vigário de Mamanguape/PB (1914-1915); Vigário de Nossa Senhora de Lourdes (1915- 1918); Diretor Espiritual e Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1918- 1928); Vigário de Cuité/PB (1928- 1929); Vigário de Campina Grande/PB (1929-1931); Reitor e Professor do	Cônego Efetivo na Paraíba e Camareiro Secreto.			Escreveu: Como ser castro, ensaio ascético. Bahia: Editora Mensageiro da Fé, 1919. Independência ou morte! Paraíba: Imprensa Oficial, 1922 (drama). Pedagogia popular do catecismo. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1939.		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Gerente do Jornal "A Imprensa"/PB (1912-1914); Capelão do Ginásio Nossa Senhora das Neves/PB (1945-1947).						
José Trigueiro de Brito 1888 Guarabira/PB 1959		1912 24 anos	Coadjutor do Vigário de Guarabira/PB (1912-1913, 1916-1917); Vigário de Ingá/ PB (1915-1916); de Pilar/PB (1917-1919); de Itabaiana/PB (1919-1930); de Sapé/PB (1933-1938); Capelão do Rio Tinto/PB (1938-1939); Capelão do Abrigo de Menores, na capital da Paraíba (1939-1940); Vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Campina Grande/PB (1942-1946); Professor do Colégio Pio X /PB(1913-1915); Diretor Espiritual do Ginásio Pio XI em Campina Grande/PB (1940); Capelão do Ginásio Imaculada Conceição em Campina Grande/PB (1940-1942);	Cônego Honorário do Cabido da Paraíba					Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Capelão do Hospital Santa Isabel, na capital da Paraíba regendo Cabedelo.						
José Viana da Cunha ? PB ?		1911 ?							
José Vital Ribeiro Bessa 1887 Mamanguape 1974		1911 24 anos	Coadjutor do Vigário de Serraria e Capelão de Pilões/PB (1912); Vigário de Areia/PB (1913); Vigário substituto de Guarabira/PB (1913); Vigário de Esperança/PB (1913-1922); Vigário de Umbuzeiro/PB (1922-1934); Vigário de Pirituba/PB (1934-1941); Vigário de Alagoa Grande/PB (1941-1945); Vigário da Bahia da Traição/PB (1945-1960).	Cônego Honorário do Cabido Metropolitano da Paraíba.					Sim
Joseph Blangetti (salesiano de Olinda) ? Itália ?		1900 ?							
Josino Gomes da Silva Junior 1884 Itaporanga/PB ?	Nada consta	1908 24 anos							Sim
Leão Dias Ferreira (beneditino de Olinda)	Nada consta	1900 26 anos							

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
? Portugal ?									
Leão Fernandes de Queiroz 1881 Pau dos Ferros/RN 1920	Nada consta	1907 26 anos	Professor e Diretor Espiritual do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Redator do Jornal católico "A Imprensa"/PB.			Professor do Colégio Pio Décimo/PB			
Leôncio Fernandes da Costa 1869 Pedro Velho (antiga Vila Nova)/RN 1948	Nada consta	1901 32 anos	Pároco da Paróquia de Pau dos Ferros e encarregado da Freguesia de Portalegre (1902- 1904); e Martins/RN; (1902-1904); Pároco da Freguesia de São Miguel (1904); Vigário de Canguaretama (1909- 1911 e 1915-1916); Capelão de Vila Nova (1918-1926, 1922-1933 e -1935); Por motivo de saúde tornou-se sacerdote Avulso.			Não			Sim
Lúcio Gomes Gambarra 1880 Sousa/PB 1974	Militar	1903 23 anos	Vigário de Apodi, Carnaúbas, Martins e Portalegre/RN 91903-1906); Vigário de Santana do Matos regendo Angicos/RN (1907- 1915); Vigário da Paróquia de	Cônego Honorário do Cabido da Paraíba					Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Cascatinha em Petrópolis e Niterói/RJ. Foi incardinado no Arcebispado do Rio de Janeiro/RJ (1940), sendo Capelão do Senhor do Bomfim e Nossa Senhora da Conceição.						
Luiz Adolpho de Paula 1884 São José do Mipibu/RN ?	Militar	1907 23 anos							Sim
Luiz Borges de Salles 1871 Alagoa Nova/PB ?	Agricultor	1900 29 anos	Vigário de Bragança/PA (por 23 anos).			Senador pelo Estado do Pará			Sim
Luiz de França Thomé de Souza 1906 Manaus/AM ?		1928 22 anos							
Luiz Gonzaga de Araújo 1887 Itabaiana/PB 1957		1913 26 anos	Coadjutor do Vigário de Catolé da Rocha/PB (1914); Cura de Cabedelo/PB (1915); Vigário de Fagundes/PB (1915); Vigário das Paróquias de Pilar, Ingá e Serra Redonda, todas na Paraíba (até 1936).						Sim
Luiz Gonzaga Lira 1892 Serraria/PB ?		1918 26 anos							
Luiz Santiago		1928	Vigário de Cuité/PB						

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
1897 Esperança/PB ?		31 anos	(1936).						
Manoel Antônio de Paiva 1873 Gurinhém (antiga Itabaiana/PB) 1937	Feriador	1896 23 anos	Coadjutor das Paróquias de Alagoa Nova e Nossa Senhora das Neves em João Pessoa/PB; Diretor do Jornal "A Imprensa"/PB e do Boletim Eclesiástico da Paraíba; Reitor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Professor (Teologia Moral e Direito Canônico) do mesmo Seminário durante 11 anos. Foi sagrado Bispo de Ilhéus/BA (1915-1929) e Bispo de Garanhuns/PE (1929-1937).			Professor do Colégio Diocesano/PB		Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, sendo, inclusive, seu Diretor.	Sim
Manoel Cristóvam Ribeiro Ventura 1881 Pesqueira/PB ?	Criador	1905 24 anos							
Manoel Jacome ? ? ?		1928 ?							
Manoel Marcelino de Brito 1875 São João do Sabugi/RN 1910	Nada consta	1903 28 anos	Vigário em Serra Negra/RN (1906- 1909).						Sim
Manoel Martins de	Nada consta	1910	Vigário da Paróquia						

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Moraes 1884(?) CE ?		26 anos	de Nossa Senhora das Neves/ PB (1913-1915); Reitor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1915-1925); Professor de Teologia Moral no mesmo Seminário.						
Manuel Maria d'Almeida Albuquerque 1889 Santa Rita/PB ?		1911 22 anos	Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1912); Vigário da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes (1913-1915, 1918); Diretor Espiritual do Colégio Pio X/ PB (1915); Ecônomo do Seminário da Paraíba citado anteriormente (1916).	Cônego Efetivo na Paraíba em, Monsenhor Camareiro do Santo Padre, Prelado doméstico do Papa.					Sim
Manuel Tobias Victório 1889 Areia/PB ?		1913 24 anos							
Marcos Aprígio de Souza Santiago 1869(?) RN ?	Nada consta	1894 25 anos							Sim
Mathias da Silva Freire 1882 Mamangape/PB 1947	Agricultor	1905 23 anos	Coadjutor da Paróquia de Guarabira/PB; Coadjutor da Catedral de Nossa Senhora das Neves/PB; Capelão de Cabedelo/PB;			Professor do Ginásio Pio Décimo, da Escola Normal e do Liceu Paraibano; Diretor da Instrução Pública em João Pessoa/PB;	Escreveu: Livro de Sonetos Alma e Coração, publicado pela Santa Cruz.	Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e sócio fundador da Academia Paraibana de Letras.	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Capelão do Hospital Santa Isabel; Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Neves (1917-1925) ambas em João Pessoa/PB; Diretor e Redator do jornal "A Imprensa"/PB.			Colaborador do Jornal "A União"; Deputado Estadual (sendo presidente da Assembléia) da Paraíba e Deputado Federal.			
Misael Justiniano de Carvalho 1875 Nísia Floresta/RN ?	Nada consta	1902 27 anos			Não				Sim
Moyses Ferreira do Nascimento 1878 Santa Cruz/RN 1949	Nada consta	1902 24 anos	Vigário de Apodi/RN (1903); Vigário de Mossoró/RN (1904); Vigário de Natal/RN (1906); Vigário de Ceará-Mirim/RN (1910); Vigário de Goianinha/RN (1912); Vigário da Penha/RN (1916); Vigário de Canhotinho/Pe (1926); Coadjutor da Boa Vista em Recife/Pe (1924); Vigário de Birigui/SP (1927); Diretor Espiritual do Seminário de Aracaju (1928); Vigário da Paróquia São José em Aracaju/Se (1935); Vigário de Potendaba/SP (1936); Vigário da Catedral de		Não	Diretor do Colégio Nossa Senhora do Rosário de Pirpirituba/PB.			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Jaboticabal/SP (1938); Capelão em Niterói/RJ (1940-1941); Vigário de Pirpituba/PB (1942)						
Moyses Pereira dos Santos 1881 Campina Grande/PB ?	Agricultor e Criador	1905 24 anos							
Moyses Sizenando Coelho 1877 Cajazeiras/PB 1959	Nada consta	1901 24 anos	Capelão do Colégio Nossa Senhora da Conceição em Natal (1902-1903); Vigário em Natal (1903); em Ceará-Mirim/RN (1904); Professor (Latim, Liturgia, Teologia Pastoral e Direito Canônico) e Diretor Espiritual do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB ; Bispo de Cajazeiras/PB (1914-1932); Arcebispo Titular de Barea e Coadjutor do Arcebispado da Paraíba (1935-1959).		Não	Vice-diretor do Colégio Santo Antônio; Diretor do Colégio Pio Décimo, em João Pessoa/PB.	Escreveu: Diversas Cartas Pastorais		Sim
Nicodemos Neves da Costa 1884 Carnaúba/RN 1957		1913 29 anos	Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1914); Vigário interino do Conde/PB (1914); Capelão do Hospital e da Santa Casa de Misericórdia	Cônego Honorário da Paraíba.		Professor do Colégio Pio X (1914); Diretor e Professor da Escola Normal e do Lyceu Paraibano.	Escreveu: A inquisição na Paraíba. Paraíba: Ed. A Imprensa, 1922.		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			na capital da Paraíba (1914).						
Nicolau de Souza Leite ? PB ?		1914 ?							
Odilon da Silva Coutinho 1879 Pilões/PB 1954	Agricultor	1901 22 anos	Ecônomo do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1904); Secretário do Bispado da Paraíba (1911); Capelão do Colégio Nossa Senhora das Neves (1906-1921); Capelão do Asilo Bom Pastor; Capelão da Igreja Nossa Senhora da Conceição; Administrador dos Bens da Mitra da Arquidiocesana da Paraíba (1935); Vigário Geral da Arquidiocese da Paraíba (1941).	Cônego Efetivo na Paraíba em, Monsenhor Camareiro Secreto, Deão do Cabido da Paraíba,		Professor do Liceu Paraibano (1906- 1944); Diretor por duas vezes do mesmo Liceu; Professor da Escola Normal; Professor do Colégio Nossa Senhora das Neves; Professor do Colégio Pio X e Diretor da Escola Santa Inês, todos na Paraíba; Deputado Estadual/PB (1934-1937).		Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, assumindo sua direção.	Sim
Olympio Torres ? ? ?		1935 ?							
Oscar Cavalcante de Albuquerque 1891 Recife/PE ?		1922 31 anos							
Pedro Anízio Bezerra Dantas 1883	Nada consta	1907 24 anos	Capelão em Cabedelo/PB (1913- 1916), Capelão das	Cônego Efetivo do Cabido da Paraíba, Arceidiago do Cabido		Professor do Lyceu Paraibano, dos Colégios Pio	Fundador da Ação Católica na Paraíba; Assistente da	Membro do Instituto Histórico e Geográfico da	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Bananeiras/PB 1979			Igrejas do Bom Jesus (1910); de Nossa Senhora de Lourdes; de Nossa Senhora das Mercês (1913-1916,1924,1926-1940); todas na Paraíba. Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Neves/RN (1925-1926, 1946-1956); Diretor Espiritual do Seminário da Paraíba (1916-1917); Vigário Geral da Arquidiocese da Paraíba; Diretor do Jornal católico "A Imprensa"(1938-1939).	da Catedral da Paraíba, Monsenhor Camareiro Secreto do Papa.		X, Nossa Senhora das Neves e da Escola Normal do Estado da Paraíba (1910-1946); Diretor do Departamento de Educação/PB.	Juventude Feminina, da Liga ICF, da União dos Moços católicos; Fundador da Escola Profissional Pe. Anchieta e do Circulo Operário na Paraíba. Escreveu: A religião e o progresso social. Paraíba: Imprensa oficial, 1923. Estudos filosóficos. Paraíba: Imprensa oficial, 1925. A filosofia tomista e o agnosticismo contemporâneo. Paraíba: Imprensa oficial, 1928. Tratado de pedagogia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1934. Compendio de Pedagogia e psicologia experimental. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937. Sociologia evolucionista e sociologia cristã, 1955. A igreja, reino de Deus na terra, 1966. A idéia de Deus através dos séculos.	Paraíba e da Academia paraibana de Letras.	

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Pedro Maria Coelho Serrão 1896 PB 1959		1932 36 anos	Vigário na Paraíba, das Paróquias: Mogeiro, Ingá, Serra Redonda, Teixeira e Catolé do Rocha.			Diretor do Colégio Leão XIII, em Catolé do Rocha.			Sim
Pedro Paulino Duarte da Silva 1877 São José do Mipibu/RN 1954	Nada consta	/1901 24 anos	Vigário de Touros/RN (1903- 1904); Coadjutor da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Natal/RN; Vigário de Angicos/RN (1905); Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Vigário da Paróquia de Ceará-Mirim/RN (1918-1924); Vigário em Currais Novos/RN (- 1928); Vigário em Santana do Matos e São Rafael (1928-1930); Vigário de Nova Cruz/RN (1930- 1933); Vigário da Paróquia de Acari; da Paróquia de Macaíba (1934); de São José do Mipibu (1938- 1945); da Paróquia de Nísia Floresta (antiga Papari) e Vigário da Paróquia de Arês (1945-1952)			Vice-diretor do Colégio Santo Antônio em Natal/RN; Vice- diretor do Colégio Diocesano Pio Décimo em João Pessoa/PB (1906); Diretor do Colégio Santa Luzia em Mossoró/RN (1907-1914).			Sim
Raphael de Barros		1920	Secretário do	Cônego do Cabido da					Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Moreira 1897 PB 1975		23 anos	Arcebispo da Paraíba (1920-1921, 1927); Vigário de Alagoinha/PB (1922- 1925); Vigário de Sapá/PB (1926- 1927); de Gurinhém/PB (1927- 1930); de Santa Rita/PB (1931-1963); Capelão do Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande/PB (1921); Gerente do Jornal católico “A Imprensa” (1927- 1931).	Paraíba, Monsenhor Camareiro do Papa.					
Sebastião Ferreira Rabello ? ? ?		13/11/1920 -							
Severino Cavalcante de Miranda 1899 Engenho Buraco - Areia/PB 1977		1922 23 anos	Coadjutor do Vigário de Mamanguape/PB; Capelão de Rio Tinto/PB (1923); Vigário de Alagoa Nova/PB (1923); Vigário de Bananeiras/PB(1926); Coadjutor do Vigário de Alagoa Grande/PB; Vigário de Alagoa Grande/PB (1939); Vigário de Araruna/PB (1940- 1952); de	Cônego Honorário do Cabido da Paraíba e Monsenhor Camareiro Secreto do Papa João XXIII.		Professor do Colégio Estadual de Itabaiana/PB.			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Mogéiro/PB; de Itabaiana/PB; Vice-Reitor e Ecônomo e Professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1929); Capelão da Escola Normal Nossa Senhora do Rosário/PB (1933); Gerente do jornal católico “A Imprensa”; Capelão do Colégio Nossa Senhora da Conceição em Itabaiana/PB, bem como do hospital da mesma cidade.						
Severino Leite Pinto Ramalho 1873 Conceição do Piancó/PB 1937	Agricultor	1897 24 anos	Vigário de Itaporanga/PB (antiga Misericórdia) (1898); Vigário de Piancó/PB (1899-190); Coadjutor de Bananeiras/PB (1903-1904).						Sim
Severino Pires Ferreira 1894 PB 1975		1918 24 anos	Coadjutor da Paróquia de Santa Rita/PB; Vigário de Pilões/PB (1919); Coadjutor do Vigário de Bananeiras/PB (1924, 1928, 1931); Professor (1929) e Diretor Espiritual (1929-1930, 1932-1936) e Ecônomo (1924-1926) do	Monsenhor Camareiro do Papa João XXIII.					Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB; Vice-Diretor do Ginásio Pio X, na Capital da Paraíba; Cura de Cabedelo/PB (1918); Capelão da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus em Bananeiras/PB (1928-1931); Capelão da Maternidade Cândida Vargas (1936), na capital da Paraíba.						
Silvio Celso de Mello 1899 Areia/PB 1995		1922 27 anos	Capelão da Igreja da Santa Casa de Misericórdia, na Capital da Paraíba (1923); Cura de Cabedelo/PB (1923-1925); Secretário do Arcebispado da Paraíba (1926-1927); Vigário de Sapé/PB (1927-1928); Cooperador de Monteiro/PB (1929-1943); Vigário de Sumé/PB (1943-1946); Administrador do patrimônio da Arquidiocese da Paraíba (1959-1961); Capelão da Igreja Mãe dos Homens, na Capital da Paraíba/PB (1947-1964); Gerente do Jornal “A Imprensa”	Cônego efetivo do cabido da Paraíba e Monsenhor.					Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			(1923-1927); Professor do Seminário da Paraíba e Secretário do Colégio Pio X, na Capital da Paraíba (1925-1927); Capelão do Colégio das Lurdinas de Monteiro/PB (1946- 1947); Ecônomo do Seminário Nossa Senhora da Conceição/PB (1947- 1959); Administrador da construção do novo prédio do Seminário paraibano no bairro Castelo Branco na Capital (1959-1968); Capelão do Colégio Nossa Senhora das Neves/PB (1965- 1989).						
Simão Phileto Patrício da Costa 1878 Areia/PB ?	Farmacêutico	1901 23 anos	Primeiro Vigário da Paróquia de Itabaiana/SE.		Direito	Líder Político em Itabaiana/PB (condenado a por brigar com o Prefeito).			
Theodomiro de Queiroz Mello 1895 Taperoá/PB ?		1918 23 anos	Vigário de Cabedelo/PB e de São João do Cariri/PB; Pároco de Pilões/PB; Vigário de Taperoá/PB; Pároco de Mari/PB; Ecônomo do Seminário Nossa Senhora da						Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Conceição/PB; Capelão do Orfanato Dom Ulrico, na Capital da Paraíba.						
Theophilo Tworz (salesiano de Olinda) ? Polônia ?		1900 ?							
Vicente Ferreira Lins Pimentel 1872 Assú/RN ?	Costureira	1904 32 anos							
Vicente Ferreira Rodas 1882 Teixeira/PB ?	Agricultor	1910 28 anos							
Vital de Medeiros Paz 1876 Alagoa Grande/PB ?	Alfaiate	1903 27 anos							
Vital Vitalino de Paiva Cavalcante 1881 Caicó/RN ?	Comerciante	1904 23 anos							

Anexo II

Padres do Seminário de Aracaju

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Agnaldo Guimarães 1909 Propriá/SE +1951	Agricultor	1935 26 anos	Foi Padre de Boquim, onde construiu a Igreja Matriz; Padre Auxiliar de Pároco de Propriá/SE e do Hospital São Vicente de Paula.						
Alberto Bragança de Azevedo 1900 Laranjeiras/SE +1974	Militar	1924 24 anos	Foi Professor de Francês, Geografia, Corografia, Teologia Dogmática, Latim e Lição de Coisas do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE; Padre em Santa Luzia do Itanhý/SE. Coadjutor de estância; Consutor Jurídico da Diocese.		Direito	Professor de Latim do Colégio Atheneu Sergipense e da Faculdade de Direito de Sergipe (1950). Foi também tradutor de obras em francês.			Sim
Antônio de Barros Padiha 1909 Freguesia de Campos (hoje Tobias Barreto)/SE ?	Criador	1932 23 anos	Foi Padre de Rosário, Camópolis/SE, Frei Paulo/SE, Riachuelo/SE e Professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1927-1929);	Cônego Honorário do Cabido Diocesano			Fundou uma Escola Agrícola em Riachuelo e outras Instituições destinadas ao Uso Social.		Sim
Antônio de Freitas Melo 1899 Gararu/SE +1985	Agricultor	1922 23 anos	Foi Professor de Francês do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1919 - 1922); Pároco na Paróquia de Porto da Folha/SE (1924); Pároco de Itabaiana/SE (1933);	Cônego Efetivo do Cabido Diocesano, Monsenhor					Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Pároco de Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe em Estância/SE (1933 - 1947) onde também foi Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento; Diretor espiritual do Asilo Santo Antônio e Participou da Fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus.						
Antônio Fernando da Graça Leite 1901 Freguesia de Propriá/SE +1968	Agricultor	1924 23 anos	Foi Padre de Aquidabã/SE e Muribeca/SE em 1934; Instalou a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Canhoba/SE (1940) do qual foi Vigário; Pároco de Japarutuba/SE (1949); Coadjutor de Propriá/SE.	Cônego Honorário do Cabido Diocesano					Sim
Antônio Régis 1900 Maruim/SE +1949	Professor	1924 24 anos	Foi Professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1922); Vigário de Gararu/SE, Campo do Brito/SE e Divina Pastora/SE; Coadjutor da Paróquia do Santíssimo Sacramento no Rio de Janeiro.				Colaborou na Imprensa Sergipana.		

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Arnaldo Castro ? ? ?		1935 -							Sim
Arnaldo Rocha Campos 1898 ? ?		1924 26 anos	Foi Padre em Rosário do Catete/SE e Coadjutor de Aquidabã/SE						Sim
Augusto Melo 1911 Santo Antônio das Brotas/SE ?	Agricultor	1934 27 anos	Foi Professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus						Sim
Aurélio Vasconcelos de Almeida 1911 Santo Amaro das Brotas +1999	Agricultor	1934 23 anos	Foi Padre nas Paróquias de Santo Amaro das Brotas/SE, Maruim/SE e Siriri (1938); Vigário da Paróquia de Bom Jesus em Ipaçu/SP (1939 - 1940); Vigário da Paróquia São Paulo em Agudos/SP (1940 - 1941); Capelão do Hospital de Agudos/SP (1942 - 1951); Vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Dores em Nova Odessa/SP (1951); Fundou em 1958 a AVIANO (Ação Vicentina Assistencial de Nova Odessa/SP, entidade de Assistência Social e proteção a Infância,		Pedagogia e Direito	Funcionário Público Federal (Inspetor de Ensino Secundário e Técnico em Assuntos Educaçãois); Professor de Latim no Ginásio São Paulo; Lecionou Sociologia na PUC de Campinas/SP (1950).	Escreveu: O Padre Gaspar Lourenço que empreendeu a Catequese em Sergipe (1975); Representação de Sergipe no Parlamento Nacional e o Esboço Biográfico de Inácio Barbosa (três volumes).		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			a Juventude, à Velhice e aos doentes); Promoveu o SEANO (Serviço de Educação de Adolescentes também em Nova Odessa/SP						
Avelar Brandão Vilela 1912 Viçosa/Alagoas +1986	Usineiro	1935 23 anos	Secretário Geral do Bispado de Dom José em Sergipe; Professor de Português e Latim do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE; Diretor Espiritual do mesmo Seminário (1938 - 1946); Diretor das Vocações Sacerdotais; Redator do Jornal "A Cruzada"; Capelão da Igreja de São Salvador em Aracajú/SE; Diretor Espiritual do Centro Dom Vital em Aracajú/SE; Assistente Geral da Ação Católica Diocesana; Bispo de Petrolina em Pernambuco; Arcebispo de Terezina no Piauí; Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil; Presidente da Conferência dos Bispos de toda a		?	Professor de Psicologia no Colégio Estadual de Sergipe.	Criador do Movimento de Assistência às Empregadas Domésticas. Fez vários pronunciamentos acerca das questões religiosas, envolvendo temas como: A Imprensa, a Política, a Luta de Classes, a Sociedade, a Juventude, a Violência, a relação entre a Igreja e o Estado, o Planejamento Familiar, a Paz, a Liberdade, a Morte, o Trabalho, a Justiça, o Diálogo, o Direito de Expressão, o Processo, a Pena de Morte, a Usina de Paulo Afonso, a Integração entre o Bispo e o Colegiado, a Dignidade, os Povos, a Ação da Igreja e o Casamento. Criou o Centro Pio XI, em Terezina/PI,	Membro do Instituto Histórico e geográfico de Sergipe e da Academia Baiana de Letras.	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			América Latina (1968 - 1972); Conselheiro perito e fiel dos Sumos Pontífices. Fundou a Ação Católica Diocesana de Aracaju/SE. Foi orientador da Liga Eleitoral Católica em Sergipe.				manteve Crônicas no Rádio e uma coluna semanal no Jornal - A Tarde de Salvador/BA.		
Basilício Raposo de Oliveira 1892 Aracaju +1945		1917 25 anos	Diretor Espiritual do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1917); Professor de Latim, História Eclesiástica, História Universal e História do Brasil do mesmo Seminário (1916 - 1918, 1923 - 1924); Coadjutor de Propriá/SE; Vigário de Santo Antônio; Capelão da Força Policial De Sergipe; Vigário das Paróquias de Boquim/SE, Arauá/SE e Santa Luzia/SE; Vigário de Igarassú/SP e Lençóis/SP; Provisionado Vigário de Campos (nome anterior da cidade Tobias Barreto/SE; Vigário de Campo do Brito/SE e de Nossa Senhora das Dores/SE (1930).	Cônego Honorário da Catedral de Aracaju/SE, Monsenhor	Não				Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Carlos Camélio Costa 1900 Laranjeiras/SE +1974		1923 23 anos	Foi Professor de Latim e Francês do Seminário sagrado Coração de Jesus/SE (1923 - 1924) e Reitor do mesmo Seminário(1927 - 1929). Foi Administrador da Catedral de Aracajú/SE; Capelão da Polícia Militar de Sergipe; Capelão do Colégio Nossa Senhora de Lourdes/SE (1949); Capelão do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro (1950); Vigário Capitular da Arquidiocese de Aracaju/SE (1957); Assistente Eclesiástico do Circulo Operário Católico em SE.	Deão do Cabido da Catedral, Cônego, Monsenhor		Suplente da Câmara Federal, onde assumiu o cargo durante seis meses; Professor do Atheneu Sergipense.		Membro da Academia Sergipana de Letras.	Sim
Domingos Fonseca de Almeida 1898 Campo do Brito/SE +1987		1922 24 anos	Foi Professor de Francês, Português e Latim do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1916 - 1921); Padre em Riachão do Dantas/SE, Gararu/SE e Simão Dias/SE (1924)	Cônego Honorário do Cabido Diocesano		Professor da Escola Normal de Sergipe.	Seus Sermões, Discursos e Conferências revelaram-no um escritor acatado, levando-o a ser Membro da Academia de Letras, onde ocupou a Cadeira 29.	Além de membro da Academia Sergipana de letras, foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sendo por algum tempo, seu Vice-Presidente.	Sim
Edgar de Brito 1907 Gararu (Antiga Curral de Pedras)/SE		1930 23 anos	Foi Professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1927); Vice-Reitor	Cônego Honorário do Cabido diocesano	?	Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte, assinando a	Escreveu diariamente para o jornal "O Estado de Sergipe", que o adquiriu, dando		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
+1989			do mesmo Seminário (1930); Secretário do Bispado de Aracaju/SE; Vigário coadjutor de Estância/SE (1930); Vigário de Santa Luzia/SE, Indiaroba/SE (1932); Vigário de Rosário do Catete/SE (1933); Vigário de Santo Amaro das Brotas/SE, Maruim/SE e Japaratuba/SE (1934); Capelão da Igreja do São Salvador em Aracaju/SE, Nossa Senhora do Rosário em Aracaju/SE, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Aracaju/SE e do Hospital de Cirurgia/se; Auxiliar de confiança do Cardeal Dom Augusto da Silva; Capelão de Santo Antônio de Moraria e Capelão dos Vicentinos, Assistente Eclesiástico da Juventude Operária Católica; Vigário da Paróquia Nossa Senhora da Vitória; Vigário da Paróquia			Constituição sergipana. Foi também Professor catedrático da Escola de Comércio Conselheiro Orlando.	a ele o nome de "Folha da Manhã" Como Deputado Estadual, lutou pela inserção do nome de Deus na Constituição, foi relator do Título VI do projeto de Constituição referente à "Família, Educação e Cultural", e promungou pelo ensino religioso nas Escolas. Fundou colégios gratuitos, escolas domésticas, casas de cooperação e recreação.		

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			do Rosário, em Aracajú/SE; Restaurou a Igreja de Rosário de Catete/SE; Construiu a Capela do Povoado Aguada/SE; restaurou a Igreja Matriz da cidade de Japarutuba/SE e construiu a Casa Paroquial e a Capela do povoado São José da Caatinga; restaurou a velha Matriz de Nossa Senhora da Vitória em São Cristóvão/SE; Concluiu a construção a Edificação da Nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Aracaju e construiu a Casa de Nossa Senhora, sede da Ação Social da Paróquia.						
Eraldo Barbosa de Almeida 1911 Maruim/SE +1987		1934 23 anos	Foi Pároco da Freguesia de Divina Pastora/SE e Siriri/SE, Itabaiana/SE e Capela/SE; Vigário substituto de Aracaju/SE. Construiu 16 Capelas nos povoados de Itabaiana/SE. Fez uma Ação Apostólica	Cônego Efetivo do Cabido Diocesano	Não	Fundador e administrador do Hospital de Caridade São Pedro e da Maternidade São Vicente de Paula; Diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.	Instalou, no edifício Pio XII/SE, uma Escola Paroquial, serviços médicos e um cine teatro, deixando em construção a Maternidade São José.		

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			e Assistencial para a construção da Casa Paroquial e para conclusão do prédio novo do Hospital São Pedro de Alcântara, reorganizou a Maternidade Luiza de Marsillac e edificou o centro social Ecília Dantas Vieira e o edificio Nossa Senhora da Purificação, em Capela/SE. Foi; membro do Conselho Presbiteral da Arquidiocese de Aracaju/SE (1967).						
Evêncio Guimarães 1899 Freg. de Belo Monte-Penedo/Alagoas ?		1929 30 anos	Vigário de Porto da Folha/SE, de Japoatã/SE e de Pacatuba/SE, atuando em outras Paróquias da região sanfranciscana.			Político, Prefeito de Japoatã/SE.			Não
Floduardo de Brito Fontes 1892 Aracajú/SE +1929		1914 22 anos	Foi Vice-Reitor (1915), Diretor espiritual e Professor das disciplinas de Direito Canônico, Liturgia, Filosofia Moral no Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus/SE (1917 - 1921); Vigário de da paróquia der Santo Antônio em Aracajú/SE(1916),	Cônego Honorário do Cabido Diocesano; Catedrático do Cabido Diocesano; Indicado para Bispo de Ilhéus em 1929. Faleceu antes.	Não	Não	Não	Não	Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			sendo removido para a Paróquia de Gararu/SE em 1917. Foi Promotor do Arcebispado de Aracaju (1918); Foi Vice-Reitor (1915), Diretor Espiritual e Professor das disciplinas de Direito Canônico, Liturgia, Filosofia Moral no Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1917 - 1921); Vigário da paróquia Santo Antônio, em Aracajú/SE (1916); removido para a Paróquia de Gararu em 1917. Foi Promotor do bispado de Aracaju (1918); Secretário da Obra da Boa Imprensa; Diretor da Obra da Entronização do Sagrado Coração de Jesus no Bispado de Aracaju/SE; Redator-chefe Do jornal "A Cruzada", órgão oficial da Diocese de Aracaju.						
Francisco Ververde 1898 Bom Jesus da Lagoa- Barra/BA ?		1924 26 anos	Coadjutor em Itabaiana/SE.	Membro Honorário extra-diocesano do Cabido Diocesano de Sergipe					

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
Gervásio Feitosa 1907 Freguesia de Porto da Folha/SE +1989		1931 24 anos	Padre em Neópolis/SE, antiga Vila Nova, em Campo do Brito, dentre outras atividades.						
Gileno Francisco de Jesus 1912 Lagarto/SE ?		1936 24 anos	Vigário de Rosário do Catete/SE e de Carmópolis/SE (1942 - 1945).		Direito	Professor de História do Colégio Tobias Barreto/SE (1949).			Não
Gonçalo Lima 1900 Freguesia de Porto da Folha/SE ?		1929 29 anos	Vigário em Japoatã/SE e em Pacatuba/SE e, dez anos depois, em Aquidabã/SE e Muribeca/SE.						
João Barbosa de Souza 1916 Lagoa Nova/PB +1991		1939 23 anos	Secretário de Dom José Thomas Gomes da Silva; Padre em Campo do Brito/SE; Pároco em Tobias Barreto/SE; Vigário de Simão Dias/SE; Professor e Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1938 - 1943).	Cônego Honorário do Cabido Diocesano					Sim
João Moreira Lima 1910 Capela/SE +1996	Agricultor/ Religiosas	1934 24 anos	Pároco de Maruim/SE; Capelão da Fábrica Sergipe Industrial, em Aracaju/SE; Pároco da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Siqueira Campos, em Aracajú/SE; Professor do Seminário Sagrado	Cônego Honorário do Cabido Diocesano, Monsenhor	Não		Tornou-se crítico severo do PCB a da UDN, apoiada pelos comunistas, nas eleições de 1947; Participante ativo nos sindicatos rurais de Sergipe. No campo educacional, fundou a Escola de Líderes Operários e a Ação		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Coração de Jesus/SE (1933 - 1939); Diretor do Jornal "A Cruzada" e assistente do diretor do Círculo Operário Católico de Sergipe.				Solidária de Trabalhadores de Aracaju/SE; Administrou a renda dos cinemas Vitória e Vera Cruz para pagamento dos professores do Educandário Cristo Rei, fundou a Ação Social da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes/SE e auxiliou outras Paróquias a fazer o mesmo.		
João Pedro Alves 1892 Freguesia de Maruim/SE ?		1927 35 anos	Foi Professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus (1927) e Vice-Reitor do mesmo Seminário (1933); Pároco em Indiaroba/SE, antigo Espírito Santo; Vigário Econômico de Riachão do Dantas/SE (1953).						Sim
José Alves de Castro 1912 Mangue Seco/BA vivo	Barqueiro	1936 24 anos	Foi Padre em Itaporanga/SE (1937 - 1942), em Riachão do Dantas/SE (1942 - 1953), em Lagarto/SE e na Paróquia São José, em Aracaju/SE (1953 - 1954); Professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1953); Substituiu Padres em várias	Cônego Honorário do Cabido Diocesano Monsenhor		Diretor do Ensino Religioso em Sergipe; Professor de Português da Escola de Comércio Conselheiro Orlando/SE, na década de 30; Inspetor Escolar, em Sergipe, e Diretor do Colégio Bandeirantes, em			Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Paróquias, em Goiânia, e assumiu a Paróquia de Buriti Alegre/GO. Assumiu as Paróquias dos Bairros Bugio (Nossa Senhora Aparecida) e Luzia (Santa Luzia), em Aracaju/SE (1983). Atualmente é Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Aracaju/SE.			Goiânia.			
José Augusto da Rocha Lima 1895 Gararu (Povoado Lagoa Funda/SE +1969	Agricultor/Militar	1920 35 anos	Foi Professor de Francês, Latim, História, Geografia, Exegese Bíblica, Teologia Dogmática e Filosofia no Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus; Vice-Reitor (1920) e Reitor interino (1922) do mesmo Seminário; Diretor do jornal "A Cruzada"		Direito	Professor de História Geral, Português, Literatura e Educação Moral e Cívica da Escola Normal Rui Barbosa (1926 - 1930); Assistente técnico geral da Diretoria de Instrução Pública (1931 - 1942); Membro efetivo do Conselho de Educação do Estado 1936; Professor de Psicologia e Pedagogia do curso de aperfeiçoamento para professores e professor de Psicologia das seções pré-politécnica, pré-	Membro fundador da Academia Sergipana de Letras (cadeira 04) sendo seu presidente (1942-1945), ajudou a fundar também a Sociedade Franco-Brasileira, mantenedora da Aliança Francesa. Escreveu vários relatórios sendo o principal o Relatório sobre os processos de ensino de Lourenço Filho e um estudo sobre as origens de Sergipe e da Bahia.	Além de Membro fundador da Academia Sergipana de Letras, foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Sociedade Franco-Brasileira.	Não

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
						médica e pré-jurídica do curso complementar do Atheneu Pedro II/SE (1937 - 1939) e Professor de Latim para o curso pré-jurico, do curso complementar do Ateneu Sergipense, de Português, no curso fundamental e de Literatura no curso clássico, além de diretor (1942-1944) do mesmo colégio; examinador em concurso de História e Latim para o Instituto Pedagógico Rui Barbosa e em concurso de Português, Francês, História, Geografia e Latim no Colégio Estadual de Sergipe. Foi também professor do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Salvador/BA (década de 1950) para onde se mudou.			
José Curvelo Soares		1934	Professor (1928/	Cônego Efetivo do	Não				Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
1911 Nossa Senhora das Dores/SE +1989		23 anos	1937-1939) e Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE; Vigário nas Paróquias de São José, onde permaneceu nove anos, de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Siqueira Campos, na Paróquia de Propriá/SE, e atuou como auxiliar do Padre Graça Leite, na Paróquia de Aquidabã/SE, de onde saiu para assumir a Paróquia de Itabaiana/SE. Auxiliou Dom Fernanado Gomes, preparando as condições materiais para a instalação da Diocese de Propriá, em 1960. Modernizou e dirigiu o jornal "A Defesa", editado em Propriá/SE, onde também fundou o primeiro ginásio da cidade, o Ginásio Diocesano de Propriá. Criou a Escola de Comércio e a Casa do Estudante Pobre, em Itabaiana, sendo que a segunda abrangia os municípios de	Cabido Diocesano/SE					

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Campo do Brito, Areia Branca e Macambira.						
José de Araújo Machado 1909 Itabaiana/SE +1991		1931 22 anos	Capelão do Colégio Nossa Senhora da Conceição/SE; Professor; Vice-reitor (1943-1948); Diretor Espiritual (1961) do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE; Vigário, em São Francisco/SE (ex Piratinga) e em Lagarto/SE; Secretário Geral do Bispado/ SE (1949); Vigário Geral da Arquidiocese de Aracaju/SE(1962- 1966); Chanceler da Cúria Metropolitana de Aracaju (1975); Reitor do Seminário Nossa Senhora Menina/SE.	Cônego Honorário do Cabido Diocesano		Professor da Escola de Comércio Conselheiro Orlando e do Colégio São José.		Não	Sim
José Dias de Oliveira 1914 Lagarto/SE ?		1938 24 anos							Sim
Jugurta Feitosa Franco 1899 Porto da Folha/SE +1983		1922 23 anos	Pároco de Itabaiana/SE(1933- 1939) e de Lagarto/SE; Professor de História Eclesiástica e Francês (1918-1926) do Seminário			Professor de Latim do Ateneu Sergipense e do Colégio Pio Décimo e de outras escolas aracajuanas.	*		Não

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			Sagrado Coração de Jesus/SE e Vice-ritor (1924) e reitor (1925-1927) do mesmo Seminário.						
Lauro de Souza Franco 1900 Riachuelo/SE ?		1924 24 anos	Pároco da Igreja Santo Antônio em Aracaju/SE; Professor de História do Brasil, História Universal, Geografia e Português do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE; Diretor do jornal "A Cruzada" Vigário de Cedro de São João/SE de onde pediu licença para ausentar-se da Diocese.	Cônego Efetivo do Cabido Diocesano/SE		Diretor do Colégio Diocesano de Maruim (1924);	Fundou o jornal "O Santo Antônio", na paróquia que leva o mesmo nome. em Aracaju/SE.		Sim
Liberato Geraldo Fagundes ? ? ?		1933 -							
Luiz Gonzaga Passos 1910 São Cristóvão/SE ?		1938 28 anos							Sim
Manoel Soares Rocha 1914 Propriá/SE ?		1937 23 anos							
Manuel Dias Guimarães 1910 Japoatã/SE ?		1939* 29 anos	Padre de Darcilena/SE (hoje Cedro de São João); Muribeca/SE e outras paróquias da região sergipana; fundou e		Não		Fundou o Jornal "Boa Nova" posterior "A Cruzada"		

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIASTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
			foi padre da Igreja São José, no bairro do mesmo nome, em Aracaju/SE.						
Manuel Vieira dos Santos 1900 Glória/SE ?	Agricultor	1924 24 anos	Padre de Cristinápolis/SE, Itabaianinha/SE e de outras paróquias do Sul do Estado de Sergipe.			Chefe Político e Prefeito do município de Itabaianinha/SE(UDN).			
Mário de Miranda Villas Boas 1903 Rio Grande/ RS +1968	Militar	1925 22 anos	Professor de Português, Francês, Direito Canônico, Teologia Moral e Filosofia, bem como Diretor Espiritual do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE. Foi também Secretário do bispado/SE; diretor do Jornal "A Cruzada" e Diretor Espiritual do Centro D. Vital em Aracaju/SE. Foi sagrado Bispo de Garanhuns/PE (1938); Arcebispo de Belém do Pará (1945-1957); Arcebispo Coadjutor da Arquidiocese Primacial do Brasil (1957); Arcebispo da Paraíba, onde renunciou por motivo de doença.	Cônego do Cabido Diocesano/SE, Monsenhor,.	Não	Não	Escreveu, além das Cartas Pastorais, Sermões e discursos . Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1970 e Antologia . Aracaju: Governo do Estado/Segrase, 1977. Organizou o VI Congresso Eucarístico Nacional quando Bispo em Belém do Pará.	Sócio fundador da Academia Sergipana de Letras (Cadeira 18).	Sim
Miguel Monteiro Barbosa	Agricultor	1924 22 anos	Padre em Nossa Senhora das	Cônego Efetivo do Cabido Diocesano de	Não	Deputado estadual/SE	Organizou a Biblioteca Pública		Sim

NOME, NASCIMENTO /LOCAL FALECIMENTO	ATIVIDADE DO RESPONSÁVEL	ORDENAÇÃO IDADE	FUNÇÃO DENTRO DA IGREJA	DIGNIDADE ECLESIÁSTICA	OUTRA FORMAÇÃO	FUNÇÃO FORA DA IGREJA	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	VÍNCULOS ENTIDADES CULTURAIS	PERMANÊNCIA SACERDÓCIO
1902 Maruim/SE +1980			Dores/SE; Professor e Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju/SE.	Aracaju		constituente e Diretor do Colégio Diocesano São José/SE.	Paroquial Ceciliano de Andrade de Nossa Senhora das Dores/SE e organizou o serviço de autofalantes Vera Cruz (1948).		
Nelson do Prado Fontes 1913 São Cristóvão/SE +1938		1937 24 anos		Nada consta					Sim
Olívio Teixeira 1911 Itabaiana/SE ?	Comerciante	1935 24 anos			Não				Sim
Pedro Oliveira 1904 Riachão do Dantas/SE +1996	Funcionário público	1928 24 anos	Professor de Latim e Cosmografia do Seminário Sagrado Coração de Jesus/SE (1927-1961); Capelão do Hospital Santa Isabel/SE; Vigário Econômico de Maruim/SE; Vigário da Catedral Metropolitana de Aracaju/SE; Capelão dos doentes e desvalidos de Aracaju/SE sendo reconhecido pela sua grande missão pastoral.		Não	Professor de Latim do Ateneu Sergipense e da Escola Normal/SE.	Não	Não	Sim